



BARCELOS
MUNICÍPIO



ESTRATÉGIA MUNICIPAL BARCELOS 2020

PARTE 1: DIAGNÓSTICO ESTRATÉGICO

Maio de 2011



Índice

Apresentação	5
Introdução	5
Conteúdo do relatório	5
Contexto	6
1. Território & Ambiente	7
1.1. Organização territorial	7
1.1.1 Integração no espaço regional, nacional e internacional	7
1.1.2 Acessibilidade e mobilidade	9
1.1.3 Ocupação do território e sistema urbano	13
1.2. Sistema de gestão territorial	20
1.2.1 Os IGT e planos de ordenamento do território em vigor	20
1.2.2 As grandes opções de ordenamento do território: uma leitura sintética	22
1.3. Ambiente, conservação da natureza e prevenção de riscos	29
1.3.1 Um território diverso e vulnerável	29
1.3.2 Déficit histórico e persistente dos níveis de atendimento por infraestruturas ambientais	30
1.3.3 As actividades agrícolas e florestais: questões ambientais	33
1.3.4 Paisagem e conservação da natureza: o conflito entre o território e os usos	37
1.3.5 Exploração de caulinos: riqueza económica e impactes ambientais	39
1.3.6 Energia: consumo em crescimento com baixa eficiência energética	40
1.4. Território & Ambiente: uma síntese	42
1.4.1 Tendências determinantes	42
1.4.2 Aspectos geoestratégicos e institucionais	45
2. Base económica & Competitividade	47
2.1. Introdução	47
2.1.1 Uma situação estrutural comum a outros territórios	47
2.1.2 Alguns indicadores de caracterização da base produtiva concelhia	50
2.2. A relevância do emprego	54
2.2.1 A transição para um novo modelo de criação de emprego	54
2.2.2 O panorama da desqualificação	55
2.2.3 A distribuição espacial do emprego	61
2.2.4 Dinâmica global de criação/ destruição de emprego (1995-2008)	66
2.3. Dimensões sectoriais com relevância para a estratégia de desenvolvimento concelhio	68
2.3.1 O sector agro- pecuário e florestal	68
2.3.2 O turismo	78
2.3.3 A indústria transformadora	95
2.3.4 A feira de Barcelos	98
3. Dinâmicas Sociais, Culturais & Urbanas	99
3.1. Problemáticas e tendências sociais	99
3.1.1 Identificação de problemáticas e tendências e sua expressão no território	99
3.1.2 Políticas, instrumentos e projectos em curso de iniciativa pública	105
3.1.3 Quadro estratégico de referência (políticas nacionais e regionais, objectivos e metas)	107
3.2. Práticas e dinâmicas culturais e de lazer	108
3.2.1 Identificação de problemáticas e tendências e sua expressão no território	108
3.2.2 Políticas, instrumentos e projectos em curso de iniciativa pública	118
3.2.3 Quadro estratégico de referência (políticas nacionais e regionais, objectivos e metas)	119
3.3. Estruturas e dinâmicas urbanas	121
3.3.1 Identificação de problemáticas e tendências e sua expressão no território	121
3.3.2 Políticas, instrumentos e projectos em curso de iniciativa pública	137
3.3.3 Quadro estratégico de referência (políticas nacionais e regionais, objectivos e metas)	138
3.4. Aspectos de natureza geoestratégica	143
4. Avaliação Estratégica de Síntese: Análise SWOT	145

ÍNDICE DE FIGURAS

FIGURA 1: BARCELOS NO ESPAÇO REGIONAL	8
FIGURA 2: ESQUEMA VIÁRIO PRINCIPAL	9
FIGURA 3: REDE VIÁRIA	10
FIGURA 4: CIRCULAR RODOVIÁRIA (INCOMPLETA) À CIDADE DE BARCELOS	11
FIGURA 5: EDIFICAÇÕES	14
FIGURA 6: DENSIDADE POPULACIONAL POR FREGUESIA	15
FIGURA 7: AGRUPAMENTOS DE FREGUESIAS EM DISCUSSÃO NA REVISÃO DO PDM	16
FIGURA 8: MODELIZAÇÃO DOS MOVIMENTOS CASA – TRABALHO - ESCOLA (2001)	18
FIGURA 9: ÍNDICE DE CENTRALIDADE 2001	19
FIGURA 10: ESTRUTURA DE FLUXOS PARA ACESSO A FUNÇÕES MUITO ESPECIALIZADAS (1) E ESPECIALIZADAS (2)	20
FIGURA 11: PROT NORTE: MODELO TERRITORIAL	23
FIGURA 12: LOCAIS DE DEPOSIÇÃO ILEGAL DE RESÍDUOS NO VALE DO CÁVADO	33
FIGURA 13: ZONA VULNERÁVEL Nº 1 NO CONCELHO DE BARCELOS	34
FIGURA 14: EVOLUÇÃO DA OCUPAÇÃO DO SOLO (1990-2005)	35
FIGURA 15: ANÁLISE GEOGRÁFICA DA EVOLUÇÃO DA OCUPAÇÃO DO SOLO (1990-2005)	36
FIGURA 16: EVOLUÇÃO DA ÁREA ARDIDA EM BARCELOS (1980-2006)	37
FIGURA 17: CONSUMOS DE ENERGIA ELÉCTRICA (TOTAL, PARA USOS DOMÉSTICOS E PARA USO INDUSTRIAL), 2000-2008.	41
FIGURA 18: O ACESSO PEDONAL MAIS UTILIZADO AO CCT	45
FIGURA 19: UMA NOVA IMAGEM DO ORDENAMENTO INDUSTRIAL EM BARCELOS?	47
FIGURA 20: COMÉRCIO EXTERNO	54
FIGURA 21: PESO DE CADA FREGUESIA NO EMPREGO INDUSTRIAL	62
FIGURA 22: DENSIDADE DE EMPREGO INDUSTRIAL	63
FIGURA 23: EMPREGO INDUSTRIAL E REDE VIÁRIA	64
FIGURA 24: PESO DE CADA FREGUESIA NO EMPREGO TOTAL	65
FIGURA 25: DENSIDADE DE EMPREGO TOTAL	66
FIGURA 26: DISTRIBUIÇÃO DAS EXPLORAÇÕES POR CLASSES DE DIMENSÃO ECONÓMICA, POR AGRUPAMENTOS DE FREGUESIAS	72
FIGURA 27: EXPLORAÇÕES AGRÍCOLAS POR CLASSES DE CABEÇA NORMAL DE BOVINOS NA EXPLORAÇÃO (1999)	74
FIGURA 28: PRODUTOS TURÍSTICOS ESTRATÉGICOS PARA AS REGIÕES DE PORTUGAL	79
FIGURA 29: RECURSOS TURÍSTICOS ESTRATÉGICOS PARA A REGIÃO NORTE,	80
FIGURA 30: PRODUTOS TURÍSTICOS ESTRATÉGICOS PARA A REGIÃO NORTE,	81
FIGURA 31: LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA DAS UNIDADES TERMAIS DA REGIÃO NORTE,	81
FIGURA 32: FOTOGRAFIA DO LARGO DR. JOSÉ NOVAIS, POSTO DE TURISMO MUNICIPAL DE BARCELOS,	83
FIGURA 33: EVOLUÇÃO DA CAPACIDADE DE ALOJAMENTO EM ESTABELECIMENTOS HOTELEIROS, BARCELOS,	86
FIGURA 34: EVOLUÇÃO DAS DORMIDAS E HÓSPEDES EM ESTABELECIMENTOS HOTELEIROS, BARCELOS	87
FIGURA 35: EVOLUÇÃO DA ESTADA MÉDIA EM ESTABELECIMENTOS HOTELEIROS	87
FIGURA 36: EVOLUÇÃO DA TAXA LÍQUIDA DE OCUPAÇÃO -CAMA	88
FIGURA 37: VARIAÇÃO RELATIVA DOS ESTABELECIMENTOS DE EMPRESAS POR RAMOS DE ACTIVIDADE, BARCELOS	89
FIGURA 38: VARIAÇÃO RELATIVA DOS ESTABELECIMENTOS DE EMPRESAS NO ALOJAMENTO, RESTAURAÇÃO E SIMILARES	89
FIGURA 39: VARIAÇÃO RELATIVA DO PESSOAL AO SERVIÇO POR RAMOS DE ACTIVIDADE, BARCELOS	90
FIGURA 40: VARIAÇÃO RELATIVA DO PESSOAL AO SERVIÇO NO ALOJAMENTO, RESTAURAÇÃO E SIMILARES	90
FIGURA 41: DORMIDAS E CAPACIDADE DE ALOJAMENTO EM ESTABELECIMENTOS HOTELEIROS, 2009	91
FIGURA 42: ATRACTIVOS TURÍSTICOS DE BARCELOS	94
FIGURA 43: TAXA DE OCUPAÇÃO DOS EQUIPAMENTOS DA SEGURANÇA SOCIAL, POR TIPOLOGIA, EM BARCELOS E NO CÁVADO EM 2009 (%)	101
FIGURA 44: VARIAÇÃO RELATIVA DE CENTROS DE SAÚDE, EXTENSÕES DOS CENTROS DE SAÚDE, HOSPITAIS OFICIAIS E FARMÁCIAS EM BARCELOS E NO CÁVADO EM 2000/2007 (%)	105
FIGURAS 45 E 46: MUSEU ARQUEOLÓGICO E INSTALAÇÃO DE ARTE PÚBLICA (GALO DE BARCELOS)	109
FIGURAS 47 E 48: TORRE MEDIEVAL E PAÇO DOS CONDES DE BARCELOS	111
FIGURAS 49: 3ª EDIÇÃO DO RALI DE BARCELOS	118
FIGURA 50: EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO RESIDENTE CONCELHIA ENTRE 1991 E 2008 E POPULAÇÃO RESIDENTE NAS CIDADES MAIS PRÓXIMAS DE BARCELOS EM 2001	122
FIGURA 51: EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO JOVEM (MENOS DE 25 ANOS) ENTRE 2001 E 2008	123

FIGURAS 52, 53, 54 E 55: PONTE MEDIEVAL DE BARCELOS, PERSPECTIVA SOBRE O RIO CÁVADO, IGREJA MATRIZ E CAMPO DA FEIRA.....	123
FIGURAS 56, 57, 58 E 59: MERCADO MUNICIPAL, RUA DIREITA, GALERIA COMERCIAL E COOPERATIVA AGRÍCOLA	124
FIGURAS 60 E 61: FACHADAS DE TARDOZ EM BARCELINHOS VOLTADAS PARA O RIO E SAÍDA PONTE MEDIEVAL EM BARCELOS	124
FIGURAS 62 E 63. PARQUES/ JARDINS PÚBLICOS A JUSANTE E A MONTANTE DA PONTE MEDIEVAL ..	125
FIGURAS 64 E 65: EXEMPLOS DE INTERVENÇÕES PÚBLICAS DE REQUALIFICAÇÃO DO ESPAÇO PÚBLICO NO CENTRO HISTÓRICO	125
FIGURAS 66, 67, 68 E 69: EDIFÍCIOS DEVOLUTOS/ EM RUÍNA E EXEMPLOS DE DINÂMICA DE REABILITAÇÃO URBANA NO CENTRO HISTÓRICO DA CIDADE	126
FIGURAS 70 E 71: ESTACIONAMENTO DESORDENADO À SUPERFÍCIE	126
FIGURAS 72 E 73: ESTAÇÃO DE CAMINHO-DE-FERRO DE BARCELOS E AVENIDA DA ESTAÇÃO	127
FIGURAS 74: LIGAÇÃO DE ARCOZELO AO CENTRO URBANO CONSOLIDADO.....	128
FIGURAS 75, 76, 77 E 78: ACESSOS DA CENTRAL DE CAMIONAGEM À ESTAÇÃO DE CAMINHO-DE-FERRO	128
FIGURAS 79: ARTICULAÇÃO ESTAÇÃO CF COM A CENTRAL DE CAMIONAGEM E DESTES COM O CENTRO HISTÓRICO DA CIDADE	129
FIGURAS 80: (DES)ARTICULAÇÃO ENTRE O CAMPUS DO IPCA E O CENTRO DA CIDADE DE BARCELOS	129
FIGURAS 81: PERÍMETRO URBANO DA CIDADE DE BARCELOS.....	131
FIGURA 82. COMPONENTES ESTRUTURANTES DA CIDADE DE BARCELOS	132
FIGURA 83: EVOLUÇÃO DAS DESPESAS DE INVESTIMENTO DO MUNICÍPIO DE BARCELOS COM HABITAÇÃO, CONSTRUÇÃO DE ESGOTOS E DE CAPTAÇÃO, TRATAMENTO E DISTRIBUIÇÃO DE ÁGUA, ENTRE 1998 E 2007 (EUROS)	133
FIGURA 84: EDIFÍCIOS E ALOJAMENTOS FAMILIARES CLÁSSICOS E RESPECTIVAS DINÂMICAS.....	133
FIGURA 85: EVOLUÇÃO DOS ALOJAMENTOS FAMILIARES CLÁSSICOS ENTRE 1991 E 2008	134
FIGURA 86: EDIFÍCIOS CONSTRUÍDOS NO MUNICÍPIO DE BARCELOS: CONSTRUÇÕES NOVAS, RESTAURAÇÕES, AMPLIAÇÕES E TRANSFORMAÇÕES ENTRE 1995 E 2008	135
FIGURA 87: EDIFÍCIOS E ALOJAMENTOS FAMILIARES E RESPECTIVAS DINÂMICAS POR CONCELHO ..	135
FIGURA 88: EVOLUÇÃO DO MERCADO DE HABITAÇÃO POR CONCELHO	137

ÍNDICE DE TABELAS

TABELA 1: ÍNDICE DE CENTRALIDADE (2001)	19
TABELA 2: INSTRUMENTOS DE GESTÃO TERRITORIAL EM VIGOR.	20
TABELA 3: INSTRUMENTOS DE GESTÃO TERRITORIAL EM ELABORAÇÃO.	21
TABELA 4: ALGUNS INDICADORES SOBRE SERVIÇOS DO CICLO URBANO DA ÁGUA	30
TABELA 5: OCORRÊNCIAS REGISTADAS DE RECURSOS MINERAIS	39
TABELA 6: CONSUMOS DE ENERGIA ELÉCTRICA E GÁS NATURAL	40
TABELA 7: IMPORTÂNCIA RELATIVA DO CONSUMO DE ENERGIA ELÉCTRICA, POR TIPO DE CONSUMIDOR.	40
TABELA 8: CONSUMO DE ENERGIA ELÉCTRICA POR CONSUMIDOR.	41
TABELA 9: ESTRUTURA DO VAB POR CLASSES DE ACTIVIDADES A3 NORTE E CÁVADO (MILHÕES DE EUROS).....	50
TABELA 10: ESTRUTURA DO VAB (NORTE E CÁVADO) POR CLASSES DE ACTIVIDADES A17, 2006, MILHÕES DE EUROS	51
TABELA 11: ESTRUTURA DO EMPREGO TOTAL (NORTE E CÁVADO) POR CLASSES DE ACTIVIDADES A17, 2006, MILHARES DE INDIVÍDUOS	51
TABELA 12: ESTRUTURA SECTORIAL DA POPULAÇÃO ACTIVA EMPREGADA NO CONCELHO DE BARCELOS (CENSO 2001)	52
TABELA 13: ESTRUTURA DO PESSOAL AO SERVIÇO (TRABALHADORES POR CONTA DE OUTREM) (%) POR CLASSES DE ACTIVIDADES A10, CÁVADO E BARCELOS, 2007.....	53
TABELA 14: ESTRUTURA DE QUALIFICAÇÕES (NÍVEIS DE HABILITAÇÕES) DA POPULAÇÃO RESIDENTE (2001) E TRABALHADORES POR CONTA DE OUTREM (2007), CÁVADO E BARCELOS.....	56
TABELA 15: DISTRIBUIÇÃO DOS TCO SEGUNDO O NÍVEL DE HABILITAÇÕES, 2008 (%).....	56
TABELA 16: VARIAÇÃO DOS TCO SEGUNDO O NÍVEL DE HABILITAÇÕES, 1995/2008 (Nº E %).	58
TABELA 17: TCO MAIS HABILITADOS	59
TABELA 18: INDICADORES RELATIVOS A CONDIÇÕES DE ESCOLARIZAÇÃO	60
TABELA 19: CRIAÇÃO (DESTRUIÇÃO) LÍQUIDA DE EMPREGO 1995-2008 POR ALGUNS RAMOS DE ACTIVIDADE	67
TABELA 20: CRIAÇÃO (DESTRUIÇÃO) LÍQUIDA DE EMPREGO 1995-2008 NA INDÚSTRIA TRANSFORMADORA	67
TABELA 21: NÍVEL DE ESPECIALIZAÇÃO DAS EXPLORAÇÕES AGRÍCOLAS EM 1999.....	70
TABELA 22: EXPLORAÇÕES AGRÍCOLAS COM CONTABILIDADE ORGANIZADA (1989 E 1999)	70
TABELA 23: BENEFICIÁRIOS, DIREITOS E MONTANTES PAGOS NO ÂMBITO DO REGIME DE PAGAMENTO ÚNICO AOS AGRICULTORES EM 2009.	71

TABELA 24: PEDIDOS DE APOIO E INCENTIVOS APROVADOS NO ÂMBITO DO PRODER ENTRE O INÍCIO DO PROGRAMA E DEZEMBRO 2010, EM BARCELOS.	73
TABELA 25: SITUAÇÃO DOS PROJECTOS CANDIDATADOS NO ÂMBITO DO PRODER ENTRE O INÍCIO DO PROGRAMA E DEZEMBRO 2010.	73
TABELA 26: PERCENTAGEM DE VITICULTORES E ÁREAS DE VINHA POR CONCELHO, 2005	76
TABELA 27: CANDIDATURAS AOS MODOS DE PRODUÇÃO MAIS SUSTENTÁVEIS E À PROTECÇÃO DE RAÇAS AUTÓCTONES.....	76
TABELA 28: PROJECTOS EM ESTUDO/ EM CURSO NO ÂMBITO DA TEMÁTICA DO TURISMO	84
TABELA 29: QUOCIENTES DE LOCALIZAÇÃO PARA ALGUMAS ACTIVIDADES TÊXTIL – VESTUÁRIO - CALÇADO 2006.....	95
TABELA 30: IRS PER CAPITA (EUROS)	100
TABELA 31: PENSIONISTAS (DO REGIME GERAL DA SEGURANÇA SOCIAL) POR TIPOLOGIA, EM 2008 (%)	103
TABELA 32: BENEFICIÁRIOS DO SUBSÍDIO DE DESEMPREGO, SEGUNDO O SEXO E A IDADE, EM 2008 (%)	103
TABELA 33: VARIAÇÃO RELATIVA DO N.º DE BENEFICIÁRIOS DO RENDIMENTO SOCIAL DE INSERÇÃO (2005/2008) VARIAÇÃO RELATIVA DO TOTAL DE BENEFICIÁRIOS DE PRESTAÇÕES FAMILIARES DA SEGURANÇA SOCIAL (2004/2008).....	104
TABELA 34: NÚMERO DE VISITANTES DO MUSEU DE OLARIA (2007-2010).....	109
TABELA 35: INDICADORES DO PARQUE HABITACIONAL DE BARCELOS SEGUNDO A TIPOLOGIA DE ÁREAS: URBANAS, MEDIANAMENTE URBANAS E RURAIS, 2001.....	134
TABELA 36: TRANSACÇÃO DE PRÉDIOS EM BARCELOS, NO PERÍODO DE 2003 A 2008.....	136
TABELA 37: MÉDIA DOS VALORES UNITÁRIOS MÉDIOS TRIMESTRAIS DE AVALIAÇÃO BANCÁRIA DA HABITAÇÃO (EUROS/M2), DE 2004 A 2009	136

Trabalho elaborado pela *Quaternaire Portugal, Consultoria para o Desenvolvimento, SA*



Rua Tomás Ribeiro, 412 - 2º
4450-295 Matosinhos
T: 22 939 91 50
porto@quaternaire.pt
www.quaternaire.pt

Equipa técnica

Coordenação: Artur Costa e António Figueiredo
Carla Melo, Elisa Pérez Babo, Daniel Miranda, Pedro Quintela, Isabel Leal, Marta Coto e Carlos Fontes.

Consultores externos

Paula Guerra (Departamento de Sociologia da Faculdade de Letras da Universidade do Porto)
Joana Nogueira, Angelina Campos e Bruno Leitão (Escola Superior Agrária do Instituto Politécnico de Viana do Castelo).

APRESENTAÇÃO

INTRODUÇÃO

Barcelos 2020 é um processo de planeamento estratégico que a Câmara Municipal de Barcelos desenvolveu na transição de 2010 para 2011, ao completar-se o primeiro ano de actividade da nova direcção política resultante das Eleições Autárquicas de 2009.

Na perspectiva da equipa, este processo de planeamento estratégico constitui:

- Um instrumento para o envolvimento efectivo, plural e criativo dos agentes públicos e privados com sede local, regional e central que actuam no território.
- Um passo de convergência para uma Visão e para um Pacto para o Desenvolvimento de Barcelos.
- Um referencial para as políticas públicas aos diversos níveis, para os decisores públicos e privados, para qualquer agente que se queira envolver no desenvolvimento económico, social, cultural e ambiental deste território.

Para cumprir esta missão, entende-se que o plano estratégico não deverá conter demasiada especificação ao nível de um plano de acção em concreto, com grande amplitude temática. Esse tipo de planos são, na maior parte das vezes, ineficazes e rígidos, sujeitos a variáveis de contexto (quase) aleatórias e que não são dominadas pelos agentes locais.

Espera-se que seja, sobretudo, um elemento consistente de orientação para as políticas e a acção pública, em coordenação com as iniciativas do sector privado. E um compromisso mútuo entre os diversos agentes determinantes.

Os trabalhos desenvolveram-se, até esta fase em que é proposta uma estratégia de desenvolvimento focada nos eixos em que Barcelos melhor pode afirmar a sua competitividade, em dois grandes momentos:

- Um primeiro mais centrado na análise qualitativa e quantitativa da informação disponível. A interacção da equipa técnica com a realidade local foi claramente circunscrita aos responsáveis técnicos e políticos da autarquia.
- Um segundo momento de grande abertura ao exterior, com a realização de 13 workshops e painéis de discussão, nos quais estiveram presentes cerca de 150 pessoas, representando 100 entidades dos mais variados quadrantes da sociedade barcelense: cultural, social, económico e empresarial, político, associativo, educativo e do conhecimento.

A perspectiva da equipa é a de que o documento que agora apresenta contém já um conjunto de linhas orientadoras suficientes e devidamente fundamentadas para que sejam agora as instituições e as pessoas de Barcelos que façam as escolhas e assumam os compromissos e os desafios necessários para que o futuro seja convergente com uma visão que podemos definir da seguinte forma:

BARCELOS 2020: EMPREENDEDOR, RESISTENTE E CRIATIVO, CAPAZ DE VALORIZAR A DIVERSIDADE E PROGREDIR NA ESCALA DA SUSTENTABILIDADE.

CONTEÚDO DO RELATÓRIO

Dada a diversidade dos temas abordados, o documento da Estratégia Municipal Barcelos 2020 é dividido em 2 volumes.

O **primeiro volume** aborda a realidade actual e as grandes tendências, ventiladas a partir de três grandes domínios agregadores:

- Território & Ambiente
- Base Económica & Competitividade
- Dinâmicas Sociais, Culturais & Urbanas

Para além da apresentação, o mais objectiva possível, da reflexão realizada, os diversos capítulos conduzem, na medida do possível, a uma identificação de algumas tendências determinantes e do contexto institucional que enquadra cada domínio.

Este primeiro volume conclui-se com uma leitura de síntese, baseada numa abordagem SWOT.

Esta mesma leitura, agora numa versão de SWOT dinâmica cruzada com uma abordagem da competitividade territorial apoiada na metodologia VRIO (que identifica activos específicos e diferenciadores), abre o **segundo volume**, que apresenta e fundamenta a estratégia proposta para Barcelos 2020.

Cumprindo o preceito de consistência e utilidade que atrás referimos, esta estratégia pretende-se focada nos aspectos realmente essenciais, isto é:

- Organizam-se as apostas em função das principais ideias -força do diagnóstico e os projectos em famílias (clusters) que são, na sua generalidade, de natureza multi-temática;
- Centram-se e seleccionam-se estas famílias de projectos, recusando uma proposta demasiado extensiva e que não faz escolhas.

CONTEXTO

Este amplo exercício de planeamento, que estenda a sua visão a todo o espaço, a todos os recursos e a todos os habitantes e agentes do município e procura dar consistência a acções concretas para o desenvolvimento na próxima década, faz todo o sentido no contexto actual, marcado por:

- uma situação de crise nacional e internacional, com fortes implicações na base económica de Barcelos onde os sectores exportadores têm forte presença;
- início de mandato de uma nova liderança política local, após um longo período de governação protagonizado por uma orientação política diferente;
- emergência de novos referenciais para o desenvolvimento, onde a inovação e a sustentabilidade são palavras chave;
- participação de Barcelos - Cidade numa Rede Urbana para a Competitividade e a Inovação, juntamente com Braga, Famalicão e Guimarães, uma ambiciosa experiência de cooperação intermunicipal para a internacionalização urbana;
- e a necessidade de pensar novas formas de implementar e financiar políticas públicas municipais, antecipando o final de um longo período de abundantes apoios financeiros a partir dos fundos estruturais europeus

1. TERRITÓRIO & AMBIENTE

1.1. ORGANIZAÇÃO TERRITORIAL

1.1.1 INTEGRAÇÃO NO ESPAÇO REGIONAL, NACIONAL E INTERNACIONAL

Barcelos é um município com cerca de 125 mil habitantes, integrado na NUTS III Cávado, juntamente com Amares, Braga, Esposende, Terras de Bouro e Vila Verde.

Situado no noroeste do território nacional, pode dizer-se que está na proximidade de algumas infra-estruturas de conectividade de grande importância. A cidade de Barcelos, situada no centro geográfico do território municipal, dista, por rodovia:

- Pouco mais de 1 hora de Vigo (Galiza) e respectivo aeroporto e porto comercial.
- Cerca de 30 minutos de Viana do Castelo e respectivo porto comercial.
- Menos de 1 hora da cidade do Porto, Porto de Leixões e Aeroporto Francisco Sá Carneiro.
- Menos de 30 minutos da cidade de Braga.
- Plataformas logísticas transfronteiriças de Chaves e As Neves/ Salvaterra (Galiza) a cerca de 1h 30m e de Valença a cerca de 1 hora.

Os acessos rodoviários principais que suportam esta conectividade são a A3 (Espanha - Valença – Porto), a A11 (Guimarães – Braga – Barcelos – Esposende), a A28 (Porto – Viana do Castelo – Espanha) e a A7/A24 (Vila do Conde – Famalicão – Chaves).

São estes eixos os que suportam a conectividade com o sistema urbano territorial de proximidade, que se tem vindo a estruturar como uma rede urbana para a competitividade e a inovação. Trata-se de um sistema formado pelas cidades de Barcelos, Braga, Famalicão e Guimarães, uma importante concentração urbana que estrutura as sub-regiões do Cávado e do Ave, com cerca de 1 milhão de habitantes.

Esta inserção permite que as empresas e actividades económicas locais tenham acesso facilitado a infra-estruturas logísticas de grande capacidade e a um mercado de proximidade que supera, num raio de cerca de 2 horas, os 5 milhões de habitantes.

Como se enfatiza na abordagem à competitividade económica, noutra parte deste relatório, este contexto é interessante do ponto de vista das empresas ou dos cidadãos, mas pode revelar-se um obstáculo ao aparecimento, no território do município, de estruturas locais ou regionais de estímulo ou apoio ao tecido económico e empresarial, designadamente de natureza tecnológica ou logística.

É o que designamos como “paradoxo da proximidade”.

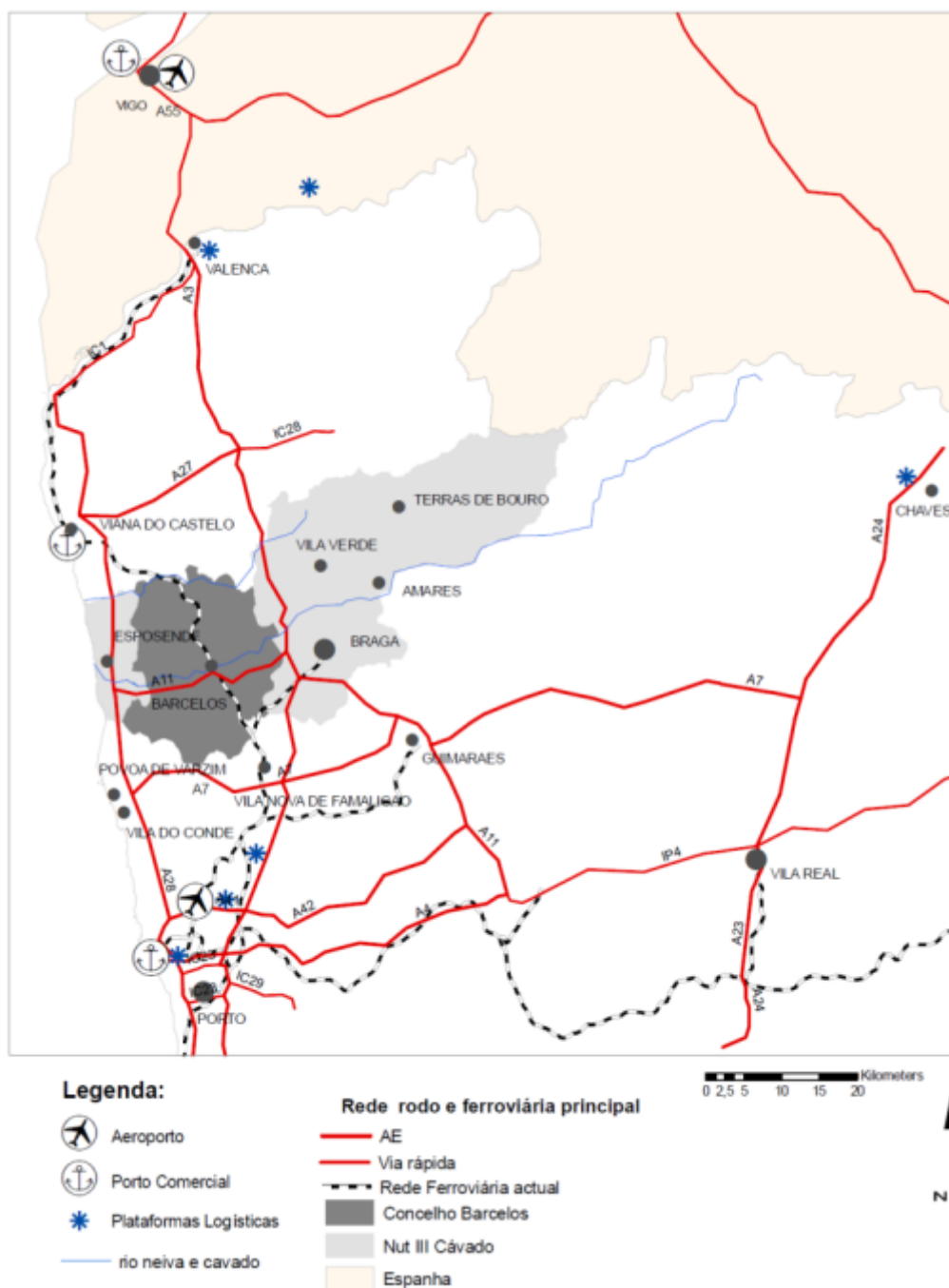


Figura 1: Barcelos no espaço regional

A integração neste amplo espaço regional faz-se através de alguns eixos rodoviários (e ainda por ferrovia) que, ao longo do tempo, foram estruturando o povoamento e as dinâmicas.

Esses eixos cruzam-se num lugar geograficamente central onde, grosso modo, se localiza a Cidade/ Sede de Concelho, induzindo assim um esquema quase radial de funcionamento do sistema territorial.

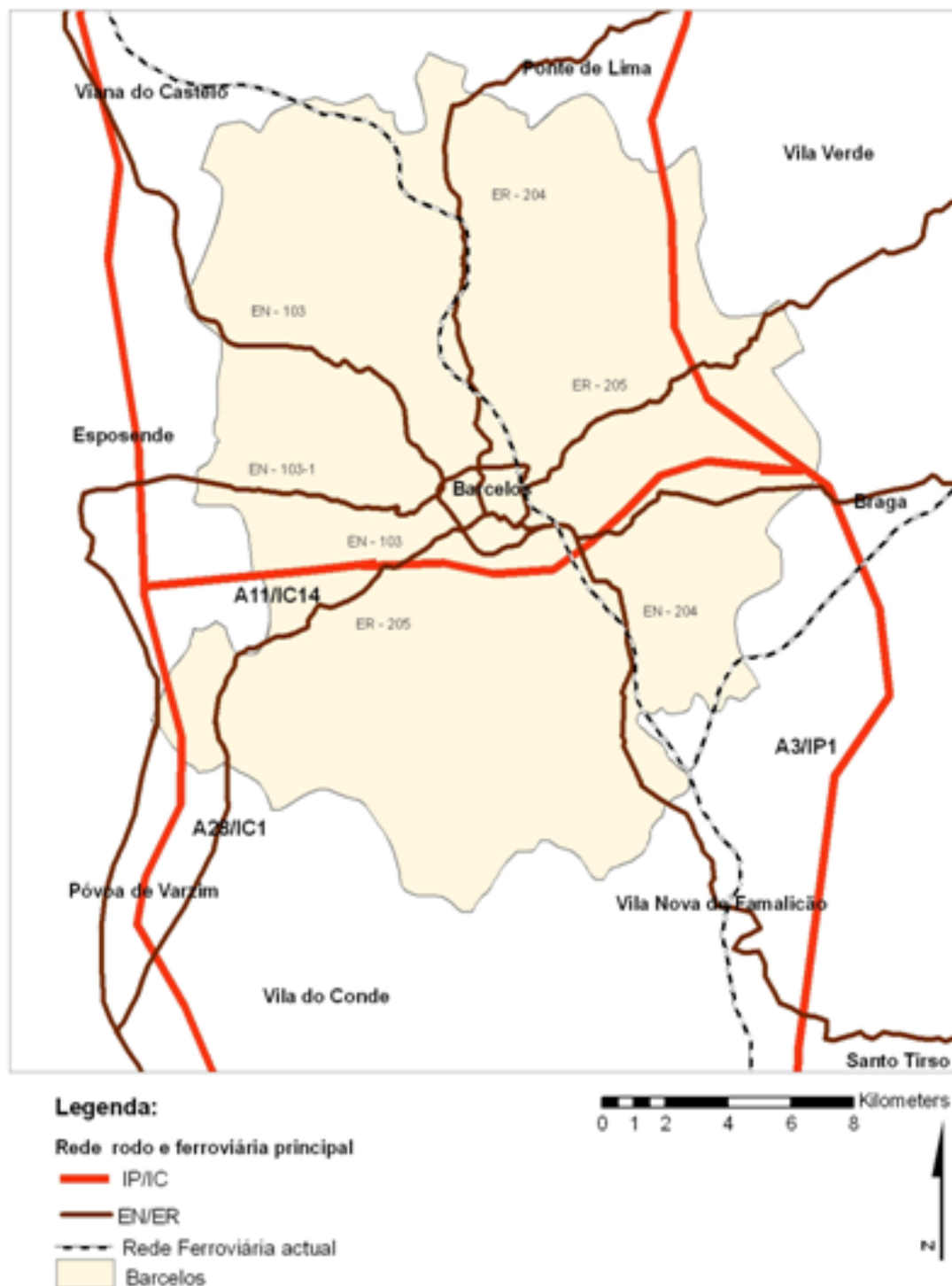


Figura 2: Esquema viário principal

1.1.2 ACESSIBILIDADE E MOBILIDADE

Como vimos acima, Barcelos é relativamente bem servido por eixos rodoviários de grande capacidade. Embora os eixos norte-sul, de integração com a Galiza e Grande Porto (A3 e A28), tenham um percurso tangencial ao território, a auto-estrada A11 garante a integração neste sistema.

De igual forma se pode referir que o sistema ferroviário actual (linha do Minho Porto – Valença - Vigo) serve directamente Barcelos, e mesmo que a programada linha de alta velocidade Porto – Vigo terá,

quando e se concretizada, um impacte muito significativo na inserção de Barcelos em territórios alargados.

Nesta abordagem iremos apenas referenciar os aspectos que nos parecem mais determinantes neste domínio: a matriz espacial e de serviço das redes rodoviária e ferroviária e os serviços de transporte e sua qualidade.

A imagem seguinte representa as redes actualmente existentes:

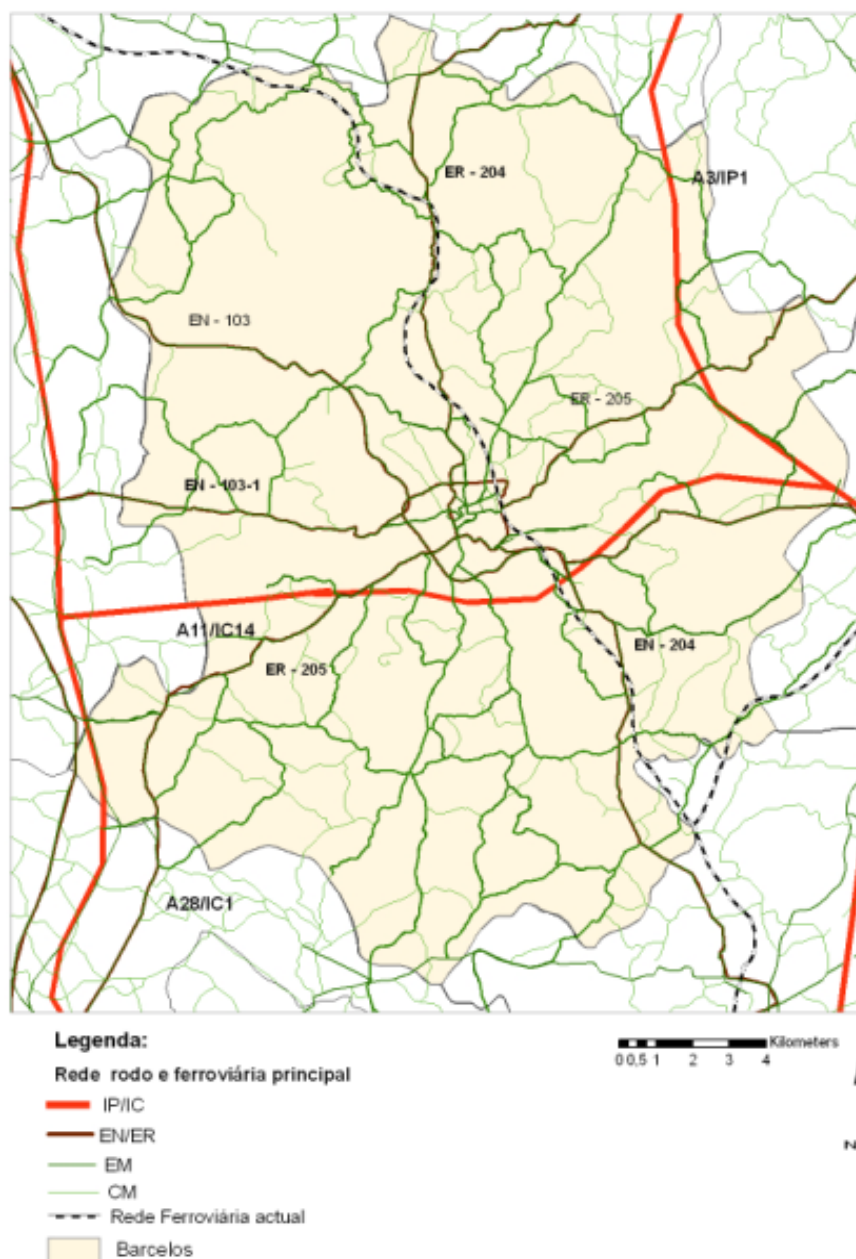


Figura 3: Rede viária

Rede e serviços de transportes rodoviários

A configuração (radial) da rede favorece claramente a centralidade da cidade de Barcelos no território, seja ao nível das ligações internas, seja na conectividade com o exterior. Em muitos casos, devido às condições do terreno e aos fluxos historicamente predominantes, o atravessamento do território ou a ligação entre freguesias/aglomerados faz-se com passagem pelo centro geográfico do município.

A rede viária mais fina (estradas e caminhos municipais) não garante a conectividade muito para além da alimentação do esquema radial básico.

Dada a dimensão territorial do município e o padrão difuso de ocupação, os fluxos automóveis não são diferenciados de forma clara nem têm relação com o nível de serviço das vias que os suportam. Há, por exemplo, vias de serviço urbano que suportam tráfego de pesados de mercadorias, implicando custos financeiros, sociais e ambientais acrescidos, tanto para as empresas como para os residentes.

A rede viária (incluindo os troços intervencionados/ construídos em anos recentes) não contribui para uma melhor organização do território. É densa, mas falta-lhe uma visão de sistema que permita estruturar os fluxos e a ocupação. Também no que respeita à qualidade geral (traçados, conservação, segurança) a situação se pode considerar relativamente deficitária. Uma das consequências da extensão (excessiva?) desta rede, especialmente a municipal, é o custo associado à sua manutenção, que é agravado pela degradação devida à utilização por veículos pesados (de mercadorias, passageiros e agrícolas).

A racionalização de gestão e manutenção da rede de suporte às comunicações rodoviárias está intimamente relacionada com a estratégia do modelo territorial a adoptar (em especial pelo PDM). Mesmo (ou sobretudo) num quadro de dispersão da ocupação do solo, uma organização (hierarquização?) desta rede em subsistemas (de conexão externa; de integração e coesão interna) é um poderoso instrumento de ordenamento do território. É também muito relevante do ponto de vista da competitividade de determinadas actividades económicas, especialmente industriais e (embora numa perspectiva diferente) de turismo. E é, agora num quadro mais específico, um suporte decisivo para a definição de prioridades de intervenção (construção de elos em falta, melhoramento de determinados troços, etc.).

Note-se que a actual configuração e nível de serviço da rede não garantem, por exemplo, o acesso mais eficiente às áreas de acolhimento empresarial mais significativas.

Cabe também aqui referir que a circular urbana à cidade não foi ainda concluída, faltando um pequeno troço a sudeste.

No quadro da CIM Cávado está criado um sistema de informação geográfica da rede viária municipal do Vale do Cávado. Está em fase inicial um projecto de classificação e organização desta rede, no âmbito do programa de capacitação institucional da CIM Cávado (financiado pelo Programa Operacional Norte 2007-2015 do QREN). Estão, portanto, criadas ferramentas que parecem suficientes para inverter a situação no território de Barcelos, sendo recomendável que o município se empenhe no sucesso deste projecto de natureza supramunicipal.



Figura 4: Circular rodoviária (incompleta) à cidade de Barcelos

Para além da configuração radial da rede viária, a centralidade da cidade de Barcelos é também reforçada pelo centro coordenador de transportes, uma infraestrutura de dimensão muito relevante e onde operam as principais empresas prestadoras de serviços de transporte rodoviário de passageiros: RNE – Rede Nacional de Expressos (ligações para todo o país); TRANSDEV (ligações internas no

município e com o espaço regional); RENEX (ligações no eixo da A3/A1, até Lisboa); CávadoTour; Rodoviária do Entre Douro e Minho.

A oferta existente em Barcelos (mais significativa na cidade/ CCT, mas com serviço noutras áreas do município, incluindo ligações directas com cidades no espaço regional) pode considerar-se competitiva, pois oferece diversos níveis de serviço com uma frequência adequada.

As grandes margens de progresso situam-se (i) ao nível das ligações internas ao espaço do município, pois os circuitos a estabelecer podem contribuir para um modelo mais organizado do território e para uma melhor prestação de serviços (a todos os níveis) em áreas mais rurais e remotas; (ii) na definição e oferta de um serviço de características urbanas na área de maior intensidade de fluxos (no interior de um perímetro urbano a definir, abrangendo a Cidade e as áreas limítrofes, e articulando-se com o Quadrilátero Barcelos/ Braga/ Famalicão/ Guimarães); e (iii) na integração com o transporte ferroviário (o CCT e a estação ferroviária localizam-se a alguma distância um do outro e com uma deficiente integração no espaço urbano).

Note-se que a autonomia de intervenção da autarquia é relativamente limitada. No actual quadro legal, pode considerar-se que se circunscreve ao serviço de transportes urbanos (não existentes, mas cuja criação pode ser de iniciativa autárquica), ao transporte escolar ou a soluções negociadas com os operadores.

O diagnóstico realizado (incluindo a auscultação de cidadãos e entidades) realça a importância dos transportes colectivos (não apenas urbanos) no sucesso de algumas estratégias (de dinâmica e centralidade da cidade ou de atractividade e qualidade de vida no meio rural). Emergem mesmo questões que dificilmente serão sustentáveis (técnica e financeiramente) sem grande inovação ao nível dos modelos e dos meios de prestação deste tipo de serviços de transporte (aumento da frequência, alargamento de horários de funcionamento – incluindo nocturno, etc.).

Emerge ainda um facto real: o da falta de conhecimento necessário para que as decisões (os modelos institucionais, as soluções técnicas, o dimensionamento, os circuitos, os custos e benefício associados) sejam devidamente fundamentadas. Por exemplo, o padrão territorial e a caracterização dos fluxos e da procura são apenas percebidos de forma voluntarista, mas nunca quantificados – na actualidade ou de forma prospectiva.

Tal como no caso da rede viária, este conhecimento de base e o estudo de soluções institucionais e técnicas adequadas e sustentáveis deve ser procurado através de uma participação activa (e mesmo liderante) do município de Barcelos no quadro da Associação de Municípios de Fins Específicos do Quadrilátero. A mobilidade é um dos pilares desta rede urbana de proximidade (com Famalicão, Braga e Guimarães), através do projecto Q_Mobilidade, que contempla, na fase inicial, um estudo aprofundado sobre a mobilidade nesta área territorial (que poderá contribuir para aumentar o conhecimento da realidade em Barcelos) e posteriormente o desenvolvimento de ferramentas para a gestão da mobilidade e de soluções institucionais para a coordenação dos serviços e sistemas de transportes (incluindo também o modo ferroviário).

Serviços ferroviários

O concelho de Barcelos é servido pela Linha do Minho (Porto –Valença –Vigo), com várias ligações diárias ao Porto (directas ou articulando com os comboios urbanos do Porto), a Viana do Castelo e a Vigo (2 ligações diárias).

Para além da estação de Barcelos referem-se ainda as estações ou apeadeiros de Carreira (no limite com VN Famalicão), Midões, Silva, Carapeços, Tamel e Durrães. No entanto, apenas a estação ferroviária da cidade disponibiliza o que se podem chamar serviços mínimos de conforto e funcionalidade.

De forma global, pode considerar-se que a qualidade da infraestrutura e o seu nível de serviço são insuficientes para tornar este modo de transporte verdadeiramente competitivo. Acresce que o processo de modernização da Linha do Minho, que a REFER tinha no seu plano de investimentos, foi atrasado pelas indefinições relativas à ligação Porto –Vigo em alta velocidade, projecto actualmente suspenso.

Estão em curso ou previstas até 2012 (na programação publicamente conhecida, mas posta em causa por informações mais recentes) algumas intervenções da REFER destinadas a aumentar os níveis de segurança e a suprimir algumas passagens de nível no percurso entre Barcelos e Valença. Mantém-se, no entanto, um perfil de via única não electrificada e um nível de automatização que não permite a este modo de transporte assumir-se como uma alternativa relevante para o transporte de pessoas e de mercadorias no interior do território municipal e na ligação deste com o exterior:

- Os tempos de percurso são significativamente superiores às alternativas rodoviárias, seja em transporte individual, seja mesmo colectivo.
- A estação ferroviária de Barcelos localiza-se numa área periférica da cidade (em Arcozelo) e a uma distância pedonal ainda significativa (e principalmente desconfortável e insegura) face ao centro coordenador de transportes e ao centro urbano.
- A relativa desactualização do material circulante e das estações resultam em condições de conforto pouco atractivas para os passageiros.
- Para viagens de longo curso, designadamente através da ligação ao serviço Alfa pendular e Intercidades (Braga –Famalicão –Porto –Lisboa), a (des) articulação de horários torna difícil uma viagem integralmente ferroviária Barcelos/ Lisboa com volta no mesmo dia.
- A insignificância do transporte ferroviário de mercadorias, situação agravada pela falta de ligações ferroviárias ao porto de Viana do Castelo. Apenas a estação de Barcelos garante este tipo de serviços.

O Plano Regional de Ordenamento do Norte preconiza a *remodelação da Linha do Minho entre Nine e Viana do Castelo, dotando-a das mesmas características técnicas da restante infra-estrutura que suporta a rede dos comboios “urbanos” da CP (...)* para o período pós 2015. No entanto, esta remodelação parece estar comprometida à partida, tendo em conta o atraso na implementação dos planos de acção e das intervenções da REFER na região, agravado pela situação de crise financeira generalizada e desta empresa em particular.

1.1.3 OCUPAÇÃO DO TERRITÓRIO E SISTEMA URBANO

Padrões de ocupação

O município tem uma área de quase 380 Km² (extensão média de cerca de 25 Km norte-sul e 15 Km nascente -poente), repartida por 89 freguesias.

O Rio Cávado atravessa todo o território concelhio na direcção nascente – poente, dividindo-o aproximadamente a meio e criando um corredor de comunicação e ecológico de inegável importância. A norte, o município é parcialmente limitado/ atravessado pelo Rio Neiva. Do ponto de vista dos valores naturais e da conservação da natureza, para além destes rios principais e de importantes áreas de contínuo florestal, não há elementos assinaláveis no território.

A população total (INE, 2009) é de cerca de 125 mil habitantes, em crescimento moderado (cerca de 2,5 % na última década). A densidade populacional média é de 329 hab/ Km², valor aproximado do que se verifica na NUTS III Cávado e que é quase o dobro da média da Região Norte e triplo da média do Continente.

Esta população distribui-se de forma irregular pelo território, numa estrutura linear ao longo dos eixos viários principais e secundários. Dada a densidade desta rede viária, em algumas áreas do concelho, resulta um modelo de edificação extremamente disperso e promíscuo, com sobreposição de áreas e actividades agrícolas, urbanas/residenciais e rurais.

Pode encarar-se este modelo numa perspectiva positiva, já que permite manter uma ligação íntima entre os hábitos e modos de vida dos residentes com o território rural, no que podemos considerar como uma boa base para um padrão de vida ambiental, social e economicamente sustentável.

Mas as consequências de teor negativo são mais relevantes: riscos para a segurança e a saúde públicas, dada a proximidade entre habitação, actividades agro-pecuárias, indústria e tráfego automóvel, especialmente de pesados; degradação paisagística e pressão para ocupação de solos de valor produtivo ou ecológico; custos acrescidos de infra-estruturação; ausência de concentrações urbanas ou de actividades terciárias que permitam otimizar algumas infra-estruturas e serviços e gerar dinâmicas de vivência urbana atractivas; dificuldade acrescida na compreensão, planeamento, gestão e hierarquização do território e de algumas redes fundamentais; entre outras.

Veremos mais adiante que esta dificuldade associada ao planeamento é demonstrada pelos instrumentos de gestão do território e pela sua incapacidade de inverter ou controlar o processo de dispersão.

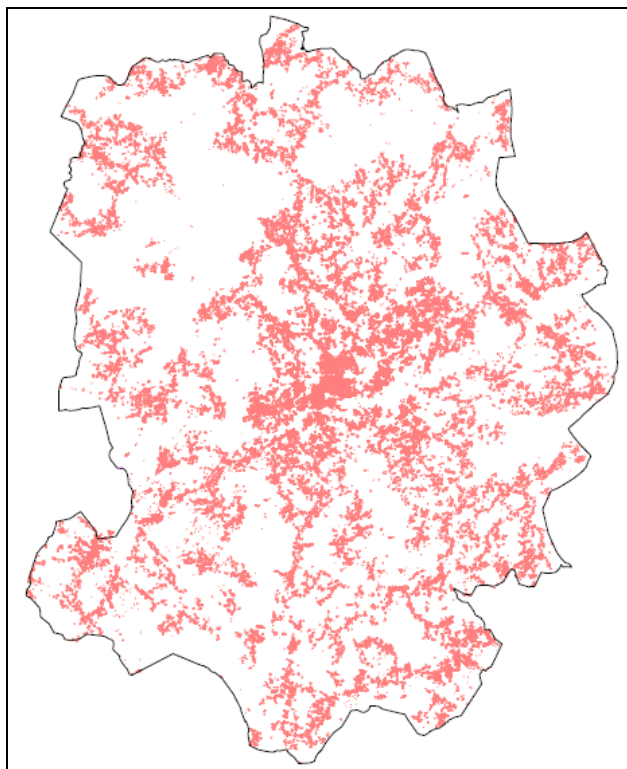


Figura 5: Edificações

Neste quadro territorial, destaca-se apenas um núcleo urbano, a Cidade de Barcelos, com cerca de 20 mil habitantes (limites da cidade estatística/ INE ou do perímetro urbano central do PDM, integrando as freguesias de Barcelos, Barcelinhos e Arcozelo e partes de outras freguesias adjacentes), ou quase 45 mil, se tomarmos a “cidade estratégica”, conceito adoptado no Plano Estratégico da Cidade de Barcelos 1995-1999, que integra uma coroa adicional à cidade estatística, agrupando um total de 16 freguesias.

Para além desta concentração, que, mesmo nesta configuração mais alargada de “cidade estratégica”, representa apenas cerca de 1/3 da população do município; e da já assinalada aproximação à estrutura viária, com relevo para a ligação ao Cávado interior (Braga e Vila Verde), não há uma lógica muito regular na ocupação urbana do território. A população residente reparte-se, na sua maioria, por pequenos lugares com menos de 2.000 habitantes (esta proporção é em Barcelos de cerca de 83% da população residente; a média com os 8 municípios que lhe fazem fronteira é de cerca de 54%; na NUTS III Cávado é de 58%; na Região Norte é de 50%). Mesmo assim, há que referir que os residentes “isolados”, i.e., que residem em edifícios desintegrados de qualquer núcleo construtivo, são em menor proporção do que noutros municípios com o mesmo padrão, como Ponte de Lima, Vila Verde, Guimarães ou Famalicão. Isto pode significar que, mais do que o fenómeno de dispersão em função da propriedade rural se encontra ainda o modelo de pequeno núcleo/ aldeia.

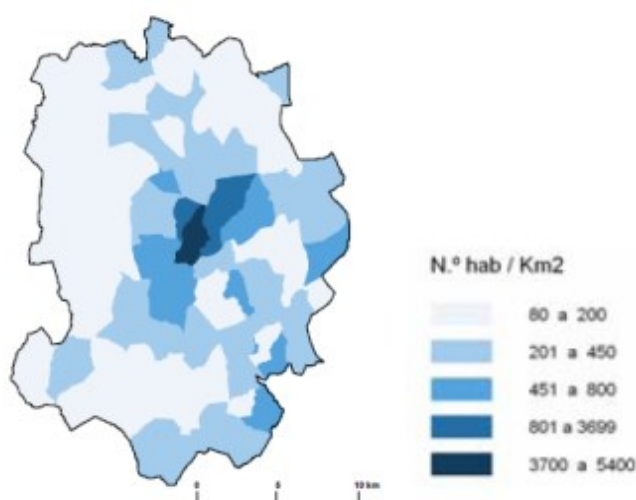


Figura 6: Densidade populacional por freguesia

Fonte: DGOTDU, 2005

Administração territorial

O contexto administrativo (89 freguesias) coloca constrangimentos adicionais à gestão do território, dado que multiplica os centros de poder local e de reivindicação de pequena escala e dificulta exercícios de planeamento de redes de prestação de serviços de proximidade ou de estruturação do sistema urbano e territorial.

A solução que está em discussão no âmbito da revisão do PDM consiste na criação de agrupamento de freguesias que serviriam de base à organização das redes de equipamentos e serviços. Esta opção, que pode efectivamente conduzir a uma racionalização administrativa, é contudo um pouco limitada em alguns aspectos:

- não corresponde a sistemas territoriais previamente existentes e, portanto, implica vencer uma inércia muito forte que a própria dispersão do povoamento traduz;
- tem variantes “sectoriais” (i.e., a configuração óptima ou pertinente dos agrupamentos não é a mesma para todas as temáticas – saúde, educação, acção social,...), o que é confirmado por alguns exercícios de planeamento recentes no município que não adoptaram uma matriz comum (Carta Educativa, Plano de Desenvolvimento Social);
- privilegia a visão de que a prestação de serviços às populações se faz através da localização de equipamentos ou outras estruturas de proximidade, por contraponto a uma visão assente na criação de sistemas de acessibilidade facilitada (combinando a mobilidade das pessoas com sistemas ambulatorios e com a utilização de novas tecnologias de informação e comunicação na prestação de serviços – telemedicina, vigilância no domicílio, etc.), aspecto particularmente crítico face ao padrão difuso da ocupação residencial do território em Barcelos.

Para ultrapassar estas dificuldades haverá que combinar as diferentes perspectivas e assumir algumas opções que, sendo de natureza política, devem assentar em factores de racionalidade, designadamente:

- Encarar o processo como progressivo mas inevitável, no sentido em que os factores culturais e históricos de resistência tenderão a adaptar-se às exigências de qualidade dos serviços e de eficiência e sustentabilidade na gestão pública, que os cidadãos devidamente informados irão a exigir no futuro mais do que hoje.
- Fazer convergir dois processos: o que ocorrerá de forma sistemática na sociedade portuguesa ao nível da reorganização administrativa (em que se encara a fusão de freguesias

Dinâmicas e funcionamento do sistema urbano

Os fluxos casa -trabalho e casa -escola (trata-se dos dados dos Censos 2001, já datados, mas que permitem detectar padrões que não se terão alterado substancialmente) mostram um território onde predominam os movimentos internos ao concelho. Independentemente de alguma desactualização dos dados e do facto de não permitirem uma análise territorialmente mais desagregada (p. ex. ao nível da freguesia), estima-se que 89,7% das pessoas com actividade profissional ou escolar em Barcelos eram residentes no próprio município; e que 82,5% dos activos e estudantes que residiam em Barcelos faziam a sua actividade no município.

Eram 65.361 as pessoas que residiam e trabalhavam em Barcelos. De outros municípios deslocavam-se diariamente para Barcelos 7.308 pessoas (das quais 6.532 para trabalhar). De Barcelos para outros municípios saíam diariamente 13.231 pessoas (9.479 para trabalhar). Barcelos era, portanto, um fornecedor líquido de trabalhadores e estudantes para o exterior, medido em termos de movimentos pendulares diários.

Detalhando um pouco o foco de análise, encontramos um espaço de proximidade com o qual se mantêm fluxos significativos. A partir desse espaço envolvente apenas se registam movimentos residuais: 0,2% (do total de pessoas que trabalham ou estudam em Barcelos) ou 0,8% (do total de residentes em Barcelos que são estudantes ou estão empregados).

No espaço de proximidade destacam-se os seguintes grupos:

- O Quadrilátero, rede urbana constituída por Barcelos, Braga, Famalicão e Guimarães, que mantinha fluxos diários de 5.766 (saídas de Barcelos) e 2.472 (entradas para Barcelos). Braga é claramente o mais significativo, embora Famalicão também seja uma origem -destino muito representativa.
- O Cávado, que para além de Braga e Barcelos inclui outros municípios da NUTS III (destacando-se pelo volume de movimentos pendulares os casos de Esposende e de Vila Verde – este apenas nas entradas para Barcelos). Contrariamente ao núcleo do Quadrilátero, Barcelos mantém com o Vale do Cávado uma relação predominantemente de atracção.
- O Grande Porto, onde se destacam os casos do Porto, de Vila do Conde e da Póvoa de Varzim, e com o qual se regista um saldo favorável às saídas de Barcelos.
- O Minho-Lima (destacando-se Viana do Castelo e Ponte de Lima, únicos casos representativos), também com mais saídas (de) do que entradas (para) Barcelos.
- Por contraste, as regiões urbano -industriais do Ave (exceptuando Guimarães e Famalicão, integrados no Quadrilátero), Tâmega e Sousa, de características socioeconómicas e territoriais e grande proximidade, mantêm relações insignificantes, na ordem de uma centena de deslocações diárias.

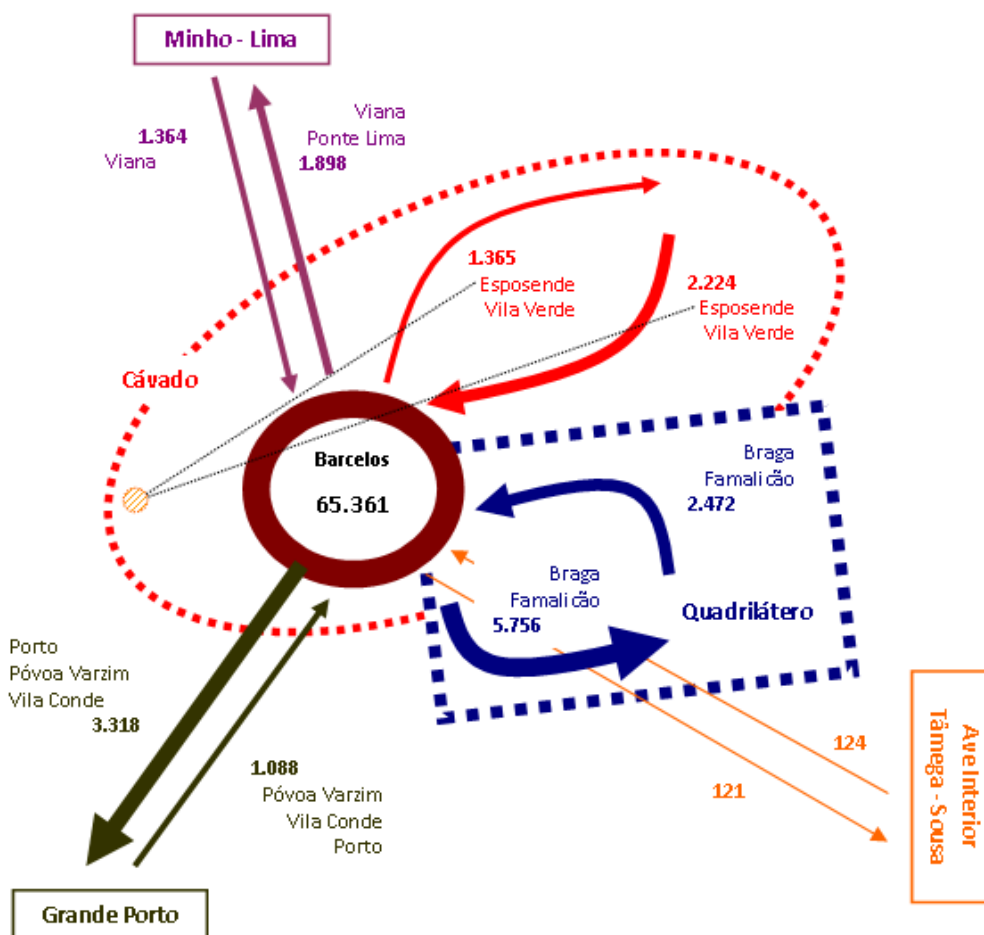


Figura 8: Modelização dos movimentos casa – trabalho - escola (2001)

[O esquema é simbólico, pelo que a referência aos municípios pode não ser coerente com a sua localização geográfica relativa]

Estes dados referem-se à totalidade do espaço municipal, não permitindo aferir directamente a existência de centralidades funcionais no território. Tendo em conta as características de dispersão assinaladas, pelo menos no que respeita às actividades económicas e, portanto, ao emprego, esse potencial de centralidade (que associamos à própria cidade de Barcelos) está ameaçado. Naturalmente, algum potencial reside nos equipamentos e serviços colectivos e nas actividades terciárias (incluindo o comércio), que se concentram sobretudo na cidade. Naturalmente também, há um potencial simbólico associado à centralidade administrativa, histórica e cultural. Mas, mesmo existindo essa centralidade, ela é parcial – só para algumas temáticas e só para algumas áreas territoriais.

Veja-se, em defesa desta leitura, o estudo do INE *Sistema Urbano: Áreas de Influência e Marginalidade Funcional* (também referenciado a 2001), que procura caracterizar o sistema urbano nacional através da análise de hierarquia dos centros urbanos e das interacções que entre eles e com os territórios não urbanos se estabelecem com vista à aquisição de bens e serviços (utilizando um conjunto de 117 funções/ serviços de natureza pública e privada).

Embora reconhecendo a existência de uma grande parte das funções analisadas na cidade de Barcelos (108 das 117 funções analisadas), a verdade é que os respectivos índices de centralidade¹ e

¹ O INE adoptou neste estudo uma definição de índice de centralidade que procura traduzir de forma sintética tanto a extensão das funções prestadas pelo centro urbano como o número de unidades que prestam cada função e a maior ou menor especialização destas.

área de influência² são baixos, por referência à dimensão territorial e demográfica e, principalmente, por comparação com algumas cidades vizinhas.

TABELA 1: ÍNDICE DE CENTRALIDADE (2001)

Índice de centralidade	
1. Lisboa	34,34
3. Porto	19,45
4. Braga	17,25
6. Guimarães	15,87
9. VN Famalicão	14,38
25. Viana do Castelo	9,97
35. Barcelos	8,44

Fonte: INE – Sistema Urbano: Áreas de Influência e Marginalidade Funcional (o número ordinal indica o posicionamento no total de centros urbanos do território continental de Portugal).

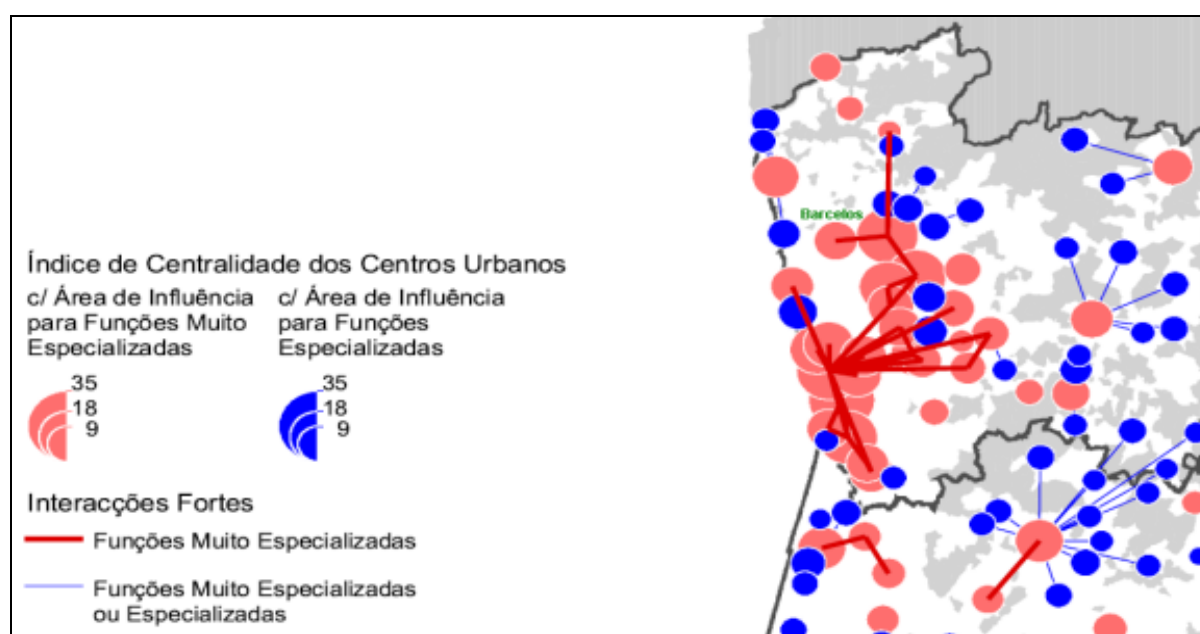


Figura 9: Índice de centralidade 2001

² Neste estudo do INE a área de influência de um centro urbano é definida pelo território que se encontra funcionalmente dependente daquele centro urbano, para um determinado número de funções.

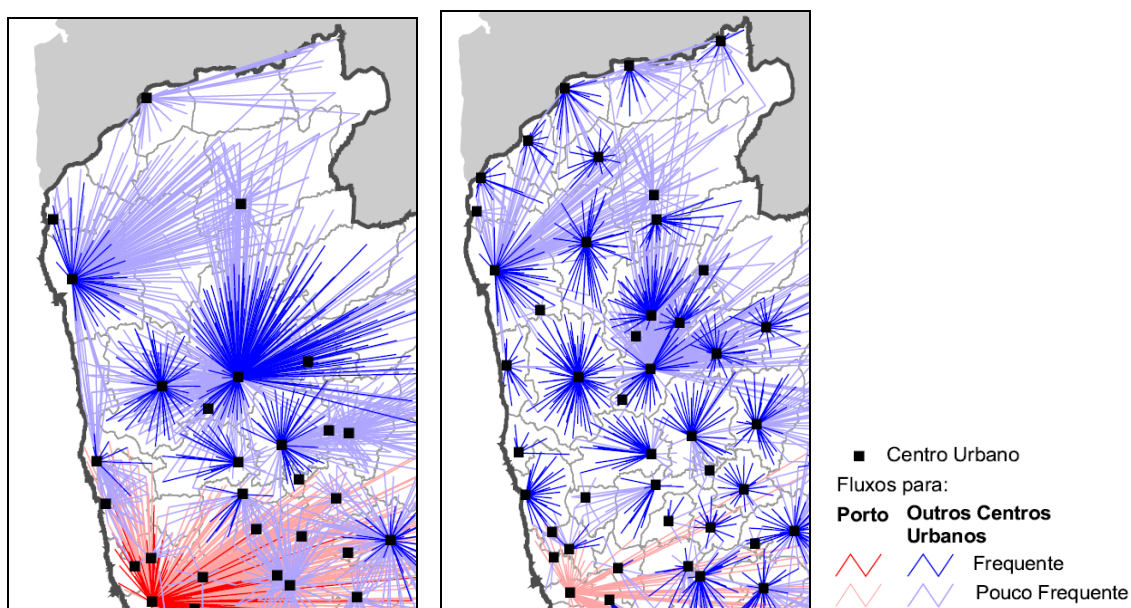


Figura 10: Estrutura de fluxos para acesso a funções muito especializadas (1) e especializadas (2)

Fonte: INE, dados 2001.

A grande conclusão é que a cidade de Barcelos consegue afirmar uma relativa centralidade urbana, mas a sua área de influência não ultrapassa o território municipal.

Se, por um lado, consegue captar alguma população de Esposende (para acesso de menor frequência a funções muito especializadas) o fenómeno inverso ocorre, com maior intensidade, em relação a Braga.

Como veremos adiante, a proposta de PROT Norte confere um estatuto de *Cidade Regional* a Barcelos, o que poderá ser entendido em função da sua dimensão (mais de 40 mil habitantes) e no quadro da sua articulação com um subsistema urbano *em rede* de grande importância (o Quadrilátero), mas que não é demonstrado pela actual dinâmica e afirmação da cidade de Barcelos em espaços alargados.

1.2. SISTEMA DE GESTÃO TERRITORIAL

1.2.1 OS IGT E PLANOS DE ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO EM VIGOR

O território de Barcelos é abrangido, total ou parcialmente, pelos seguintes Planos de Ordenamento do Território:

TABELA 2: INSTRUMENTOS DE GESTÃO TERRITORIAL EM VIGOR.

Tipo de IGT	Designação	Dinâmica	Publicação	DR	Data
Plano Director Municipal	PDM Barcelos	Em revisão.	RCM 64/95	152 IS-B	4/7/1995
Plano Sectorial	Plano de Bacia Hidrográfica do Lima	Está em elaboração o Plano de Gestão das Regiões Hidrográficas do Norte	DR 11/2002	57 IS-B	8/3/2002
Plano Sectorial	Plano de Bacia Hidrográfica do Cávado	Está em elaboração o Plano de Gestão das Regiões Hidrográficas do Norte	DR 17/2002	63 IS-B	15/3/2002

Tipo de IGT	Designação	Dinâmica	Publicação	DR	Data
Plano Sectorial	Plano de Bacia Hidrográfica do Ave	Está em elaboração o Plano de Gestão das Regiões Hidrográficas do Norte	DR 19/2002	67 IS-B	20/3/2002
Plano Sectorial	Plano Regional de Ordenamento Florestal do Baixo Minho	-	DR 17/2007	62 IS	28/3/2007

Fonte: DGOTDU: Sistema Nacional de Informação Territorial, 2011.

Ao nível municipal, para além da revisão do Plano Director Municipal, podemos referir que estão em elaboração os seguintes PMOT:

TABELA 3: INSTRUMENTOS DE GESTÃO TERRITORIAL EM ELABORAÇÃO.

Designação do Plano	Tipo de IGT	Área abrangida	Situação (em elaboração; em vigor); desde (ano)	Em processo de revisão desde (ano)	Observações
Plano de Urbanização de Barcelinhos	Plano de Urbanização	179 <i>ha</i>	Em elaboração; 2002	Revisão desde 2010	
Plano de Urbanização da Zona Norte Nascente	Plano de Urbanização	361 <i>ha</i>	Em elaboração; 2001		
Plano de Urbanização de Galegos Santa Maria	Plano de Urbanização	39,5 <i>ha</i>	Em elaboração; 2002		Discussão pública e ponderação de reclamações
Plano de Pormenor do Complexo Industrial Vouga	Plano de Pormenor	1,5 <i>ha</i>	Em elaboração; 2003		Foi apresentado a Discussão Pública Encontra-se em reformulação por adaptação à legislação
Plano de Pormenor do Complexo Desportivo de Barcelos	Plano de Pormenor	27 <i>ha</i>	Início em 2002 Suspenso em 2007		Com Programa Base
Plano de Pormenor, Salvaguarda e Reabilitação do Centro Histórico de Barcelos	Plano de Pormenor	-----	Início em 1995		Com entrega do Plano (não consta no processo)
Plano de Pormenor de Zona Industrial de Rio Côvo Sta Eugénia	Plano de Pormenor	52,1 <i>ha</i>	Início em 1998		Com Estudo Prévio Com Sistema de Perequação Compensatória

Fonte: CM Barcelos, 2011

Para além destes planos, refira-se que o PNPOT contém orientações gerais aplicáveis a todo o território nacional e que está em fase de aprovação pelo Governo o Plano Regional e Ordenamento do Território PROT Norte. Face a esta situação podem fazer-se alguns comentários:

- Embora a legislação portuguesa organize os diversos IGT numa lógica matricial e de relações de dependência mútuas, a realidade é que há uma certa hierarquia: o PROT contém orientações que devem ser integradas nos PDM, que por sua vez condicionam todo o edifício de planeamento municipal. Portanto, parece ajustado que a revisão do PDM de Barcelos seja feita acautelando as orientações do PROT Norte, se e quando este for aprovado; e que os restantes PMOT (planos de urbanização e de pormenor) sejam elaborados de acordo com a normativa, a estratégia territorial e o sistema de execução do PDM. Naturalmente, isto não significa parar a reflexão e os processos de elaboração, esperando pela aprovação em cascata destes instrumentos, mas tentar uma atitude preventiva em função das directrizes gerais ou específicas que são conhecidas.

- Tendo em conta a leitura algo deficitária que se faz acerca da qualidade urbanística e da organização territorial, em especial na cidade de Barcelos (área central e periferias) – seja a leitura deste Plano Estratégico, seja a que está contida nos próprios documentos de fundamentação e estratégia para a revisão do PDM – parece ser recomendável que os diversos PMOT que incidem sobre o espaço urbano tenham um enquadramento geral (de zonamento, de organização funcional, de espaços -canal, de vocação, etc.) antes de desenvolverem as suas soluções específicas. Tal enquadramento, naturalmente, deverá vir do PDM já na sua (futura) versão actualizada, parecendo que concluí-los no quadro das orientações e directrizes do PDM em vigor não é a melhor solução. Esta referência é, aliás, válida para todos os PMOT, e não apenas para os que incidem no espaço urbano da sede do município.
- De forma geral, parecem excessivos os *timings* para elaboração/ revisão dos PMOT referidos atrás. Sendo uma situação corrente em Portugal (e não apenas ao nível municipal – veja-se o caso do próprio PROT Norte) parece haver aqui margem para alguma racionalização.

1.2.2 AS GRANDES OPÇÕES DE ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO: UMA LEITURA SINTÉTICA

Directrizes estratégicas nacionais e regionais: o PROT Norte

A Lei de Bases da Política de Ordenamento do Território e de Urbanismo define os princípios gerais daquela política e fixa três âmbitos territoriais de actuação para os instrumentos de gestão territorial: o âmbito nacional, o âmbito regional e o âmbito municipal. Os dois primeiros assumem-se como de carácter estratégico para o desenvolvimento territorial, reservando-se para o nível municipal a concretização dos instrumentos de planeamento territorial, únicos (a par dos planos especiais, quando existam) que vinculam, para além da Administração Pública, directamente os particulares.

O Programa Nacional de Política de Ordenamento do Território (PNPOT) é um instrumento de carácter geral e genérico, que estabelece as grandes opções com relevância para a organização do território nacional. O Programa actualmente em vigor foi aprovado pela Lei nº 58/2007, de 4 de Setembro.

No âmbito regional, o processo de planeamento e gestão territorial concretiza-se através dos Planos Regionais de Ordenamento do Território (PROT), instrumentos de desenvolvimento territorial que definem o quadro estratégico do ordenamento da Região, a desenvolver pelos planos municipais e intermunicipais de ordenamento do território.

Os PROT definem o modelo de organização do território regional, estabelecendo a estrutura regional do sistema urbano, das redes de infra-estruturas e equipamentos de interesse regional, e definindo os objectivos e princípios a considerar na localização das actividades e grandes investimentos públicos, a política regional em matéria ambiental, e as orientações e directrizes para o ordenamento do território regional.

O Plano Regional de Ordenamento do Território do Norte – PROT Norte – foi mandado elaborar através da Resolução do Conselho de Ministros nº 29/2006, de 23 de Março, ficando a Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional incumbida de promover a sua elaboração³.

Os trabalhos foram concluídos tecnicamente no primeiro trimestre de 2009. A discussão pública decorreu entre 7 de Julho e 9 de Setembro de 2009.

Não se conhece exactamente qual o ponto de situação da aprovação do PROT pelo Governo. Há pouca informação pública inequívoca sobre as alterações que possam ter sido introduzidas na sequência da discussão pública ou de outro tipo de processos político-administrativos.

Esta situação é relativamente grave, pois não só coloca dificuldades ao processo de revisão do PDM de Barcelos, em curso, como impede a existência de uma estratégia territorial legitimada para o

³ Adaptado de: *Plano Regional de Ordenamento do Território do Norte – Proposta de Plano. Documento elaborado pela CCDR Norte e divulgado no âmbito da Discussão Pública do PROT Norte, de Julho 2009.*

desenvolvimento da Região do Norte e de cada uma das suas partes. Note-se que o próprio documento do PROT diz, na sua introdução: *Com a actual implementação do QREN, os PROT são ainda documentos fundamentais para a definição e avaliação dos programas de acção e de intervenção candidatos ao co-financiamento pelos fundos comunitários.* O QREN iniciou-se em 2007 e conclui-se em 2013.

Opções do modelo territorial do PROT Norte

Nos pontos seguintes faz-se uma referência às opções do modelo territorial do PROT Norte que julgamos mais pertinentes para Barcelos. O cartograma seguinte sintetiza essas opções.

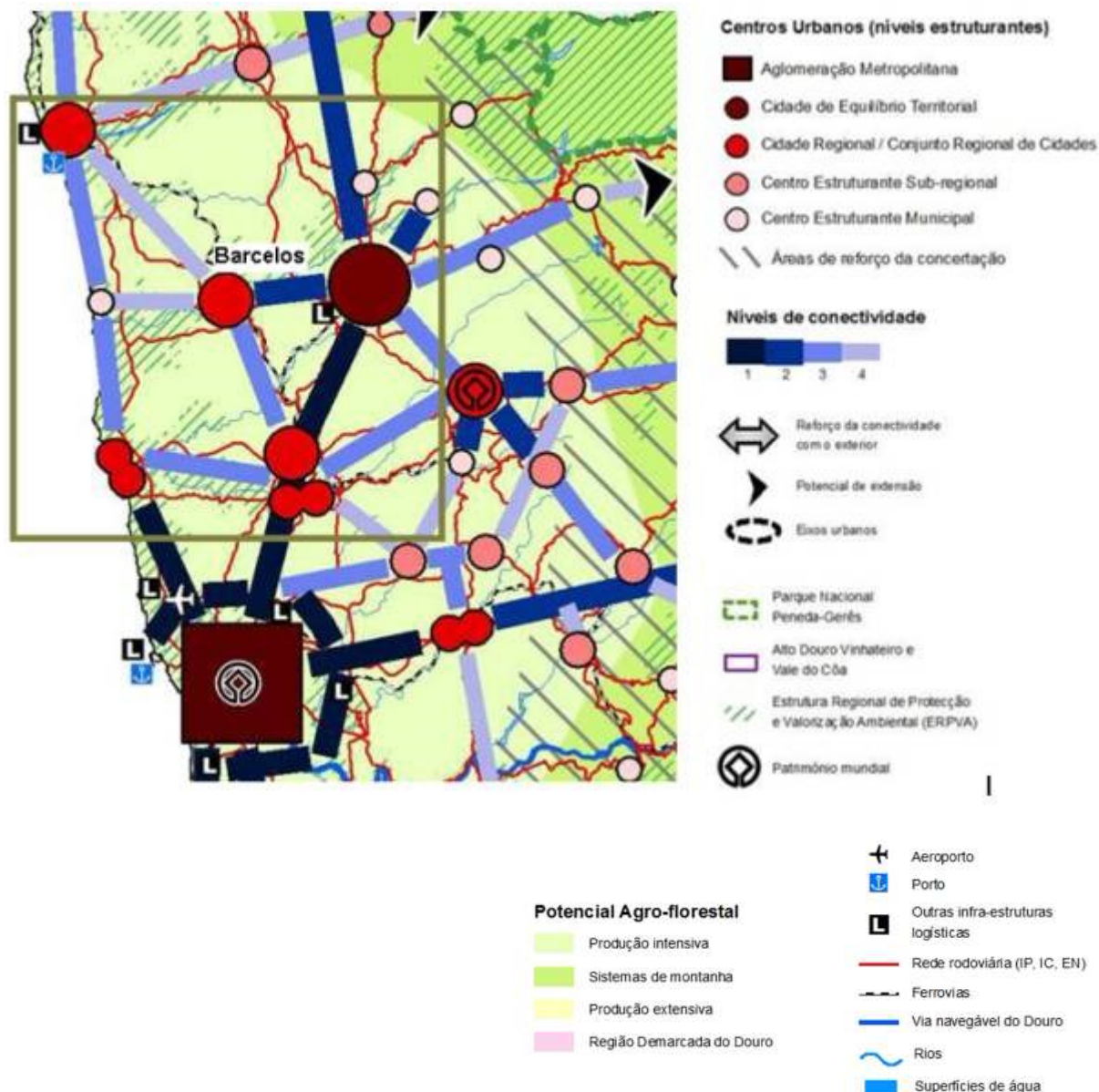


Figura 11: PROT Norte: modelo territorial

Fonte: CCDR Norte – Proposta de PROT Norte, Julho 2009 (versão com as alterações decorrentes da discussão pública, Dezembro 2009).

O PROT Norte organiza o seu modelo territorial em sistemas estruturantes, alguns dos quais fazem referência a elementos relevantes para o município de Barcelos.

Sistema de estruturação funcional

a. Sistema urbano

Na versão do PROT que resulta do processo de discussão pública, a Rede Urbana de Competitividade e Inovação que Barcelos integra (o Quadrilátero) emerge com maior clareza do que em versões anteriores:

Por forma a ordenar o território e a encorajar o policentrismo, considera-se necessário, para além da afirmação da Aglomeração Metropolitana do Porto e de Braga enquanto cidade de equilíbrio territorial, consolidar um conjunto de “âncoras urbanas”, dando prioridade à organização do quadrilátero Braga, Guimarães, Barcelos e Vila Nova de Famalicão, articulado com o triângulo Vila Nova de Famalicão/Santo Tirso/Trofa (...).

A Cidade de Barcelos fica consagrada como Cidade Regional, integrada num Conjunto Regional de Cidades⁴, com Guimarães e Famalicão, que por sua vez se articula com Braga, Cidade de Equilíbrio Territorial.

No entanto, este modelo é pouco consistente, limitando-se a assinalar algumas geometrias no território a partir de critérios quase exclusivamente de “proximidade” e sem analisar fluxos e conexões de qualquer espécie. A referência a esta rede do Quadrilátero fica-se por aquele parágrafo. No resto, o PROT-Norte privilegia o papel de Braga (citamos: reforço da posição no sistema urbano do Norte Litoral onde é histórica a sua influência nos eixos que ligam para Norte até Monção e para Nascente até Montalegre, desenvolvendo redes de complementaridade e sinergias com as aglomerações urbanas envolventes, designadamente com Guimarães, com o triângulo Vila Nova de Famalicão/Santo Tirso/Trofa, e com Barcelos/Esposende); de Guimarães (afirmação internacional pela qualidade urbana do centro histórico e reforço dos relacionamentos entre os centros urbanos de Guimarães, Fafe, Felgueiras, Vizela, Cabeceiras e Celorico de Basto, e do triângulo Vila Nova de Famalicão – Santo Tirso – Trofa (enquanto espaços urbanos estruturadores do modelo difuso de povoamento do Vale do Ave, e potenciando o papel deste conjunto como plataforma de interface entre o Minho e a Aglomeração Metropolitana do Porto).

b. Sistema de conectividades

Os aspectos a relevar estão relacionados com a rede ferroviária. A aposta do PROT é, para o ciclo de investimentos pós-QREN “(...) no ciclo de investimentos pós 2015, que possam desde já influenciar opções de curto e médio prazo a outras escalas (e agentes) de decisão: (...) remodelação da Linha do Minho entre Nine e Viana do Castelo, dotando-a das mesmas características técnicas da restante infra-estrutura que suporta a rede dos comboios “urbanos” da CP, para que esse serviço se possa alargar com o mesmo grau de qualidade às cidades de Barcelos e Viana.”

Há também uma referência a outras infra-estruturas de transporte e logística: *face à localização destas infra-estruturas na proximidade de núcleos urbanos de maior dimensão e potencial como centros distribuidores, considera-se que podem vir a estar reunidas condições para a criação de Centros de Consolidação Urbana de nível sub-regional (...) Braga/ Barcelos.*

Sistema biofísico e patrimonial

No que se refere à Estrutura Regional de Protecção e Valorização Ambiental: em Barcelos apenas são destacadas algumas áreas de continuidade, associadas a corredores hidrográficos (Cávado, Neiva) e a alguns solos agrícolas. Esta perspectiva “proteccionista” associada a solos agrícolas de elevada produtividade deve ser gerida, em termos de normativas de OT, com as devidas precauções, equilibrando critérios de conservação da natureza e critérios relacionados com a competitividade e a sustentabilidade da produção alimentar e do rendimento das famílias e das empresas.

⁴ Núcleos ou conjuntos de núcleos urbanos que desempenham funções essenciais de articulação territorial e evidenciam capacidades para construir e dinamizar redes urbanas.

Sistema de recursos produtivos

Neste Sistema estruturante não há referências explícitas a Barcelos, mas sim a diversos aspectos relevantes para Barcelos, especialmente a importância da *bacia leiteira primária de Entre Douro e Minho*, o ordenamento florestal, as questões ambientais e de protecção de solos agrícolas e as actividades extractivas. Na generalidade dos casos, a estratégia e as normas orientadoras remetem para os PMOT a identificação destes recursos e o seu modelo de ordenamento territorial.

A eficácia das opções estratégicas do PROT

De certa forma, ao nível da estratégia de estruturação do espaço regional e na sua relação com os diversos âmbitos e políticas com incidência territorial, o PROT Norte é generalista e quase se pode considerar inócuo, pois quase apenas assinala tendências e oportunidades.

As verdadeiras implicações poderão colocar-se, para Barcelos, no quadro de alguma normativa de uso e transformação dos solos, aspecto que julgamos não dever ser desenvolvido no âmbito desta Estratégia Regional. As Directrizes do PROT Norte, e em especial o conjunto D12.01 a D12.23, são especialmente relevantes neste domínio.

Tais Directrizes, aliás como a generalidade das opções do modelo territorial do PROT Norte e a territorialização das opções estratégicas de âmbito regional e local, deverão materializar-se nos Instrumentos de Gestão Territorial (IGT) *através da classificação e qualificação do solo, nas diversas escalas e níveis de planeamento, tendo presente as diferentes funcionalidades do solo rural e do solo urbano. Assim, caberá à elaboração e aprovação de Planos Intermunicipais de Ordenamento do Território (PIOT) e dos Planos Municipais de Ordenamento do Território (PMOT) a tarefa determinante na definição dos objectivos e regras de uso do solo nos seus territórios, que depois se materializarão no licenciamento, autorização e fiscalização das acções promovidas pelos diferentes agentes. (...).*

Esta referência aos PIOT parece-nos importante. Os PIOT, como planos territoriais integrados, de carácter estratégico, abrangendo o território de vários municípios (embora de elaboração facultativa), são instrumentos indicados para a concertação de interesses em espaços supra municipais com problemas comuns, nomeadamente derivados da homogeneidade geográfica, de valores e recursos naturais, de infra-estruturas inter-concelhias e serviços comuns. Como se afirma no PROT Norte, *a recente constituição das Comunidades Intermunicipais (CIM) poderá dar uma base político-administrativa que conduza ao aumento do número de PIOT a elaborar na Região do Norte.*

Ora esta orientação é perfeitamente coerente com as opções estratégicas e as recomendações do Plano de Acção para o Vale do Cávado 2007-2013⁵, que propõe a *elaboração de um Plano Intermunicipal de Ordenamento do Território para o Vale do Cávado, que traduzirá, neste território, as estratégias do PROT Norte e do PNPT ou de Planos Sectoriais de Ordenamento do Território, constituindo a base para a revisão dos diversos Planos Directores Municipais. O PIOT Cávado deve incidir sobretudo nos seguintes domínios:*

- *Criação de uma estrutura ecológica intermunicipal (num sentido muito alargado, incluindo valores patrimoniais naturais, culturais, históricos, etc.);*
- *Definição de um sistema urbano regional do Vale do Cávado, actuando a diversas escalas (internacionalização e integração em redes; articulação policêntrica do Vale do Cávado; qualificação do espaço urbano);*
- *Organização de uma rede de espaços de acolhimento empresarial e infra-estruturas de apoio à inovação e desenvolvimento das actividades económicas no Vale do Cávado;*
- *Concepção e fecho de redes de acessibilidades e sistemas de transportes para a coesão e estruturação do território do Cávado e sua integração em espaços territoriais e económicos à escala nacional e internacional.*

⁵ Associação de Municípios do Vale do Cávado/ Comunidade Intermunicipal do Vale do Cávado, 2007.

No actual contexto de políticas públicas, designadamente as ambientais e dos grandes sistemas de prestação de serviços públicos, em que se privilegia o planeamento, a programação e a gestão a partir de escalas territoriais mais pertinentes, designadamente a supramunicipal, parece efectivamente mais adequado recorrer a IGT de escala também supramunicipal para traduzir as grandes directrizes nacionais e regionais aos espaços e subespaços concelhios.

Outra das opções gerais do PROT Norte (concretizando uma orientação do PNPOT) é a da adopção de um modelo geral de contenção da edificação, restringindo as expansões urbanas e a construção em solos rurais.

O quadro inicial de opções estratégicas do PDM de Barcelos

Os trabalhos de revisão do Plano Director Municipal assentam num conjunto de grandes opções que configuram um modelo que é simultaneamente de estrutura territorial (ou seja, que “desenha” o território e o seu esquema de ocupação e funcionamento desejável) e de dinâmica (assumindo opções sobre as políticas e os instrumentos para regular e estimular a transformação, num quadro que relaciona a dimensão territorial com outras: económica, social, ambiental, etc.).

Tendo em conta que este processo é evolutivo e participativo, tais opções podem ainda ser alteradas, tanto mais que está em curso o processo de avaliação ambiental do PDM e que se pode esperar que haja algumas reorientações decorrentes desta própria Estratégia Municipal **Barcelos 2020**. Na fase actual, e de acordo com documentação disponibilizada pela CM Barcelos, podemos sintetizar essas opções⁶.

Como é analisado noutra parte deste relatório, a base produtiva de Barcelos, tal como a dos territórios no espaço regional de proximidade com o mesmo modelo de industrialização, é bastante sensível aos processos de transformação que resultam da globalização económica e da integração monetária do euro. Neste contexto de mudança, acentuam-se algumas vulnerabilidades em alguns dos sectores de actividade mais relevantes (têxtil e vestuário, cerâmica, calçado). Os sintomas, com o desemprego à cabeça, agravaram-se em anos recentes, resultado da associação de crise estrutural com a crise financeira global.

Para além da natural pressão social, e perante cidadãos cada vez mais informados e exigentes, compete à administração em geral e ao Município de Barcelos em particular a incorporação, nas suas políticas, de soluções em que a qualidade esteja sempre presente.

A política de ordenamento do território, transversal e integradora como é, deve ser um exemplo claro dessa aposta na qualidade. O PDM assumirá, assim, uma estratégia de desenvolvimento que tem como objectivo último a melhoria da qualidade de vida das pessoas e será alcançada sobre vários pilares fundamentais, designadamente (i) o emprego e as actividades económicas, (i) a reorganização territorial e (iii) a qualificação.

(i) Como alternativa à perda de emprego na indústria, propõe-se o reforço do comércio e dos serviços, com particular atenção para um novo e decisivo impulso à actividade turística:

- Grande visibilidade ao património natural e construído, como factores potenciadores de investimento turístico. Preservação do espaço rural, onde se localiza todo o património, de forma a eliminar as agressões e permitir a sua valorização.
- Delimitação de uma estrutura viva envolvendo os principais sistemas ecológicos, florestais, agrícolas e culturais. Criar uma rede de corredores verdes e de corredores patrimoniais para dinamizar a riqueza natural e cultural: a grande infra-estrutura verde do concelho, que dará resposta às necessidades de lazer, recreio e fruição da natureza, servindo ao mesmo tempo como um factor de atractividade turística.

⁶ O texto seguinte é adaptado (com algumas notas de crítica ou actualização) de um documento interno da CM Barcelos que sintetiza as opções para a revisão do PDM e que agora se podem considerar em revisão/ reformulação.

- Os espaços urbanos devem continuar a ser reabilitados e requalificados, aumentando assim a atractividade da cidade, com benefício directo para a economia. O ordenamento do território é prioritário, devendo continuar a apostar-se nos Planos de Urbanização e de Pormenor.

No sector industrial, haverá uma forte e reforçada reestruturação, concentrando as unidades industriais em três pólos principais (Pousa, Várzea e Barqueiros), junto, assim, da A3/A14, A14 Barcelos – A14/A28 e pólos de menor expressão para indústrias locais, disseminadas pelos agrupamentos de freguesias. Com esta aposta tentam melhorar-se as condições para atrair novos investidores e retiram-se dos aglomerados urbanos as indústrias e armazéns, melhorando as condições de habitabilidade nas freguesias.

A agricultura é uma referência obrigatória no concelho, pois é o maior produtor de leite nacional e existe um grande número de explorações agrícolas. Este sector é um pilar fundamental na economia de centenas de famílias. Para além disto, desempenha um papel insubstituível na composição e beleza da paisagem rural. Para melhorar as condições de funcionamento dos estabelecimentos e minimizar os seus inconvenientes para os aglomerados populacionais e para o ambiente, serão equacionadas soluções que passam pela relocalização de algumas e criação de uma nova figura de “núcleo rural” que pretende compatibilizar as vacarias existentes com os espaços urbanos marginais aos centros cívicos das freguesias.

(ii) A realidade concelhia, com 89 freguesias que disputam para si os equipamentos, aspirando a tê-los todos no seu território, coloca problemas de gestão que devem ser equacionados e resolvidos.

A escassez de recursos obriga a uma gestão criteriosa, que determina prioridades. Cada equipamento deve ter um número mínimo de utilizadores que torne a sua gestão rentável. A forma proposta pelo PDM (no âmbito da sua revisão) para racionalização da dotação e do acesso aos principais equipamentos, designadamente os que prestam serviços colectivos de proximidade, foi a constituição de agrupamentos de freguesias. Os equipamentos situar-se-iam no interior da nova unidade territorial, optimizando-se a sua acessibilidade através de uma rede de transportes públicos local. Propunha-se a constituição de 13 agrupamentos, dos quais o central corresponde à chamada Cidade Estratégica.

No entanto, alguns dos referenciais de planeamento municipal recentes (como a Carta Educativa e o Plano de Desenvolvimento Social) não assumiram este modelo, adoptando critérios próprios de matriz sectorial, pelo que este é um dossier que deve ser considerado em aberto na revisão do PDM.

(iii) Como o “novo” PDM, coloca-se o acento tónico na qualificação a todos os níveis.

O planeamento e o ordenamento do território serão uma prioridade, de modo a dotar a cidade e as freguesias envolventes de Planos de Urbanização e de Pormenor que controlem a pressão urbanística e ofereçam o “corte” definitivo com periferias de mediocridade. Incentivam-se os investidores e os munícipes a concentrar a sua atenção no centro da cidade, promovendo a sua reabilitação e contrariando a tendência de abandono de alguns dos seus espaços.

Com planeamento urbano e intervenções de grande qualidade, aumenta-se a atractividade da cidade e a identificação dos seus habitantes com ela, promovendo a sua auto-estima.

Nas freguesias, continuará o esforço de qualificação dos centros cívicos e o “arrumar” da casa, retirando dos aglomerados as indústrias e outras actividades incompatíveis com a função habitacional.

O estado de descaracterização de algumas freguesias/ aglomerados determina a necessidade de uma intervenção que permita o tratamento diferenciado dessas áreas consoante as suas características, a sua identidade, assim como ao nível dos serviços e equipamentos que possam ou devam comportar.

Da mesma forma torna-se imprescindível a definição e implementação de medidas que determinem a manutenção das características e actividades em espaço rural. Esta não é uma questão de qualificação por si só, mas sim condição necessária para um integral e eficiente “aproveitamento multifuncional dos espaços rurais, com acolhimento de actividades que contribuam para a sua diversificação e dinamização económica e social, salvaguardando a sustentabilidade ambiental e paisagística desses espaços. (cf. orientações da proposta de PROT Norte).

O PDM deve procurar condições para incrementar a intervenção dos arquitectos nos projectos de maior relevância e para as zonas mais sensíveis do concelho – centro histórico, espaços de alta densidade, corredores verdes e patrimoniais, espaços culturais, espaços turísticos, zonas de equipamentos.

A municipalização de solo urbano é a grande aposta para dar resposta às necessidades habitacionais da população que precisa de maior apoio, designadamente das pessoas que estão a iniciar a sua vida activa, que têm recursos financeiros baixos, que vivem em situações de precariedade ou sobrelotação ou que, tendo recorrido a soluções habitacionais de carácter urbano, precisam de apoio para um tipo de habitação que corresponda ao seu modo de vida na freguesia de origem. Deste modo, serão criadas bolsas de terreno, alargando as oportunidades de habitação unifamiliar nas aldeias.

Também ao nível da base produtiva se devem perseguir novos parâmetros de qualidade. Embora fora do quadro da política de ordenamento e gestão do território, devem fazer-se apostas na atracção de sectores e empresas com um forte conteúdo inovativo e tecnológico (a título de exemplo, a área das energias renováveis corresponde a estes critérios e encontra uma forte relação com a qualificação territorial e ambiental em Barcelos). A normativa a adoptar para a localização empresarial, e designadamente para as áreas de acolhimento empresarial, deve criar condições de discriminação positiva para tais actividades.

Será igualmente recomendável que a fileira correspondente aos sectores industriais tradicionais (têxtil, etc.) seja desenvolvida, captando projectos de investimento que venham estendê-la a montante (concepção e desenvolvimento de produtos, *design*, serviços avançados) e a jusante (*marketing*, comercialização, etc.). Este tipo de estratégia permitirá criar melhores condições de sustentabilidade económica, social e ambiental.

Contribuirá igualmente para a qualificação das pessoas, especialmente ao nível da criação de oportunidades para profissionais com melhores níveis de educação e formação.

A necessidade de revisão e actualização das opções do PDM

Naturalmente, os novos tempos e a nova realidade de planeamento e estratégia recomendam uma actualização destas opções estratégicas. Trata-se de um exercício oportuno, já que não colocará de forma irreparável em causa o ritmo de elaboração do PDM, antes o enriquecerá.

- Há novas opções que resultam da mudança na direcção política do Município. É legítimo que a visão dos novos dirigentes possa ser ponderada nas propostas do PDM.
- O exercício de planeamento estratégico em curso (**Barcelos 2020** Estratégia Municipal) deverá permitir discutir algumas das opções do modelo territorial, ao propor novas orientações e novas prioridades.
- É expectável que a avaliação ambiental do PDM possa incorporar novas opções ou reformular outras.
- Há também um novo quadro de planeamento à escala nacional ou regional (principalmente as directrizes traduzidas no PROT-Norte; mas também planos de natureza sectorial, como o PENT, o PEAASAR, o PN Habitação, o PERSU, etc; a estratégia regional Norte 2020 – Iniciativa competitividade e convergência; o Plano de Acção para o Vale do Cávado 2007-2013; etc). Mas também à escala local/ municipal: Carta Educativa, Plano de Desenvolvimento Social.
- A própria realidade, seja interna (dinâmicas demográficas, questões ambientais, base produtiva, declínio urbano, etc.) seja externa (posicionamento em redes territoriais, globalização e crise económica) mudou, exigindo novas respostas ao nível do planeamento territorial.
- A necessidade de ponderar um planeamento à escala supramunicipal e intermunicipal.

Estas dimensões estão, naturalmente, interligadas, e competirá à equipa do PDM interpretar, em primeira instância, as mudanças e fazer as adaptações necessárias. O Plano Estratégico tentará

clarificar as consequências territoriais das opções de desenvolvimento e fazer as recomendações daí resultantes.

1.3. AMBIENTE, CONSERVAÇÃO DA NATUREZA E PREVENÇÃO DE RISCOS

1.3.1 UM TERRITÓRIO DIVERSO E VULNERÁVEL

Barcelos é um território extenso, com uma paisagem marcada onde coexistem espaços rurais e naturais com uma urbanização e industrialização difusa. Há igualmente particularidades que decorrem da localização numa zona de transição entre o litoral e o interior.

Como veremos de forma mais detalhada nas próximas páginas, o panorama geral que se apresenta corresponde a um quadro de alguma vulnerabilidade em termos ambientais e de risco natural ou tecnológico. Isso decorre da conjugação de uma série de factores, como os seguintes⁷:

- O contexto de grande carência ao nível dos sistemas e serviços relacionados com o ciclo urbano da água e com a drenagem de efluentes industriais e agro-pecuários. Pela sua importância específica, desenvolveremos num ponto seguinte a análise desta temática, deixando no entanto aqui a ideia de que o esforço para atingir níveis de serviço compatíveis com os objectivos das políticas públicas (e com padrões de qualidade de vida, competitividade e sustentabilidade) é ainda imenso em Barcelos.
- A situação de risco de contaminação dos solos e das águas subterrâneas e superficiais (agravada pela referida carência infra-estrutural), decorrentes principalmente de factores como a exploração intensiva para a agricultura e a pecuária (cf. referido adiante), o padrão disperso e desordenado da ocupação e das actividades (dispersão que é natural no caso das actividades primárias, mas já não tanto no caso da urbanização e das actividades de indústria transformadora) e da existência de explorações minerais (caulinos), algumas com actividade pouco clarificada do ponto de vista das suas implicações ambientais (ver ponto adiante).
- Os riscos tecnológicos e as implicações ambientais do padrão industrial disperso não se resumem a questões paisagísticas ou de contaminação das águas. Por via das emissões e resíduos (sólidos, gasosos, líquidos e de ruído) de algumas unidades empresariais e, sobretudo, pela indução de volumes relevantes de tráfego rodoviário de pesados, a qualidade do ar e do ambiente urbano em geral são afectadas em algumas áreas (designadamente residenciais). A segurança de bens e pessoas é igualmente colocada em risco.
- Há outros riscos naturais associados ao povoamento disperso que decorrem da forma desordenada como se foi historicamente implantando. Os trabalhos de revisão do PDM permitiram, por exemplo, identificar 90 casos de edificação em áreas com susceptibilidade de risco de movimento de vertente.
- A evidente qualidade paisagística (floresta, pastagens, rios e margens) que, no entanto, é marcada de forma negativa pela ocupação dispersa e, em grande medida, desordenada (habitação, indústria). Regista-se a grande extensão florestal e a ausência de qualquer área com estatuto de conservação da natureza.
- Uma pouco visível dinâmica pública e participativa em matéria ambiental, se exceptuarmos os casos pontuais de movimentos ou discussão relacionados com as explorações de caulinos ou com a localização de aterros. Os processos mais estruturados, como a Agenda 21 Local (trabalho desenvolvido no quadro da Associação Eixo Atlântico do Noroeste Peninsular) ou a Avaliação Ambiental do Plano Director Municipal (em curso) não têm uma manifestação pública notória.

⁷ Estas notas de diagnóstico baseiam-se em estatísticas e publicações (principalmente Instituto Nacional de Estatística, Marktest Consulting, Agência Portuguesa do Ambiente, Instituto da Água, Entidade Reguladora dos Serviços de Água e Resíduos, Águas do Noroeste, RESULIMA, Universidade do Minho, CIM Cávado, CM Barcelos), alguns documentos e referências na imprensa e informação de natureza qualitativa recolhida no âmbito dos contactos com a CM Barcelos (workshops iniciais com técnicos e responsáveis políticos).

Também não se regista actividade assinalável por parte de associações com temática ambientalista ou de defesa da natureza, que são em pequeno número e de âmbito territorial muito restrito (freguesia).

- Há, no entanto, algumas boas práticas e experiências que devem ser realçadas e são demonstrativas do potencial que esta estrutura territorial e institucional encerra. Por exemplo, identificam-se alguns projectos de cooperação entre bombeiros voluntários, associações, município e Águas do Noroeste no âmbito da remoção dos chamados “monstros” e da limpeza dos leitos e margens dos rios, envolvendo as escolas. Há algumas associações (na generalidade de pequena dimensão e com meios limitados) que monitorizam e alertam para agressões ou disfunções ambientais e desenvolvem projectos educativos. Partilhar estas experiências e agregar novas instituições a uma rede organizada pode ser um caminho que valoriza a diversidade, anulando a tendência de fragmentação.
- Potencial para a exploração de energias renováveis (destacando-se a biomassa florestal e agrícola/ pecuária), que coexiste no entanto com um contexto de baixa eficiência energética global.

Independentemente dos aspectos específicos, deve ter-se sempre presente que as questões ambientais tendem a ser atendidas pelas políticas públicas numa perspectiva que de cada vez mais apela para comportamentos e acções concertadas em espaços territoriais adequados a cada domínio em concreto, não sendo recomendável a adopção de soluções locais ou municipais sem o devido enquadramento a escalas mais globais.

Estas escalas concretizam-se em Barcelos através (i) da integração em sistemas multimunicipais do ciclo urbano da água (Águas do Noroeste) e dos resíduos (RESULIMA), (ii) de alguns projectos de carácter intermunicipal, no âmbito da CIM Cávado (designadamente nos domínios do património natural, faixas ribeirinhas em particular, da monitorização da rede viária, da segurança nas escolas) e (iii) da AMFE_Quadrilátero (construção e mobilidade sustentável).

Alguns dos aspectos referidos são desenvolvidos nos pontos seguintes.

1.3.2 DÉFICE HISTÓRICO E PERSISTENTE DOS NÍVEIS DE ATENDIMENTO POR INFRAESTRUTURAS AMBIENTAIS

Como referimos, e porque se trata de matéria muito relevante no município e no quadro da intervenção autárquica, a temática dos serviços da água (e também dos resíduos, embora neste caso sem a mesma gravidade) é muito relevante, por Barcelos apresentar uma situação bastante deficitária.

Ciclo urbano da água

Os domínios do **abastecimento de água e do saneamento de águas residuais** têm constituído em toda a região do Cávado (como em todo o país) um domínio prioritário de investimento público nos últimos anos.

Embora se possa afirmar que, em termos gerais, a progressão foi notável, a realidade é que, perante uma situação de partida muito desfavorável e face a modelos de intervenção algo desarticulados, os resultados ainda não atingiram as metas pretendidas e subsistem alguns problemas, conforme é, de forma simplificada, demonstrado pela tabela seguinte.

TABELA 4: ALGUNS INDICADORES SOBRE SERVIÇOS DO CICLO URBANO DA ÁGUA

	<i>Barcelos</i>	<i>NUTS III Cávado</i>	<i>Região Norte</i>	<i>Continente</i>	<i>Valor de referência</i>
População residente com abastecimento domiciliário público de água (% , 2006 e 2008)	79 - nd	85 - 99	83 - 90	90 - 94	95
População servida com sistema de recolha domiciliário de águas residuais (% , 2006 e 2008)	47 - nd	66 - 79	67 - 72	77 - 81	90

	Barcelos	NUTS III Cávado	Região Norte	Continente	Valor de referência
Consumo de água por habitante (m ³ /ano, 2006 e 2008)	37 - nd	49 - 51	42 - 47	50 - 62	-
Perdas do sistema de abastecimento de água (% do caudal captado, 2003)	45 ⁸	40	-	30	20
Taxa de cobertura das despesas pelas receitas na gestão de águas residuais (% , 2003)	31	36	-	67	100

Fonte: INE, Anuários Estatísticos da Região Norte 2006, 2009 e 2010. INSAAR/ INAG.

Notas:

Os indicadores do município de Barcelos apenas referem o ano de 2006, já que os dados de 2008 não estão disponíveis.

Os valores de referência indicados são as metas da Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável e do PEAASAR para 2015.

Estes indicadores básicos permitem concluir que Barcelos está numa situação muito desfavorável quando comparado com o contexto regional e com as metas que as políticas públicas se propõem atingir num prazo muito curto. A sua situação relativa aproxima-se da região do Vale do Ave e muito abaixo de municípios vizinhos, no Minho -Lima, Cávado ou Grande Porto.

Para além da questão quantitativa (taxas de atendimento), também a qualidade dos sistemas e a sua racionalidade de exploração apresentam indicadores muito longe dos padrões pretendidos e mesmo dos já atingidos noutras regiões.

Mesmo admitindo um cenário optimista de cumprimento do plano de investimentos da Águas do Noroeste (sistema multimunicipal – em alta – no qual Barcelos se integra), que prevê atingir, em 2015, as metas fixadas tanto para o abastecimento de água como para as águas residuais, isso não significará que os cidadãos e as empresas em Barcelos passarão a dispor de um serviço universal, regular e de qualidade. A disponibilização de sistemas funcionais em alta não significa que as redes em baixa estejam concluídas e em funcionamento.

As principais razões para tomar este cenário como o mais provável:

- (i) A situação de partida, que é mais deficitária em Barcelos do que na generalidade dos municípios das bacias do Cávado, Ave e Minho –Lima, obrigando a um esforço muito mais significativo. O padrão territorial de grande dispersão e extensão agrava a situação, pois não só cria dificuldades técnicas à concretização das redes em baixa como encarece a execução dos projectos. O tipo de aglomerados e povoamento disperso típico deste território justifica a menor abrangência dos sistemas de saneamento aconselhando, provavelmente, uma estratégia complementar focada em sistemas descentralizados, de baixo custo energético.
- (ii) Os sistemas domiciliários (em baixa) de abastecimento de água e saneamento de águas residuais estão concessionados pelo município (à empresa Águas de Barcelos) até 2035, num processo que tem gerado tensões de natureza política e contratual, por um lado, e por outro de natureza social (devido ao aumento do preço dos serviços no consumidor). Este tipo de conflitos tenderá a dificultar o ritmo de construção, substituição e manutenção das redes e sistemas.

Uma estimativa realizada em 2008, no âmbito do Programa de Acção Intermunicipal de Serviços Colectivos Territoriais de Proximidade do Cávado (CIM Cávado), identificava algumas necessidades de investimento para completar os sistemas:

- Para abastecimento de água em alta, cerca de 11 milhões de euros, dos quais 5,5 milhões de primeira prioridade. A responsabilidade deste investimento é das Águas do Noroeste.

⁸ Dados de 2010 da empresa Águas de Barcelos revelam que, após os investimentos realizados nos últimos anos, as perdas situam-se na ordem dos 28% na rede, o que significa um progresso notável.

- Para saneamento de águas residuais, sistemas em alta e em baixa, cerca de 26 milhões de euros, dos quais quase 8 milhões de primeira prioridade. Este investimento é partilhado entre as Águas do Noroeste (componentes alta, como as ETAR) e a CM Barcelos/ Águas de Barcelos.
- Para abastecimento de água em baixa (concessionada à Águas de Barcelos), a estimativa de necessidade de investimento para atingir a cobertura de 95% da população situa-se entre os 50 e os 100 milhões de euros (inclui os investimentos em substituição de redes até ao final da concessão, por 30 anos).

Conclui-se, em síntese, que o dossiê *infra-estruturas da água* constitui um dos principais focos de preocupação no que se refere à sustentabilidade do processo de desenvolvimento em Barcelos.

Esta questão não pode ainda dissociar-se das implicações ambientais das actividades agrícolas e pecuárias, mais dificilmente controláveis a partir de uma lógica meramente infra-estrutural. A designação de *zona vulnerável e zona sensível*, ao abrigo da *Directiva nitratos*, vai também implicar um esforço adicional para que o seu quadro normativo seja cumprido na Região do Vale do Cávado e, em especial, em Barcelos.

Gestão de resíduos

No que respeita à **recolha e destino final dos resíduos sólidos**, Barcelos integra o Sistema Multimunicipal de Triagem, Recolha Selectiva, Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos do Vale do Lima e Baixo Cávado, gerido pela RESULIMA.

Do ponto de vista da recolha não parecem existir problemas graves a assinalar. Um estudo da DECO PROTESTE (2006) classificou o serviço de recolha selectiva em Barcelos com uma pontuação de 3 (escala com máximo de 4 pontos), assinalando a existência de 257 ecopontos (1 ecoponto para cada 475 habitantes, valor aceitável) distribuídos pelo território. Esta rede está ainda em progressão/consolidação, pelo que a situação tenderá a atingir rapidamente um bom nível de atendimento.

Os aspectos menos positivos: o número de locais com “pilhão” (apenas 12) e a inexistência de ecocentros no município, que demonstra o estado de desenvolvimento incipiente da rede de recolha *separativa* de resíduos (Barcelos tem os piores indicadores de todos os municípios que integram a RESULIMA).

Está em funcionamento um sistema de recolha domiciliário de “monstros” ou “monos”, mediante marcação prévia com a autarquia.

No entanto, importa reter que existe um risco ambiental associado a um conjunto significativo de focos de poluição derivados da deposição ilegal de resíduos e que em Barcelos esses focos são bastante representativos. Em 2004, num estudo efectuado pela Universidade do Minho /Departamento de Engenharia Biológica, foram inventariados na área do Vale do Cávado 17 locais potencialmente contaminados.⁹ Os locais em que se registou este tipo de comportamento na Região do Vale do Cávado são apresentados na figura seguinte:

⁹ Os locais inventariados foram analisados segundo três sub -índices de incidência ambiental, de forma a avaliar os impactes decorrentes das características físicas dos resíduos (*Incidência Física*), da envolvente das áreas identificadas como potencialmente contaminadas (*Incidência da Envolvente*) e das condicionantes que eventualmente atribuam às mesmas um estatuto de especial importância ou susceptibilidade em termos ecológicos (*Incidência das Condicionantes*). Estes sub -índices foram posteriormente agregados de forma a definir uma escala crescente de potencial de contaminação (traduzido num Grau de Incidência Ambiental – Grau 1: $IA < 16,5$; Grau 2: $16,5 \leq IA < 20,0$; Grau 3: $20,0 \leq IA < 24,0$; Grau 4: $\geq 24,0$).

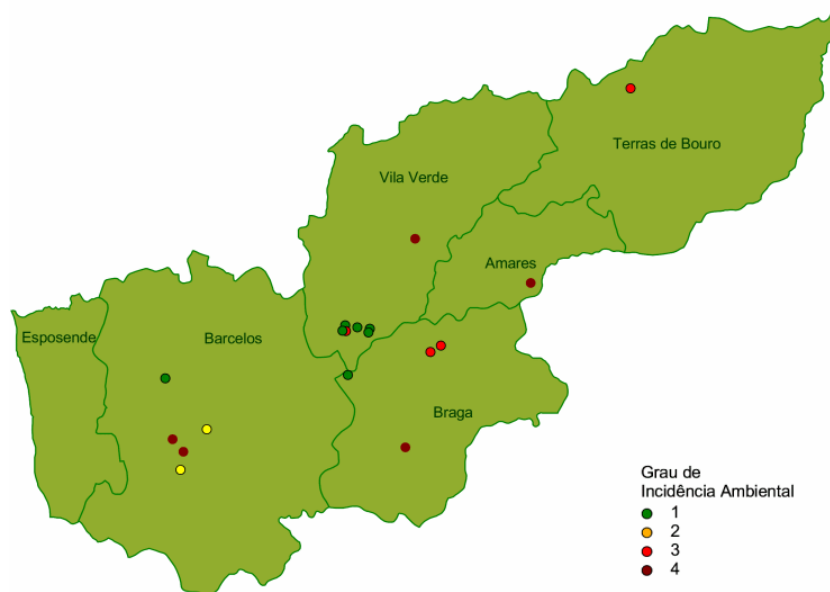


Figura 12: Locais de deposição ilegal de resíduos no Vale do Cávado

Fonte: Universidade do Minho, 2004

De acordo com as orientações de política pública, o sector tenderá a evoluir de um conjunto de infra-estruturas cujos núcleos centrais são tecnossistemas baseados no confinamento em aterro para uma outra perspectiva centrada na valorização de resíduos. Este novo paradigma considera os resíduos como recursos, numa abordagem de recuperação de valor, procurando eliminar destinos finais que não tenham a função de valorização. A RESULIMA, que trabalha nessa perspectiva, dispõe de dois ecocentros, uma central de triagem e uma estação de transferência, não se localizando nenhuma destas infra-estruturas em Barcelos.

Recentemente a Câmara Municipal aprovou a localização do futuro aterro sanitário da RESULIMA na freguesia de Paradela, em consenso com a respectiva Junta de Freguesia e com a própria RESULIMA.

Neste quadro, as linhas de trabalho que importa reter para o município de Barcelos são as seguintes:

- Educação e sensibilização ambiental das populações e das empresas, no sentido de controlar na origem a produção de resíduos.
- Optimização dos circuitos de recolha de RSU, incluindo sistemas de controlo e vigilância automática dos contentores e modernização da frota.
- Aposta em soluções para resíduos produzidos pelas actividades económicas mais relevantes, como é o caso da agro-pecuária e da floresta (através de uma central de valorização específica – compostagem para produção de fertilizantes; ou soluções de produção energética - biomassa), da indústria (solução final para resíduos industriais banais) e da construção civil (valorização de resíduos inertes).

Em qualquer das temáticas assinaladas, uma parceria entre a RESULIMA, a Câmara Municipal e associações empresariais/ empresas permitiriam avançar com soluções supra-municipais, assumindo-se Barcelos como um município liderante da questão dos resíduos na região.

1.3.3 AS ACTIVIDADES AGRÍCOLAS E FLORESTAIS: QUESTÕES AMBIENTAIS

As actividades agrícolas e florestais utilizam os recursos naturais solo e biodiversidade como principais factores de produção e, por esta via, tornam-se uma componente central no funcionamento dos ecossistemas, podendo contribuir para a qualidade e equilíbrio do ambiente ou, pelo contrário, produzir situações de perigo e degradação. As tendências de especialização, intensificação e

concentração produtiva respondem a objectivos de maximização das produções comercializáveis e de crescimento na produtividade do trabalho. Neste sentido contribuem para que a agricultura se aproxime dos outros sectores na sua capacidade para gerar rendimentos. Mas estas tendências correspondem também a uma maior interferência e modificação do meio natural pelas tecnologias e práticas agrícolas, reduzindo a biodiversidade e dando origem a formas de poluição pelo uso crescente de combustíveis fósseis, fertilizantes, alimentos concentrados e produtos fitofarmacêuticos de síntese.

Os sistemas agrícolas tradicionais do noroeste integravam a floresta e a agricultura em sistemas de cultivo com baixos níveis de incorporação de consumos intermédios vindos do exterior. A agricultura em Barcelos evoluiu para um modelo intensivo de elevada produtividade, muito dependente de consumos intermédios, e a floresta desligou-se da agricultura, passando a caracterizar-se pela produção de bens lenhosos através de manchas monoculturais de pinheiro ou eucalipto. Esta evolução foi vantajosa em termos económicos para os agricultores, mas teve como consequência levar «...ao progressivo desaparecimento dos valores culturais e ao aumento dos danos ecológicos» (VVAA, 2007¹⁰) reduzindo sensivelmente o valor do património natural e paisagístico preexistente. O diagnóstico do Plano de Bacia Primária do EDM (VVAA, 2007) caracteriza a paisagem como «descaracterizada», pobre em biodiversidade, sobretudo devido à escassez de áreas naturais e à fragmentação dos habitats pela urbanização e pelo sistema viário denso.

As questões ambientais ligadas às actividades agrícolas assumem particular relevância devido a dois factores:

- A proximidade, mesmo sobreposição, entre áreas agrícolas, explorações leiteiras e áreas habitacionais, gerando situações de conflito entre estas funções.
- A existência de uma área especialmente vulnerável aos efeitos prejudiciais dos poluentes de origem agrícolas em termos de contaminação da água – a Zona Vulnerável nº 1 ou Aquífero Livre de Esposende/Vila do Conde, com área aumentada pela Portaria nº 833/2005, passando a incluir 18,4% da superfície municipal de Barcelos a sudoeste.



Figura 13: Zona Vulnerável nº 1 no Concelho de Barcelos.

¹⁰ VVAA, 2007, Plano de Ordenamento da Bacia Leiteira Primária do Entre Douro e Minho, DRAEDM, IDARN, ESA-IPVC e CIBIO (UP).

As tendências na evolução do uso e ocupação do solo, os processos ligados ao licenciamento das explorações pecuárias e a situação das manchas florestais no concelho merecem uma atenção detalhada nos seguintes pontos.

Evolução do uso e ocupação do solo

Num concelho com 83,5% da área ocupada com usos agro-florestais, no espaço temporal entre 1990-2005 identificaram-se algumas tendências que são bem evidentes das alterações não só em termos agrícolas mas também ambientais, económicas, e demográficas. Em 2005, as ocupações florestais eram as predominantes, correspondendo a 42,6%, seguidas da agricultura (40,8%) e do urbano e infra-estruturas (16%).

O aumento das áreas urbanas para praticamente o dobro foi a principal mudança assinalada pela análise da ocupação e uso do solo nestes 15 anos. Em destaque, pelo aumento acentuado, estiveram ainda os espaços sem ou com pouca vegetação. Pelo contrário, as áreas de floresta foram as que apresentaram maior diminuição, com particular ênfase para o eucalipto, apesar de continuar a ser a principal espécie florestal. A área florestal encontra-se distribuída pelas zonas mais elevadas do concelho, porém face à ocorrência de incêndios florestais, esses espaços têm vindo a transformar-se em áreas semi-degradadas, ocupadas por espaços sem ou com pouca vegetação ou por florestas degradadas.

A análise detalhada da matriz de transição dos usos do solo permite concluir que o crescimento urbano fez-se maioritariamente por declínio das áreas agrícolas e da floresta de eucalipto. No entanto as áreas agrícolas não apresentam diminuições tão acentuadas como noutros concelhos da Região Norte, isto porque ocuparam áreas florestais de eucalipto e pinheiro. A diminuição da área florestal em 16,8%, ficou a dever-se principalmente à redução da área de eucalipto (-11%) e de pinheiro (-18%) sendo que a floresta de eucalipto transitou maioritariamente para floresta de pinheiro e área agrícola e a floresta de pinheiro tornou-se eucalipto e área agrícola.

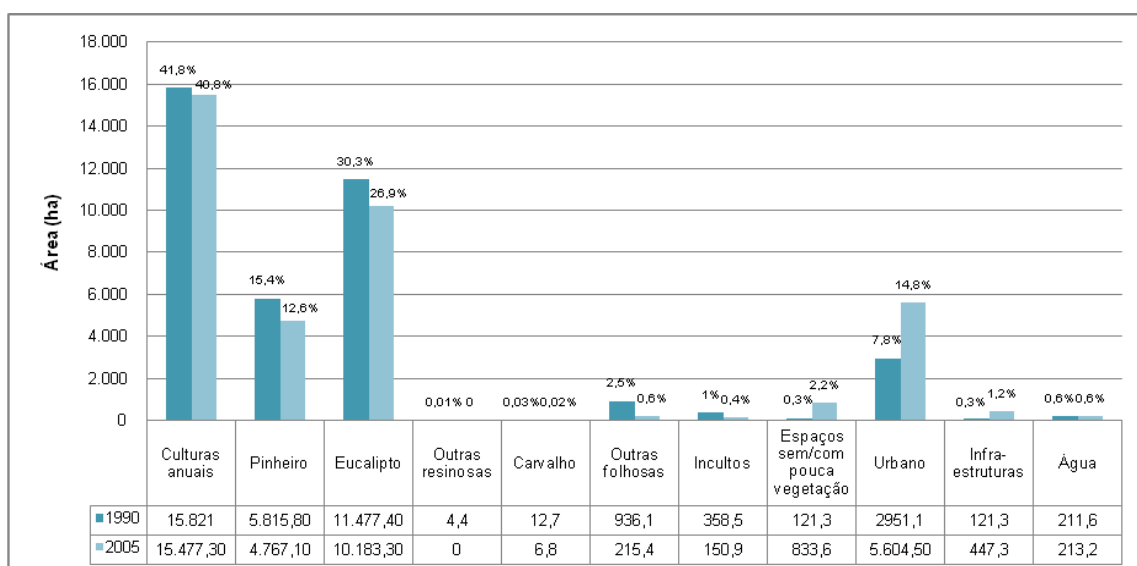


Figura 14: Evolução da ocupação do solo (1990-2005)

Fonte: COS (1990, 2005), IGP

Na distribuição espacial da evolução da ocupação do solo entre 1990 e 2005 é possível verificar que a expansão da área urbana ocorreu sobretudo complementando áreas urbanas já existentes, preenchendo ou unindo espacialmente as áreas de 1990 e ocupando quer o espaço agrícola quer o florestal. Embora decrescendo 1,8% na representação territorial, surgiram novas áreas de floresta de pinheiro sobretudo no Norte do concelho (10, 11), já as áreas de floresta de eucalipto surgiram maioritariamente a Este e a Oeste do concelho (2, 5 e 13), e desapareceram nos agrupamentos limítrofes a Norte e a Oeste (10,11, 12, 13).

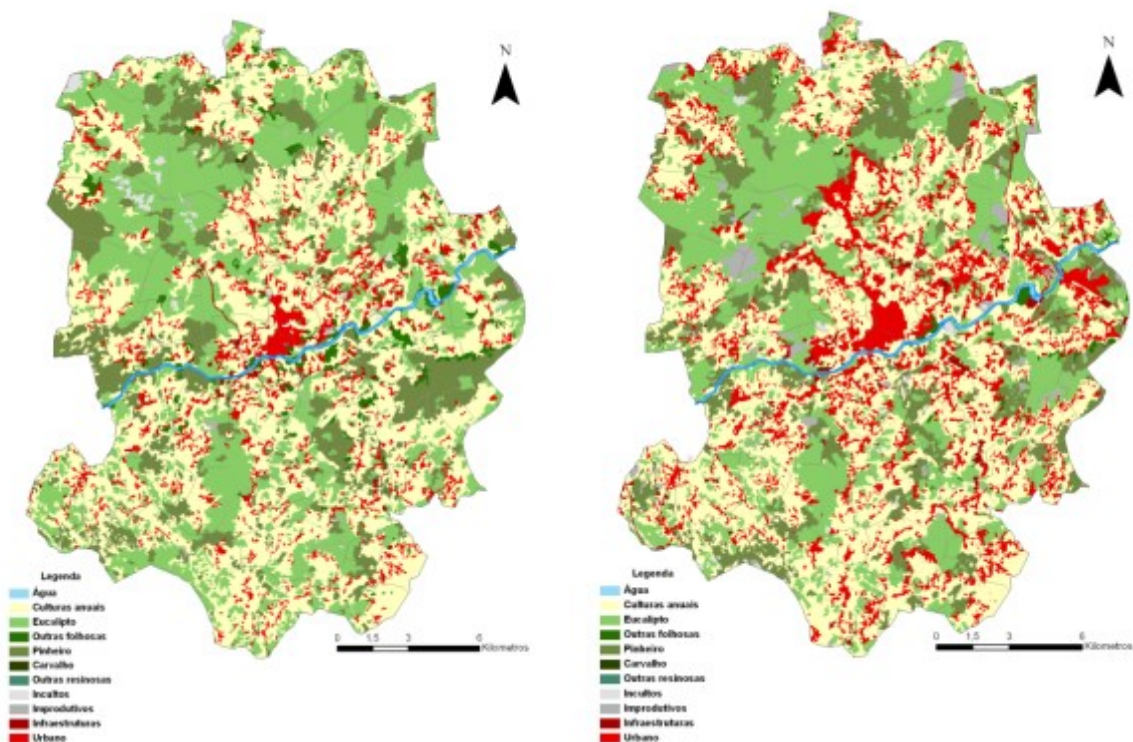


Figura 15: Análise geográfica da evolução da ocupação do solo (1990-2005)

Agricultura e ambiente

O modelo de explorações intensivas de bovinos de leite, com maximização do uso da terra, elevados encabeçamentos animais por superfície e com instalações animais adjacentes às habitações dos agricultores, conjugado com o modelo de desenvolvimento urbano permissivo da urbanização dos solos agrícolas e expansivo das áreas urbanas existentes, levaram a que nos dias de hoje, muitas áreas urbanas sejam afectadas por problemas de qualidade do ar e da água, tendo como resultado uma diminuição da qualidade de vida e bem-estar dos habitantes.

A eco-condicionalidade das medidas de apoio à agricultura e o novo regime jurídico de licenciamento das explorações de bovinos são expressões da mudança política em direcção a maiores exigências ambientais sobre os processos produtivos, associadas a requisitos mais também mais fortes ao nível da qualidade e segurança alimentar e do bem-estar animal. Estas mudanças vieram para ficar e os agricultores já estão plenamente envolvidos nestas dinâmicas. No entanto, este processo não tem sido fácil. Inicialmente previsto para 31/12/2008 o prazo limite para o licenciamento das explorações foi sucessivamente prorrogado e, em Janeiro de 2011 ainda não está concluído.

No Plano de Bacia Leiteira Primária do Entre-Douro e Minho (2007) salienta-se a necessidade de reforço do apoio técnico e administrativo aos agricultores neste processo de adaptação, que poderá ver-se como uma oportunidade para novas dinâmicas de inovação. O futuro da PAC vai manter, senão acentuar, esta dimensão ambiental e de protecção dos consumidores, da saúde pública e do bem-estar animal como prioridades. Neste sentido há muito a fazer para encontrar alternativas, novos modelos de produção e novas orientações produtivas que, dentro de altos padrões de sustentabilidade ambiental, sejam competitivos a nível global.

As florestas

Em Barcelos há manchas florestais contíguas importantes, sobretudo na metade norte do concelho, dominadas pelo pinheiro e pelo eucalipto. As características destas manchas florestais estão associadas à exploração dos bens lenhosos, em regime intensivo, embora sujeito às dificuldades da

pequena propriedade. Não há no concelho Zonas de Intervenção Florestal, um mecanismo de associação de proprietários que visa melhorar as condições de gestão das pequenas propriedades e que aumenta a elegibilidade das propriedades a apoios no âmbito das políticas sectoriais (PRODER).

A redução da superfície ocupada com florestas ocorrida entre 1990 e 2005 é considerada altamente indesejável em termos ambientais. Face à pressão ambiental que caracteriza quer os sistemas agrícolas quer os usos urbanos no concelho, os espaços florestais constituem um último reduto enquanto áreas naturais, factores de diversidade na paisagem e elementos chave na protecção de flora e fauna mais sensíveis. Este papel seria ainda mais significativo se o elenco arbóreo não estivesse tão exclusivamente formado por pinheiro-bravo e eucalipto, mas abrangesse áreas mais extensas de carvalho, castanheiro e outras folhosas.

As manchas florestais existentes, em conjunto com as galerias ripícolas do Neiva e Cávado e alguns bosquetes residuais em áreas agrícolas têm um valor ambiental e paisagístico muito significativo e devem ser preservadas, melhoradas e, se possível, ampliadas. A evolução no sentido de uma floresta multifuncional, que além da produção de bens lenhosos associe outros usos – recreativo, turístico, de sensibilização ambiental – poderá ser uma mais-valia no sentido de um desenvolvimento sustentável e da qualidade de vida.

As áreas florestais enfrentam como principal risco os fogos florestais. Entre 1980 e 2006 registaram-se no concelho de Barcelos 7.366 incêndios florestais, e uma área ardida de 8.989,7 ha, o equivalente a 27% da superfície do concelho, resultando numa área ardida média por ocorrência de 1,2 ha. Embora sejam registados mais incêndios em Barcelos do que nos concelhos limítrofes de Ponte de Lima e Viana do Castelo, a área ardida é muito inferior, sendo a média por ocorrência 1/5 da área ardida destes concelhos.

Segundo o PMDFCI, a distribuição espacial demonstra que os incêndios florestais de maiores dimensões ocorrem essencialmente a Noroeste do concelho, (S. Gonçalo, na faixa intermédias dos agrupamentos de freguesia 12,13, 10 e 7. A Este registaram-se áreas ardidas de média dimensão associadas às principais elevações (Portela, Montes do Lousado e Facho, Crasto e Airó) e na parte Sudoeste do concelho registaram-se menos incêndios florestais. Esta distribuição afecta sobretudo as bolsas de floresta que se podem encontrar no concelho, com particular ênfase no quadrante Noroeste.

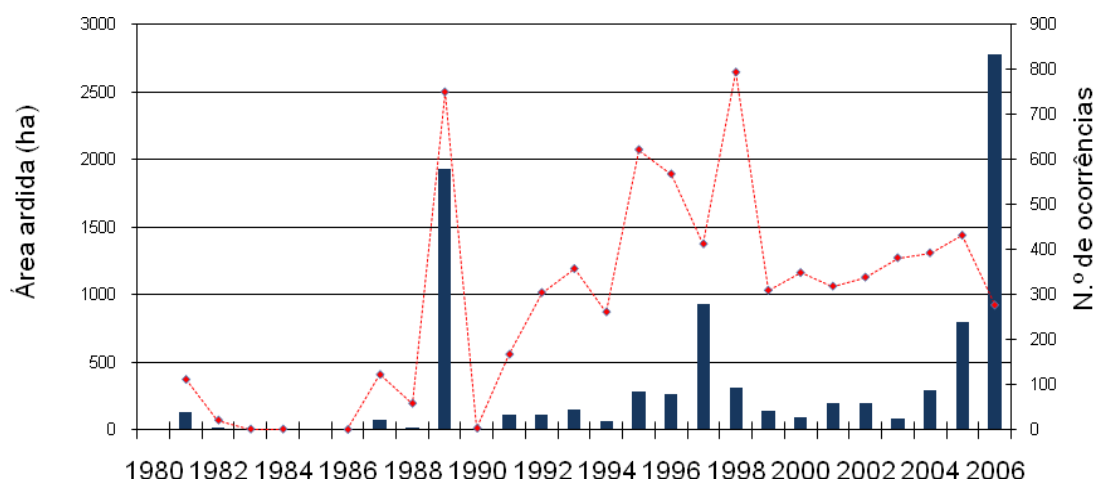


Figura 16: Evolução da área ardida em Barcelos (1980-2006).

Fonte: Adaptado de PMDFCI, dados base DGRF

1.3.4 PAISAGEM E CONSERVAÇÃO DA NATUREZA: O CONFLITO ENTRE O TERRITÓRIO E OS USOS

Referimos atrás a qualidade paisagística deste território, associado à extensa mancha florestal contínua, às pastagens e aos rios e suas margens. No entanto, a ocupação dispersa e desordenada

(de forma extensiva) ou alguns elementos pontuais (dissonâncias arquitectónicas, indústrias extractivas, entre outros) marcam também, neste caso, negativamente, a paisagem.

Assinala-se igualmente a ausência de qualquer área classificada para a conservação da natureza, embora a paisagem rural e, especialmente, as faixas ribeirinhas (Cávado e Neiva) permitam criar uma estrutura ecológica extensa e com alguma biodiversidade.

O vale do Cávado corresponde a uma área mais humanizada, pelo que o perfil da sua requalificação tenderá a privilegiar usos de lazer (percursos, desportos de água, zonas balneares). Já o vale do Neiva permite perspectivar a criação de áreas com algum estatuto de protecção da natureza (fauna e/ou flora, de nível local ou intermunicipal).

Este tipo de classificação não é um fim em si mesmo: perspectiva-se aqui o impulso que normalmente estas áreas dão a actividades de educação e sensibilização ambientais das mais variadas camadas da população e a maior visibilidade em espaços alargados.

Seja através do alcance de um estatuto de protecção, seja pela mais simples integração numa “estrutura ecológica”, é sempre recomendável que a reflexão se faça em contextos territoriais mais alargados do que os limites municipais. Os corredores naturais não são, normalmente, interrompidos por fronteiras administrativas.

Deve realçar-se que o património natural e construído associado aos rios é uma das áreas mais importantes de intervenção da Comunidade Intermunicipal do Cávado, com os seguintes projectos que consideramos relevantes para Barcelos:

- Monitorização das Águas Balneares dos Rios Cávado e Homem (concluído em 2007), que consistiu na identificação e validação de sítios ribeirinhos dos Rios Cávado, Homem e Neiva, com boa apetência para a instalação de Praias Fluviais, a classificar de acordo com a legislação em vigor.
- Rede de Praias Fluviais dos Rios Cávado, Homem e Neiva (a Praia Fluvial de Tregosa, em Barcelos, é uma das seleccionadas para intervenção). Este projecto resulta do projecto de Monitorização acima referido.
- Estudo de Valorização e de Desenvolvimento Estratégico dos Rios Cávado e Homem (em parceria com a empresa Águas do Cávado – actualmente integrada na Águas do Noroeste).
- *Aqua Cávado*, um projecto de carácter supramunicipal que visa a conjugação e a integração de 6 projectos dos municípios do Vale do Cávado – Barcelos, Esposende e Terras de Bouro – dirigidas à conservação e valorização do património natural contido nas faixas ribeirinhas dos Rios Cávado e Homem¹¹.

Como vimos, a dimensão e continuidade das áreas florestais são outro elemento a destacar. Barcelos concentra cerca de 40% da área florestal do Vale do Cávado e as suas maiores extensões contínuas de floresta, apresentando no entanto o panorama tradicional do noroeste de Portugal: fragmentação da propriedade florestal, com área média por prédio rústico inferior a 1 hectare. Para além da já referida valorização paisagística, há aspectos adicionais relacionados com os povoamentos florestais:

- A vulnerabilidade à ocorrência de incêndios florestais. No entanto, sendo estes frequentes e em grande número, a área ardida é relativamente pequena¹². Barcelos dispõe de um Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios.

¹¹ O projecto *Aqua Cávado* justifica aqui uma referência a uma das suas acções, o projecto operacional VADEEC. Resumidamente, este projecto posiciona-se como facilitador do processo de inovação ambiental, tecnológica e económica na gestão activa dos espaços classificados do território abrangido, incluindo o concelho de Barcelos. Actua como interface entre a I&D, o sector das tecnologias e as actividades de formação e educação de públicos alvo para valorizar os espaços de elevado valor natural e cultural e para promover a introdução de práticas sustentáveis e competitivas nos sectores económicos agrícola, silvícola, pecuário e turístico. Esta referência será aprofundada na continuidade do trabalho.

¹² Segundo os dados do SALES INDEX 2010 (Marktest), a taxa de área ardida foi em 2008 de 0,1% em Barcelos, a mais baixa da NUTS 3 Cávado.

- A reserva de biomassa para a produção energética e de matéria-prima de grande valor (silvicultura, madeira, papel).
- O potencial sorvedouro de carbono, a valorizar no quadro da atribuição de licenças de emissão a nível nacional e europeu.

1.3.5 EXPLORAÇÃO DE CAULINOS: RIQUEZA ECONÓMICA E IMPACTES AMBIENTAIS

As actividades primárias (agricultura, silvicultura e pecuária; indústrias extractivas) são, pela sua própria natureza (forte dependência de recursos naturais, com localização que não depende de planeamento, mas sim da existência de condições em determinados locais; forte pendor tradicional, com níveis de evolução tecnológica e de controlo ambiental ainda não suficientemente disseminados; utilização de matérias coadjuvantes ou efluentes com fortes efeitos no meio), potencialmente geradoras de fortes impactes ambientais.

Já abordámos atrás as actividades do sector agrícola. Neste ponto faremos uma breve referência às indústrias extractivas e, em especial, às explorações de caulinos.

Em Barcelos regista-se a ocorrência de diversos recursos minerais:

TABELA 5: OCORRÊNCIAS REGISTRADAS DE RECURSOS MINERAIS

Ocorrência Mineral	Substâncias e/ou Metais	Categoria
Bouça (Lugar de Quintão)	Ferro (minério)	Mineral
Campo Mineiro de Alvarães e Valverde	Caulino	Reserva mineral provada
Carqueijoso	Tungsténio (W)	Mineral
Carreiro	Caulino	Reserva mineral provada
Castanheira (2)	Tungsténio (W)	Mineral
Cumieira (1)	Caulino	Reserva mineral provada
Freixieiro	Caulino	Mineral
Lagoa Negra	Ouro (Au), Antimónio (Sb)	Mineral
Louzeiro	Caulino	Mineral
Lugar de Peneda	Tungsténio (W)	Mineral
Milhazes	Estanho (Sn)	Mineral
Pousa	Caulino	Mineral
Quinta da Antónia (Barqueiros)	Caulino	Reserva mineral provada
Vieiros e Fonte Videira	Estanho (Sn)	Mineral

Fonte: Sistema de Informação de Ocorrências e Recursos Minerais Portugueses, LNEG 2011

A exploração de caulinos, matéria-prima mineral utilizada nas indústrias de cerâmicas, adubos, borracha e papel, tem sido nos últimos anos um assunto muito polémico no município de Barcelos.

Na década de 80 estiveram em causa, devido a alguma contestação relacionada com questões ambientais, a exploração da empresa MIBAL em Barqueiros, quer no caso da concessão Quinta da Antónia, em vigor desde 1968, quer na concessão de 1987 no lugar de Prestar. Foi, entretanto, obtido um acordo entre a empresa e a Junta de Freguesia/ população, em que a primeira se compromete a controlar e minimizar os impactes da sua actividade, para além de diversas contrapartidas de natureza financeira.

Em 2007 foi atribuída uma nova licença à MIBAL para exploração de caulinos em Vila Seca e Milhazes. Neste caso, a contestação chegou à Assembleia da República, que aprovou, em 22 de Outubro de 2010, diversas Resoluções¹³ contendo recomendações ao Governo acerca deste assunto:

- Resolução da Assembleia da República n.º 130/2010: Recomenda ao Governo a imediata suspensão da concessão da exploração de caulino em Vila Seca (Barcelos) e posterior revogação em caso de comprovada desconformidade com a lei.

¹³ Publicadas no Diário da República, 1.ª série — N.º 229 — de 25 de Novembro de 2010.

- Resolução da Assembleia da República n.º 131/2010: Suspensão da exploração de caulinos na concessão mineira C -105, na Gandra, em Vila Seca / Milhazes, até à realização de avaliação global e integrada dos seus impactos — ambientais, hídricos, agrícolas, arqueológicos e sociais.
- Resolução da Assembleia da República n.º 132/2010: Recomenda ao Governo proceder à avaliação dos critérios a que deve obedecer a concessão da exploração de caulino em Vila Seca e Milhazes e, em caso de desconformidade, proceder à sua revogação.

Ressalta, de todos estes processos, a falta de conhecimento das verdadeiras implicações ambientais da actividade, sem que isso ponha em causa a sua importância económica. Portugal importa cerca de uma dezena de milhões de euros por ano de caulino, um terço das suas necessidades. A MIBAL (que também explora caulinos em Esposende) representa 20 por cento da quota do mercado nacional.

1.3.6 ENERGIA: CONSUMO EM CRESCIMENTO COM BAIXA EFICIÊNCIA ENERGÉTICA

O consumo energético é um bom indicador da sustentabilidade de um território ou de uma sociedade. E, neste aspecto, a evolução em anos recentes para Barcelos mostra alguns sinais contraditórios.

Em Barcelos podiam contabilizar-se, em 2008¹⁴, 53.661 consumidores domésticos, 2.036 consumidores industriais e 3.432 consumidores agrícolas. Os consumos registados eram os seguintes:

TABELA 6: CONSUMOS DE ENERGIA ELÉCTRICA E GÁS NATURAL

	Total		Iluminação e usos domésticos		Edifícios públicos		Usos industriais		Usos agrícolas		Consumo de gás (*)	
Ano	2000	2008	2000	2008	2000	2008	2000	2008	2000	2008	2001	2007
Portugal	34354	49187	9665	13444	1632	2695	12995	18453	679	1014	2411	4110
Região Norte	11732	15377	3640	4793	437	734	4817	5816	111	152	1323	1374
NUT III Cávado	1085	1366	324	465	42	74	434	434	17	22	26	65
Barcelos	355	442	100	140	6	14	185	190	9	12	22	40

Fonte: Sales Index 2010, Base de Dados 2010 (Marktest Consulting). Valores em 106 Kwh, excepto (*), em 106 m3 normais.

A maior fatia de consumo de energia eléctrica refere-se a usos domésticos e industriais, que representam (2008) cerca de 75% do total em Barcelos (e apenas cerca de 65% a nível nacional ou no Cávado).

Entre 2000 e 2008, no entanto, o peso do consumo industrial no total diminuiu, por contraponto a um aumento da importância dos consumos domésticos.

TABELA 7: IMPORTÂNCIA RELATIVA DO CONSUMO DE ENERGIA ELÉCTRICA, POR TIPO DE CONSUMIDOR.

	Doméstico		Industrial	
	2000	2008	2000	2008
Portugal	28%	27%	38%	38%
Região Norte	31%	31%	41%	38%
NUTS III Cávado	30%	34%	40%	32%
Barcelos	28%	32%	52%	43%

Fonte: Sales Index 2010, Base de Dados 2010 (Marktest Consulting)

Em % do total de consumos em cada unidade geográfica.

¹⁴ Fonte: Sales Index 2010, Base de Dados 2010 (Marktest Consulting)

Esta diminuição relativa corresponde a uma quase estagnação no consumo para fins industriais: neste período, o crescimento do consumo em Barcelos foi de apenas 3%, mostrando uma tendência semelhante à do Vale do Cávado, e que se tem mantido ao longo da década, como se pode ver no gráfico seguinte:

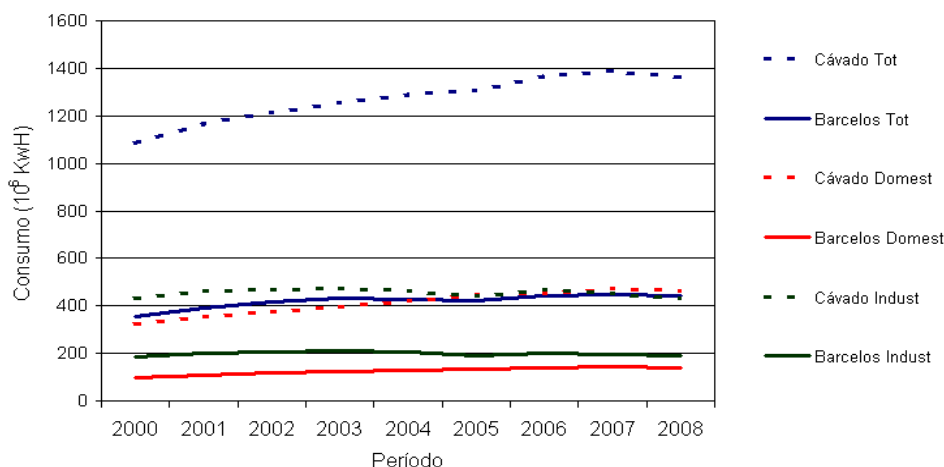


Figura 17: Consumos de energia eléctrica (total, para usos domésticos e para uso industrial), 2000-2008.

Fonte: Cálculos próprios, a partir de dados de Sales Index 2010, Base de Dados 2010 (Marktest Consulting)

Estes dados de evolução contrastam com os seguintes:

- Acréscimo global de consumo de energia eléctrica em Barcelos de 25%, sendo de 40% nos usos domésticos, de 35% nos usos agrícolas e de 116% nos edifícios públicos.
- Acréscimo de consumo de energia eléctrica para usos industriais a nível nacional (42%) e do Norte (21%).
- Crescimento de consumo de gás natural (2001-2007) de 85% em Barcelos.

Este panorama geral não corresponde apenas a uma visão de incremento absoluto de consumos de energia, mas também a alguma perda aparente de eficiência, naturalmente associada a fenómenos de aumento do rendimento das famílias, com a consequente procura de maiores níveis de conforto na habitação, incremento da rede e qualidade dos equipamentos públicos ou mecanização da explorações agrícolas.

Note-se que o número total de consumidores em Barcelos aumentou apenas cerca de 15% (a nível nacional, o crescimento foi de 18%). Os consumidores domésticos aumentaram 20%, os industriais diminuíram 18% (apesar de tudo, bastante abaixo da média nacional, -27% e da Região Norte, -31%) e os agrícolas 11%.

Ora tal evolução surge, no mesmo período, associada a um sistemático crescimento dos valores médios por consumidor, sendo que no caso dos consumos domésticos estas capitações são superiores às médias nacional e regional.

TABELA 8: CONSUMO DE ENERGIA ELÉCTRICA POR CONSUMIDOR.

	Total		Domestico		Industrial		Agrícola	
	2000	2008	2000	2008	2000	2008	2000	2008
Portugal	6,4	7,7	2,2	2,5	79,2	153,9	4,1	6,2
Região Norte	6,6	7,6	2,5	2,8	67,0	116,7	2,2	3,2
NUTS III Cávado	6,1	6,6	2,3	2,7	57,3	67,6	2,3	3,4
Barcelos	7,6	8,2	2,8	3,3	74,6	93,5	2,3	3,5

Fonte: Sales Index 2010, Base de Dados 2010 (Marktest Consulting). Valores em 10³ Kwh/ consumidor.

No caso dos consumidores industriais, pelo contrário, gerou-se um diferencial que colocou Barcelos bastante abaixo das médias nacional e regional, apesar de uma situação de partida 2000 bem mais equilibrada.

Estes dados sugerem que é ao nível dos consumos domésticos que se situa verdadeiramente a margem de progresso da eficiência energética: não só é neste domínio que se têm registado os maiores crescimentos no consumo, como os valores *per capita* são, de cada vez mais, superiores às médias nacional ou mesmo da região do Cávado.

Já os consumos industriais mostram uma tendência de estabilização, que pode resultar da combinação de dois factores: diminuição do número de consumidores e introdução do gás natural para alguns usos.

Apesar de manter um indicador de eficiência (consumo/ consumidor industrial) inferior à média nacional (embora acima do valor regional), a indústria de Barcelos tem incrementado esta capitação, o que pode indiciar que a diminuição do número de unidades se faz à custa das de menor dimensão e consumo.

Registam-se ainda dois dados conclusivos: o crescimento explosivo, na década, dos consumos associados aos edifícios públicos (a justificar um programa de racionalização) e a progressiva penetração do gás natural.

1.4. TERRITÓRIO & AMBIENTE: UMA SÍNTESE

Este ponto tenta sistematizar, numa visão dinâmica e mais integrada (incluindo alguma leitura cruzada com as questões da base económica e das dinâmicas socioculturais e urbanas), os aspectos que julgamos de maior relevância para a construção de uma estratégia para Barcelos 2020.

Uma perspectiva complementar desta, que faz emergir apenas os elementos mais importantes, pode ainda ser encontrada num capítulo final deste volume, que recorre a uma matriz SWOT para melhor organizar os elementos de diagnóstico.

1.4.1 TENDÊNCIAS DETERMINANTES

Apresentam-se aqui algumas das linhas de evolução identificadas no domínio da organização e gestão territorial e do ambiente que ajudam a compreender tendências determinantes em Barcelos.

- (-) *Actividades económicas (indústria, agropecuária) e residência dispersa, implicando:*

(i) situações de risco natural e tecnológico e

(ii) custos adicionais de infra-estruturação associados a um baixo nível de serviço;

Neste domínio, há duas linhas de tendência conflituais:

- a que podemos chamar natural, tradicional deste tipo de territórios que evoluíram de uma sociedade agrícola para industrial mantendo uma forte ligação de proximidade entre a residência, a agricultura e o emprego industrial, associado ainda a uma fragmentação da propriedade em parcelas de pequena dimensão; e
- a que corresponde aos modelos de ordenamento do território assumidos nas políticas nacionais de ordenamento do território ou de serviços e infraestruturas públicas: contenção e concentração dos núcleos urbanos, condicionamentos à ocupação de solos agrícolas e florestais, racionalização de redes, etc.

Não é linear a solução para este conflito, até porque o modelo incorpora algumas vantagens efectivas (maior resiliência das famílias/ da sociedade face a situações de crise dos sectores empregadores; persistência da cultura popular; manutenção do valor económico dos solos agrícolas; ...) e potenciais

(contexto favorável para incentivar práticas de vida sustentáveis, ao nível energético, da produção de resíduos e da auto-suficiência alimentar).

A solução óptima (que provavelmente não existe) será, com certeza, um dos elementos fundamentais da formalização do modelo territorial a adoptar no PDM em revisão. Passará, por exemplo, por escolhas ao nível da contenção da edificação urbana aos núcleos rurais (aldeias) e não isolada, na revitalização das quintas como local de residência, por uma linha de estímulo à deslocalização das unidades industriais dispersas ou no interior dos aglomerados, a par da consolidação de uma rede estruturada de espaços de acolhimento empresarial, pela hierarquização e definição de prioridades de intervenção ao nível da rede viária e sistemas de mobilidade, etc.

- *(-) Actividades potencialmente agressoras do ambiente (agricultura, pecuária, extractivas) sem estarem criadas os devidos mecanismos e dinâmicas de regulação, prevenção e correcção.*

Trata-se de actividades cuja localização territorial é naturalmente dispersa, difusa ou condicionada pela existência de recursos. Apesar de algumas linhas de desenvolvimento afirmadas a partir de práticas aparentemente sustentáveis (agricultura biológica, etc.), a modernização e a competitividade destas actividades tende a favorecer produções mais intensivas, acrescendo os perigos ambientais associados.

O problema não reside nestas naturais evoluções das actividades, mas sim no facto de haver em Barcelos sinais de que as respostas no terreno não são as necessárias.

Desde logo estamos a referir-nos à dotação infraestrutural. Grande parte das explorações agrícolas e pecuárias não estão dotadas de infraestruturas (nem têm acesso a serviços) de tratamento de resíduos e efluentes. Os sistemas públicos (multimunicipal e local) não estão vocacionados para gerir este tipo de resíduos de forma diferenciada. Note-se que não se trata apenas de “gerir” no sentido de “dar destino final”, mas sim de os valorizar economicamente (aproveitamento energético, fertilizantes).

Mas podem também falar-se das práticas ambientais associadas a estas actividades, e neste caso tanto para as unidades de maior dimensão e cariz empresarial como para as pequenas produções, seja para auto-consumo, seja para comercialização – e incluindo muitas das chamadas produções biológicas ou tradicionais. A reutilização dos subprodutos, a reciclagem e valorização dos resíduos, a diminuição dos consumos de fertilizantes, de rações, de energia, etc... são práticas eficazes mas que carecem de empresas e cidadãos devidamente informados e preparados, nalguns casos com conhecimentos técnicos que não são propriamente correntes. Há, portanto, um caminho a percorrer que deve ser conduzido em parceria entre o município, as associações e entidades técnicas dos sectores implicados, as instituições de ensino superior e as entidades gestoras dos sistemas ambientais locais e regionais.

E pode falar-se ainda de conhecimento e de sistemas de monitorização deste tipo de problemáticas: quais as causas, onde estão, os focos de contaminação de águas e solos? Que boas práticas estão já no terreno? Também estas questões deverão ser encaradas como merecedoras da acção pelas parcerias atrás referidas.

- *(+) Marca rural, com forte ligação das pessoas (residência) ao campo (produção para auto-consumo, actividade económica complementar, oportunidade para práticas ambientais inovadoras).*

Neste caso, sendo a marca rural uma realidade (independentemente de ser muito forte ou estar consolidada), reconhece-se que, enquanto tendência, este “retorno à ruralidade” é sobretudo potencial.

Há sinais de que é viável, porque as alternativas são reais para certos segmentos da população: viver em Barcelos cidade ou viver em Barcelos campo? Muitas vezes a razão primordial não é sequer de natureza tão “sustentável” ou “ecológica”, mas sim a comparação de custos de aquisição de uma habitação. E a cidade de Barcelos não é tão competitiva (na oferta de serviços e amenidades urbanas e no preço da habitação), sobretudo quando comparada com cidades vizinhas, que torne a opção urbana a mais evidente, mesmo para quem tem a sua actividade na cidade e quer usufruir de algumas dinâmicas mais urbanas.

É devido ao seu grande potencial de transformação das práticas de vida em padrões mais sustentáveis que se identifica, e eventualmente amplifica, este tipo de fenómenos como uma “tendência” que pode ajudar a construir um dos elementos de diferenciação estratégica para Barcelos.

- *(+) A integração plena e crescente em redes de cooperação relevantes para o modelo territorial e o ambiente*

Em várias partes deste relatório são identificadas algumas “redes” de matriz territorial que têm vindo a gerar dinâmicas positivas, ou pelo menos oportunidades de desenvolvimento: o Vale do Cávado (institucionalmente corporizado na CIM Cávado); a RUCI Quadrilátero (protagonizada pela respectiva Associação de Municípios); os sistemas municipais do ciclo urbano da água (Águas do Noroeste) e de resíduos (RESULIMA); e os Caminhos de Santiago (de natureza diferente e que aqui não invocaremos como decisiva no âmbito restrito do território & ambiente).

Relativamente aos sistemas multimunicipais, já foi relevado o seu papel primário (gerador de maior eficiência no cumprimento das metas em termos de disponibilidade e qualidade dos serviços da água e resíduos) e secundário (não no sentido de perda de importância, mas de “para além de”, que consiste no papel activo em parcerias para melhorar a participação e as práticas ambientais e, em última análise, ajudar a transformar o modo de vida dos barcelenses).

A CIM Cávado e a RUCI_Q são redes de cooperação intermunicipal em que Barcelos é protagonista, partilhando as decisões, os problemas e os projectos com os municípios vizinhos e, em segundo nível, com outras instituições da região.

Pode compreender-se que, não estando muito aprofundados os mecanismos de cooperação intermunicipal no Vale do Cávado (ao contrários de territórios vizinhos, como o Ave, o Lima ou a AM Porto), estas estruturas estejam a dar primeiros passos, e que esses passos sejam muito dependentes do estímulo de financiamento QREN (Política de Cidades, Capacitação Institucional, Contratualização de Gestão). Mas são dinâmicas que, efectivamente, estão no terreno, e onde Barcelos (a autarquia, em primeiro lugar) deve ter uma participação activa e liderante. São redes de grande potencial, devido à sua importância demográfica, funcional e institucional, e podem ser decisivas para algumas das questões mais relevantes para o município:

- o crescimento e consolidação de uma cidade de Barcelos competitiva e internacionalizada, integrada num sistema urbano de proximidade com qualidade e diversidade de serviços urbanos e com elementos de excelência e diferenciadores: RUCI_Q.
 - a capacidade de planeamento e implementação de sistemas territoriais (corredores ecológicos, redes de infraestruturas e equipamentos; conhecimento e valorização de recursos territoriais e patrimoniais): a CIM Cávado.
- *(+ -) Os sinais contraditórios em matéria de redes de acessibilidade e mobilidade*

As contradições são várias.

Assinala-se, por um lado, uma fácil ligação com a rede rodoviária fundamental, mas essa ligação não favorece igualmente todos os sectores do território nem é complementada, a esse nível, com uma eficiente rede rodoviária regional e local. Este sistema interno ao território municipal privilegia um modelo radial (centrado na cidade de Barcelos e é percorrido por fluxos indiferenciados, dado o padrão disperso de localização residencial e industrial e a falta de segmentação/ especialização das próprias vias. Esta “indiferenciação” implica também uma falta de referências para a definição de prioridades de intervenção (no melhoramento e conservação da rede) e uma menos eficiente afectação financeira a estas tarefas.

A um nível mais pontual pode referir-se que Barcelos dispõe de um moderno e bem dimensionado centro coordenador de transportes, bem como de um conjunto relevante de ligações por carreiras rodoviárias – para o território concelhio ou para destinos regionais e nacionais. No entanto, a ligação com a cidade central e também com a gare ferroviária é extremamente deficitária: desconfortável, distante, insegura.



Figura 18: O acesso pedonal mais utilizado ao CCT.

Independentemente dos aspectos relacionados com a qualidade urbanística e de atractividade da cidade (assunto tratado noutra capítulo), importa realçar que este enquadramento compromete a competitividade do transporte colectivo e a optimização deste centro logístico local.

Por último deve referir-se que uma vantagem importante – a disponibilidade de uma linha e de serviço ferroviário, que liga Barcelos a Vigo, a Viana do Castelo, a Famalicão e ao Porto – é contrariada pela deficiente qualidade do serviço ferroviário, aliás em crescente degradação. Os serviços disponibilizados nas diversas estações existentes – incluindo a da cidade – são mínimos, o material circulante envelhecido, a via não está duplicada entre Nine e a fronteira e não é electrificada, há ainda passagens de nível e atravessamentos pedonais (sem guarda e sem automatização) e os horários não optimizam a possibilidade de ligação com serviços Alfa pendular e Intercidades. Aliás, ao nível ferroviário, o adiamento e a incerteza de construção da linha de alta velocidade Porto – Vigo é outro factor profundamente penalizador para Barcelos.

1.4.2 ASPECTOS GEOESTRATÉGICOS E INSTITUCIONAIS

Do ponto de vista da macro -temática Território & Ambiente, os principais aspectos geoestratégicos a relevar são os seguintes:

- Barcelos é um território plenamente integrado nos grandes sistemas de comunicação rodoviária do noroeste peninsular, com proximidade às grandes infraestruturas logísticas e às principais concentrações urbanas. Esta integração, aliás, pode ser encarada como um obstáculo à localização de determinados equipamentos, infraestruturas ou serviços de carácter avançado, que serão supérfluos dada a sua (actual) disponibilização às empresas ou aos cidadãos em territórios próximos.
- Do ponto de vista urbano, a grande margem de afirmação de Barcelos como cidade competitiva e internacionalizada, disputando um lugar no quadro do sistema urbano regional e nacional, situa-se no processo de cooperação em curso no âmbito da RUCI Quadrilátero.
- O contexto institucional associado ao quadro territorial que permite construir respostas eficientes e proactivas aos problemas e desafios na área do ambiente/ sustentabilidade/ prevenção de risco) é o seguinte:
 - CIM Cávado: parceiro para projectos de planeamento territorial, qualificação do território, estrutura ecológica e monitorização da qualidade ambiental (água dos rios; águas subterrâneas e solos).
 - RESULIMA: parceiro para soluções infraestruturais e para projectos inovadores de gestão de resíduos, educação/ sensibilização ambiental e comportamento sustentável de cidadãos e empresas.
 - Águas do Cávado: idem, no quadro da gestão e uso racional da água e protecção de recursos hídricos.
 - Municípios vizinhos, tendo em conta alguma partilha de problemáticas.

- Centro de Gestão Agrícola de Barcelos, Cooperativa Agrícola, MinhoIn: competitividade e sustentabilidade do mundo e da paisagem rural.
- Escolas Superiores com cursos e investigação nas áreas do ambiente (IPVC/ ESA; Universidade do Minho): investigação aplicada às problemáticas do território de Barcelos.

2. BASE ECONÓMICA & COMPETITIVIDADE

2.1. INTRODUÇÃO

2.1.1 UMA SITUAÇÃO ESTRUTURAL COMUM A OUTROS TERRITÓRIOS

Do ponto de vista produtivo, o concelho de Barcelos partilha um vasto território que mantém com a aglomeração metropolitana do Porto uma relação de forte interação. Esse território de referência constitui um arco urbano-industrial, inserido em espaços onde a forte proximidade ao rural ou mesmo coexistência tem levado alguns autores a considerá-lo como um exemplo de industrialização em meio rural.

Este arco urbano-industrial é constituído pelos concelhos com maior densidade de povoamento e emprego industrial das NUTS III Ave, Cávado e Tâmega, embora nos tempos mais recentes e muito por força do impacto espacial dos sistemas de incentivos ao investimento, essa presença se tenha alargado a concelhos com menor densidade demográfica e tradição industrial menos vinculada.

A base produtiva destes territórios é estruturalmente caracterizada por uma especialização baseada em bens manufacturados de consumo, evidenciando sinais de mono-especialização tendencial, com forte propensão exportadora, predomínio de pequena (por vezes muito pequena) e média empresa, absorção de emprego desqualificado e um modelo de emergência e reprodução de capacidade empresarial claramente enraizado no território.

Ajustamento estrutural em curso

Com estas características, a base produtiva destes territórios iniciou já há alguns anos um processo de ajustamento às incidências da globalização, processo que se agudizou com a rigidez competitiva que um euro valorizado veicula no plano internacional. Esse processo de ajustamento ou mudança estrutural tem-se revelado lento, socialmente penoso e significou, nos últimos tempos, destruição de emprego desqualificado e, em alguns casos, desaparecimento de estabelecimentos senão mesmo de empresas.

O ajustamento referido é, porém, mais complexo do que o fenómeno de destruição bruta de empregos sugere. As evidências disponíveis mostram que uma visão dual do universo industrial tende a emergir. A destruição bruta de emprego desqualificado coexiste com a criação de novos empregos, mais qualificados, senão nas mesmas empresas, pelo menos em novas actividades empresariais situadas a jusante, designadamente em actividades de comercialização ou distribuição.



Figura 19: Uma nova imagem do ordenamento industrial em Barcelos?

Nem sempre devidamente traduzida nas análises estatísticas mais tradicionais, a dualidade do processo de ajustamento produz uma situação complexa que, entre outras consequências, impede uma visão da base produtiva em termos de médias. Assim, importa estar atento a que matriz dual é uma característica intrínseca do processo de ajustamento em curso, sendo por isso necessário ponderar as duas tendências em curso, dimensionando-as correctamente e concebendo instrumentos de política de intervenção que as integre numa perspectiva coerente.

Dispersão concentrada ou pura dispersão?

Outra característica estrutural comum que a base produtiva de Barcelos mantém com o território de referência atrás assinalado diz respeito ao modelo de ordenamento do território que a ocupação industrial tem vindo a produzir.

Em grande medida relacionado com o modelo endógeno de reprodução da capacidade empresarial no concelho, traduzido no facto de grande parte dos empresários ter actividade no concelho e até mesmo freguesia em que reside ou tem laços familiares, a ocupação industrial caracteriza-se por um elevado nível de dispersão. Esta questão, que consideramos essencial para desenhar, no âmbito do Plano Estratégico, uma estratégia de acolhimento empresarial tem experimentado no concelho alguma evolução recente, com o aparecimento de áreas de concentração empresarial, algumas espontâneas, outras de formação mais orientada, outras ainda revestindo a natureza de projectos de loteamento privado com esse fim. A situação criada é assim de um modelo de “dispersão concentrada”, com padrões muito heterogéneos de qualidade e ordenamento do espaço industrial, mas reflectindo sempre os traços endógenos da dispersão, em moldes a analisar em capítulo próprio neste documento.

De qualquer modo, este problema não é exclusivo do concelho de Barcelos e essa é a ideia que importa destacar neste ponto introdutório. Quer isto significar que o problema é partilhado com um território bem mais vasto, sendo por isso necessário encontrar alguma receptividade e amarração em iniciativas desenvolvidas a nível regional para abordar esta questão, simultaneamente de ordenamento do território à escala regional e de qualificação das envolventes do espaço de inserção das empresas, ambas necessárias para uma política de qualificação e imagem dos sectores industriais aqui implantados. Tem-se em conta a este respeito os estudos preparatórios realizados pela CCDR-N no âmbito da génese do actual Programa Operacional Regional (POR) ON2 para uma Estratégia de Acolhimento Empresarial a concretizar com apoios deste POR. Embora a concretização desta estratégia no plano concreto das aprovações de projectos que o ON2 tem conseguido assegurar esteja longe de corresponder às expectativas criadas, trata-se de um referencial muito importante para o desenho e operacionalização de uma estratégia de acolhimento e ordenamento industrial para o concelho.

A questão dos serviços avançados às empresas

Outra questão que o concelho de Barcelos partilha com o arco urbano-industrial do litoral norte da região prende-se com as perspectivas de evolução e diversificação do modelo industrial instalado. As evidências empíricas disponíveis e a investigação mais saliente sobre estes processos confirmam que o perfil produtivo deste tipo de territórios tende a evoluir segundo duas direcções possíveis, excluindo do cenário próximo um processo de declínio industrial de grandes proporções:

- Uma das direcções possíveis consiste na progressão na cadeia de valor dos sectores de mono-especialização tendencial, com progressivo domínio das relações a jusante da produção, designadamente com domínio das funções de comercialização e distribuição ao qual se associa a criação de novos serviços; esta evolução ocorre em regra em simultâneo com a evolução dos factores imateriais e dinâmicos de competitividade, como o design e a criatividade, juntando-se por vezes a progressão na incorporação de serviços tecnológicos no âmbito das políticas de qualidade;
- Uma outra, que pode coexistir parcialmente com a primeira, consiste em processos de diversificação de origem exógena ao território, designadamente com o concurso do investimento directo estrangeiro ou de capital nacional que preferem um território com cultura e atmosfera industrial a territórios vazios de tradição industrial; neste caso, a opção por uma mão-de-obra com tradição industrial embora desqualificada é factor de atracção de nova capacidade empresarial, sendo necessário relevar a função crucial que uma resposta rápida e operacional em termos de formação profissional pode desempenhar como factor de atracção.

Nos territórios do Ave, Cávado, Tâmega e Entre-Douro-e-Vouga encontramos evidências de que são evoluções exequíveis atingindo sectores como o têxtil-vestuário, o calçado ou até a cerâmica, com maior relevo da primeira direcção das duas anteriormente consideradas.

As dinâmicas de diversificação por força de investimento exógeno ao território tendem no contexto actual de retracção do investimento a ser menos influentes, embora num contexto de recuperação económica devam continuar a merecer devida ponderação das vias mais adequadas para as captar.

Quando comparamos a situação específica de Barcelos com a ocorrência da primeira das evoluções possíveis nos territórios considerados, a conclusão aponta para que existam também tais possibilidades, designadamente no âmbito da fabricação de tecidos e de artigos de malha, por mais particular que a situação destes ramos se apresente no contexto do têxtil-vestuário.

No entanto, há que registar uma nuance a que atribuímos alguma relevância.

Assim, o concelho de Barcelos, embora se situe na área de influência de proximidade de muitas das entidades científicas e tecnológicas (e serviços associados) que tendem a protagonizar a oferta de conhecimento e de assistência técnica à progressão na cadeia de valor dos sectores de forte especialização no concelho, não apresenta no seu território nenhuma destas entidades. É verdade que o concelho acolhe uma das mais interventivas e bem sucedidas associações empresariais de base sub-regional (a ACIB), facto que tende a minimizar os efeitos penalizadores daquela evidência. A presença da ACIB pode ser determinante na captação para o concelho do conhecimento técnico relevante, independentemente da localização física do centro que o produz. No entanto, a ausência no concelho de entidades como infra-estruturas de base tecnológica, centros tecnológicos, centros de investigação ou inter-faces tecnológicos Universidade-Empresa penaliza a captação para o território de serviços de valor acrescentado e enfraquece o próprio processo de diversificação baseado na progressão da cadeia de valor.

Nos restantes territórios que temos utilizado nesta reflexão como padrão de comparação, a localização dessas unidades acaba por se traduzir na emergência de novas actividades e serviços, fazendo parte do próprio processo de mudança estrutural. Esta é uma fragilidade estrutural concelhia, que se reflecte designadamente no posicionamento do concelho em outros espaços de cooperação inter-municipal. É esse o caso da Rede Urbana para a Competitividade e Inovação (RUCI) Quadrilátero Urbano, composta por Braga, Guimarães, Vila Nova de Famalicão e Barcelos. Todos os restantes municípios acolhem infra-estruturas de base tecnológica e entidades potencialmente relacionadas com a inovação. Só Barcelos não cumpre esse critério.

O legado da desqualificação

Uma outra situação estrutural que Barcelos partilha com o território de referência já assinalado decorre do padrão de desqualificação de população activa com que o tecido produtivo concelhio tem convivido desde há longa data. A associação duradoura entre baixo nível médio de qualificações e salários baixos gerou uma trajectória fortemente dependente do percurso trilhado, limitando significativamente o modelo de competitividade que a base produtiva concelhia pode oferecer. Aquilo que constitui uma entrada perfeitamente legítima no universo da competitividade (as vantagens comparativas associadas a baixos salários) tende a transformar-se, quando perdura inamovível no tempo, em factor de penalização e bloqueamento de níveis mais intensos de inovação.

A partilha desta situação estrutural com um território mais vasto determina que o concelho de Barcelos tenha interesse em participar em todas as iniciativas de largo espectro e de incidência territorial abrangente que visem a melhoria do padrão de qualificações, sejam elas do foro educativo, da formação profissional ou das modalidades que promovem uma boa articulação entre as duas. O círculo vicioso da desqualificação, sobretudo pela cumplicidade que tende a manter com as estratégias empresariais, é de superação complexa e lenta, exigindo persistência e a mobilização plena de todos os instrumentos de intervenção disponíveis.

A dualidade que esta situação estrutural oculta (baixas qualificações médias coexistentes com algumas dinâmicas pontuais de melhoria considerável das mesmas) exige também uma intervenção dual: melhorar progressivamente a qualificação da base e apoiar a extensão dos exemplos pontuais de absorção de qualificações mais elevadas.

2.1.2 ALGUNS INDICADORES DE CARACTERIZAÇÃO DA BASE PRODUTIVA CONCELHIA

A fragilidade da informação económica de base concelhia que o sistema estatístico nacional apresenta continua a marcar qualquer tentativa de caracterização neste domínio. Barcelos não foge à regra.

Assim, não está disponível de forma actualizada qualquer informação sobre a dimensão do produto interno bruto (PIB) concelhio, nem sobre a respectiva estrutura sectorial. Neste contexto, teremos de articular informação disponível sobre a estrutura do PIB a nível de NUTS III (Cávado) com indicadores concelhios que nos permitam obter, por via indirecta, uma visão da estrutura produtiva concelhia.

O recurso à variável “emprego” pode configurar uma via de substituição, mas mesmo nesta componente o resultado é insuficiente. Uma medida (imperfeita) do emprego total concelhio só no Recenseamento de 2001 pode ser encontrada, o que é manifestamente insuficiente, dada a data de referência. Para informação mais actualizada teremos de recorrer aos Quadros de Pessoal do MTSS e, por essa via, ficamos não só limitados ao emprego por conta de outrem do sector privado (esquecendo o emprego público), mas também tenderemos a sub-avaliar o emprego agrícola, claramente mal coberto por esse instrumento de recolha de informação. Para além destas limitações, a captação do emprego informal ou clandestino subsistirá sempre como dificuldade dificilmente contornável.

Reconhecida a inexistência de uma solução óptima para contornar a fragilidade do sistema estatístico nacional em termos de informação económica concelhia, utilizaremos uma solução de busca de complementaridades entre diferentes fontes de informação, não necessariamente circunscritas à mesma data.

Assim, para termos informação para a NUTS III Cávado simultaneamente actualizada e minimamente desagregada sectorialmente, teremos de recorrer à classificação mais tradicional (em três sectores de actividade) e utilizar os valores provisórios de 2007 como última data disponível.

O Cávado alinha fundamentalmente com o traço estrutural da região Norte, emergindo o sector dos serviços já com um contributo para o PIB regional superior ao da indústria, divergindo apenas no facto da actividade agrícola não ter regredido entre 2000 e 2007, como sucedeu na região. A NUTS III reforça ligeiramente em 7 anos o seu peso económico na região Norte, com valores em torno dos 10%. A indústria apresenta um peso ligeiramente superior a esse referencial.

TABELA 9: ESTRUTURA DO VAB POR CLASSES DE ACTIVIDADES A3 NORTE E CÁVADO (MILHÕES DE EUROS)

VAB/sector A3	Norte		Cávado	
	2000	2007 (prov.)	2000	2007 (prov.)
Agricultura, caça, silvicultura, pesca e aquacultura	810	722	98	107
Indústria	11 298	12 797	1 218	1 434
Serviços	18 588	25 722	1 697	2 592
VAB	30 695	39 240	3 013	4 132
PIB	35 226	45 780	3 458	4 821

Para uma desagregação um pouco mais aprofundada, teremos de recuar um pouco no tempo e utilizar os valores disponíveis para 2006, com desagregação a 17 actividades, para o VAB e para o emprego:

TABELA 10: ESTRUTURA DO VAB (NORTE E CÁVADO) POR CLASSES DE ACTIVIDADES A17, 2006, MILHÕES DE EUROS

<i>Classes de actividades A17</i>	<i>Norte</i>	<i>Cávado</i>
Agricultura, caça e silvicultura	775	111
Pesca	38	0
Indústrias extractivas	65	6
Indústrias transformadoras	7788	801
Produção e distribuição de electricidade, gás e água	1295	92
Construção	2924	482
Comércio por grosso e a retalho, reparação de veículos	4836	572
Alojamento e restauração (restaurantes e similares)	1249	130
Transportes, armazenagem e comunicações	1709	108
Actividades financeiras	1801	162
Actividades imobiliárias, alugueres e serviços prestados às empresas	5122	452
Administração pública, defesa e segurança social obrigatória	2604	253
Educação	3118	371
Saúde e acção social	2632	271
Outras actividades de serviços colectivos, sociais e pessoais	949	100
Famílias com empregados domésticos	337	40
TOTAL	37 244	3 951

Fonte: Contas Económicas Regionais, INE

TABELA 11: ESTRUTURA DO EMPREGO TOTAL (NORTE E CÁVADO) POR CLASSES DE ACTIVIDADES A17, 2006, MILHARES DE INDIVÍDUOS

<i>Classes de actividades A17</i>	<i>Norte</i>	<i>Cávado</i>
Agricultura, caça e silvicultura	215	19
Pesca	4	0
Indústrias extractivas	6	1
Indústrias transformadoras	472	57
Produção e distribuição de electricidade, gás e água	6	1
Construção	190	31
Comércio por grosso e a retalho, reparação de veículos	294	32
Alojamento e restauração (restaurantes e similares)	81	9
Transportes, armazenagem e comunicações	48	3
Actividades financeiras	21	2
Actividades imobiliárias, alugueres e serviços prestados às empresas	79	6
Administração pública, defesa e segurança social obrigatória	74	7
Educação	98	11
Saúde e acção social	82	10
Outras actividades de serviços colectivos, sociais e pessoais	43	5
Famílias com empregados domésticos	47	6
TOTAL	1759	200

Fonte: Contas Económicas Regionais, INE

A estrutura produtiva da NUTS III Cávado emerge claramente dominada pela relevância da indústria transformadora e pelo peso conjugado da construção e do comércio por grosso, a retalho e reparação de automóveis, sobretudo visível em termos de peso no emprego total (60%). Em termos de contributo para a formação do PIB sub-regional, essa relevância é mais baixa (ligeiramente inferior a 50%), mas acrescentando as actividades imobiliárias quase 60% da estrutura produtiva é representada por essas classes de actividades. A presença das actividades agrícolas, visível através da sua expressão em termos de ocupação territorial, apenas na variável emprego tem expressão (cerca de 10% do emprego total).

A relevância destes números prende-se sobretudo com o peso ainda observado nestes territórios da industrialização. Apesar do processo de ajustamento em que os sectores de especialização mais tradicional se encontram mergulhados, o fenómeno da desindustrialização está longe de apresentar uma expressão relevante. Esta conclusão vem ao encontro da percepção de que Barcelos partilha uma atmosfera industrial ainda viva com um território mais vasto e essa evidência não pode deixar de pesar em qualquer cenário que se esboça para a sua trajectória de desenvolvimento futuro.

Para encontrarmos um referencial de análise similar no concelho de Barcelos, é necessário recorrer aos dados do Censo de 2001 em termos de estrutura sectorial da população activa empregada por local de residência. Este indicador contém ainda a imperfeição de não reproduzir o emprego total do concelho, mas tão só a estrutura do emprego de quem reside no concelho de Barcelos, devendo ser entendido à luz dessa imperfeição.

TABELA 12: ESTRUTURA SECTORIAL DA POPULAÇÃO ACTIVA EMPREGADA NO CONCELHO DE BARCELOS (CENSO 2001)

<i>Classes de actividades A17</i>	<i>Norte</i>	<i>Cávado</i>	<i>Barcelos</i>
Agricultura, caça e silvicultura	74 780	7 228	2 865
Pesca	3 946	106	2
Indústrias extractivas	6 958	600	123
Indústrias transformadoras	527 077	62 434	29 127
Produção e distribuição de electricidade, gás e água	10 267	1 154	214
Construção	213 777	26 545	8 130
Comércio por grosso e a retalho, reparação de veículos	264 496	28 278	7 597
Alojamento e restauração (restaurantes e similares)	68 673	6 885	1458
Transportes, armazenagem e comunicações	52 142	3 870	925
Actividades financeiras	24 449	1 766	368
Actividades imobiliárias, alugueres e serviços prestados às empresas	70 779	6 256	1 172
Administração pública, defesa e segurança social obrigatória	86 173	8 866	1 642
Educação	107 124	13 503	2 205
Saúde e acção social	75 715	7 419	1 696
Outras actividades de serviços colectivos, sociais e pessoais	33 823	3 624	746
Actividades das Famílias com empregados domésticos	35 848	3 653	663
Organismos internacionais e outras instituições extra-territoriais	76	3	1
TOTAL	1 656 103	182 190	58 934

Ponderada a imperfeição do indicador, é manifesto o peso da ocupação “indústria transformadora” para a população activa empregada residente no concelho de Barcelos. Praticamente 50% da população residente activa empregada inseria a sua actividade em 2001 em contexto de indústria manufactureira. Ainda que ponderada a possibilidade de uma parte da população activa residente trabalhar noutro concelho, a inscrição num contexto industrial é muito significativa e corresponde a um padrão de forte identidade no concelho. As percentagens similares para o Norte (32%) e Cávado (34%) são incomparavelmente mais baixas. Todas as restantes classes de actividade económica apresentam no concelho uma menor expressão, mesmo tendo em conta o peso relativo do comércio e construção. O peso da ocupação agrícola não se afastava significativamente em 2001 do padrão nortenho e do Cávado, carecendo de informação rigorosa sobre o valor da produção agrícola no concelho para avaliar se a percentagem em torno dos 5% traduz ou não a real incidência da actividade agrícola concelhia. Os dados anteriores, embora reportados a uma data mais recuada no tempo, consagram que a situação de Barcelos reflecte tendências mais pesadas do que as observadas na NUTS III de inserção.

No entanto, qualquer que seja o resultado dessa precisão de análise, a dimensão da indústria transformadora, seja como ocupação da população activa residente, seja como fonte de geração de valor económico no concelho, emerge como uma força determinante da evolução concelhia. A cenarização da sua trajectória de desenvolvimento assume desse modo um lugar crucial na estratégia a desenhar para o concelho.

Se quisermos encontrar uma eventual confirmação dessas evidências para datas mais recentes, teremos de recorrer à informação proveniente dos Quadros de Pessoal do MTSS, circunscritos ao trabalho por conta de outrem em estabelecimentos que cumpram os requisitos exigidos por aquela fonte de informação.

TABELA 13: ESTRUTURA DO PESSOAL AO SERVIÇO (TRABALHADORES POR CONTA DE OUTREM) (%) POR CLASSES DE ACTIVIDADES A10, CÁVADO E BARCELOS, 2007

<i>Classes de actividades</i>	<i>Cávado</i>	<i>Barcelos</i>
Agricultura, Silvicultura, Caça e Pesca	1,1	1,2
Indústrias Extractivas	0,3	0,1
Indústrias Transformadoras	35,1	51,5
Produção e Distribuição de Electricidade, Gás e Água	0,6	0,4
Construção	21,0	20,3
Comércio, Hotelaria e Restauração	21,8	15,2
Transportes, Armazenagem e Comunicações	2,9	1,3
Actividades Financeiras, Imobiliárias e Serviços Prestados às Empresas	7,2	3,3
Administração Pública, Educação, Saúde e Outros	10,0	6,7
Total (número de indivíduos)	130 625	42 801

Fonte: Quadros de pessoal do MTSS

Embora com um grau de desagregação ligeiramente inferior ao dos quadros anteriores, os dados falam por si e confirmam conclusões anteriormente formuladas. A indústria manufactureira domina claramente o trabalho por conta de outrem, evidenciando em Barcelos uma nítida acentuação das características estruturais do Cávado. Para além disso, o ano de 2007 reflecte já algum do ajustamento estrutural em que a indústria local está mergulhada e, mesmo nesse contexto, a relevância do emprego industrial é manifesta. Por outro lado, neste caso é de emprego que se fala e não de activos residentes, o que marca incontestavelmente a atmosfera industrial do concelho. É também nítido que a maior expressão do emprego industrial tem como contrapartida um sub-peso no concelho de actividades como o comércio e hotelaria, as actividades financeiras e imobiliárias e a própria administração pública¹⁵.

¹⁵ Não deve ignorar-se que a capacidade dos Quadros de Pessoal medirem o emprego público é muito limitada.

A atmosfera industrial atrás mencionada coexiste com uma outra característica – a da tradição exportadora. Embora não seja possível quantificar a percentagem de valor acrescentado bruto exportado pela indústria transformadora, é possível dimensionar a relevância exportadora da indústria transformadora de Barcelos no contexto do Cávado. Em 2009 (dados provisórios), eram referenciados pelo INE cerca de 451 milhões de euros de produtos exportados pela IT concelhia. Este valor, quando comparado com o do ano 2001, cerca de 578 milhões de euros, traduz uma diminuição absoluta do potencial exportador. No entanto, do ponto de vista do seu peso relativo face ao Cávado, o gráfico da página seguinte evidencia uma recuperação da expressão exportadora da IT de Barcelos no conjunto do Cávado. Em queda de 2000 a 2005, o peso de Barcelos vem recuperando desde então para se situar em 2009 em cerca de 39% do conjunto das exportações manufactureiras do Cávado. Esta recuperação é mais sustentada no caso da fabricação de têxteis do que na de vestuário, embora esta última tenha um significado quantitativo mais elevado.

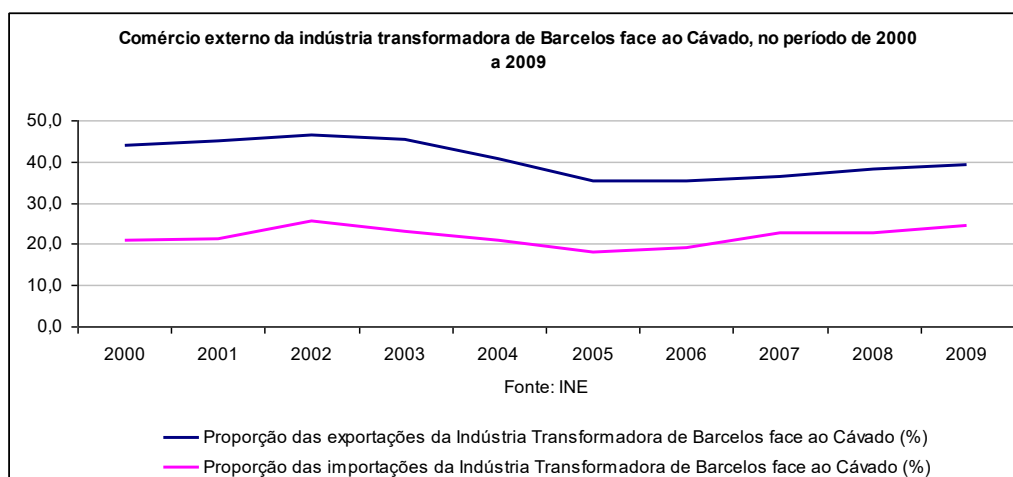


Figura 20: Comércio externo

Fonte: Estatísticas do Comércio Externo, INE, tratamento QP.

O relevo da posição exportadora de Barcelos no Cávado ilustra bem como o concelho partilha com um território mais vasto uma orientação marcadamente extrovertida e o coloca em situação de forte exposição às incidências da concorrência internacional.

Mas esta informação sugere ainda que, por via da sua base de especialização manufactureira, Barcelos apresenta um potencial natural de internacionalização. Independentemente dos desafios que os novos rumos da globalização colocam à produção manufactureira concelhia, designadamente ao ramo das malhas, a presença nos mercados externos representa sempre para o concelho de implantação um potencial de “cross-selling” de outros atributos desse território. Bastaria esta circunstância para justificar uma forte aposta na qualificação dos espaços de inserção e acolhimento da indústria concelhia, colocando a estratégia de ordenamento dos espaços industriais ao serviço da requalificação da própria imagem concelhia, peça indissociável de um estádio de internacionalização do território com maior capacidade de geração de rendimento e de atracção de actividades.

2.2. A RELEVÂNCIA DO EMPREGO

2.2.1 A TRANSIÇÃO PARA UM NOVO MODELO DE CRIAÇÃO DE EMPREGO

Face às características anteriormente assinaladas do modelo produtivo de Barcelos, compreende-se a relevância da variável “criação de emprego”. Em contexto de baixas qualificações e salário médio baixo, a capacidade de geração e distribuição de rendimento induzida pelo crescimento económico fica largamente dependente do ritmo de criação de emprego desqualificado. É esse ritmo que assegura, apesar dos salários baixos, a dinâmica de distribuição de rendimento pela economia local. Compreensivelmente, qualquer situação que comprometa duradoura ou episodicamente essa capacidade de criação de emprego reflecte-se na dinâmica da economia local.

É hoje evidente que as economias locais que partilham as características observadas em Barcelos perderam irreversivelmente a capacidade de assegurar ritmos elevados de criação de emprego desqualificado, dado o forte ajustamento internacional que os ramos de especialização tradicional da indústria transformadora experimentaram na sequência da entrada em comércio internacional de novas vagas de países com massas críticas significativas de população com baixa qualificação e salários muito baixos.

O modelo de criação de emprego que orientou o surto de industrialização em meios rurais entra desse modo numa prolongada transição, numa combinação de efeitos directos e indirectos da mencionada destruição de emprego.

Os efeitos indirectos merecem alguma atenção. O menor ritmo de criação de emprego desqualificado e, nas fases mais agudas dessa transição, a destruição de empregos desse tipo tende a repercutir-se na diminuição da capacidade de disseminação de rendimento na economia local. Sem a emergência de alternativas, as actividades de comércio e de construção tendem também elas a experimentar esse impacto, ampliando o efeito sobre as dificuldades de absorção de emprego desqualificado.

A duração e intensidade da transição para novos modelos de criação de emprego dependem não só do ajustamento internacional dos sectores de especialização manufactureira mais tradicional mas também da emergência de actividades alternativas capazes de absorver o emprego destruído e sobretudo as melhorias de qualificações (por via do sistema educativo e da formação profissional) que entretanto forem observadas.

As evidências disponíveis e o contacto com o terreno sugerem que a referida transição está em curso no concelho de Barcelos. A capacidade de resistência e transformação do sector das malhas faz parte dessa transição. Analisaremos, na medida em que a informação disponível o permitir, se essa capacidade de resistência se tem ou não traduzido por uma melhoria da estrutura de qualificações do emprego.

Mas a evolução do desemprego registado sugere a existência de destruição de empregos. Em 2009, estavam registados como desempregados 5 426 indivíduos, número em crescimento (em 2007, era de 3 926 indivíduos), traduzindo desde 2004 um aumento de 39%, bem superior ao crescimento observado no Cávado (15%), com relevo particular para os desempregados com idade compreendida entre os 35 e os 54 anos. No período mais recente, entre 2007 e 2009, a percentagem de desempregados há mais de um ano diminuiu de 52,2% para 39,3%, atenuando em termos percentuais uma percentagem que reflecte as dificuldades de encontrar alternativas para as perdas de emprego no concelho. Estes números não reflectem ainda o agravamento das condições de austeridade de 2010, pelo que devem ser interpretados com alguma cautela.

A consulta de informação conjuntural mais recente evidencia a evolução desfavorável do desemprego registado observada em Barcelos: “De entre os concelhos da Região do Norte com mais de 5 mil desempregados, apenas Vila Nova de Gaia (+12,0%), Santa Maria da Feira (+13,6%) e Barcelos (+13,8%) registaram, no 3º trimestre, crescimentos do desemprego acima de 10% em termos homólogos, sendo Barcelos o único que mantinha essa situação em Outubro (com +13,7%)” (CCDR-N, Relatório Trimestral, Norte Conjuntura, 3º Trimestre 2010).

2.2.2 O PANORAMA DA DESQUALIFICAÇÃO

Como já foi anteriormente referido, o trabalho por conta de outrem registado nos Quadros de Pessoal do MTSS constitui a melhor aproximação ao emprego concelhio que é possível mobilizar para a análise. Tentaremos ao longo do trabalho realizar uma estimativa do emprego público no concelho, a qual, a existir, constituiria uma importante aproximação ao emprego total.

Sem essa estimativa, os valores de referência mais recentes para o trabalho por conta de outrem respeitam a 28 346 e 37 123 trabalhadores, respectivamente em 2007 e 2008. Utilizaremos os valores de 2007 para uma melhor comparação com valores de períodos anteriores.

A primeira confirmação que importa realizar é a do panorama da desqualificação dos recursos humanos.

TABELA 14: ESTRUTURA DE QUALIFICAÇÕES (NÍVEIS DE HABILITAÇÕES) DA POPULAÇÃO RESIDENTE (2001) E TRABALHADORES POR CONTA DE OUTREM (2007), CÁVADO E BARCELOS

<i>Níveis de habilitações</i>	<i>Cávado</i>		<i>Barcelos</i>	
	População residente 2001 (%)	Trabalhadores por conta de outrem 2007 (%)	População residente 2001 (%)	Trabalhadores por conta de outrem 2007 (%)
Inferior ao 1º Ciclo do ensino básico	19,3	1,1	19,0	1,1
1º Ciclo do ensino básico	36,7	20,0	39,3	20,2
2º Ciclo do ensino básico	19,4	30,0	24,2	37,8
3º Ciclo do ensino básico	7,5	23,1	7,0	22,8
Ensino secundário	8,6	17,3	6,5	12,8
Bacharelato e Licenciatura	8,1	7,9	4,0	5,0
Mestrado	0,2	0,5	0,1	0,2
Doutoramento	0,2	0,1	0,0	0,0

Fonte: Censo 2001, INE e Quadros de Pessoal do MTSS

Sem embargo de análises posteriores sobre a evolução observada nos níveis de habilitações dos trabalhadores por conta de outrem, comparámos no quadro anterior a estrutura de habilitações no Cávado e em Barcelos da população residente (2001) e do trabalho por conta de outrem (2007).

Confirma-se não só o panorama de desqualificação como a posição mais desfavorável que Barcelos assume face à situação do Cávado. No concelho, as quotas de trabalhadores com o ensino secundário e com bacharelato ou licenciatura são claramente mais baixas, com a evidência de mais de 50% dos trabalhadores só ter concluído o 2º ciclo do ensino básico. A estrutura de habilitações dos trabalhadores por conta de outrem diverge substancialmente da observada na população residente, sobretudo porque o peso nesta última dos que não concluíram nenhum grau de ensino é muito elevado.

Importa agora analisar para a variável trabalho por conta de outrem se existe evidência de alguma melhoria da estrutura de qualificações. Seguindo um método de estática comparativa, compararemos os anos de 1995 e 2008 do ponto de vista da informação fornecida pelos Quadros de Pessoal¹⁶.

Para se situar devidamente a comparação a realizar, tenha-se em conta a estrutura dos trabalhadores por conta de outrem em 2008, segundo os níveis de habilitação, posicionando Barcelos face ao Continente, Norte e Cávado:

TABELA 15: DISTRIBUIÇÃO DOS TCO SEGUNDO O NÍVEL DE HABILITAÇÕES, 2008 (%)

<i>Nível de habilitações</i>	<i>Continente</i>	<i>Região Norte</i>	<i>Cávado</i>	<i>Barcelos</i>
Inferior ao 1º Ciclo do ensino básico	1,1	1,1	1,0	1,0
1º Ciclo do ensino básico	19,1	21,3	19,2	19,8
2º Ciclo do ensino básico	19,1	24,6	30,4	37,8

¹⁶ Foi entretanto necessário realizar um trabalho cuidadoso de homogeneização das CAE entre 1995 e 2008, concretizado a partir de agregação das classes a 5 dígitos.

<i>Nível de habilitações</i>	<i>Continente</i>	<i>Região Norte</i>	<i>Cávado</i>	<i>Barcelos</i>
3º Ciclo do ensino básico	23,1	22,4	23,3	23,7
Ensino secundário	22,2	18,6	16,5	11,8
Bacharelato e Licenciatura	2,3	1,9	1,1	0,7
Mestrado	11,6	9,3	7,9	4,7
Doutoramento	0,6	0,5	0,4	0,3
Ignorado	0,1	0,2	0,1	0,0
	100%	100%	100%	100%
Total	(2 171 074)	(767 668)	(118 479)	(37 123)

O panorama observado em 2008 é ainda muito penalizador para o concelho com quotas de TCO com o ensino secundário e licenciatura concluídos bastante mais baixas do que os termos de referência seleccionados. A situação nivela-se em absoluto para o 3º ciclo do ensino básico.

Mas a análise dinâmica observada entre 1995 e 2008 sugere mesmo assim um padrão evolutivo. Vejamos nesse sentido os valores obtidos no quadro seguinte.

TABELA 16: VARIAÇÃO DOS TCO SEGUNDO O NÍVEL DE HABILITAÇÕES, 1995/2008 (Nº E %)

Ramos de Actividade	Inferior ao 1º Ciclo do Ensino Básico		1º Ciclo do Ensino Básico		2º Ciclo do Ensino Básico		3º Ciclo do Ensino Básico		Ensino Secundário		Ensino superior		Total	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Agricultura, produção animal, caça e silvicultura; Pesca	3	16,7	147	272,2	134	609,1	68	971,4	30	600,0	7	350,0	390	361,1
Indústrias extractivas	3	-	-17	-63,0	-5	-38,5	2	-	6	600,0	2	-	-8	-19,5
Indústrias transformadoras	-196	-52,8	-4.990	-55,4	-1.676	-17,0	3.026	254,1	762	83,9	320	340,4	-2.957	-13,7
Fabricação de têxteis.	-171	-83,8	-3.209	-77,2	-2.506	-67,0	301	52,2	-71	-15,7	53	86,9	-5.703	-61,3
Indústria do vestuário; preparação, tingimento e fabricação de artigos de peles com pêlo.	17	25,8	-514	-18,8	1.110	26,1	2.129	700,3	649	327,8	188	2.350,0	3.523	46,2
Curtimenta e acabamento de peles sem pêlo; fabricação de artigos de viagem, marroquinaria, artigos de correeiro, seleiro e calçado.	-5	-62,5	-184	-38,9	135	36,1	209	220,0	18	18,6	3	150,0	173	16,4
Produção e distribuição de electricidade, gás e água	1	50,0	-16	-41,0	17	130,8	14	155,6	36	900,0	36	900,0	88	123,9
Construção	23	24,0	583	55,3	2.345	367,6	1.784	2.703,0	341	608,9	254	1.336,8	5.318	273,3
Comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos automóveis e motociclos	2	7,4	-278	-32,0	443	50,2	1.014	305,4	708	256,5	238	820,7	2.094	85,3
Serviços	-38	-61,3	173	29,4	684	140,7	932	382,0	897	296,0	975	686,6	3.591	192,7
Total Geral	-198	-34,4	-4.287	-36,8	2.140	18,0	6.963	376,6	2.834	182,5	1.845	636,2	9.020	32,1

Tendo-se registado um aumento de cerca de 9 000 TCO entre as duas datas, esse aumento é acompanhado de alterações na estrutura dos níveis de habilitações:

- Recuam de forma clara os níveis mais baixos;
- Aumentam significativamente os TCO com o 3º ciclo do ensino básico (aumento que explica o nivelamento já observado em 2008), bem como os correspondentes ao ensino secundário e ensino superior, embora neste caso em valor insuficiente para melhorar representativamente a posição de Barcelos face aos referenciais escolhidos.

Tendo em atenção os valores globais, pode ainda concluir-se que esta mudança observada é indissociável do processo de desindustrialização: os ganhos de TCO observados para o período em questão são sempre mais elevados nas actividades articuladas com os serviços, registando-se mesmo um recuo do número de TCO na indústria transformadora. Embora o processo de desindustrialização seja mais claramente observado no Cávado, ele não deixa de estar presente em Barcelos, embora seja reconhecida a resistência do concelho nessa matéria.

No sentido de melhor caracterizar a estrutura produtiva do concelho do ponto de vista dos níveis de habilitações, apresentam-se no quadro seguinte os pesos dos TCO com o ensino secundário (incluindo o pós-secundário nível IV) e com bacharelato e licenciatura concluídos por ramos de actividade, excluindo agricultura, pescas e indústrias extractivas:

TABELA 17: TCO MAIS HABILITADOS

<i>Ramos de actividade CAE REV 3</i>	<i>Ensino secundário e pós secundário nível IV %</i>	<i>Bacharelato e licenciatura %</i>
Indústrias transformadoras	8,9	2,1
Indústrias alimentares e das bebidas	12	3,1
Fabricação de têxteis	10,6	2,8
Indústria do vestuário	7,6	1,6
Indústria do couro e dos produtos do couro	9,4	0,4
Indústrias da madeira e da cortiça e suas obras, excepto mobiliário; Fabricação de obras de cestaria e de espartaria	3	1
Fabricação de pasta, de papel, de cartão e seus artigos	14	5,6
Impressão e reprodução de suportes gravados	24	0,5
Fabricação de produtos químicos e de fibras sintéticas ou artificiais, excepto produtos farmacêuticos	14,3	28,6
Fabricação de artigos de borracha e de matérias plásticas	28,1	15
Fabrico de outros produtos minerais não metálicos	6,3	1,6
Indústrias metalúrgicas de base	18,8	12,6
Fabricação de produtos metálicos, excepto máquinas e equipamentos	11,9	3,1
Fabricação de máquinas e de equipamentos, n.e.	13,4	0,8
Fabrico de mobiliário e de colchões; outras ind. transf.	11,3	0,6
Electricidade, gás, vapor, água quente e fria e ar frio; Captação, tratamento e distribuição de água; saneamento, gestão de resíduos e despoluição	25,2	24,5
Construção	5,5	3,4
Comércio, manutenção e reparação, de veículos automóveis e motociclos	13,7	3,1
Comércio por grosso, excepto de veículos automóveis e motociclos	20,5	5,3
Comércio a retalho, excepto de veículos automóveis e motociclos	24,5	6,4
Alojamento, restauração e similares	11,3	1,3

<i>Ramos de actividade CAE REV 3</i>	<i>Ensino secundário e pós secundário nível IV %</i>	<i>Bacharelato e licenciatura %</i>
Transportes e armazenagem; Actividades de informação e de comunicação	15,2	6,4
Actividades financeiras e de seguros	51,4	39,3
Actividades imobiliárias; Actividades de Consultoria, científicas, técnicas e similares; Actividades Administrativas e dos serviços de apoio	32,8	14,3
Administração pública e defesa; Seg. Social Obrigatória	21,5	24,1
Educação	14,9	51,3
Actividades de saúde humana e apoio social	19,9	22,4
Actividades artísticas, de espectáculos, desportivas e recreativas	37,2	12,4
Outras actividades de serviços	21	10
Total	11,8	5,4

Confirma-se a posição mais frágil revelada pela indústria transformadora quando comparada com os ramos relacionados com os serviços, com excepção dos produtos químicos, único ramo na IT local com quotas de licenciados acima dos 20%.

Este panorama de desqualificação registado na perspectiva do emprego não pode ser dissociado das condições observadas em matéria de escolarização da população. Embora Barcelos alinhe com o panorama nacional de melhoria das condições de escolarização, os principais indicadores referenciados para o concelho nesta matéria ainda revelam notórias fragilidades concelhias, em relação ao Cávado e a Braga.

O quadro seguinte sintetiza alguma dessa informação.

TABELA 18: INDICADORES RELATIVOS A CONDIÇÕES DE ESCOLARIZAÇÃO

<i>Indicadores</i>	<i>Cávado %</i>	<i>Braga %</i>	<i>Barcelos %</i>
Taxa de pré-escolarização (2007-08)	85,4	87,6	81,5
Taxa bruta de escolarização (2007-08)			
Ensino básico	118,2	133,6	105,2
Ensino secundário	97,7	137,8	67,7
Taxa de retenção e desistência no ensino básico (2007-2008)			
Total	5,6	5,3	5,4
1º Ciclo	2,0	2,0	1,6
2º Ciclo	4,7	4,3	4,7
3º Ciclo	11,0	10,1	11,1
Taxa de escolarização no ensino superior (2008-09)	33,3	74,4	11

FONTE: INE, Anuário Estatístico da Região Norte 2008; Ministério da Educação (GEPE); Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior (GPEARl)

Apesar das taxas de retenção e desistência no ensino básico tenderem a nivelar-se com os valores de comparação utilizados, em matéria de taxa bruta de escolarização no ensino secundário a posição de Barcelos é ainda muito frágil.

Quer isto significar que o panorama da desqualificação assenta em alguma cumplicidade entre as perspectivas do emprego (procura) e da escolarização (oferta). Ainda continua a perfilar-se no mercado de trabalho muita população jovem sem a escolarização secundária concluída, embora com progressos assinaláveis no 3º ciclo do ensino básico. A evolução tenderá a ser mais rápida na perspectiva da oferta de qualificações (tendo em conta o impacto da Iniciativa Novas Oportunidades), sendo presumivelmente mais lenta do ponto de vista da procura de qualificações.

2.2.3 A DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DO EMPREGO

Recorrendo à mesma fonte de informação (Quadros de Pessoal do MTSS), analisou-se a distribuição por freguesia do trabalho por conta de outrem, procurando captar quais são as grandes concentrações sobretudo de emprego industrial, para as relacionar com as estruturas de acolhimento empresarial.

Um indicador simples de densidade foi construído (emprego e emprego industrial /população residente) para ser combinado com um indicador de concentração (peso do emprego e do emprego industrial por freguesia) para descrever essa distribuição espacial. Os indicadores de densidade devem ser lidos com cautela, já que os valores de população residente estimados por freguesia para 2008 resultam de uma estimativa concelhia INE, pressupondo que entre 2001 e 2008 não variou a distribuição percentual da população entre as freguesias.

Começando pela **indústria transformadora**, a figura 21 evidencia quais as freguesias que concentram os maiores pesos de pessoal ao serviço.

É perfeitamente visível no cartograma a existência de um eixo transversal oblíquo de freguesias com concentração elevada de emprego industrial, embora se verifique uma zona de concentração em torno das freguesias de Barcelos e Arcozelo. As freguesias de São Veríssimo e Santa Eulália apresentam as concentrações percentuais mais elevadas de emprego industrial. Observa-se também que, embora algumas freguesias apresentem valores muito baixos de pessoal ao serviço, não há uma freguesia em que não se verifique a presença de estabelecimentos da indústria transformadora e correspondente pessoal ao serviço. Com exceção das freguesias limítrofes de Barqueiros, Cristelo e Vila Seca a ocidente, de Negreiros a sul e de Ucha e Pousa a este, as grandes concentrações observam-se mais no interior do concelho e como foi anteriormente mencionado em torno de Barcelos e Arcozelo.

A figura 22 analisa a distribuição espacial de um indicador de densidade industrial: nº de pessoas ao serviço na IT por indivíduo residente.

Neste caso, a distribuição dos valores mais elevados de densidade de emprego industrial (entre 35 e 60 empregos industriais por residente e os valores de 117,4 em Santa Eulália e de 129,4 em Mariz) concentra-se essencialmente num círculo em torno de Barcelos e Arcozelo, nele sobressaindo para além dos dois valores mais altos as freguesias de Abade de Neiva, S.Pedro, Gilmonde, Várzea, Manhente e S. Veríssimo. O eixo transversal oblíquo continua a observar-se mas de forma menos nítida, sendo agora também visível um eixo vertical norte-sul com alguma continuidade.

De qualquer modo, apesar dos focos de concentração e densidade observados, surge evidente a disseminação espacial da indústria praticamente por todo o concelho, coexistindo com dois modelos de aglomeração: a sul, observa-se o predomínio de uma grande unidade que tende a organizar o espaço de ocupação industrial, ao passo que a norte a figura dos loteamentos e áreas de acolhimento empresarial tendem a predominar, organizando de forma mais concentrada o espaço.

A coexistência destes dois modelos é uma característica do padrão de ocupação industrial do concelho e deve merecer ponderação atenta, pois as margens de intervenção na sua qualificação e ordenamento não são similares.

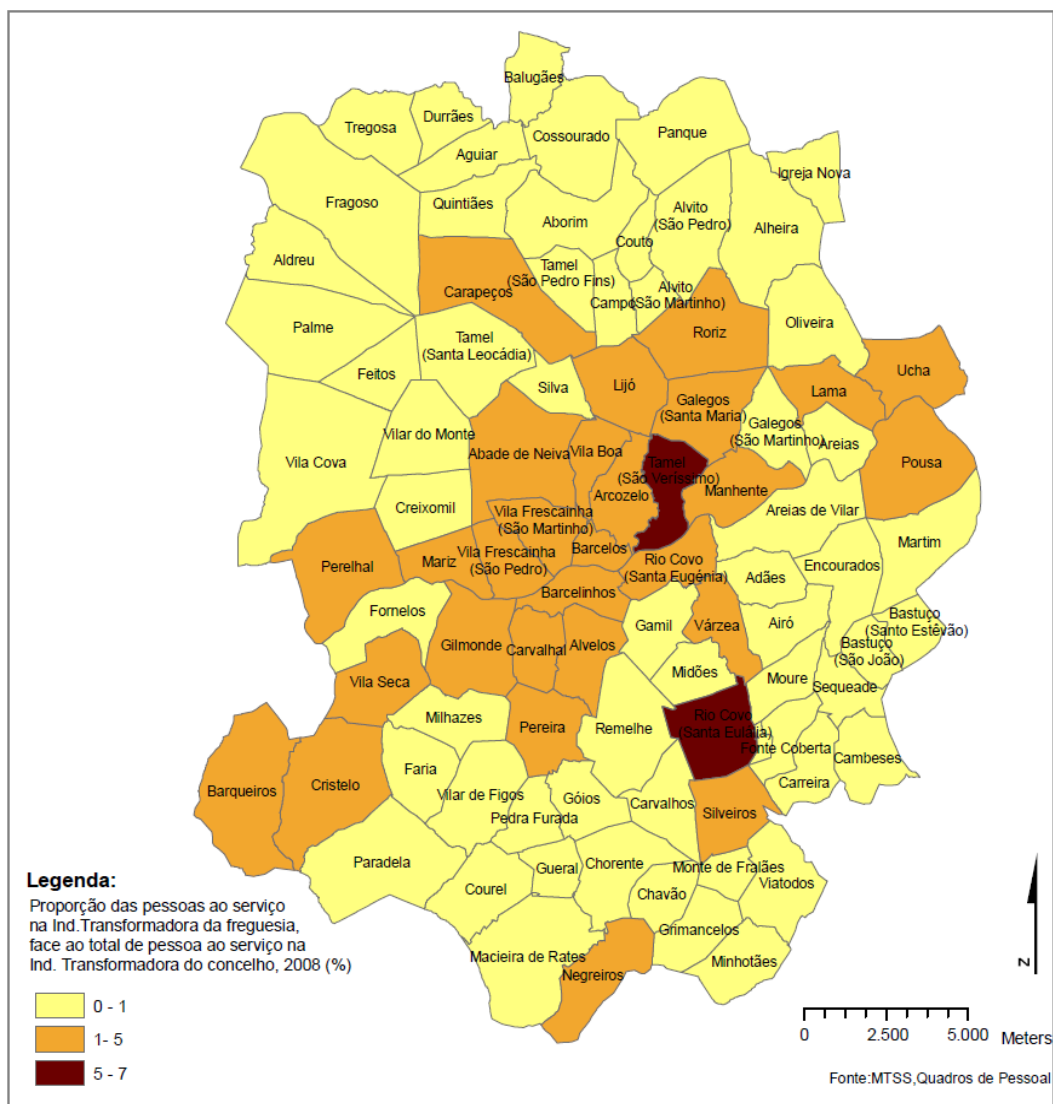


Figura 21: Peso de cada freguesia no emprego industrial

Os valores elevados da densidade de empregos na IT por indivíduo residente (figura 22) representam também destinos focais de mobilidade intra e inter-concelhia, pelo que em termos de modelo de ordenamento devem ser também olhados com toda a atenção.

Tais valores ilustram bem a densidade de atmosfera industrial que caracteriza o concelho e que constitui inequivocamente uma das suas marcas diferenciadoras e para a qual há que encontrar uma rede de oferta de serviços compatível com essa distribuição.

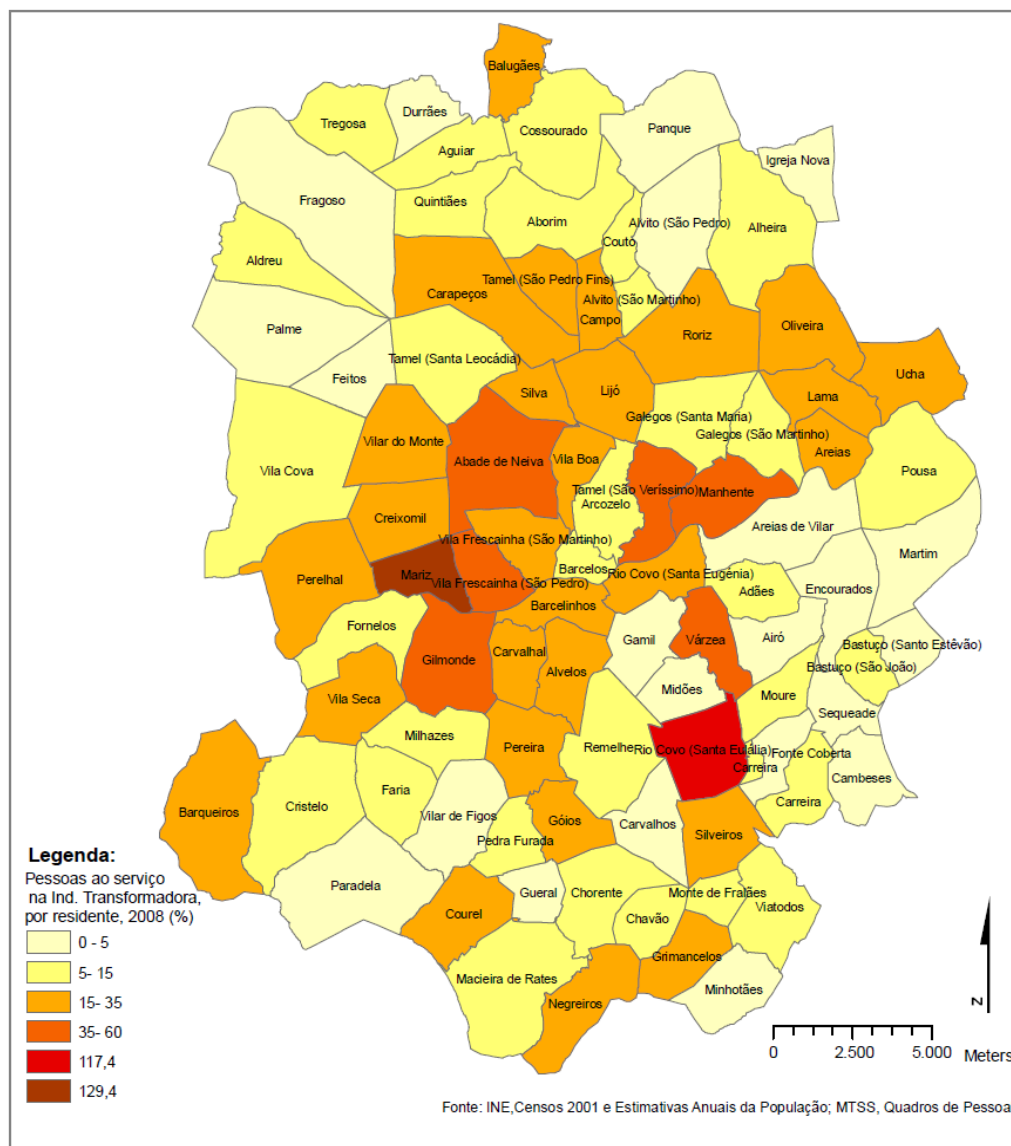


Figura 22: Densidade de emprego industrial

No sentido de relacionar a ocupação industrial com o sistema de acessibilidades do concelho, transformámos a figura 21, nela incluindo os principais eixos rodoviários e ferroviários que atravessam e organizam o concelho. A figura 23 daí resultante tem a virtude de assinalar com toda a evidência a forte relação que existe entre a intrincada malha viária municipal e a ocupação industrial, sendo fundamentais os nexos de articulação dessa malha viária com os grandes eixos de atravessamento (marginal no caso da A28, mais forte no caso da A11 e A3).

Embora não muito visível no cartograma, é possível constatar que em algumas freguesias de maior concentração de emprego industrial a presença de uma rede de estradas e caminhos municipais bastante densa ilustra bem o emaranhado de ordenamento em que a actividade industrial se encontra mergulhada.

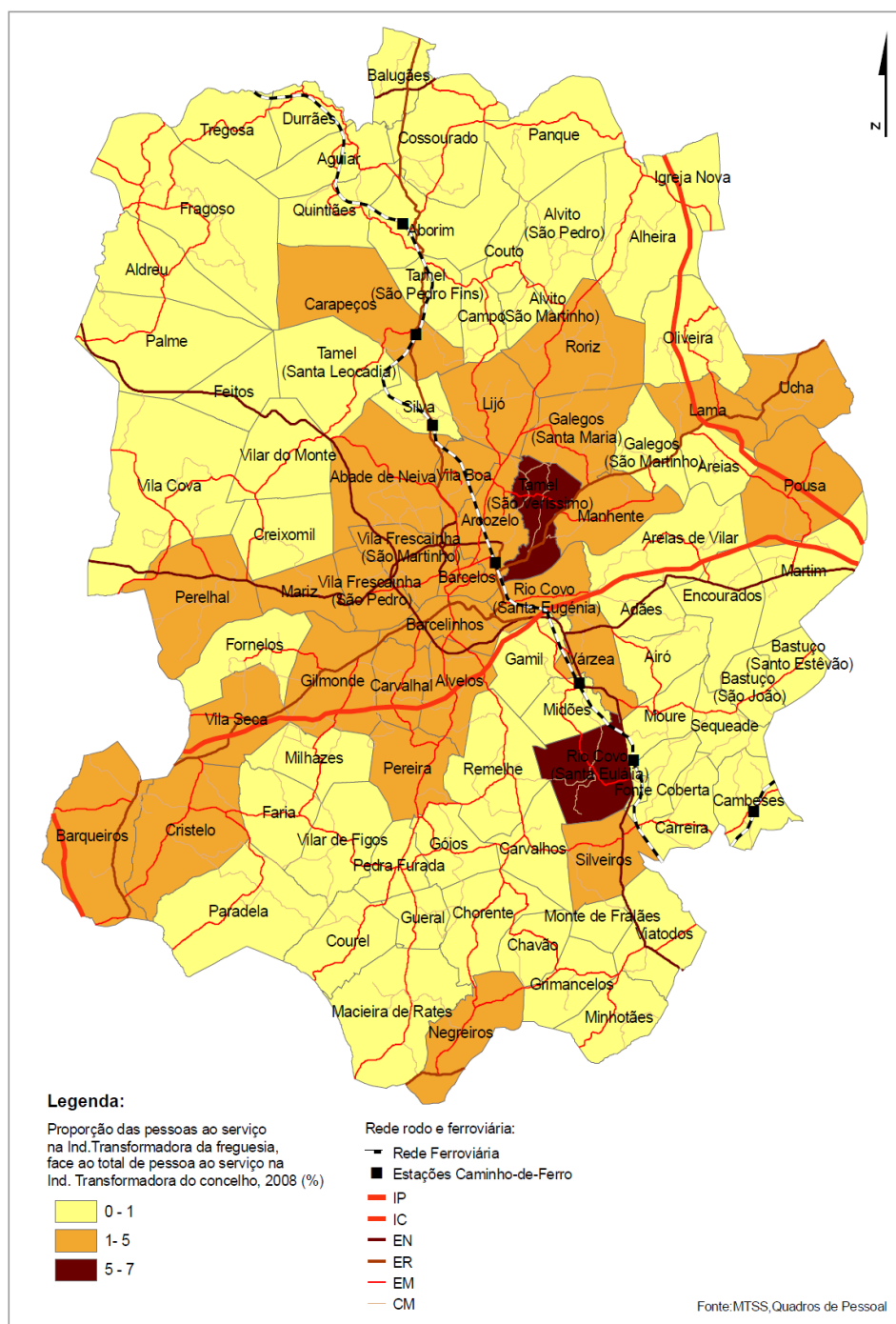


Figura 23: Emprego industrial e rede viária

Compreensivelmente, dada a relevância que a IT representa no emprego total concelhio por conta de outrem, a distribuição espacial do total do pessoal ao serviço não se afasta consideravelmente.

Em termos de focos de concentração, a figura 24 dá conta que as freguesias de Barcelos e Arcozelo substituem-se às de São Veríssimo e Santa Eulália como principais áreas de concentração de trabalhadores por conta de outrem, traduzindo neste caso a relevância do pólo de serviços urbanos dessas duas freguesias centrais. Exceptuando essa diferença, as figuras 21 e 24 aproximam-se bastante em termos de distribuição espacial, com muito ligeiras trocas de posições na classe de concentração intermédia.

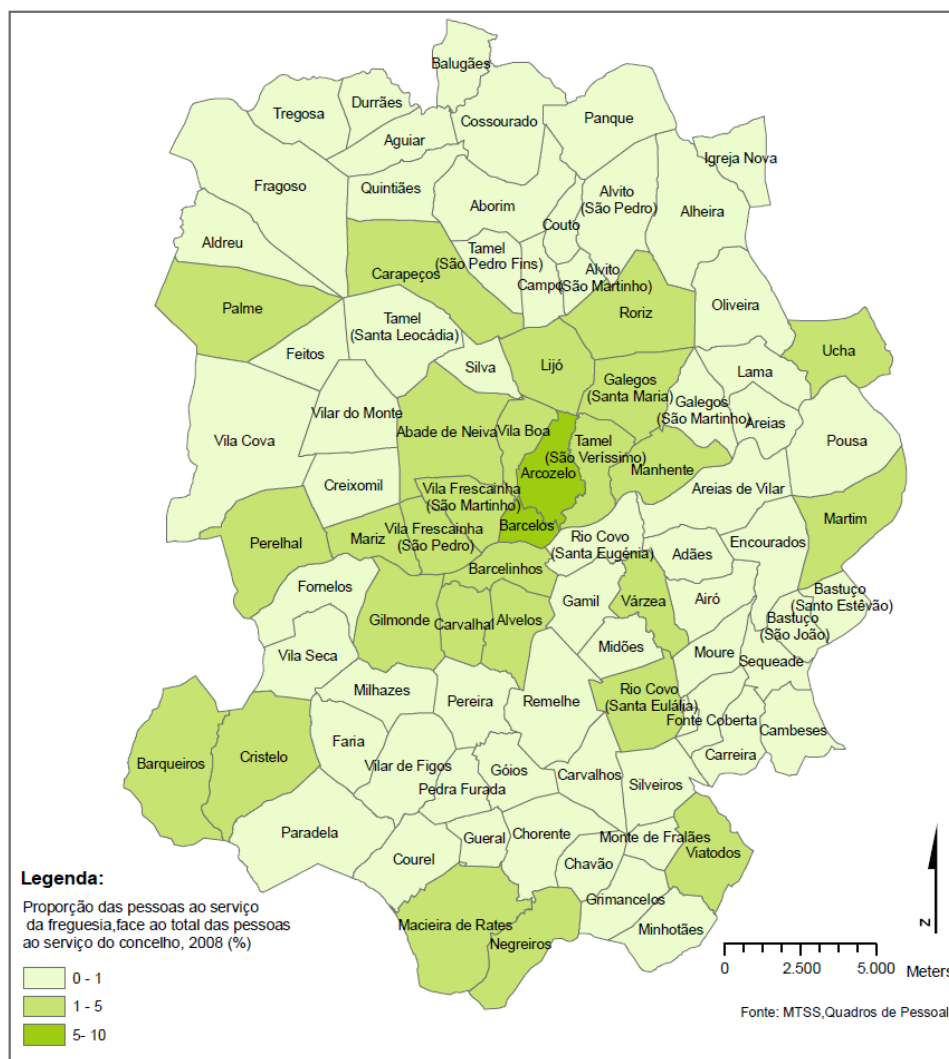


Figura 24: Peso de cada freguesia no emprego total

A distribuição espacial da densidade de trabalhadores por conta de outrem por indivíduo residente é contudo mais matizada (ver figura 25).

As freguesias de Santa Eulália e de Mariz destacam-se, respectivamente, com densidades de 162,4 e 141,3. A classe intermédia de densidade, entre 35 e 75 trabalhadores por conta de outrem por indivíduo residente, tem uma distribuição mais espaçada pelo território concelhio, com menores contiguidades do que a revelada por idêntica distribuição da indústria transformadora. Para além de um círculo de freguesias em torno de Barcelos e Arcozelo, emergem quer a norte quer a sul outras freguesias pertencentes à mesma classe, produzindo um padrão mais disperso do que o da IT.

Certamente que estará aqui em causa além da influência das actividades de construção civil a distribuição da base comercial concelhia, a qual, embora fortemente representada nas freguesias de Barcelos e Arcozelo, apresenta outras pequenas centralidades que tenderão a pesar em termos de emprego. As maiores diferenças observam-se a norte, com freguesias como Alvito (São Pedro), Quintiães, Aldreu, Palme e Feitos a apresentar nesta variável densidades bastante mais elevadas do que as observadas para a IT.

Do ponto de vista da estratégia municipal, este panorama da densidade de emprego total deve merecer alguma atenção, pois pode configurar centralidades emergentes, sobretudo em termos de comércio local, que serão eventualmente merecedoras de atenção em termos de investimento municipal.

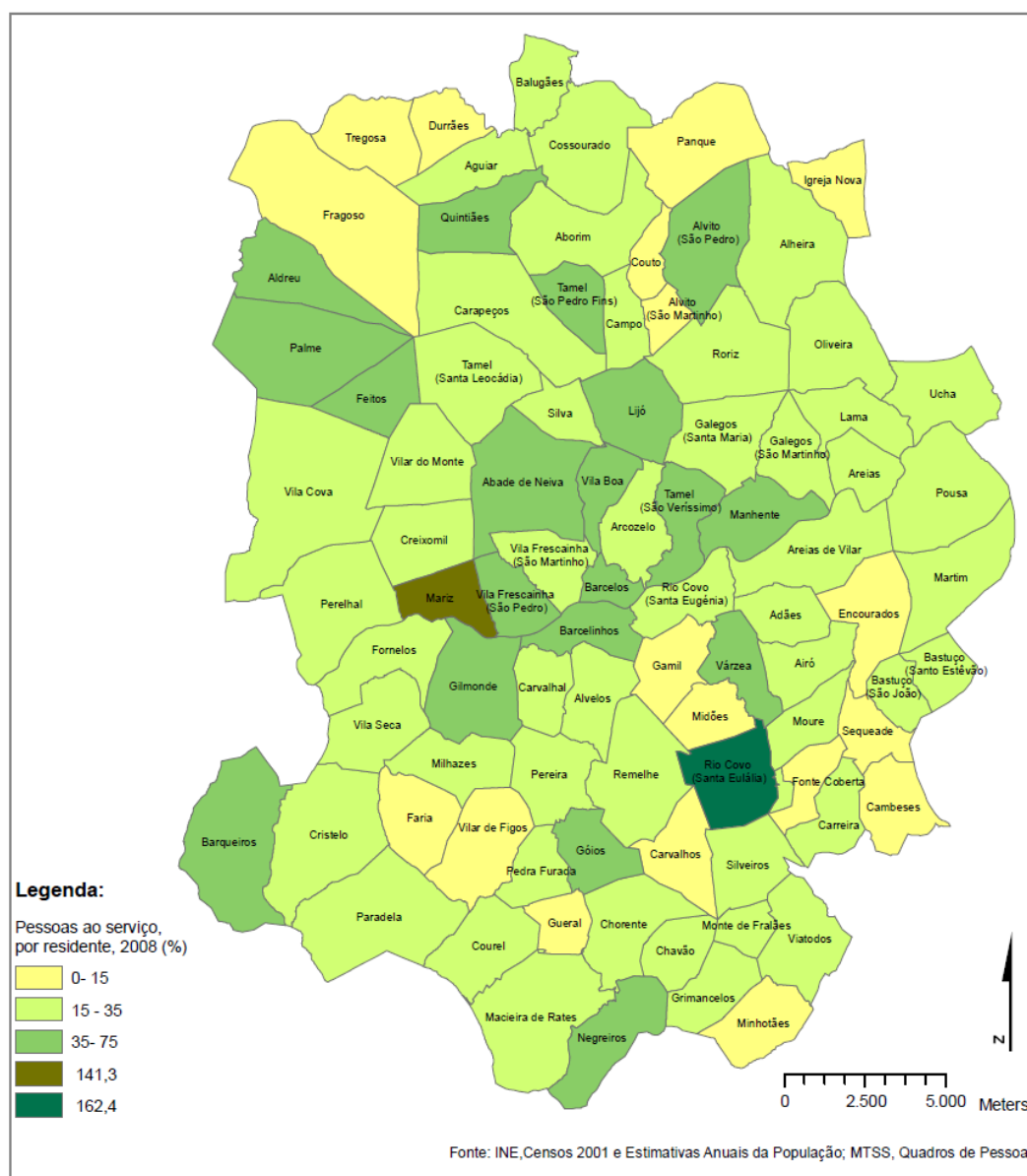


Figura 25: Densidade de emprego total

2.2.4 DINÂMICA GLOBAL DE CRIAÇÃO/ DESTRUIÇÃO DE EMPREGO (1995-2008)

METODOLOGIA

Tendo por base a informação relativa aos Quadros de Pessoal do MTSS de 1995 e 1998, desenvolveu-se uma metodologia que nos permitiu isolar os estabelecimentos existente em 1995 e desaparecidos em 2008, os existentes em 1995 e em 2008 e os que surgiram posteriormente a 1995 existindo em 2008. O cálculo do pessoal ao serviço associado a estes três grupos de estabelecimentos permite operacionalizar um modo simples e informativo de cálculo da criação (destruição) associada de emprego:

Assim:

Criação (destruição) líquida de emprego 1995- 2008 = Δ emprego de estabelecimentos existentes em 1995 e em 2008 + Δ emprego de estabelecimentos desaparecidos entre 1995 e 2008 + Δ emprego de novos estabelecimentos surgidos após o ano de 1995 e existentes em 2008.

A aplicação global deste método de cálculo para o período em causa permite obter os seguintes valores:

Criação (destruição) líquida de emprego 1995- 2008 = (- 602) + (- 15 368) + 25 722 = + 9 752
--

De acordo com os valores obtidos, o período considerado observa uma criação líquida de emprego, resultante de uma situação praticamente estável dos estabelecimentos que resistiram e sobretudo do facto dos novos estabelecimentos criados terem gerado substancialmente mais emprego do que o associado ao desaparecimento de estabelecimentos.

O cálculo em termos de estabelecimentos permite identificar uma criação líquida de novos estabelecimentos de cerca de 2600, o que perfaz, em média, cerca de 3,7 novos empregos por cada novo estabelecimento líquido, o que evidencia bem a escala do processo entretanto observado.

TABELA 19: CRIAÇÃO (DESTRUIÇÃO) LÍQUIDA DE EMPREGO 1995-2008 POR ALGUNS RAMOS DE ACTIVIDADE

<i>Ramo de Actividade (alguns)</i>	<i>Empregos criados por estabelecimentos que permaneceram</i>	<i>Empregos destruídos por estabelecimentos desaparecidos</i>	<i>Novos empregos criados</i>	<i>Criação (destruição) líquida de emprego</i>
Indústrias transformadoras	- 1 016	11 585	9 972	- 2629
Produção e distribuição de electricidade, gás e água	60	66	26	20
Construção	290	1 328	6 579	5 541
Comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos automóveis e motociclos	- 21	1 542	3 930	2 367
Alojamento, restauração e similares	- 27	133	869	709
Actividades financeiras	- 16	96	220	108
Actividades Imobiliárias, alugueres e serviços prestados às empresas	2	191	170	- 19
Educação	38	28	535	545
Saúde e acção social	76	23	918	971

Os dados obtidos são sugestivos e confirmam a destruição líquida de empregos no conjunto da indústria transformadora. No entanto, a coexistência desse indicador de desindustrialização com a criação líquida de cerca de 9700 empregos no período não se concretiza mediante um simples processo de terciarização. O sector de actividade que mais cria em termos líquidos emprego no período são as actividades de construção, sendo relativamente modestos os ganhos no terciário de maior qualificação e incorporação de conhecimento.

Esta evolução ilustra bem a fragilidade da trajectória de crescimento do emprego no período assinalado.

A análise mais fina da indústria transformadora é também bastante ilustrativa:

TABELA 20: CRIAÇÃO (DESTRUIÇÃO) LÍQUIDA DE EMPREGO 1995-2008 NA INDÚSTRIA TRANSFORMADORA

<i>Ramo de Actividade</i>	<i>Empregos criados por estabelecimentos que permaneceram</i>	<i>Empregos destruídos por estabelecimentos desaparecidos</i>	<i>Novos empregos criados</i>	<i>Criação (destruição) líquida de emprego</i>
Indústrias transformadoras	- 1 016	11 585	9 972	- 2629
Indústrias Alimentares e das Bebidas	14	356	440	98
Fabricação de têxteis	- 2 936	4 660	1 651	- 5 945
Indústria do vestuário	2 061	4 487	6 051	3 625

<i>Ramo de Actividade</i>	<i>Empregos criados por estabelecimentos que permaneceram</i>	<i>Empregos destruídos por estabelecimentos desaparecidos</i>	<i>Novos empregos criados</i>	<i>Criação (destruição) líquida de emprego</i>
Indústria do couro e dos produtos do couro	249	162	65	152
Indústrias da madeira e da cortiça e suas obras, excepto mobiliário; Fabricação de obras de cestaria e de espartaria	- 20	227	191	- 56
Fabricação de pasta, de papel, de cartão e seus artigos	- 7	76	73	- 10
Impressão e reprodução de suportes gravados	23	110	148	61
Produtos químicos	-	21	8	- 13
Fabricação de artigos de borracha e de matérias plásticas	92	2	129	219
Fabrico de outros produtos minerais não metálicos	- 405	1 079	575	- 909
Metalúrgicas de base	-	18	36	18
Fabricação de produtos metálicos, excepto máquinas e equipamentos	- 6	161	352	185
Fabricação de máquinas e de equipamentos, n.e.	- 13	131	109	- 35
Fabrico de mobiliário e de colchões e outras i.t.	- 60	89	137	- 12

A destruição de empregos nos ramos têxtil e de outros produtos minerais não metálicos domina o panorama, destacando-se em sentido contrário a criação de novos empregos na indústria do vestuário. Quer isto significar que não temos propriamente um processo de reordenamento sectorial no interior da IT, com alteração sensível do perfil de especialização. O sector do vestuário revela alguma capacidade de resistência, atenuando a forte destruição de emprego observada no ramo têxtil.

2.3. DIMENSÕES SECTORIAIS COM RELEVÂNCIA PARA A ESTRATÉGIA DE DESENVOLVIMENTO CONCELHIO

2.3.1 O SECTOR AGRO- PECUÁRIO E FLORESTAL

Dada a reconhecida preponderância do trabalho familiar e da actividade a tempo parcial no sector agrícola torna-se extremamente difícil estimar o verdadeiro peso da agricultura no emprego, como já anteriormente foi referido. Segundo dados do Censo de 2001, 4,9% da população activa empregada de Barcelos trabalhava na Agricultura, Caça e Silvicultura, superando os 4,0% no Cávado (INE, Censos 2001). Se considerarmos o Recenseamento Agrícola, onde se quantifica a **população que vive em explorações agrícolas** – população agrícola familiar – obtemos uma medida aproximada do peso social da agricultura, que atingia neste caso 14,3% da população barcelense (11,8% no Cávado e 12,2% na região Norte, dados de 1999 e 2001).

Por outro lado, a agricultura e as florestas ocupam mais de 80% da área territorial do concelho. Este facto traduz-se na necessária consideração do sector numa dupla vertente: a da produção de bens e serviços comercializáveis, essencialmente produtos alimentares e materiais lenhosos, em unidades económicas que geram emprego e riqueza, mas também na vertente da gestão dos ecossistemas e das paisagens, através das operações agrícolas e silvícolas que incidem, na sua grande maioria, nos solos, nas águas, em plantas e animais. Esta dupla vertente está no cerne dos debates sobre a Política Agrícola Comum após 2013, num processo que tem vindo a decorrer, mas em que já se identificam algumas tendências fortes, cuja consideração é importante ao focar o futuro do sector no concelho de Barcelos.

O futuro da PAC articula-se tendo em conta três objectivos centrais: (1) a segurança alimentar ao nível europeu – quantidade, qualidade e diversidade; (2) a preservação das funções de gestão territorial da agricultura ao nível da preservação do ambiente, paisagem e também das alterações climáticas; e (3) a função de emprego agrícola e contributo para a viabilidade económica e demográfica das comunidades rurais (tal como consta na Comunicação da Comissão Europeia de Janeiro de 2010: A PAC no horizonte 2020). Em termos dinâmicos, ao longo das últimas revisões da PAC, o chamado 1º pilar – ajudas ao rendimento dos agricultores e intervenções de mercado – tem vindo a perder peso relativo no orçamento, e o acesso dos agricultores às ajudas tem sido cada vez mais condicionado por exigências de natureza ambiental, de bem-estar animal e saúde pública. Esta tendência deverá acentuar-se no futuro, embora ainda esteja por definir o grau de redução do suporte, e em que medida essa redução poderá ser mitigada por esforços complementares, dos agricultores, em práticas de gestão que produzam serviços ambientais e paisagísticos para além dos padrões mínimos exigidos.

As questões da sustentabilidade ambiental dos sistemas agrícolas e, mais ainda, das suas funções de gestão territorial, estão na ordem do dia. No entanto, esta questão tem de ser equacionada sem relegar para segundo plano a função primordial de produção de alimentos e matérias-primas. O grupo de peritos criado pelo MADRP para análise da PAC pós 2013 em Portugal, reafirmou recentemente a necessidade crescente de bens alimentares a nível mundial, configurando aumentos da produção animal e vegetal de 70% até 2050. Esses aumentos da produção, em volume, terão de ser assegurados por sistemas produtivos intensivos e competitivos, se bem que sustentáveis em termos ambientais. Uma conciliação que depende, em grande medida, de inovação tecnológica e de saltos significativos na qualificação dos agricultores e empresários agrícolas.

A análise do sector agrícola e florestal no concelho de Barcelos deve ser efectuada tendo em conta este enquadramento político em construção, mas considerando também as trajetórias socioculturais, económicas e de transformação dos sistemas agrícolas e da paisagem que se verificaram nas últimas décadas no território. A base social e organizativa do sector – os agricultores, empresários, técnicos e dirigentes das associações e cooperativas – são peças essenciais para a construção do futuro da agricultura, da silvicultura e das paisagens e serviços ecológicos associados. Por outro lado, a multifuncionalidade das actividades ligadas à terra traduz-se numa ampliação significativa da sua importância para a gestão pública, no sentido de potenciar os seus contributos para um território com elevada qualidade ambiental e paisagística, capaz de preservar e valorizar o seu património natural e cultural de base rural. Neste sentido, e à semelhança do que acontece noutros municípios com uma base rural ainda significativa, há fortes razões para que as actividades agrárias estejam no âmbito da intervenção da autarquia, em articulação com os agentes privados e com os restantes sectores.

As linhas de diagnóstico que em seguida se apresentam resultam de um trabalho de recolha de informação utilizando metodologias complementares: fontes estatísticas e documentais, em paralelo com entrevistas e reuniões de debate com os protagonistas do sector. Convém salientar que informação estatística disponível para caracterizar o sector agro-florestal e pecuário ao nível concelhio padece dos problemas da desactualização e da desadequação de escala já anteriormente referidos. Os dados do Recenseamento Agrícola de 2009 estão indisponíveis à data de elaboração deste documento, tendo sido necessário recorrer a informação de 1999, já claramente desactualizada. Esta informação foi complementada com dados mais recentes publicados pelos organismos do Ministério da Agricultura e Pescas que gerem os apoios e incentivos ao sector agrícola.

Profissionalizar e modernizar: os processos de mudança estrutural

As actividades agrícolas têm, no concelho de Barcelos, um peso económico bastante significativo, nomeadamente nas fileiras da pecuária -leite, na hortofloricultura e na viticultura, onde alcançaram níveis de especialização e de profissionalismo de algum relevo. Esse peso económico amplia-se, e adquire grande valor social, se considerarmos que, no modelo de povoamento disperso característico do concelho, as pequenas explorações agrícolas são numerosas e contribuem com rendimentos complementares não negligenciáveis para muitas famílias.

Em termos dinâmicos, e à semelhança do que acontece por todo o país, as actividades agrárias caracterizam-se por um processo de ajustamento estrutural já de longa duração, que passa por uma redução do número de explorações agrícolas, da mão-de-obra agrícola e de superfície agrícola utilizada (SAU), afectando sobretudo as explorações de menor dimensão. Paralelamente verificam-se

processos de concentração, intensificação e especialização nas explorações de maior dimensão económica e física. Este processo traduz-se numa redução da agricultura tradicional familiar, caracterizada por uma forte interligação entre a economia doméstica e a economia da exploração agrícola, e na emergência de uma agricultura profissionalizada, com uma gestão já orientada em termos de mercado e de princípios de racionalidade económica.

Barcelos destaca-se na região pelo grau que se alcançou nessa dinâmica de profissionalização e de redimensionamento económico das explorações agrícolas, que esteve nos anos 80 e 90 ligada a um esforço significativo de inovação, investimento e organização e à emergência de uma classe de empresários agrícolas. Essa dinâmica está fortemente vinculada às explorações leiteiras, como se pode comprovar pela leitura da tabela seguinte.

TABELA 21: NÍVEL DE ESPECIALIZAÇÃO DAS EXPLORAÇÕES AGRÍCOLAS EM 1999.

Explorações Agrícolas	EDM	%	Cávado	%	Barcelos	%
Especializadas	25.587	37,9	4.570	40,0	2.244	55,9
<i>das quais pecuária-leite</i>	4.691	6,9	1.497	13,1	1.168	29,1
Não especializadas	41.954	62,1	6.861	60,0	1.768	44,1
Total	67.541	100,0	11.431	100,0	4.012	100,0

Fonte: INE, Recenseamento Geral Agrícola, 1999

Um outro indicador do grau de profissionalização da agricultura barcelense é a proporção de explorações agrícolas que têm contabilidade organizada. Como se pode constatar pela tabela essa proporção atingia 17% das explorações agrícolas de Barcelos em 1999, para menos de 10% no Cávado e apenas 5% na região Norte. Mais do que o valor em si, que continua a revelar a debilidade estrutural da agricultura portuguesa no seu todo, é o diferencial do incremento relativo que se observa em Barcelos face à região. São de salientar os contributos do Centro de Gestão Agrícola de Barcelos e do sector Cooperativo neste processo.

TABELA 22: EXPLORAÇÕES AGRÍCOLAS COM CONTABILIDADE ORGANIZADA (1989 E 1999)

	1989	1999	Variação entre 1989 e 1999 (%)
Norte	3.643	7.100	48,7
% do total das explorações	1,9	5,2	
Cávado	277	1080	74,4
% do total das explorações	2,1	9,4	
Barcelos	124	677	81,7
% do total das explorações	1,9	16,9	

Fonte: INE, Recenseamento Geral Agrícola de 1989 e 1999

No sentido de colmatar a falta de dados mais recentes, recorremos a informação de 2009 sobre as candidaturas e montantes pagos no âmbito do Regime de Pagamento Único. O Regime de Pagamento Único atribui um valor anual de apoio ao rendimento dos produtores, desligado das produções anuais, mas que é função do histórico de produção. Em Barcelos concentram-se 45% dos beneficiários do Cávado, mas esses 45% concentram 66% do montante pago em 2009 aos agricultores do Cávado, tendo beneficiado de um total de 9 395 460 € nesse ano. Uma vez mais há evidências da situação relativamente vantajosa da agricultura de Barcelos no contexto regional, assente em produtividades mais elevadas e numa agricultura mais profissional.

TABELA 23: BENEFICIÁRIOS, DIREITOS E MONTANTES PAGOS NO ÂMBITO DO REGIME DE PAGAMENTO ÚNICO AOS AGRICULTORES EM 2009.

	<i>Nº Beneficiários</i>	<i>Nº de Direitos</i>	<i>Montante Pago (€)</i>	<i>Montante por Beneficiário (€)</i>
Barcelos	3.719	7.704	9.394.460	2526
% no Cávado	45	42	66	145
% no Norte	5	3	11	215
Cávado	8.191	18.417	14.228.802	1737
Norte	75.605	307.810	88.871.292	1175

Fonte: IFAP – MADRP (elaboração própria)

O processo geral de modernização e profissionalização da agricultura em Barcelos não foi homogéneo em todo o concelho. Em **termos geográficos**, é sobretudo nos agrupamentos de freguesias do sul e sudoeste do concelho que se concentram as explorações de maior dimensão económica, grande parte delas associadas a vacarias intensivas, mas também explorações hortícolas e florícolas (ver figura 26). Interessa salientar a forte sobreposição que se observa entre a distribuição geográfica dos usos mais intensivos do solo agrícola com a maior sensibilidade ambiental inerente à Zona Vulnerável de Esposende-Vila do Conde. As restrições às actividades, por razões ambientais, são mais intensas no interior da Zona Vulnerável. A viabilidade económica das explorações depende de esforços de capacitação para um uso mais eficiente dos recursos, mas poderá também passar soluções específicas de investimento e de dinamização de processos de adaptação tecnológica e de monitorização ambiental que racionalizem o processo e que o tornem mais compreensível para os agentes económicos.

A parte norte de concelho caracteriza-se pela maior persistência dos sistemas tradicionais policulturais e por explorações de menor dimensão económica, a par de áreas florestais contíguas importantes. Estas características são favoráveis a uma aposta na valorização dos serviços ecológicos e paisagísticos da agricultura e florestas, nomeadamente através da dinamização de actividades económicas ligadas ao turismo e ao lazer. A sua preservação supõe esforços sistemáticos no sentido de incentivar práticas tradicionais e/ou inovadoras, que mantenham ou ampliem o valor cénico e ecológico das áreas agrícolas. A prevenção do abandono e da descaracterização adquire aqui maior relevância.

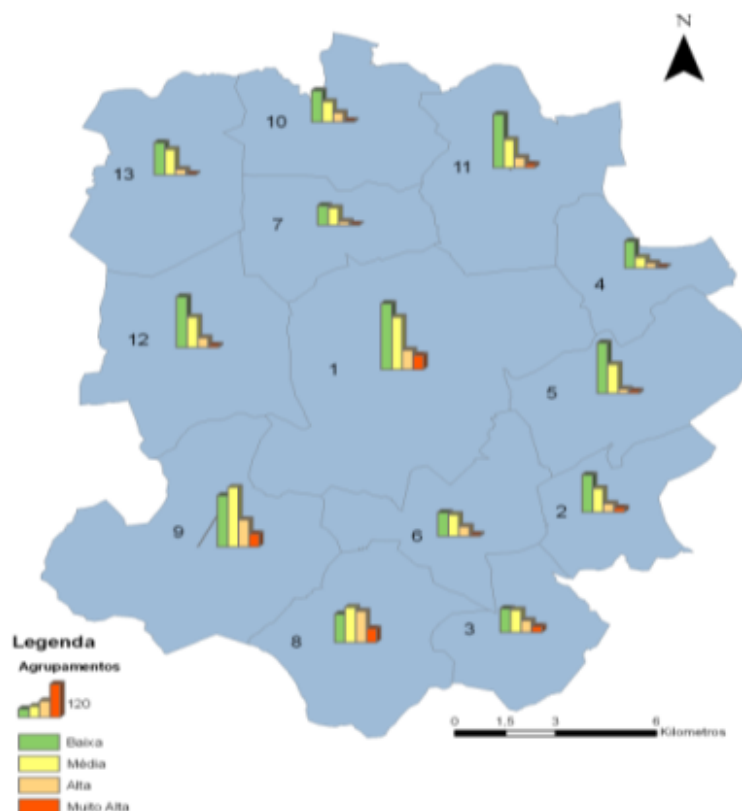


Figura 26: Distribuição das explorações por classes de dimensão económica, por agrupamentos de freguesias

Esta perspectiva comparativa, a nível regional, permite evidenciar uma dinâmica estrutural de transformação da agricultura barcelense em direcção a modelos empresariais, com especialização produtiva e dimensão económica acima da média regional. Essa dinâmica não foi generalizada persistindo, sobretudo na orla norte do concelho, um número significativo de pequenas explorações, em que a policultura tradicional continua a predominar.

Novos Investimentos: oportunidades perdidas e crise de transição?

Com base na análise dos dados de execução do Programa de Desenvolvimento Rural 2007-2013 (PRODER) na Região Norte, com dados relativos aos projectos entrados entre o início do programa e Dezembro de 2010 podemos caracterizar a dinâmica recente de investimentos agrícolas e florestais. Os dados relativos ao concelho de Barcelos não são animadores, tal como não o são na generalidade dos concelhos do Minho. Para além de um número reduzido de projectos submetidos, verifica-se uma baixíssima taxa de aprovação, que pode dever-se a incoerências técnicas, económicas e financeiras dos projectos, ou a situações de incumprimento dos requisitos da exploração e do promotor, nomeadamente em termos de legalização. Segundo dados do Relatório (Vieira e Fernandes, 2011), o sector leiteiro foi fortemente penalizado nos pareceres, condicionando assim o acesso desta fileira dominante em Barcelos aos apoios ao investimento do PRODER. Já o sector das hortícolas e flores em força teve num patamar mais elevado de aprovações.

Estes dados configuraram uma certa vulnerabilidade do sector agrícola de Barcelos nos últimos anos. A dificuldade em posicionar-se competitivamente nos mercados e face aos novos enquadramentos regulamentares, torna-se patente nos baixos valores dos pedidos de apoio para investimentos e/ou instalações de jovens agricultores no âmbito do PRODER. Uma análise das medidas mais procuradas revela também uma certa falta de capacidade técnica e/ou organizativa para submeter projectos fora das áreas mais tradicionais de investimentos de modernização de explorações agrícolas (medida 111) e da Instalação de Jovens Agricultores (medida 113). A floresta e as medidas em direcção à sustentabilidade ou diversificação estão também claramente ausentes.

TABELA 24: PEDIDOS DE APOIO E INCENTIVOS APROVADOS NO ÂMBITO DO PRODER ENTRE O INÍCIO DO PROGRAMA E DEZEMBRO 2010, EM BARCELOS.

Medidas	Número de projectos					Incentivo Aprovado (1000€)
	Entrados	Análise	Desistidos	Não Aprovados	Aprovados	
111 - Modernização e Capacitação das Empresas	47	6	7	20	14	3.377
112 - Investimentos de Pequena Dimensão	33	32	0	0	1	8
113 - Instalação de Jovens Agricultores	43	9	7	15	12	480
13(.)+23(.) - Investimentos nas Florestas	3	0	0	2	1	21
152 - Restabelecimento do Potencial Produtivo	4	0	0	0	4	23
Total Geral	130	47	14	37	32	3.909

Fonte: Vieira e Fernandes, 2011

Apenas 43 jovens agricultores barcelenses apresentaram pedidos de apoio à instalação, tendo sido aprovados uns escassos 12 pedidos. São números que evidenciam uma baixíssima capacidade de renovação geracional. Aspecto que é extremamente crítico, tendo em conta a elevada idade média dos empresários e produtores agrícolas, e a forma como a maior qualificação está vinculada aos mais jovens.

É certo que a fraca performance na dinâmica de investimentos submetidos e aprovados em PRODER não é exclusiva de Barcelos, estendendo-se ao Cávado. Se considerarmos a taxa de aprovação (projectos aprovados no total de projectos já submetidos a análise) verifica-se que em Barcelos e no Cávado apenas 39% dos projectos analisados foram aprovados, para 50% no conjunto da região Norte. Mas contrasta com a dinâmica das décadas anteriores e deve ser tida em conta.

TABELA 25: SITUAÇÃO DOS PROJECTOS CANDIDATADOS NO ÂMBITO DO PRODER ENTRE O INÍCIO DO PROGRAMA E DEZEMBRO 2010.

	Eixos *	Número de projetos				Apoio Aprovado (1000€)	% Entrados no Norte	% apoio aprovado no Norte
		Entrados	Desistidos e não aprovados	Aprovados	Em análise			
Barcelos	1	130	51	32	47	3909	2	2
	2	0	0	0	0	0	0	0
	Total	130	51	32	47	3909	2	2
Cávado	1	341	160	92	89	9022	5	5
	2	12	2	6	12	1511	2	7
	Total	353	162	98	101	10533	4	5
Norte	1	7392	2839	2615	1938	173876	100	100
	2	572	164	366	41	20961	100	100
	Total	7964	3003	2981	1979	194837	100	100

*Eixo 1 – Competitividade; Eixo 2 – Sustentabilidade

Fonte: Vieira e Fernandes, 2011

A evolução estrutural positiva dos anos 80 e 90 contrasta, portanto, com uma conjuntura actual bastante menos favorável ao sector, afectando de forma muito significativa a fileira do leite. A esse propósito salientamos a tónica de desmotivação que caracteriza actualmente os empresários e produtores agrícolas de Barcelos. Um estudo recente de caracterização psico-social dos sócios do Centro de Gestão Agrícola de Barcelos concluiu por uma percepção extremamente negativa da evolução económica do sector, com especial incidência por parte dos agricultores especializados na pecuária, tanto no leite e como na recria (Gonçalves, 2010, não publicado). Segue-se uma análise um pouco mais detalhada das várias fileiras e orientações produtivas e das suas potencialidades e problemáticas específicas.

As fileiras agrícolas intensivas: pecuária-leite, horticultura e floricultura

As fileiras agrícolas que protagonizaram o processo de modernização e profissionalização da agricultura barcelense foram a pecuária-leite, a horticultura e a floricultura, estas últimas com uma componente importante de produção em estufas. Estas fileiras têm a característica de serem praticadas em modo intensivo de produção, isto é, com elevadas produtividades por superfície cultivada e, também, por unidade de trabalho. São também unidades especializadas num só tipo de produto, fortemente integradas no mercado, e geridas de modo empresarial.

Barcelos destaca-se da região em que se insere (Cávado) por integrar a Bacia Leiteira Primária do Entre-Douro e Minho (concelhos do litoral), onde se concentram as unidades de produção de leite de maior dimensão económica e com sistemas produtivos mais intensivos. O Plano de Ordenamento da Bacia Leiteira Primária do Entre-Douro e Minho (2007) conclui que nestes concelhos «as condições naturais, a concentração de serviços de apoio técnico e o forte sector cooperativo de representação e organização da actividade leiteira contribuíram para a actual dimensão económica e a importância das explorações pecuárias de leite na região do noroeste de Portugal, em particular na Bacia Leiteira Primária». Considerando informação da Cooperativa Agrícola de Barcelos, o concelho destaca-se na Bacia Leiteira em termos do volume de leite produzido, correspondendo o leite dos associados da Cooperativa a mais de 26% do leite recolhido pela AGROS, e atingindo um total de cerca de 140 milhões de litros de leite no ano de 2007. O processo de concentração, especialização e intensificação das explorações pecuárias que se tem registado em toda a bacia, e que era já notório em Barcelos na década de 90, tem-se certamente acentuado nos últimos anos. Note-se que, pese a esta dinâmica, em Portugal, a produção de leite é efectuada em explorações de menor dimensão média do que na UE15¹⁷.

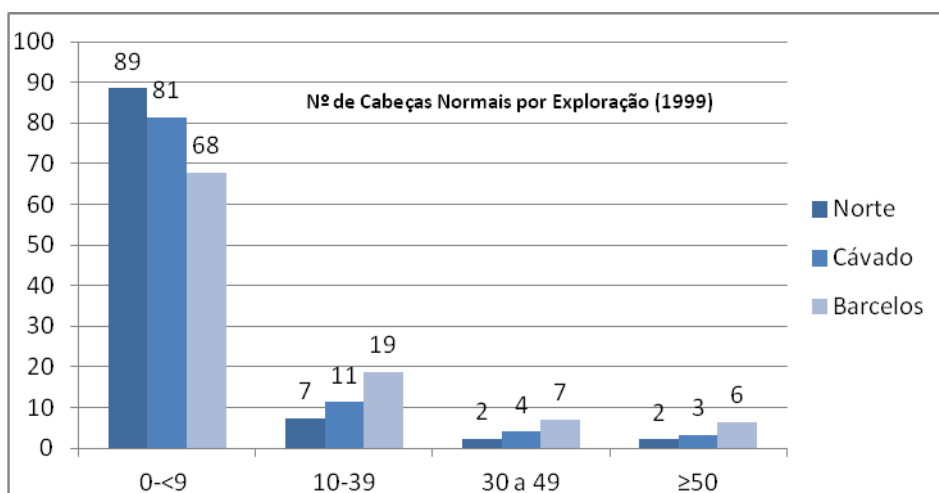


Figura 27: Explorações agrícolas por classes de Cabeça Normal de bovinos na exploração (1999)

A intensificação e concentração das explorações pecuárias reflecte-se num agravamento da pressão ambiental que os sistemas produtivos exercem sobre os sistemas e ciclos naturais. Quando há proximidade entre vacarias e habitações, o que acontece em Barcelos e decorre do povoamento disperso da região, os impactos negativos repercutem-se na qualidade de vida dos moradores e estão associados a situações de conflito. As alterações legislativas recentes relativas às exigências em matéria de ambiente, de saúde pública, qualidade alimentar e de bem-estar animal procuram prevenir e resolver estas situações. Há a salientar, no entanto, que todo o processo de licenciamento das explorações que é a face mais visível das alterações do quadro legal, tem coincidido com uma conjuntura de mercados altamente desfavorável aos produtores de leite.

Em parte devido a indefinições e desadequações do enquadramento legal, em parte por situações de fragilidade financeira, o certo é que a situação actual no licenciamento das explorações bovinas se caracteriza por um elevado número processos em situação pendente, e por um número

¹⁷ Segundo dados da Comissão Europeia de 2005, publicados pelo MADRP num Diagnóstico Sectorial do sector Leite e Lacticínios (GPP-MADRP 2007), a quantidade média de leite entregue por exploração e o número de Cabeças Normais/Exploração em Portugal não chegavam a 60% dos valores correspondentes na UE15.

significativamente baixo de licenças emitidas. Atendendo a que a elegibilidade das explorações para os apoios ao investimento do PRODER depende da legalização da actividade e das instalações, esta indefinição tem tido, e continuará a ter, consequências muito negativas na dinâmica de investimentos nas explorações bovinas.

A estratégia de desenvolvimento do concelho deverá incluir medidas que permitam aos produtores de leite superar este ponto de viragem e encontrar soluções que sejam viáveis do ponto de vista económico e sustentáveis em termos ambientais e de ordenamento do território. Todo o historial da pecuária -leite no concelho, incluindo as dinâmicas associadas ao Centro de Gestão Agrícola de Barcelos e ao sector Cooperativo, leva a considerar os produtores de leite como elementos chave para o futuro da agricultura no concelho.

A **produção de hortícolas e de flores** em sistemas intensivos tem sido, também, uma aposta dos agricultores de Barcelos, onde encontra condições edafo-climáticas favoráveis. Menos expressiva em termos quantitativos, a fileira tem como principal dificuldade o escoamento da produção, sobretudo ao nível da capacidade para alcançar condições negociais aceitáveis em termos de garantias de escoamento e preços. Trata-se de uma fileira estratégica a nível nacional, com tendências crescentes no consumo. Barcelos beneficia, a este nível, da sua proximidade e boas acessibilidades a grandes centros urbanos, incluindo os da Galiza, para onde vai uma parte importante da produção local. Interessa reter que, tal como no caso do leite, as vantagens competitivas desta fileira se têm pautado por uma boa relação entre a qualidade e o preço dos produtos, e não pela diferenciação. Também aqui o modelo empresarial se baseia fortemente em inputs externos e numa gestão profissionalizada. As variedades e cultivares locais e regionais foram sendo preteridas, assim como as técnicas de cultivo tradicionais.

Do ponto de vista estratégico as fileiras intensivas do leite/hortícolas/flores incluem unidades económicas que conseguiram alcançar uma posição nos mercados fortemente competitivos onde operam. Essa posição tem vulnerabilidades, e está hoje claramente em fase de transição e de relativa fragilidade para responder aos desafios actuais da sustentabilidade ambiental e da sofisticação tecnológica. Importa salientar que empresários agrícolas e as famílias ligadas à terra nestas fileiras intensivas experimentaram, por via dos processos de modernização das suas explorações agrícolas, trajectos de mobilidade socioeconómica ascendente muito significativos. Encontramos hoje jovens filhos de agricultores empenhados em processos de qualificação de nível superior, alguns dos quais em ciências agrárias. São um capital humano importante para o futuro da agricultura em Barcelos. A recuperação / consolidação da vantagem competitiva destas fileiras, numa lógica de médio e longo prazo, deve ser uma das prioridades do município. Barcelos pode mesmo constituir-se em protagonista regional neste processo, se conseguir mobilizar os principais actores do sector, articulando-os com centros de I&D e concentrando esforços na viabilização entre a competitividade/produktividade e a performance ambiental.

O caso específico da Viticultura / Vitivinicultura

A viticultura merece uma análise específica, quer pelo peso que tem na economia agrícola do concelho, quer pelo modo como se articula com a sua valorização paisagística e turística. No período de 2000 a 2010 o vinho produzido em Barcelos manteve um peso de 5% no total do Vinho Verde produzido na Região Demarcada e classificado como VQPRD. A produção declarada média nestes anos foi de 4. 371.706 litros (CVRVV, vários anos). Para além dos produtores de menor dimensão, em grande medida associados à Adega Cooperativa de Barcelos, há também no concelho uma tradição de produção vitivinícola ligada a propriedades rústicas de maior dimensão, sendo notória a presença de Quintas com casas solarengas e com extensões de vinha bastante superiores à média regional. Sob a forma de sociedades, várias empresas vitivinícolas apresentam vinhos com marcas próprias, comercializadas e reconhecidas pela sua qualidade a nível nacional e internacional.

Considerando que, após vários anos de dificuldades de escoamento, se registou entre 2000 e 2009 um crescimento sustentado da exportação dos Vinhos Verdes, quer em volume, quer em valor, as perspectivas actuais na fileira são, pelo menos, de optimismo moderado (CVRVV, vários anos).

TABELA 26: PERCENTAGEM DE VITICULTORES E ÁREAS DE VINHA POR CONCELHO, 2005

CONCELHO	VITICULTORES (nº)	(%)	Área Vinha (ha)	(%)
AMARES	727	12,2	855	18,9
BARCELOS	3.046	51,0	2042	45,1
BRAGA	839	14,0	790	17,5
ESPOSENDE	123	2,1	72	1,6
TERRAS DE BOURO	152	2,5	54	1,2
VILA VERDE	1.090	18,2	713	15,8
TOTAL DO CÁVADO	5977	100,0	4526	100,0

Fonte: Comissão de Viticultura da Região dos Vinhos Verdes, 2006

Na fileira do vinho encontramos já dinâmicas de aposta na diferenciação do produto, que se manifestam nomeadamente numa percepção das vantagens que resultariam de uma diferenciação dos vinhos de Barcelos, ou os vinhos da sub-região do Cávado, face à designação genérica e demasiado abrangente de Vinho Verde. Esta aposta reflecte, por parte dos viticultores e vinicultores do concelho, um domínio muito significativo dos processos produtivos ao nível da vinha e da vinificação, associados a uma dimensão económica e a um conhecimento dos mercados que, devidamente enquadrados, podem permitir ganhos de rentabilidade e, o que não será menos importante, um contributo mais encorpado e sólido da fileira para o turismo, na vertente do enoturismo e da animação rural.

Modos de produção mais sustentáveis e produtos locais diferenciados: uma realidade quase ausente em Barcelos

Se excluirmos os Vinhos, não tem havido em Barcelos uma aposta na diferenciação dos produtos agrícolas pela singularidade, seja pela via da certificação geográfica ou de processos tradicionais de produção, seja pela adopção de modos de produção como a Agricultura Biológica ou a Produção Integrada. Um indicador desta baixa adesão, para além do que já foi visto em termos de investimentos, é o reduzido número de candidaturas aos modos de produção integrada, em agricultura biológica e às raças autóctones.

TABELA 27: CANDIDATURAS AOS MODOS DE PRODUÇÃO MAIS SUSTENTÁVEIS E À PROTECÇÃO DE RAÇAS AUTÓCTONES.

2007			2008		2009		Candidaturas 2009 / Totais RGA 1999 (%)	
Candidaturas ao Modo de Produção Integrada								
	Nº	Área (ha)	Nº	Área (ha)	Nº	Área (ha)	Cand09 / NºExpl99	Área09/ SAU99
NORTE	643	8674	2731	31337	3889	41595	2,8	6,2
CÁVADO	50	380	50	396	50	493	0,4	1,4
BARCELOS	29	179	26	199	18	209	0,4	1,7
Candidaturas ao Modo de Produção Biológico								
	Nº	Área (ha)	Nº	Área (ha)	Nº	Área (ha)	Cand09 / NºExpl99	Área09/ SAU99
NORTE	179	3648	503	9367	681	11071	0,5	1,6
CÁVADO	3	9	21	488	21	500	0,2	1,4
BARCELOS	1	5	2	9	3	12	0,1	0,1
Candidaturas à Manutenção Raças Autóctones								
	Nº	CN	Nº	CN	Nº	CN	Cand09 / NºExpl99	CN09/ CN99
NORTE	2014	17678	4145	27555	4707	59.804	3,4	20,2
CÁVADO	389	1390	517	2342	622	4.673	5,4	7,3
BARCELOS	22	68	36	124	37	172	0,9	0,4

Fonte: IFAP-MADRP, vários anos.

Reflectindo claramente a orientação intensiva dos sistemas agrícolas do concelho de Barcelos é muito reduzida a adesão a estas medidas agro-ambientais, associadas a mudanças no sentido de sistemas de cultivo menos intensivos e menos dependentes do uso de inputs externos (fertilizantes e/ou fitofármacos). Embora as estimativas do peso destas candidaturas esteja subavaliada, não deverá ser muito maior de 1% a percentagem de produtores aderentes, nem da área (ou número de cabeças normais) abrangidas no concelho. Note-se que, no caso do Modo de Produção Biológico, há uma estratégia de promoção patente na Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável que 10% da SAU em Agricultura Biológica tem como meta para 2013.

Da mesma forma, são muito reduzidas ou mesmo inexistentes, estratégias de valorização do **património genético agrário regional ou local**. O modelo de desenvolvimento da agricultura barcelense tem-se pautado por um processo de erosão deste potencial, arriscando-se a perda de valores cujo potencial económico é manifestamente alto e crescente. É possivelmente o caso de variedades regionais como a «Maçã Porta-da-Loja» e o «Melão Casca de Carvalho», pela sua singularidade, mas não são de excluir outros, nomeadamente ao nível das crucíferas e leguminosas, cujo valor está por determinar por falta de estudos e de estratégias de valorização. Também o «pica-no-chão», frango ou galo, tem vindo a adquirir nome e visibilidade no Minho, e está integrado na gastronomia barcelense através da lenda do Galo de Barcelos. É outro exemplo de produto agrícola que pode constituir alternativa às fileiras de produção intensiva de bens alimentares indiferenciados, embora neste caso respondendo a nichos de mercado e dependendo de estratégias bem concebidas de promoção e marketing.

Dinâmicas organizativas e o desenvolvimento agrícola e rural

O sector agrícola tem, no Centro de Gestão Agrícola de Barcelos, na Cooperativa Agrícola de Barcelos e na Adega Cooperativa de Barcelos, um conjunto de organizações capacitadas e com um histórico de relevo na promoção da modernização da agricultura de Barcelos, sobretudo nas fileiras do leite, vinho e hortícolas. No entanto, é possível que estas organizações careçam de uma interligação mais forte entre si de forma a superar a pequena escala e beneficiar das suas complementaridades. Outro aspecto está na reconhecida necessidade do sector em ter, ao nível da autarquia, um ou mais interlocutores mais directamente vinculado às questões agrícolas, florestais e rurais e uma actuação mais presente e mais consistente do município nestas temáticas.

Por outro lado, a quase inexistência em Barcelos de dinâmicas de reorientação produtiva em direcção a modos de produção mais sustentáveis e/ou a produtos diferenciados de qualidade superior (com excepção dos vinhos) contrasta com dinâmicas existentes noutros concelhos. Em parte porque os sistemas agrícolas intensivos de Barcelos têm conseguido ser competitivos, com as suas dinâmicas de modernização, as vantagens edafoclimáticas e o nível de organização das fileiras. Mas em parte, também, porque no território de Barcelos não encontramos estruturas organizativas orientadas para o desenvolvimento rural integrado, como é o caso dos Grupos de Acção Local ligados à estratégia LEADER. Os GAL adoptam a perspectiva do desenvolvimento rural integrado assente nos recursos endógenos e em sinergias positivas entre a economia agrícola, as florestas, o turismo e a valorização das identidades sociais locais. A ausência de uma dinâmica mobilizadora e integradora das iniciativas privadas agrícolas e rurais pode ser um dos factores que explica quer alguma da vulnerabilidade nas fileiras agrícolas intensivas, quer a débil ou mesmo inexistente emergência de alternativas.

Uma referência às florestas nestas notas finais. Essencialmente vocacionadas para a produção de material lenhoso, os povoamentos de eucalipto e pinheiro são claramente predominantes em Barcelos, e são escassas e com tendência a desaparecer, as áreas de folhosas. O processo de modernização agrícola traduziu-se numa dissociação entre a agro-pecuária e a floresta, distanciando os agricultores de um uso regular das chamadas «bouças», com o desaparecimento das recolhas de mato que proporcionavam uma limpeza das florestas. Por outro lado, em Barcelos não temos conhecimento da constituição de Zonas de Intervenção Florestal, o novo modelo de gestão que, nas áreas de minifúndio florestal, tem vindo a proporcionar mudanças e novas oportunidades para a valorização e protecção das florestas. Segundo dados recentemente publicados pela Autoridade Florestal Nacional, desde 2005 até Fevereiro de 2011 foram constituídas 143 ZIF em Portugal, correspondendo a cerca de 1 000 000 hectares de área. As ZIF, para além de proporcionarem uma gestão comum, e de nível técnico, a múltiplas parcelas de múltiplos proprietários, têm condições

particularmente favoráveis de acesso a financiamentos públicos. A sua inexistência em Barcelos compromete as dinâmicas de valorização das florestas, nomeadamente numa perspectiva multifuncional, mas compromete sobretudo a capacidade de prevenção e combate a incêndios que resultaria de intervenções tecnicamente mais correctas e mais eficazes do que as que resulta de uma actuação pulverizada dos produtores individuais.

Por fim, voltamos a salientar a importância estratégica da renovação geracional na agricultura. Essa renovação tem sido muito reduzida em Barcelos e muitas explorações agrícolas enfrentam o problema da falta de sucessão. A viabilidade económica das explorações agrícolas e a equiparação dos rendimentos e qualidade de vida dos profissionais agrícolas aos dos demais sectores depende de processos de inovação e de qualificação permanentes. Sem essa equiparação poucos jovens estarão dispostos a enveredar pela actividade agrícola.

Mas depende também de outro factor, poucas vezes mencionado, e que esteve em evidência nas várias consultas por nós efectuadas. Estamos a referir-nos à requalificação da imagem social dos agricultores junto da opinião pública e da sociedade barcelense no seu todo, através de uma maior compreensão e visibilidade do papel por eles desempenhado na produção de alimentos e na gestão territorial, e da reafirmação dos laços virtuosos que podem existir entre as identidades rurais, as raízes locais e a construção da modernidade. A dignificação do sector e a sua convergência para com os objectivos de desenvolvimento sustentável do território de Barcelos será sempre condicionada pela forma como a autarquia se constitua em parceiro relevante do sector agrícola e do desenvolvimento rural no concelho, nomeadamente no âmbito da implementação da Estratégia Municipal Barcelos 2020.

FONTES

Avilez, F. (coord.), 2010, *A agricultura portuguesa e o futuro da PAC pós 2013* – Documento elaborado pelo Grupo de Peritos criado pelo Despacho nº 7164/2010 do Ministro da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas.

CE, *A PAC no horizonte 2020 – Responder aos desafios do futuro em matéria de alimentação, recursos naturais e territoriais*, COM (2010) 672/5 Final, Bruxelas.

Comissão Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios de Barcelos, 2008, *Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios*, Caderno II – Informação Base, Município de Barcelos.

Costa, P., Carvalho, A. (coord.), 2009, *20 Anos do Centro de Gestão Agrícola de Barcelos*, CGAB - Centro de Gestão Agrícola de Barcelos, Barcelos.

Gabinete de Planeamento e Políticas do MADRP, 2007, *Leite e Lacticínios – Diagnóstico Sectorial*, MADRP, Lisboa.

Vieira, J., Fernandes, J, 2011, *O PRODER a Norte – Relatório Anual 2011*, DRAP_N.

VVAA, 2007, *Plano de Ordenamento da Bacia Leiteira Primária do Entre Douro e Minho*, DRAEDM, IDARN, ESA-IPVC e CIBIO (UP).

2.3.2 O TURISMO

Quadro estratégico de referência (políticas sectoriais, nacionais e regionais, com implicações no desenvolvimento da actividade turística de Barcelos)

No que diz respeito ao enquadramento sectorial estratégico, a actividade turística encontra-se emoldurada, a nível nacional, pelo Plano Estratégico Nacional para o Turismo (PENT), e a nível regional, pela Agenda Regional de Turismo - Plano de Acção para o Desenvolvimento Turístico do Norte de Portugal.

O **PENT**, aprovado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 53/2007, de 4 de Abril, reconhece o Turismo como um sector estratégico para a economia nacional, e sugere o desenvolvimento e a consolidação de dez produtos turísticos estratégicos, para os quais Portugal está naturalmente vocacionado. Este Plano identifica ainda quais desses produtos deverão constituir o motor de desenvolvimento turístico de cada uma das Regiões (NUTS II), face às suas características e elementos diferenciadores.

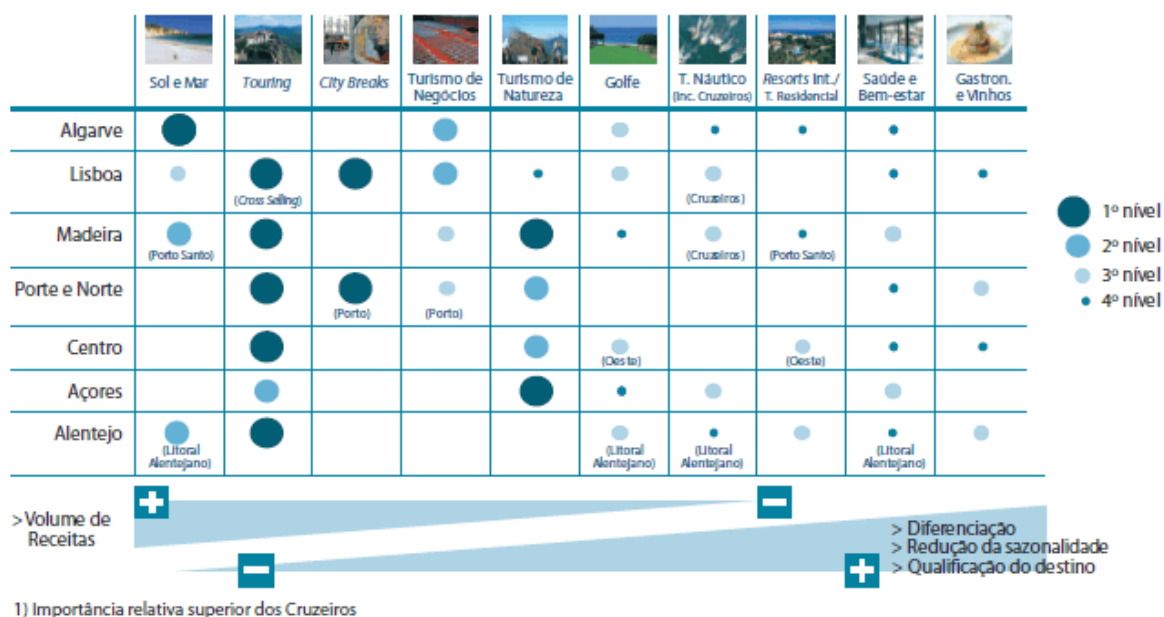


Figura 28: Produtos Turísticos Estratégicos para as Regiões de Portugal

Fonte: PENT, 2007

Para a região **“Porto e Norte de Portugal”** em que Barcelos se integra, são apontados como produtos potenciadores de crescimento a curto prazo o *City Break* (Porto), o *Touring Cultural e Paisagístico* e o *Turismo de Natureza*. O Turismo de Negócios (Porto), *Saúde e Bem-Estar*, e *Gastronomia e Vinhos*, são igualmente apontados como produtos potenciais para esta Região, nomeadamente enquanto elementos de diversificação da oferta e redução da sazonalidade.

O PENT identifica ainda quatro factores distintivos da oferta turística da região Norte, sobre os quais deverão incidir as estratégias de desenvolvimento dos produtos turísticos prioritários, nomeadamente, as vinhas do Douro/ vinho do Porto, o centro histórico do Porto, a oferta diversificada para *touring* (história e natureza), e por último, a gastronomia e os vinhos.

No que diz respeito a objectivos específicos de crescimento, o PENT estabelece como metas para a região Porto e Norte, para o ano de 2015, os seguintes parâmetros:

- Dormidas de estrangeiros na ordem dos 3,1 a 3,3 milhões, o que equivale a uma taxa de crescimento médio anual de 8,5%;
- Dormidas de turistas nacionais com crescimento anual na ordem dos 2,9%;
- Hóspedes estrangeiros com taxas de crescimento anual na ordem dos 7,5%;
- Receitas (proveitos totais em estabelecimentos hoteleiros) com taxas de crescimento anual na ordem dos 11%.

Apesar de ter sido alvo de críticas por parte dos agentes do sector, o PENT constituiu-se como o primeiro documento de natureza político -estratégica para o sector do turismo em Portugal, apontando para uma linha de desenvolvimento que aposta na diferenciação da oferta turística e na identificação de produtos prioritários para cada uma das regiões do país, pretendendo, acredita-se, conduzir à definição de estratégias regionais que claramente priorizem e hierarquizem de forma objectiva os recursos e produtos a explorar e desenvolver.

O PENT encontra-se neste momento em revisão. É esperado, de acordo com informação da Secretaria de Estado do Turismo, que no âmbito desta revisão do PENT seja abordada de forma mais exaustiva a temática do turismo religioso, considerada negligenciada na primeira versão por muitos dos agentes do sector, nomeadamente, da região Norte. Esta é uma questão com alguma relevância para o concelho de Barcelos, e que deverá ser objecto de uma análise mais detalhada no decorrer da elaboração da estratégia municipal Barcelos 2020, já que o novo enquadramento do turismo religioso, a verificar-se, poderá traduzir-se não apenas em reformuladas directrizes de desenvolvimento, mas também em oportunidades de concretização e financiamento de projectos específicos.

A **Agenda Regional de Turismo (ART)**, desenvolvida pela Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte (2008), assume-se como um instrumento de política e orientação estratégica para o desenvolvimento do turismo na Região Norte, que transfere para o nível regional as directrizes estratégicas apontadas pelo PENT, e define cinco objectivos estratégicos para o turismo regional:

- Qualificar e valorizar os recursos turísticos, potenciando os produtos turísticos prioritários, e criar as infra-estruturas de suporte ao turismo regional;
- Desenvolver a oferta de alojamento e animação assente em padrões de qualidade e sustentabilidade;
- Promover a qualificação e formação dos recursos humanos;
- Projectar e promover a oferta turística do Porto e Norte de Portugal, afirmando os seus sub-espacos e produtos turísticos prioritários;
- Promover um processo de dinamização, acompanhamento e informação do turismo regional.

A ART identifica os recursos turísticos prioritários da região, dos quais se salientam, pela sua representatividade no concelho de Barcelos, o património e as vilas e cidades históricas, a ruralidade e a paisagem, as termas, os vinhos, e a cultura popular, tradições e artesanato.

Norte de Portugal	
PORTO <ul style="list-style-type: none"> > Denso e rico Património Histórico, Artístico e Arquitectónico > Cultura e Conhecimento > Centro Económico e Empresarial > Pólo de Congressos, Convenções e Seminários > Eventos de Animação 	VINHOS <ul style="list-style-type: none"> > Douro – Região Demarcada mais antiga do Mundo > Vinho do Porto – Caves do Vinho do Porto e Barcos Rabelos > Vindimas e tradições associadas – Aldeias Vinhateiras e Quintas > Vinhos Verdes
PATRIMÓNIO MUNDIAL E CIDADES E VILAS HISTÓRICAS <ul style="list-style-type: none"> > Centro Histórico do Porto > Alto Douro Vinhateiro > Centro Histórico de Guimarães > Parque Arqueológico do Côa > Braga (Património Religioso) > Diversidade de Cidades e Vilas Históricas 	PARQUES NATURAIS, RIOS E ALBUFEIRAS <ul style="list-style-type: none"> > Parque Nacional Peneda Gerês > Parque Natural de Montesinho > Parque Natural do Douro Internacional > Parque Natural do Alvão > Parque Natural do Litoral de Esposende > Rio Douro e Albufeiras
RURALIDADE E PAISAGEM <ul style="list-style-type: none"> > Vale do Douro > Vale do Lima > Costa Atlântica > Planaltos montanhosos de Trás-os-Montes > Aldeias Rurais e Solares (Turismo Rural) 	CULTURA POPULAR, TRADIÇÕES E ARTESANATO <ul style="list-style-type: none"> > Gastronomia típica > Produtos locais > Festas e romarias > Diversidade de artesanato
TERMAS <ul style="list-style-type: none"> > Região com maior número de estâncias termais do país 	

Fonte: CCDR-N/NORTE 2015 (2006)

Figura 29: Recursos Turísticos Estratégicos para a Região Norte,

Fonte: ART, 2008

A ART identifica ainda oito produtos turísticos prioritários para a região Norte e os principais atributos diferenciadores de cada um desses produtos, apontando ainda algumas orientações estratégicas para o desenvolvimento desses mesmos produtos.

Fonte: ART, 2008

MAPA 2 Termas na Região do Norte



81

Atendendo à localização, no concelho de Barcelos, de uma unidade termal¹⁸, considera-se que esta é também uma das questões que deverá ser alvo de uma análise mais detalhada, que permita posicionar Barcelos no contexto específico deste produto turístico.

Globalmente, quer o PENT quer a ART apontam para a presença na região Norte de recursos diferenciadores para o desenvolvimento de produtos turísticos como o turismo de natureza, o *touring* cultural e paisagístico e a gastronomia e os vinhos, produtos face aos quais o município de Barcelos detém um posicionamento favorável, quer pela presença no seu território desses mesmos recursos, quer pelo reconhecimento que já detém, em particular, no que diz respeito a atributos como o artesanato (em particular, olaria e figurado), a gastronomia e vinhos e ainda, o património histórico-cultural e o espaço natural.

Cabe, assim, ao município de Barcelos, a definição de estratégias de desenvolvimento local que, concertadas com os referenciais nacionais e regionais, permitam distinguir e evidenciar as especificidades diferenciadoras do turismo de Barcelos.

Aspectos de natureza geoestratégica: constrangimentos e oportunidades para o sector do turismo

Barcelos apresenta uma **situação geográfica** com características favoráveis ao desenvolvimento turístico, nomeadamente:

- a) A proximidade ao aeroporto Francisco Sá Carneiro, que optimiza a possibilidade de Barcelos beneficiar, entre outros, de movimentos turísticos promovidos pelas viagens low-cost;
- b) A proximidade aos eixos Porto – Vigo e Braga – Valença bem como a proximidade à Galiza, o que possibilita o alargamento do mercado e a captação de fluxos turísticos a partir do Porto e da Galiza, importantes pólos emissores/receptores de turistas nacionais e internacionais;
- c) A inserção/ proximidade a eixos viários e ferroviários que possibilitam um acesso relativamente fluído e uma mobilidade inter-regional razoável.

Paralelamente, o concelho de Barcelos surge inserido numa malha territorial cujas características poderão representar condições desfavoráveis para o desenvolvimento do turismo em alguns segmentos específicos, nomeadamente:

- A proximidade a concelhos do litoral com forte tradição turística como é o caso de Viana do Castelo, Esposende e Póvoa do Varzim;
- A proximidade a concelhos com elevada afirmação no panorama turístico nacional, associada a um produto específico e cujo desenvolvimento tem sido realizado com muito sucesso, como é o caso de Ponte de Lima (e o Turismo em Espaço Rural);
- A proximidade a concelhos com dinâmicas urbanas e índices de centralidade relevantes, como é o caso de Braga;
- A proximidade a concelhos com recursos e atractivos culturais (e religiosos) de relevo, como é o caso de Guimarães e Braga.

A proximidade de Barcelos a estes concelhos e o elevado nível concorrencial que daí resulta no que diz respeito ao desenvolvimento do sector do turismo, pode (e deve) ser analisado não na óptica da concorrência desfavorável, mas sim na óptica do desenvolvimento de estratégias que visem otimizar os benefícios para os vários concelhos das sinergias e complementaridades potencialmente existentes entre eles em matéria de turismo.

Nesta óptica, pode considerar-se que apesar de acusar a existência de um paradoxo de proximidade, Barcelos detém um posicionamento geoestratégico globalmente positivo para o desenvolvimento do sector do turismo, que abre um conjunto de oportunidades face às quais o município deve definir e

¹⁸ À data de elaboração do presente documento, a informação obtida junto da Câmara Municipal é a de que esta unidade termal não se encontra actualmente em funcionamento.

hierarquizar as opções que sejam mais susceptíveis de alavancar as suas mais-valias. Esta será por conseguinte uma das questões que irá merecer uma análise mais detalhada no âmbito da estratégia municipal Barcelos 2020, e que deverá ser analisada não apenas na perspectiva turística mas também num contexto mais alargado de complementaridades e redes regionais.

Quadro institucional, governança e dinâmicas associativas

Organização regional do sector do turismo e respectivo enquadramento

No que diz respeito à organização sectorial (institucional e administrativa), Barcelos está integrado na Área Regional Turística do Porto e Norte de Portugal, gerida pela Entidade Regional de Turismo para o Porto e Norte de Portugal (ERTPNP), com sede em Viana do Castelo, e delegações no Porto, Braga, Guimarães, Chaves e Bragança. A ERTPNP é responsável pela “*valorização turística da NUT II Norte, visando o aproveitamento sustentado dos recursos turísticos, no quadro das orientações e directrizes de política de turismo definida pelo Governo e pelos planos plurianuais das administrações central e local.*” (Portaria n.º 1039/2008, de 15 de Setembro) No que diz respeito à promoção externa, Barcelos está integrado na Agência Regional de Promoção Turística - Associação de Turismo do Porto e Norte de Portugal, com sede no Porto.

As dinâmicas estabelecidas entre a ERT e o município de Barcelos têm estado centradas essencialmente em questões promocionais, e na articulação da presença em eventos e feiras, não sendo ainda possível identificar trabalho conjunto de carácter estratégico ou de formatação e operacionalização de projectos de desenvolvimento turístico.

Paralelamente, a existência da ERT e as recentes alterações ao quadro institucional/ administrativo do turismo, não são percepcionadas pelos empresários e agentes locais como positivas, persistindo algum ceticismo face ao contributo real desta organização para o desenvolvimento do turismo de Barcelos, assim como alguma resistência a uma colaboração mais estreita que não passe pela articulação com a Câmara e os respectivos serviços de turismo.

Organização municipal do sector do turismo e dinâmica interna - Enquadramento da temática do turismo no quadro orgânico da Câmara

Complementarmente à sua integração formal na estrutura organizativa do sector a nível nacional e regional, a Câmara Municipal de Barcelos tem um ‘departamento’ de turismo que, sendo uma estrutura relativamente autónoma dentro da orgânica da Câmara, se situa, em termos político-estratégicos na dependência directa da vereação responsável pelo pelouro do turismo. Para além da realização de estudos internos e da monitorização da actividade turística no concelho, este ‘departamento’ é ainda responsável pela programação e promoção de actividades que visam a dinamização da actividade turística no concelho. Paralelamente, o ‘departamento’ de turismo é ainda responsável pelo serviço de prestação de informação e encaminhamento a turistas e empresários, nomeadamente a partir do Posto de Turismo Municipal. O Posto de Turismo está localizado na sede do concelho, no centro histórico da cidade, e para além da prestação de serviços de informação turística técnica e generalista, tem ainda como missão:



- Loja de turismo e artesanato com venda de produtos tradicionais,
- Espaço de exposições, conferências, seminários e tertúlias,
- Organização de rotas turísticas ao concelho,
- Organização de visitas guiadas ao centro histórico,
- Espaço de recepção de grupos de turismo organizado,
- Local de apoio ao *trade*.
- Ponto de apoio a peregrinos (Caminho de Santiago),
- Ponto de internet gratuita,

Figura 32: Fotografia do Largo Dr. José Novais, Posto de Turismo Municipal de Barcelos,

A recente criação de uma Agência Municipal de Investimento e Desenvolvimento Económico, à qual o departamento de turismo está vinculado, poderá representar uma oportunidade para o desenvolvimento de uma actuação mais concertada com outras competências municipais, em particular nas questões associadas à captação e dinamização de investimento privado. A Agência Municipal foi criada com “o objectivo de modernizar e diversificar o tecido económico de Barcelos, promovendo, simultaneamente, a criação de postos de trabalho e proporcionar melhores condições de vida aos cidadãos. Pretende-se a promoção e a divulgação junto de investidores (quer locais, quer institucionais - nacionais e internacionais), da atractividade de Barcelos como local privilegiado para novos investimentos. Para isso, a Agência disponibilizará aos investidores, informações específicas de interesse para cada projecto, bem como fará o acompanhamento dos projectos e dos investidores, no relacionamento com outras Instituições.”

Para além da componente de captação e dinamização de investimento privado, a afectação do departamento de turismo à Agência Municipal poderá ainda contribuir para o aumento do grau de articulação e concertação com os restantes departamentos municipais, nomeadamente com aqueles cujas áreas de intervenção e competências se cruzam com as do turismo, dado que a articulação que existe se tem evidenciado como manifestamente insuficiente. Esta articulação/ concertação é tanto mais relevante quanto se trate de dinamizar projectos municipais em temáticas como a cultura, o património e o lazer, a olaria e o figurado, as dinâmicas urbanas e de animação do centro histórico, só para citar algumas. Tratando-se de áreas cujas diferentes dimensões são habitualmente geridas por diferentes departamentos municipais, se não for garantida a concertação de interesses e projectos corre-se o risco de se assistir à implementação de acções desarticuladas e que não potenciam nem permitem optimizar quer os recursos afectos quer os respectivos resultados, um pouco à semelhança do que tem vindo a acontecer,

Políticas, instrumentos e projectos em curso

De acordo com a informação recolhida junto da Câmara Municipal, estão em estudo/curso alguns projectos resultantes de parcerias com outros municípios, cuja concretização poderá representar oportunidades de desenvolvimento de nichos turísticos com algum interesse:

TABELA 28: PROJECTOS EM ESTUDO/ EM CURSO NO ÂMBITO DA TEMÁTICA DO TURISMO

Nome	Conteúdo	Entidade	Estado
<i>Mercado Tradicional</i>	Criação de rede de produtos de excelência na euro-região, estudo dos mercados da euro-região e realização do grande mercado tradicional da euro-região	EIXO ATLÂNTICO Parceria entre 4 Municípios da euro-região, com o eixo a chefe de fila.	Em curso.
<i>Criação do Centro de Promoção das artes Tradicionais</i>	Recuperação da casa da Rosa Ramalho para criação de estrutura de monitorização do artesanato local e regional	CIM Cavado/ MINHO-IN	Em curso.
<i>Criação do Núcleo Eco-turístico do Neiva</i>	Criação de um percurso interpretativo, recuperação de unidades molinológicas e criação de centro interpretativo	CIM Cávado	Em estudo.
<i>Sinalização no Vale do Cavado</i>	Sinalização e criação de linhas de leitura do território	CIM Cávado	Em estudo.

Fonte: Câmara Municipal de Barcelos

Paralelamente, e a nível interno, está ainda a ser desenvolvido um Roteiro Literário, resultante de um trabalho conjunto entre o Pelouro da Cultura e o Pelouro do Turismo, iniciativa que vai de encontro à necessidade de maior articulação e concertação entre departamentos municipais acima referenciada.

Inserção em redes

No âmbito do turismo, Barcelos está ainda integrado em duas ‘redes’ regionais, no âmbito das quais tem em curso/ apreciação alguns projectos conjuntos: a Comunidade Intermunicipal do Cávado (CIM Cávado), e o consórcio MINHO-IN, criado no âmbito de uma candidatura ao PROVERE (Programa de Valorização Económica de Recursos Endógenos), que conjugou iniciativas e projectos, públicos e

privados, das Comunidades Intermunicipais do Minho, Ave e Cávado em temáticas diversas, com especial ênfase no turismo.

À semelhança do registado para o caso da Entidade Regional de Turismo do Porto e Norte de Portugal, a presença do município de Barcelos nestas redes, é praticamente 'invisível' para os empresários e agentes locais, que não conhecem nem as redes em questão, nem o envolvimento de Barcelos nos projectos em curso/ programação dessas mesmas redes. Torna-se assim necessário repensar o posicionamento de Barcelos (em termos turísticos) nestas redes e delinear estratégias de comunicação que permitam dar a conhecer, de forma mais ou menos regular, o envolvimento dos serviços municipais de turismo em projectos que possam vir a influenciar (directa ou indirectamente) os empresários e agentes locais.

É no entanto de referir que, de acordo com a auscultação aos agentes locais realizada através de workshops (realizados durante o mês de Abril), o trabalho do departamento de turismo da Câmara Municipal de Barcelos é fortemente reconhecido pelos empresários que, não descuidando a apresentação de algumas observações de carácter mais operacional, afirmaram estar satisfeitos com o empenho e trabalho dos serviços de turismo. Este facto representa uma oportunidade para o Executivo, já que o reconhecimento do trabalho realizado poderá funcionar como catalisador para um maior envolvimento dos agentes locais em projectos futuros que a Câmara Municipal venha a desenvolver.

Dinâmicas associativas municipais de relevância para a actividade turística

O tecido associativo do concelho de Barcelos apresenta, no âmbito do turismo e de acordo com a informação fornecida pela Câmara Municipal uma postura ainda demasiadamente dependente da iniciativa e acompanhamento público.

De acordo com a opinião dos empresários e agentes locais auscultados no âmbito dos workshops realizados, a ausência de uma estrutura associativa local que seja representativa do sector do turismo (em banda larga) e que potencie o trabalho em rede, tem vindo a registar efeitos reactivos no desenvolvimento do sector, principalmente, em confronto com a realidade de alguns dos concelhos vizinhos, em que esta dinâmica associativa tem vindo a desempenhar um papel fulcral para o desenvolvimento e posicionamento estratégico do turismo em particular, e dos concelhos em geral. Ainda de acordo com os agentes locais, a participação da Câmara Municipal numa estrutura com estas características, e em formato legal ainda a analisar, seria não só bem vista, como preponderante para o reforço das suas próprias competências e para o desenvolvimento de projectos conjuntos, que concertassem interesses públicos e privados.

Registam-se ainda assim, algumas iniciativas relativamente pontuais de cooperação informal entre empresários, em particular, entre empresários do alojamento e empresas ligadas à Rota dos Vinhos Verdes, o que permite identificar uma oportunidade de exploração do potencial do produto enoturismo no concelho. Efectivamente, a Rota dos Vinhos Verdes tem sido, de acordo com os empresários, pouco explorada em termos turísticos, necessitando de uma intervenção mais específica no contexto municipal, que permitisse algum grau de diferenciação e de maior pro-actividade.

Pode ainda referir-se a actividade da Associação Espaços Jacobeus, de carácter nacional e com delegação em Barcelos, de instalação recente mas vocacionada para a promoção e conservação do Caminho de Santiago.

Actividade Turística em Barcelos: Evolução, Dinâmica, Tendências e Potencial de Desenvolvimento

Oferta Turística

Barcelos dispõe de um conjunto de **recursos** naturais e culturais (materiais e imateriais) com significativo potencial turístico, sendo de salientar que alguns desses recursos constituem atractivos fortemente associados à identidade cultural de Barcelos, como é o caso do artesanato, e mais especificamente do Galo e do Figurado de Barcelos, e da Feira Semanal. Alguns dos recursos assumem um carácter quase exclusivamente turístico e são explorados fortemente nessa perspectiva, outros recursos situam-se essencialmente na esfera dos atractivos e dinâmicas culturais, apresentando ainda largas margens de exploração turística, como é o caso dos Festivais de Música,

do Museu de Olaria, entre outros. Paralelamente, podem ainda identificar-se um conjunto de recursos cujo potencial turístico resulta do cruzamento e complementaridades existentes (e que possam vir a ser criadas) entre temáticas diversas, como é o caso já referido da cultura (turismo criativo), mas também do desenvolvimento rural, da agricultura (enoturismo) ou até mesmo da indústria (design, turismo industrial).

É possível ainda identificar algum potencial dos espaços naturais do concelho, em particular, de algumas zonas ribeirinhas, que poderão vir a ser exploradas do ponto de vista turístico, nomeadamente, como complementos a outros produtos, ou como atractivo para um segmento de turistas que Barcelos poderá tentar captar, no âmbito dos fluxos turísticos de visitação ao Parque Nacional da Peneda-Ger s.

Contudo, com excep o da Feira, que   claramente reconhecida como o atractivo turístico com maior impacto no mercado (designadamente no mercado externo), os restantes recursos turísticos, apesar da sua maior ou menor atractividade e grau de maturidade em termos de organiza o, não estão suficientemente diferenciados, para que possam fundamentar uma estratégia de desenvolvimento. De acordo com o diagnóstico efectuado, considera-se que   necessária ainda uma interven o operacional significativa em termos de organiza o da oferta turística (sinaliza o e condi oes de mobilidade e visita o, formata o de produtos, promo o articulada, etc.), para que se possam posteriormente desenhar algumas linhas de interven o de carácter estratégico. Oportunamente são enumeradas algumas directrizes e sugestões que se considera serem representativas da estratégia de ac o que deve nortear o desenvolvimento futuro do sector do turismo no concelho de Barcelos.

No que diz respeito   oferta de alojamento de Barcelos, e olhando para a evolu o da **capacidade de alojamento** registada no concelho entre 2002 e 2009, verifica-se um acréscimo substancial no período em análise, resultante da abertura em 2005, de uma nova unidade hoteleira, com um número de camas significativamente superior quando comparado com as unidades previamente instalados no concelho (Hotel Bagoeira, 96 camas).

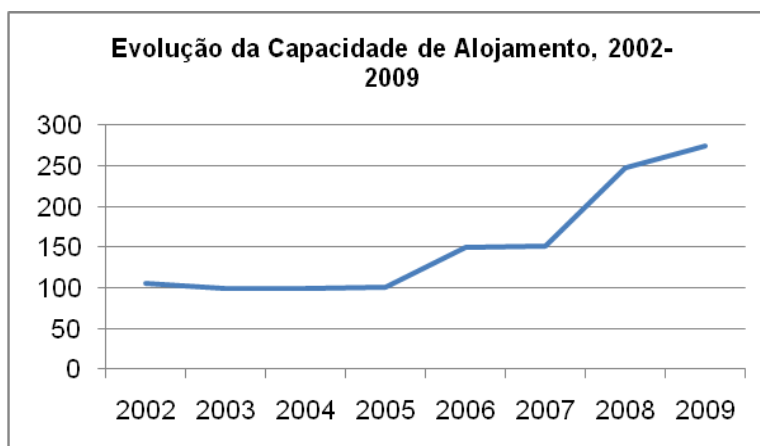


Figura 33: Evolu o da Capacidade de Alojamento em Estabelecimentos Hoteleiros, Barcelos,

Fonte: INE, Tratamento Quaternaire Portugal

  capacidade de alojamento em estabelecimentos hoteleiros acresce ainda a oferta de camas em unidades de turismo em espaço rural, que de acordo com o Relatório Estatístico Anual (2009) produzido pelo departamento de turismo da Câmara Municipal se situa na ordem das 153 camas, distribuídas por 15 unidades de TER. Das unidades TER existentes no concelho, 7 estão classificadas como unidades de Turismo Rural (TR), 5 como unidades de Turismo de Habita o (TH) e 2 como Casas de Campo (CC).

Procura Turística

  semelhança da oferta, a procura turística registada nos estabelecimentos hoteleiros de Barcelos nos últimos anos tem vindo a evoluir de forma bastante positiva, tendo quadruplicado no período em análise.

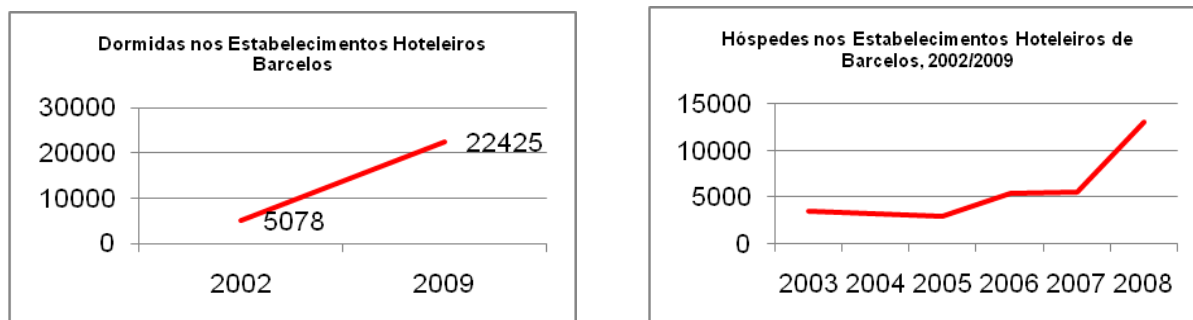


Figura 34: Evolução das Dormidas e Hóspedes em Estabelecimentos Hoteleiros, Barcelos

Fonte: INE, Tratamento Quaternaire Portugal

A evolução registada ao nível das **dormidas** é acompanhada pela evolução do número de **hóspedes** em estabelecimentos hoteleiros, apesar desta última ter registado uma evolução mais fragmentada.

No que concerne à **estada média** nos estabelecimentos hoteleiros, a evolução registada, apesar de não ser muito significativa do ponto de vista quantitativo (passou de 1,5 dias em 2002 para 1,6 dias em 2009) é apesar de tudo indiciadora de uma tendência de crescimento que contrasta com a tendência decrescente registada quer ao nível do Cávado, quer ao nível da região Norte, apesar de também esta ser pouco significativa do ponto de vista quantitativo.

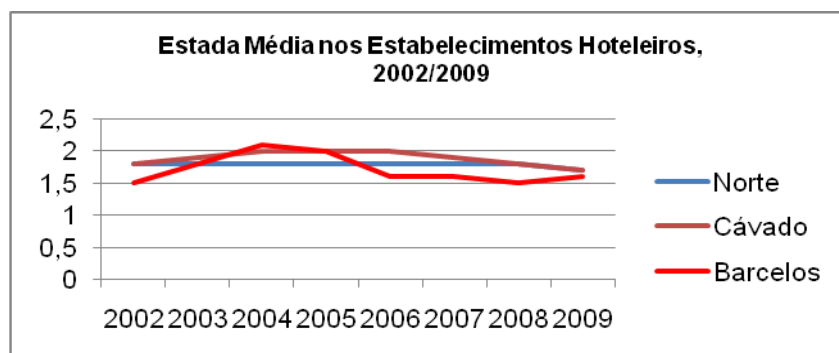


Figura 35: Evolução da Estada Média em Estabelecimentos Hoteleiros

Fonte: INE, Tratamento Quaternaire Portugal

De salientar ainda que esta tendência de diminuição dos índices de estada média reflecte uma tendência registada em todo o sector do turismo universalmente, e que traduz uma alteração nos hábitos da procura, que gradualmente opta por viagens mais frequentes e menos duradouras em detrimento de viagens e estadias mais prolongadas.

Bastante mais significativa, é contudo, do ponto de vista da evolução da actividade turística de Barcelos, a evolução da taxa líquida de ocupação-cama que, apesar de se situar em patamares bastante inferiores aos registados no região Norte e na sub-região do Cávado, registou um aumento bastante expressivo, passando de 13,3 para 22,2%.

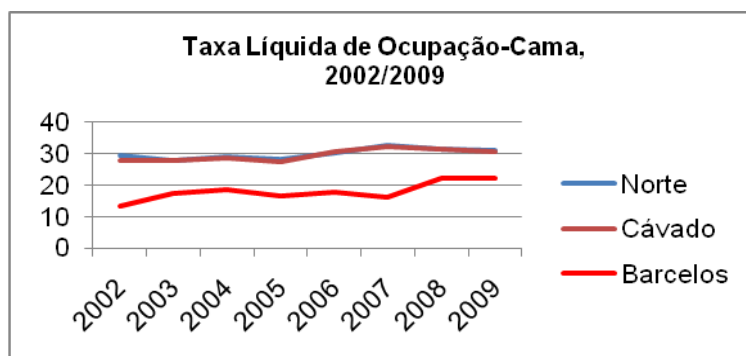


Figura 36: Evolução da Taxa Líquida de Ocupação -Cama

Fonte: INE, Tratamento Quaternaire Portugal

De acordo com os dados recolhidos pela Câmara Municipal de Barcelos, desde o ano 2000 que se tem vindo a verificar uma tendência para o aumento no número de visitantes ao Posto de Turismo e ao Centro de Artesanato, apenas contrariado pelo ligeiro decréscimo registado nos anos 2008 e 2009, e que se deve, em parte, à conjuntura macroeconómica global, e no caso particular de 2009, a questões de natureza logística e que se prendem com o facto de o Centro de Artesanato ter encerrado, e consequentemente terem deixado de ser contabilizadas as visitas. Em 2009, foram registados 49281 visitantes, entre nacionais (19724) e estrangeiros (29557). A disparidade entre nacionais e estrangeiros assumiu no ano de 2009 uma maior proporção, que não traduz contudo, a tendência registada nos anos anteriores, em que havia uma maior aproximação entre os dois segmentos.

Dos visitantes registados no Posto de Turismo, 1184 eram peregrinos do Caminho de Santiago de Compostela (946 estrangeiros), que representam uma pequena parte (25%) do fluxo total de peregrinos que passa por Barcelos, valor que tem registado uma tendência de crescimento ao longo dos últimos anos (aumento de 25% relativamente a 2008).

De acordo com estes dados, e atendendo também à percepção dos responsáveis da área do turismo que foi transmitida à equipa técnica do Plano, o segmento de turistas que se desloca a/ passa por Barcelos no âmbito das peregrinações a Santiago de Compostela tem vindo a ganhar maior expressão, assumindo-se na actualidade como um dos principais atractivos turísticos do concelho. Atendendo ao quadro geral da evolução municipal do sector do turismo, considera-se que a dinâmica registada no segmento de turistas / peregrinos a Santiago de Compostela poderá consubstanciar uma oportunidade de diferenciação da oferta turística local, principalmente se articulada com outros elementos da oferta, como a existência de espaços naturais (não optimizados para a fruição turística) e de elementos de natureza patrimonial e cultural.

Ainda de referir que o número de turistas que chega a Barcelos através de grupos organizados, representou em 2009, um movimento de 13 284 visitantes (5782 visitantes), que se deslocaram ao centro da cidade.

Assim, e apesar dos ligeiros decréscimos registados, mais ou menos pontuais, e em grande parte justificados por aspectos de natureza macroeconómica, é de salientar a evidência de uma gradual afirmação da procura turística de Barcelos.

Importância da actividade turística no contexto da economia local

No contexto da economia local de Barcelos, e apesar da dinâmica positiva registada ao nível de alguns indicadores, a actividade turística não representa um segmento com expressão significativa, verificando-se ainda um forte domínio das actividades industriais.¹⁹

Em 2007, os **estabelecimentos de empresas** classificados no âmbito da CAE **Alojamento, Restauração e similares** representavam 5,5% dos estabelecimentos totais do concelho,

¹⁹ Ver ponto anterior deste capítulo com indicadores de caracterização da base produtiva concelhia.

percentagem que é no entanto semelhante à registada nos concelhos da área de influência²⁰, na sub-região do Cávado e na região Norte.

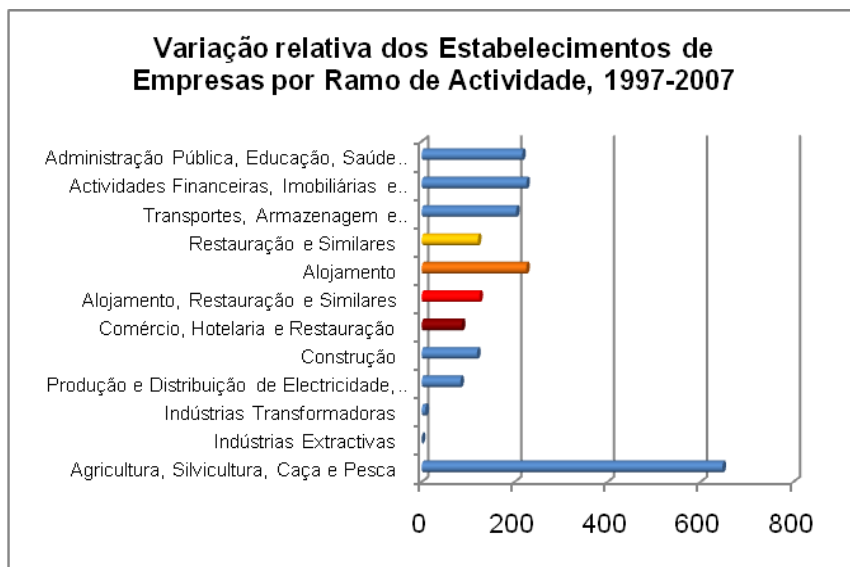


Figura 37: Variação relativa dos Estabelecimentos de Empresas por Ramos de Actividade, Barcelos

Fonte: MTSS – Quadros de Pessoal, Tratamento Quaternaire Portugal

Contudo, a variação registada no período compreendido entre 1997 e 2007 é francamente reveladora de um aumento do peso relativo deste tipo de estabelecimentos, já que a variação relativa se situou em valores próximos dos 125%, o que é claramente superior ao registado na região Norte (73,2%) e na sub-região do Cávado (83,3%). Esta variação é justificada essencialmente pela variação de estabelecimentos de alojamento (225%).

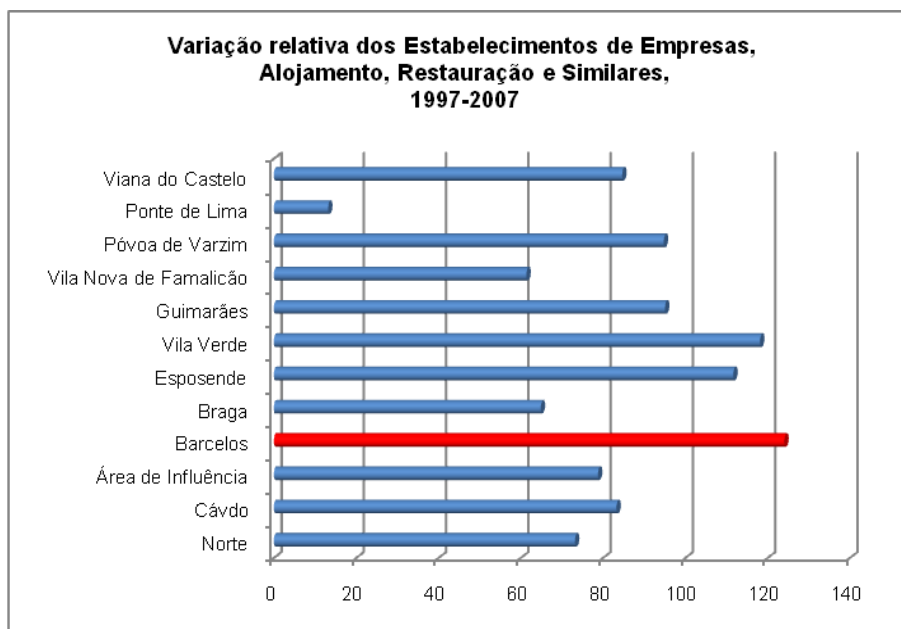


Figura 38: Variação relativa dos Estabelecimentos de Empresas no Alojamento, Restauração e similares

Fonte: MTSS – Quadros de Pessoal, Tratamento Quaternaire Portugal

²⁰ No âmbito da análise económica efectuada foram considerados como pertencentes à área de influência de Barcelos os municípios de Braga, Esposende, Vila Verde, Guimarães, Vila Nova de Famalicão, Póvoa de Varzim, Ponte de Lima e Viana do Castelo.

No que diz respeito ao **peçoal ao serviço** em estabelecimentos de empresas, no ano de 2007, e no âmbito da CAE **Alojamento, Restauração e similares**, estes representavam 2,7% do peçoal ao serviço no total dos estabelecimentos de Barcelos, traduzindo a importância ainda pouco significativa em termos de emprego desta actividade. A variação relativa registada entre 1997 e 2007 é contudo bastante positiva, registando um valor acima dos 103%, percentagem bastante superior à registada na sub-região do Cávado (67,2%) e na região Norte (61,8).

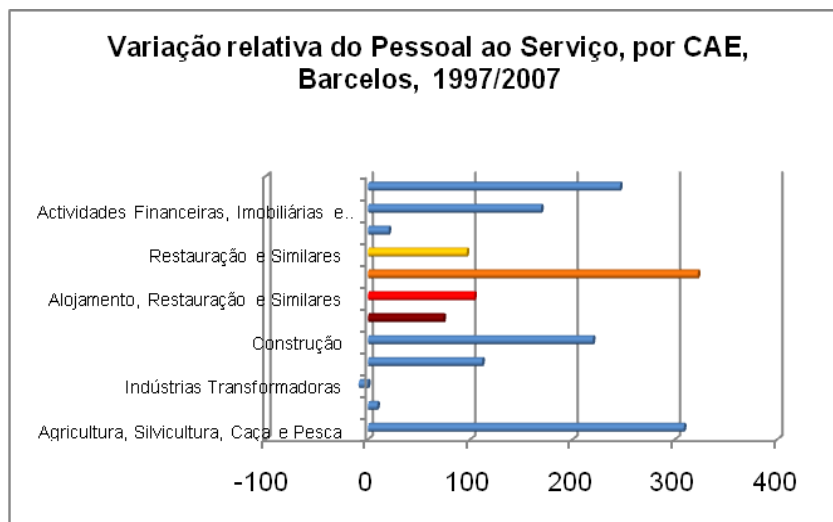


Figura 39: Variação relativa do Pessoal ao Serviço por Ramos de Actividade, Barcelos

Fonte: MTSS – Quadros de Pessoal, Tratamento Quaternaire Portugal



Figura 40: Variação relativa do Pessoal ao Serviço no Alojamento, Restauração e similares

Fonte: MTSS – Quadros de Pessoal, Tratamento Quaternaire Portugal

Em termos de **dinâmica demográfica de estabelecimentos e emprego**, e considerando o período entre 1995 e 2008, verificou-se a morte de 3% de estabelecimentos e o nascimento de 5,9%, ao qual corresponderam respectivamente uma variação de 0,9 e de 3,4% em termos de pessoas ao serviço. Estes dados traduzem um saldo positivo e denunciador de um aumento do peso relativo da actividade turística. No que diz respeito à percentagem de pessoas ao serviço nos estabelecimentos existentes quer em 1998 quer em 2008, ou seja, nos estabelecimentos que permaneceram activos durante o período considerado na análise, é possível observar uma redução do peçoal ao serviço.

Globalmente, a análise da dinâmica demográfica de estabelecimentos e emprego permite-nos concluir que se registou um aumento do número de estabelecimentos e um aumento do pessoal ao serviço.

De salientar contudo que nesta análise estão apenas contabilizados os estabelecimentos classificados no âmbito da CAE Alojamento, Restauração e similares, o que não permite traduzir plenamente todas as actividades afectas de forma directa e indirecta ao turismo, pelo que a análise deve ser entendida como indicativa e não exaustiva.

No que diz respeito às habilitações dos TCO (Trabalhadores por Conta de Outrem) na CAE **Alojamento, Restauração e similares**, registou-se entre 1995 e 2008 uma variação francamente positiva, e superior à média registada pela totalidade das actividades económicas.

Em 1995, cerca de 90% dos TCO do Alojamento e Restauração tinham habilitações iguais ou inferiores ao 2.º Ciclo do Ensino Básico, valor que atingiu valores inferiores aos 53% em 2008. De igual forma, em 2008, os trabalhadores com habilitações iguais ou superiores ao 3.º Ciclo do Ensino Básico representavam 46,9%, valor que em 1995 não atingia os 10%. Em termos de pessoal com habilitações equivalentes ao ensino superior, em 1995 representavam 0% e em 2008 cerca de 1,5%.

Considerada uma das problemáticas mais evidentes da actividade turística, a qualificação dos recursos humanos registou em Barcelos um aumento considerável, sendo de registar que, ao nível dos trabalhadores com formação igual ou superior ao 3.º Ciclo do Ensino Básico, o Alojamento e Restauração registou em 2008, valores superiores aos valores médios registados pela totalidade das actividades económicas (46,9% face a 41,3).

Apesar de a actividade turística não ter uma representação expressiva no quadro da base económica do concelho de Barcelos, a evolução positiva que tem vindo a registar nos indicadores estudados pode ser indiciadora de uma tendência de afirmação crescente à qual o município deverá estar atento, à luz das opções estratégicas que venha a tomar, nomeadamente em matéria de apoio à criação de empresas (e emprego), no âmbito das competências que detêm, designadamente em matéria de licenciamento. Esta é contudo uma temática que deve ser melhor analisada no panorama integral da estrutura da base económica municipal.

Importância da actividade turística de Barcelos no contexto do turismo na região Norte

Como já foi referido, apesar da dinâmica positiva registada pela evolução da actividade turística no concelho de Barcelos, no contexto do turismo na região Norte, ela mantém-se residual, quer em termos de procura, sendo que as dormidas registadas nos estabelecimentos hoteleiros de Barcelos representam 0% das dormidas registadas na região Norte, quer em termos de oferta, uma vez que a capacidade de alojamento existente em Barcelos corresponde apenas a 1% da capacidade de alojamento em estabelecimentos hoteleiros da região Norte.

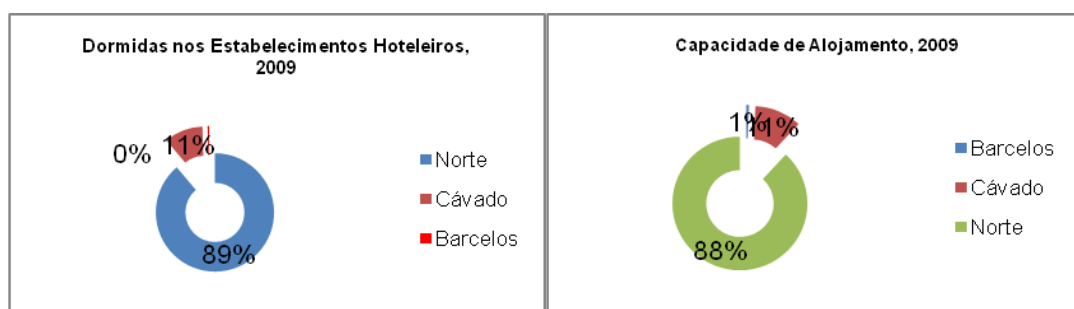


Figura 41: Dormidas e Capacidade de Alojamento em Estabelecimentos Hoteleiros, 2009

Esta realidade não deve todavia ser avaliada como um constrangimento ao desenvolvimento da actividade turística no concelho, mas entendida como um reflexo da realidade registada na maior parte dos municípios da região, que só poderá ser ultrapassada através de lógicas estratégicas que permitam ganhos de escala e representatividade, ou seja, através de uma aposta na criação de projectos supra-municipais ou mesmo regionais.

Barcelos visto por Guias Turísticos Internacionais – Uma avaliação complementar do potencial turístico do concelho

A visibilidade externa de um concelho pode constituir-se como um elemento indiciador do potencial turístico desse mesmo concelho, razão pela qual se procurou analisar as referências a Barcelos contidas em quatro guias turísticos, um nacional e três internacionais:

- Guia Portugal Inesquecível, Visão, 2008;
- Portugal – Le Guide du Rotard, 2008;
- Portugal Travel Guide, Lonely Planet, 2007;
- The Rough Guide to Portugal, 2007.

Uma análise sumária das referências a Barcelos contidas nos 4 guias enumerados, permite salientar os seguintes aspectos:

- Com excepção do guia nacional, que faz uma abordagem mais abrangente e menos focada em aspectos específicos, e que se poderá considerar como ‘de banda larga’ ou mais generalista, os três guias internacionais referem com especial destaque:
 - A Feira,
 - A Olaria/ Artesanato/ Galo e Figurado de Barcelos.
- A feira é a referência mais enfatizada, sendo mencionada como a maior, mais antiga e mais celebrada feira do Minho de Portugal e ocupando a maior parte do espaço de divulgação relativo a Barcelos. Como salientado anteriormente, a Feira assume-se como o atractivo turístico de maior reconhecimento, quer por parte dos turistas (procura), quer por parte dos agentes locais (oferta e organização), sendo no entanto apontada a necessidade premente de renovação, quer no sentido de recuperar algumas tradições entretanto ‘perdidas’, quer no sentido de reforçar o papel da feira enquanto ‘montra’ dos produtos regionais. As questões associadas à ‘desorganização’ do espaço e à inexistência de material informativo/promocional específico, são igualmente referenciadas como carentes de uma intervenção.
- A tradição e a importância da olaria, incluindo menções específicas ao Galo e ao Figurado de Barcelos, e à qual aparece associada a sugestão de visita ao Museu da Olaria, é outra das referências incluída nos três guias.
- Para além destas, e de forma mais transversal e menos enfatizada, são ainda referidas algumas sugestões de alojamento e restauração, e feita a sugestão de visita a alguns monumentos, como o Paço dos Condes, onde está actualmente instalado o Museu Arqueológico, a Torre da Porta Nova, o Templo do Bom Jesus da Cruz, os Paços do Município, a Igreja de Santa Maria Maior, o Solar dos Pinheiros, entre outros,
- A Festa das Cruzes é também referida pelos três guias, como um dos eventos de cariz religioso e popular com maior destaque no concelho de Barcelos.
- Um dos guias, The Rough Guide to Portugal, faz ainda referência ao Milagre de Moure (Igreja de Moure), numa alusão ao suposto aparecimento de uma imagem de Jesus Cristo, que apesar de ter sido provado não se tratar de um milagre, continua a motivar um elevado número de peregrinos que aqui se deslocam.

De forma global, parece evidente a visibilidade e o reconhecimento, em termos turísticos, da feira e da olaria, que se assumem, de acordo com a leitura desta análise, como os dois principais ícones turísticos do concelho de Barcelos, o que vem, aliás, a corroborar a análise realizada anteriormente.

Síntese

- Apesar da evolução globalmente positiva registada pelos indicadores estatísticos da actividade turística em Barcelos, esta não deixa de ser uma actividade relativamente residual,

quer no contexto da economia local do concelho, quer no contexto da actividade turística da Região Norte.

- Barcelos detém alguns atractivos turísticos com um potencial de desenvolvimento significativo, principalmente se associado a outros sectores económicos, como a agricultura, a cultura e o ambiente. Apenas a Feira detém actualmente um capital suficientemente mobilizador de fluxos turísticos, mas outros recursos/ produtos têm vindo a demonstrar uma expressão crescente, designadamente, a procura pelas visitas às oficinas de artesãos (Olaria e Figurado) e a passagem de um número significativo de peregrinos do Caminho de Santiago de Compostela.
- É possível identificar algumas lacunas em matéria de governança e articulação institucional, de dinâmica do tecido associativo e empresarial, bem como ao nível da presença em redes regionais, nacionais e internacionais (junto dos principais *players* do sector turístico), sendo de ressaltar o reconhecimento e valorização do trabalho efectuado pelos serviços municipais de turismo por parte dos empresários e agentes locais.
- Apesar de relativamente pontuais, algumas iniciativas de cooperação informal entre empresários (segmento enoturismo) podem indiciar uma crescente predisposição dos empresários para o trabalho em rede, o que poderá ser capitalizado e optimizado através de uma intervenção focalizada e eventualmente animada no âmbito de uma estrutura associativa que venha a ser criada.

Por último, a falta de animação (cultural, urbana, ...) e a desarticulação entre alguns serviços, nomeadamente, os localizados na cidade (horários de abertura, etc.), são apontadas pelos agentes locais como elementos inibidores de uma maior capacidade de fixação de turistas no concelho.

Em geral, existe um potencial para o desenvolvimento de produtos 'compósitos' que combinem recursos de natureza turística com recursos de natureza diversa, que deve ser explorado, olhando não apenas à situação actual e ao respectivo potencial de desenvolvimento futuro, mas essencialmente, olhando para o quadro mais abrangente da globalidade das opções estratégicas do município e das condições reais e/ ou possíveis, em matérias transversais, como a qualificação ambiental, urbana etc., de desenvolvimento eficaz desses mesmos recursos.

O esquema apresentado seguidamente pretende traduzir de forma sistemática aqueles que são reconhecidos na actualidade como os principais atractivos turísticos de Barcelos. Na fase seguinte dos trabalhos será necessário analisar quais as associações ou combinações com (i) maior capacidade de concretização, (ii), maior impacto na dinâmica turística local, (iii) maiores efeitos multiplicadores e indutores de desenvolvimento regional e de sectores transversais.

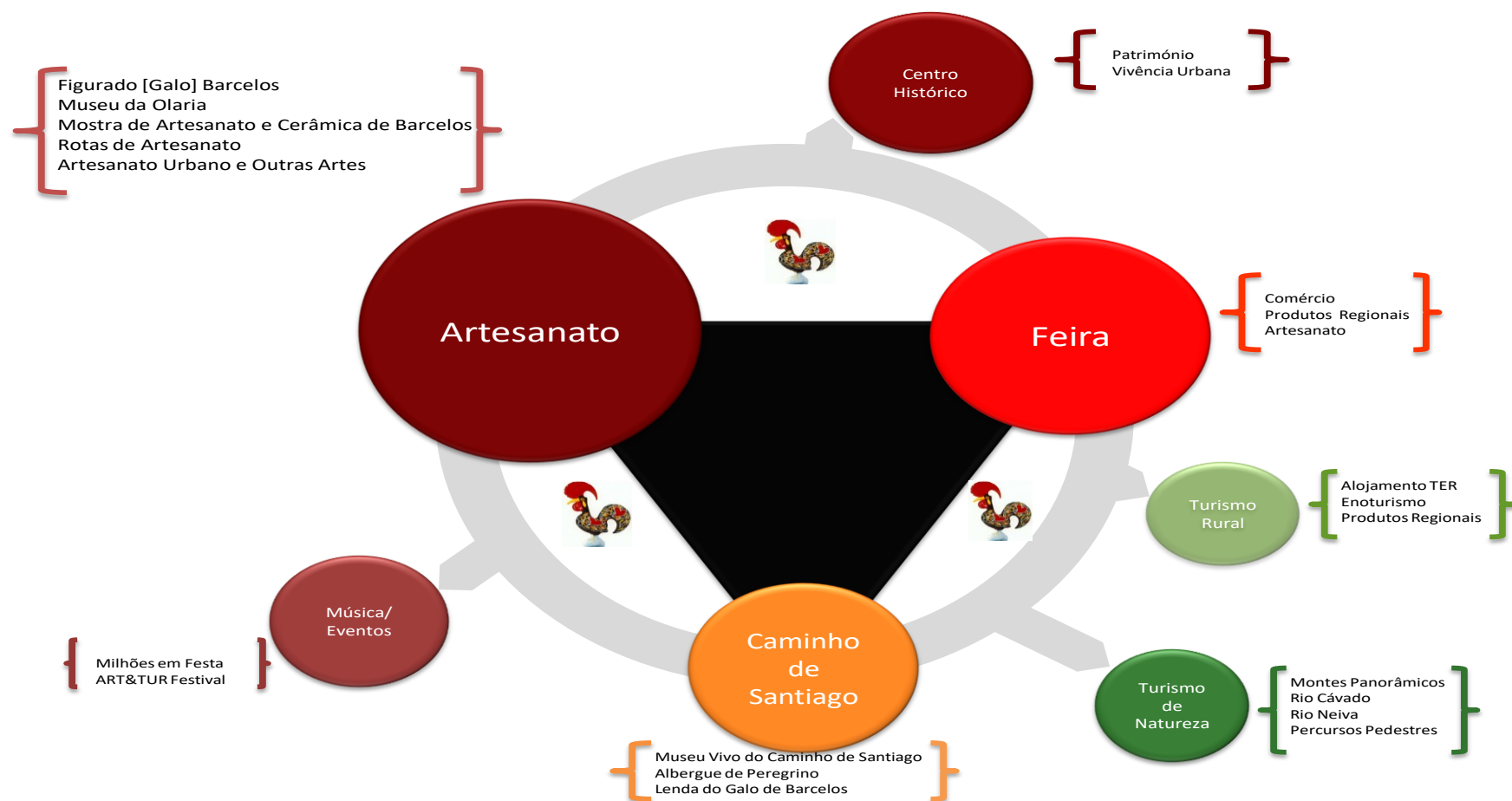


Figura 42: Atractivos turísticos de Barcelos

2.3.3 A INDÚSTRIA TRANSFORMADORA

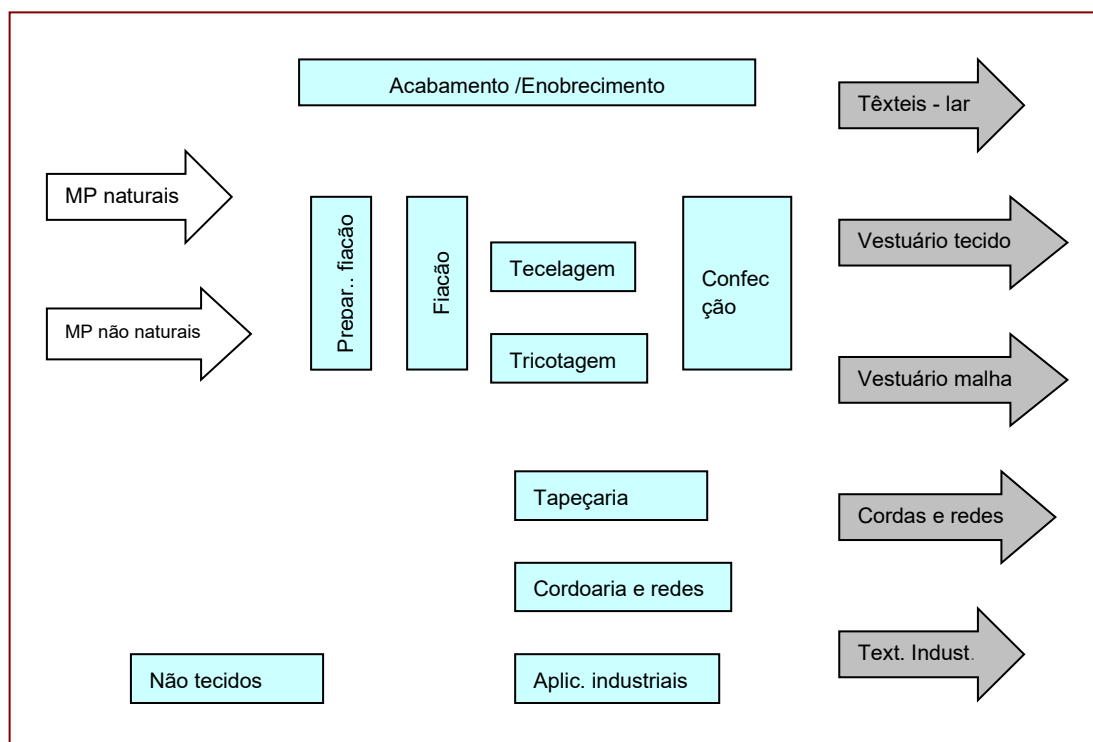
Nota preliminar

A caracterização geral atrás realizada fez emergir a forte relevância da indústria transformadora para a sustentação da base produtiva concelhia.

Este capítulo aprofunda essa conclusão, documentando-a com alguns números mais focados e preparando o que pode ser no futuro a estratégia concelhia quanto a esta realidade.

A relevância da fileira têxtil-vestuário no concelho é por demais conhecida e nessa medida o plano estratégico limita-se a vincar alguns aspectos que nos parecem mais pertinentes para fundamentar a estratégia proposta.

O esquema seguinte mantém a sua actualidade como elemento de representação da complexidade da fileira. É também conhecida a forte presença no concelho da componente das malhas, constituída essencialmente pela produção de tecidos de malha e de artigos confeccionados em malha (artigos produzidos com base em tecidos produzidos internamente), não esquecendo as empresas sem tricotagem em regra associadas à indústria do vestuário.



Fonte: "A Indústria Têxtil em Portugal", Coleção Estudos Sectoriais, nº6, INOFOR, Fevereiro 2000

A análise dos quocientes de localização reportados a 2006 e calculados em relação à realidade do Cávado, em comparação com os valores da região Norte, permite reconhecer o perfil de especialização do concelho neste tipo de actividades (ver tabela seguinte):

TABELA 29: QUOCIENTES DE LOCALIZAÇÃO PARA ALGUMAS ACTIVIDADES TÊXTEL – VESTUÁRIO - CALÇADO 2006

Ramos	Norte	Cávado	Barcelos
171.Preparação e Fiação de Fibras Têxteis	1,2	1,0	1,8
172.Tecelagem de Têxteis	2,3	1,0	0,9
173.Acabamento de Têxteis	0,5	1,0	2,3

Ramos	Norte	Cávado	Barcelos
174.Fabricação de Artigos Têxteis Confeccionados	2,9	1,0	1,6
175.Outras Indústrias Têxteis	1,1	1,0	2,6
176.Fabricação de Tecidos de Malha	0,3	1,0	2,4
177.Fabricação de Artigos de Malha	0,3	1,0	2,2
181.Confecção de Artigos de Vestuário em Couro	0,4	1,0	0,1
182.Confecção de Outros Artigos e Acessórios de Vestuário	0,6	1,0	1,9
192.Fabricação de Artigos de Viagem e de Uso Pessoal	0,6	1,0	0,0
193.Indústria do Calçado	3,8	1,0	3,0
Indústria Transformadora	1,0	1,0	1,4

As actividades de acabamento de têxteis, de outras indústrias têxteis, de fabricação de tecidos e de artigos de malha apresentam em relação ao Cávado e à região Norte um claro padrão de representatividade no concelho, confirmando o conhecido perfil de especialização.

Desenvolvimentos

A situação do sector no concelho reflecte em grande medida o que se observa a nível nacional. Num recente estudo sobre o sector, pode assim ler-se:

“Os sectores dos têxteis e vestuário têm sido sujeitos a choques significativos nas últimas duas décadas, essencialmente relacionados com a acrescida liberalização do comércio internacional. Neste contexto, Portugal tem sido identificado como um dos países da UE mais afectados. Uma análise agregada dos principais indicadores nas últimas duas décadas revela que a importância relativa destes sectores tem vindo a diminuir na economia portuguesa. Embora tenha ocorrido uma expansão do sector do vestuário até meados dos anos noventa, seguiu-se um forte declínio até ao presente. Pelo seu lado o sector dos têxteis apresentou um declínio progressivo desde os anos oitenta.” (João Amador e Luca David Opromolla, 2009, Boletim da Primavera do Banco de Portugal).

O mesmo estudo indica que o valor unitário de exportação tem vindo a ser superior ao valor unitário médio de importação nos mercados referidos para uma proporção crescente de produtos têxteis e de vestuário, correspondendo essencialmente essa tendência ao *upgrading* das vendas dos exportadores que permanecem no mercado e não à presença de novos exportadores.

Esta referência é relevante para compreender a mudança de perspectiva que o processo de ajustamento em curso implica. A história da industrialização em Barcelos e do primado das malhas aponta para a progressiva constituição de um sistema produtivo local com emergência de uma forte diversidade de perfis empresariais²¹, que integra as empresas comerciais sem produção própria, as empresas inseridas nas redes de subcontratação internacional, as empresas que se amoldam a um mercado interno enfraquecido, não esquecendo a rede de oferta de serviços e bens intermédios (tinturaria, malhagem, acabamentos) que ajuda à coerência de todo o sistema.

Simplemente, este sistema produtivo local está hoje submetido a um processo de ajustamento de grande complexidade, cuja componente externa de adaptação necessária às novas condições de concorrência internacional constitui o principal elemento com repercussão no território. A destruição de empresas e de emprego que tal processo de ajustamento está a implicar tende a minar a lógica de fileira e de sistema produtivo local, passando a determinar o primado do espaço organizacional da firma (empresa).

A emergência do primado do espaço organizacional da firma (empresa) resulta de um conjunto complexo de factores:

- As empresas buscam na medida das suas possibilidades de gestão e de capacidade de inovação progressos na cadeia de valor, com apostas diferenciadas em matérias de criação e

²¹ Ver neste sentido Maria Laura Lima Vieira (1999), “A organização do sistema produtivo da malha em Barcelos e a sua inserção internacional”, Revista da Faculdade de Letras, Geografia I, série volume XV/XVI, Porto, pp.181-197

design, criação de marcas, fidelização de clientes baseada em relações de confiança-preço, monitorização pormenorizada das tendências de moda e consumo;

- Modalidades de custos como os energéticos e a equidade inter-empresas no cumprimento de critérios ambientais emergem como novos factores de competitividade-custo aos quais as empresas tendem a atribuir importância crescente;
- Alteram-se as condições de recurso a serviços tecnológicos avançados (testes de qualidade e de experimentação laboratorial de matérias primas) exigindo o encurtamento de prazos de entrega desses serviços, contexto que tem determinado algumas empresas a internalizar serviços laboratoriais;
- Lenta mas sustentadamente, as empresas melhor sucedidas tendem a recrutar quadros superiores e intermédios mais qualificados, o que tem consequências positivas nas performances organizacionais, embora de progressão lenta;
- O regresso de alguns clientes atraídos pela qualidade da produção mas exigindo preços compatíveis com a nova concorrência internacional dos países emergentes (com especial relevo para a China) tende a exacerbar estas tendências.

Todos estes factores foram reconhecidos em contactos realizados com empresas do concelho bem sucedidas nos processos de ajustamento em curso, tendo referenciado com muita clareza a relevância dos factores organizacionais, sobretudo num contexto em que a padronização do desenvolvimento tecnológico leva as melhor sucedidas a utilizar os equipamentos mais modernos, transformando a modernização tecnológica de uma aspiração em realidade.

Como é óbvio, os factores de inércia associados a uma situação de baixos salários e mão-de-obra desqualificada que permaneceu activa no concelho durante largo tempo não podem deixar de se fazer sentir no processo de ajustamento em curso. Essa inércia contribui para a dualidade de experiências empresariais que o concelho hoje apresenta. As empresas melhor sucedidas na adaptação às novas condições de concorrência internacional evidenciam regra geral padrões de remunerações acima dos valores da contratação colectiva, sendo porém muito críticas sobre a qualidade da mão-de-obra à entrada da fábrica e sobre a escassez efectiva de algumas profissões no mercado local (a falta de costureiras é profusamente referenciada como um indicador expressivo desta realidade).

Em resumo, pode dizer-se que o processo de ajustamento em curso tende a enfraquecer a lógica de sistema produtivo local e a fazer emergir a relevância do espaço organizacional da empresa como factor decisivo da sustentabilidade da base industrial concelhia. Mas esta observação não implica que se perca de vista a eficiência colectiva do sistema produtivo local com a diversidade das suas relações internas. O concelho necessita urgentemente de criar valor em matéria de serviços avançados às empresas, combatendo designadamente o já referido **paradoxo da proximidade**, que resulta do facto do concelho estar próximo da generalidade das instituições de base tecnológica que oferecem serviços ao ramo das malhas e têxtil e vestuário em geral, todas elas implantadas em concelhos vizinhos (Braga, Guimarães e Vila Nova de Famalicão).

A relevância crescente que o espaço empresa ocupa nos modernos caminhos da competitividade em detrimento dos espaços da indústria e do sector encontram eco em literatura da especialidade que tende a evidenciar essa mudança de paradigma:

“It’s not industry or sector that’s important, it’s a firm’s capabilities. In other words, there are no ‘sunset industries’ condemned to disappear in high-wage economies, although there are certainly sunset and condemned strategies ...”

- Susanne Berger (2005), *How We Compete – what companies around the world are doing to make it in today’s global economy*, New York: Random House

Este importante estudo produzido por uma vasta equipa do MIT, embora desenvolvido em torno de experiências em países com salários relativamente elevados face à nossa própria experiência, anuncia algo de muito relevante para a preservação da cultura industrial em Barcelos.

É nesta lógica de interpretação que se justifica a aposta concelhia na criação do **DISTRICT TÊXTIL**. Essa aposta não é senão a tentativa de atrair e endogeneizar no concelho uma oferta potente de serviços empresariais privados que preencham os espaços vazios (em termos de sistema produtivo local) gerados pela relevância crescente do espaço organizacional das empresas melhor sucedidas. Essa aposta é indissociável de uma outra que consistirá em inscrever as questões organizacionais no centro da capacidade de prestação de serviços da ACIB às empresas locais. Isto não significa que a ACIB abdique do seu inestimável património em termos de formação profissional. O que se torna necessário, em nosso entender, é uma mudança de paradigma de intervenção da ACIB no concelho, colocando essa capacidade de formação ao serviço de um novo *portfolio* de serviços às empresas locais, no qual as questões organizacionais devem ser o principal referencial.

A dimensão destas apostas vai na linha de considerar como fundamental que o concelho de Barcelos preserve a sua cultura e atmosfera industriais, embora como é compreensível adaptadas ao novo contexto de agressividade concorrencial internacional. As bolsas de capacidade empresarial e de experiência industrial da mão-de-obra constituirão activos essenciais numa Europa precocemente desindustrializada, tanto mais relevantes quanto mais elas se inscrevem no âmbito da produção de bens transaccionáveis, que tenderão a adquirir na economia portuguesa uma relevância crucial.

No contexto de adaptação atrás referido, é provável que a indústria transformadora e sobretudo o núcleo têxtil -malhas venha a perder ainda algum emprego no futuro próximo. Essa perda poderá não significar necessariamente perda de relevância em termos de produto interno bruto concelhio, pois o ajustamento em curso poderá representar melhorias na cadeia de valor. O ambiente industrial existente poderá entretanto atrair outras empresas não situadas no ramo têxtil. O papel da ACIB neste contexto de atracção de empresas é também fulcral. A partilha de um ambiente industrial em que a mão-de-obra tem experiência de fábrica e dispõe de uma oferta de formação à medida das necessidades das empresas (veiculada pela ACIB) constitui um activo a explorar em matéria de localização empresarial.

2.3.4 A FEIRA DE BARCELOS

A feira semanal de Barcelos assume um papel de relevância, que deverá ser encarada numa tripla perspectiva:

- a da feira enquanto actividade económica, não tanto pela expressão em termos económicos da sua realização, mas sim pelo potencial de se vir a constituir como veículo de excelência para a promoção e comercialização de produtos locais certificados.
- a feira enquanto atractivo turístico, pelo simbolismo que encerra e pelo forte reconhecimento que obtém, quer junto de visitantes (nacionais, internacionais), quer junto de operadores turísticos e outros agentes do sector (cf. secção Barcelos visto pelos Guias Turísticos);
- a feira enquanto espaço urbano, nomeadamente atendendo às oportunidades e ameaças que pode promover: por um lado, como elemento diferenciador da 'paisagem urbana' e influenciador da imagem e da qualificação do espaço da cidade e da envolvente do centro histórico, e por outro lado, pelos constrangimentos resultantes dos fluxos/concentrações de tráfego e estacionamento quer em dias de feira, quer nos restantes dias da semana.

A auscultação realizada nos *workshops* confirma o reconhecimento da relevância da feira por parte dos diversos actores locais, que enfatizam contudo a necessidade de uma intervenção integrada que permita recuperar e renovar o 'conceito' da feira e promover a sua articulação com outros activos municipais. Essa é a abordagem adoptada neste Plano, como se verá adiante.

3. DINÂMICAS SOCIAIS, CULTURAIS & URBANAS

3.1. PROBLEMÁTICAS E TENDÊNCIAS SOCIAIS

3.1.1 IDENTIFICAÇÃO DE PROBLEMÁTICAS E TENDÊNCIAS E SUA EXPRESSÃO NO TERRITÓRIO

No âmbito deste sub-ponto temático, iremos dar conta das principais problemáticas e tendências em termos de coesão social espacializadas no contexto barcelense. Dentro da linha de abordagem seguida, consideramos que a inclusão e integração sociais são factores determinantes para a aferição da qualidade de vida das populações, pois de tal depende, em última análise, uma dinâmica mais forte de participação social e do exercício da cidadania activa. Claro que este domínio de análise se situa no (re)posicionamento das pessoas nas dinâmicas de exclusão social expressas nos seus modos de vida e na sua consequente alocação no tecido cultural, produtivo e económico, sendo ainda objecto de transcrição territorial. Gostaríamos de referir a título introdutório que este é um domínio de análise complexo, pois são também complexas as formas e vivências face à exclusão e consequentemente, face à inclusão social. Assim, podem desenhar-se no terreno todo um conjunto de vivências diferenciadas dentro de um *continuum*, a saber: as relações das pessoas com um determinado sistema social podem ser fortes, fracas ou encontrarem-se estado de ruptura, pois as pessoas podem estar excluídas em relação a alguns sistemas e não em relação a outros. Na análise e na intervenção face ao combate à exclusão subsistem diversos factores que podem ser de natureza material e que se relacionam com a falta de recursos económicos (vivenciada na incapacidade de usufruto de uma casa própria, por exemplo), os factores de natureza social que implicam a inexistência de recursos sociais, aumentando a auto e hetero estigmatização e ocasionando situações de solidão (sendo de assinalar por exemplo, a solidão e o abandono que são objecto muitas vezes os idosos), os factores legais que implicam a vivência em condições de marginalidade face à lei (o estatuto de ilegalidade dos imigrante é bem ilustrativo a este respeito), os factores de ordem cultural que ocasionam um ruptura simbólica assinalável (aqui a importância da exclusão dos imigrantes portadores de origens étnico-culturais diferentes, ou ainda, os apelidados factores patológicos e de comportamentos auto-destrutivos onde se desdobram diferentes rupturas com os domínios da sociabilidade, da saúde, da habitação, da economia, ...

Uma visão de conjunto: a inserção de Barcelos nos “territórios industriais com forte desqualificação”²². No desenho das problemáticas e tendências relativas a este domínio na sociedade barcelense, importa recorrer ao esboço de um perfil tripartido de indicadores para a análise das situações territoriais de pobreza e de exclusão social, sistematizados no Quadro de Bordo Estatístico²³ que sustenta este Relatório²⁴: os indicadores de desafiliação²⁵, os indicadores da desqualificação social objectiva²⁶ e os indicadores de privação económica²⁷. Dentro deste olhar, poderemos considerar que Barcelos se situa dentro dos chamados “territórios industriais com forte

²² Para além da validação desta qualificação por parte do Estudo de Referência que estamos a seguir, o conjunto de indicadores de suporte ao Quadro de Bordo Estatístico deste Plano Estratégico também seguem a mesma tendência.

²³ Cfr. Quadro de Bordo Estatístico de Barcelos.

²⁴ Com base no Estudo de Referência do Instituto de Segurança Social/Geoideia, Tipificação das Situações de Exclusão em Portugal Continental, Lisboa, Instituto de Segurança Social, 2005.

²⁵ No conjunto dos indicadores de desafiliação, incluem-se: a institucionalização (taxa de pessoas institucionalizadas e taxa de cobertura equipamentos de apoio a idosos), as estruturas familiares (número de idosos em famílias de 1 pessoa, número de famílias mono parentais, o número de famílias de avós com netos e o número de crianças em amas e creches), a criminalidade (taxa de criminalidade) e a imigração (percentagem de estrangeiros na população residente).

²⁶ No agregado de indicadores da desqualificação social objectiva, englobam-se: os níveis de escolarização (população com escolaridade menor ou igual à obrigatória, a taxa de analfabetismo, a saída antecipada do sistema escolar e o abandono escolar precoce), a estrutura de emprego/desemprego (número de desempregados de longa duração, a taxa de desemprego e a população com profissões desqualificadas), as condições de habitação (pessoas residentes em alojamentos não clássicos, o número de alojamentos sobrelotados) e os handicaps pessoais (a população com deficiência e a população infectada com HIV).

²⁷ No referente aos indicadores da privação económica, incluem-se os rendimentos, o IRS per capita, a percentagem do poder de compra, o número de beneficiários do RMG, o valor médio das pensões, o peso de pensionistas face à população residente, e as famílias numerosas.

desqualificação”²⁸, indiciando que este território apresenta uma relativa vitalidade demográfica no quadro da Região Norte e do Cávado. Detalhando, tal como no Norte e no Cávado, Barcelos apresenta uma maior variação populacional entre 1991 e 2001 face a 2001 e 2008. Se considerarmos a população residente segundo grupos etários, e comparando os dados de 2001 com os de 2008, verifica-se uma tendência para um duplo envelhecimento (diminuição da população dos grupos etários mais jovens e aumento da população mais idosa). Assim, Barcelos apresenta valores muito próximos dos apresentados pela Região Norte e pelo Cávado. No entanto, juntamente com Vila Verde e Esposende, Barcelos apresenta, em 2008, um dos valores mais elevados no que se refere à população entre os 15 e os 24 anos. Da mesma forma, importa relevar o índice de envelhecimento, pois existe uma tendência para um progressivo aumento (o valor quase duplica de 1991 para 2008), tendência semelhante à dos restantes concelhos e à das regiões consideradas (Norte e Cávado). Mais uma vez, Barcelos destaca-se, juntamente com Braga, Guimarães e Vila Nova de Famalicão, por ainda assim apresentar valores mais baixos, bastante distantes até daqueles que caracterizam a Região Norte.

Barcelos, ao incluir-se nos “territórios industriais com forte desqualificação”, apresenta em termos de estruturas familiares e se considerarmos a dimensão média das famílias clássicas (2001), um dos valores mais elevados no contexto do Cávado, a par com Esposende. No tocante à proporção de famílias clássicas unipessoais (1991 e 2001), juntamente com Guimarães, Barcelos apresenta os valores mais baixos e relativamente distantes dos restantes concelhos, Região Norte e Cávado. Paralelamente, a base industrial ainda continua a ser importante designadamente pelo maior peso de emprego industrial entre todos os tipos. A grande maioria da população vive em centros com menos de 5000 habitantes com níveis de infra-estruturação deficiente, nomeadamente em termos de saneamento básico e de acesso à Internet. Também assume importância neste campo, a análise da própria evolução do IRS *per capita*, demonstrando a subalternidade de Barcelos face a Braga, Guimarães, Famalicão ou Póvoa de Varzim. Se aquilatarmos o poder de compra *per capita*, também é possível identificar uma tendência geral para aumento, porém Barcelos apresenta valores mais baixos, estando mesmo aquém dos apresentados pela Região Norte e pelo Cávado.

TABELA 30: IRS PER CAPITA (EUROS)

	1995	2006
Barcelos	91,6	156,00
Braga	152,7	246,90
Esposende	60,3	188,20
Vila Verde	28,8	92,70
Guimarães	135,2	139,30
Vila Nova de Famalicão	125,4	223,20
Póvoa de Varzim	198,8	198,70
Ponte de Lima	39,6	86,30
Viana do Castelo	56,6	124,00

Fonte: INE, Estudo do Poder de Compra Concelhio

Ao inserirmos Barcelos dentro dos “territórios industriais com forte desqualificação”, importa ainda demonstrar a vitalidade da “sociedade -providência” barcelense, pois muitas das respostas sociais ainda emergem dela, designadamente no tocante à ajuda a situações de emergência social, à guarda de criança e ao acompanhamento de idosos. Este quadro de indicadores é acompanhado em Barcelos por um *deficit* institucional, isto é, a capacidade de respostas das instituições é deficitária, designadamente no que toca às chamadas respostas atípicas (imigrantes, dependências, deficiência, apoio domiciliário e de proximidade aos idosos). Se considerarmos o saldo migratório/ taxa de atracção repulsão (2000 a 2008), assumem particular destaque Barcelos e Guimarães, pois são os únicos concelhos a apresentar valores negativos para os dois indicadores aqui considerados. Mas isso não obsta a que ao longo da última década, Barcelos tenha vindo a aumentar a sua população

²⁸ Para além da validação desta qualificação por parte do Estudo de Referência que estamos a seguir, o conjunto de indicadores de suporte ao Quadro de Bordo Estatístico deste Plano Estratégico também seguem a mesma tendência.

flutuante (sem abrigo, imigrantes), com forte visibilidade no centro urbano. No caso da população imigrante, existem fundamentalmente representados imigrantes brasileiros, ucranianos e romenos. Para além de muitos destes últimos se dedicarem à mendicância, acresce que alguns dos imigrantes brasileiros se têm visto envolvidos em problemas com jovens, pois estão associados à constituição de alguns *gangs* juvenis. Concomitantemente, também emerge como uma necessidade inelutável, a qualificação técnica das IPSS's e ONG's do concelho.

Deste modo, e no âmbito de uma leitura geral do ponto de vista da coesão e do desenvolvimento social, Barcelos assume-me numa encruzilhada entre o urbano e o rural, que ditará muitas das suas modalidades de vivência face à inclusão social e à qualidade de vida, sendo consentâneas com os impactos dos contrastes urbanos e as desigualdades tradicionais típicas do meio rural.

Um panorama satisfatório de respostas sociais mas confrontado com imperativos de mudança.

Tal como referimos, as debilidades institucionais de suporte social passam menos pela inexistência de uma cobertura local de serviços e equipamentos do que pela necessidade de respostas atípicas. Assim, e se considerarmos os equipamentos de Segurança Social por tipologia (2009) no Cávado, podemos observar que todos os concelhos apresentam valores reduzidos no que concerne aos centros de convívio e aos lares de crianças e jovens. No entanto, e considerando o universo total de equipamentos por concelho, Braga, Guimarães, Vila Nova de Famalicão, Viana do Castelo e Barcelos, são os concelhos que apresentam os valores mais elevados nesse cômputo regional, o que nos leva a considerar que Barcelos tem uma condição regional satisfatória no tocante à distribuição de equipamentos e respostas sociais (designadamente, apoio domiciliário, centros de dia, lares).

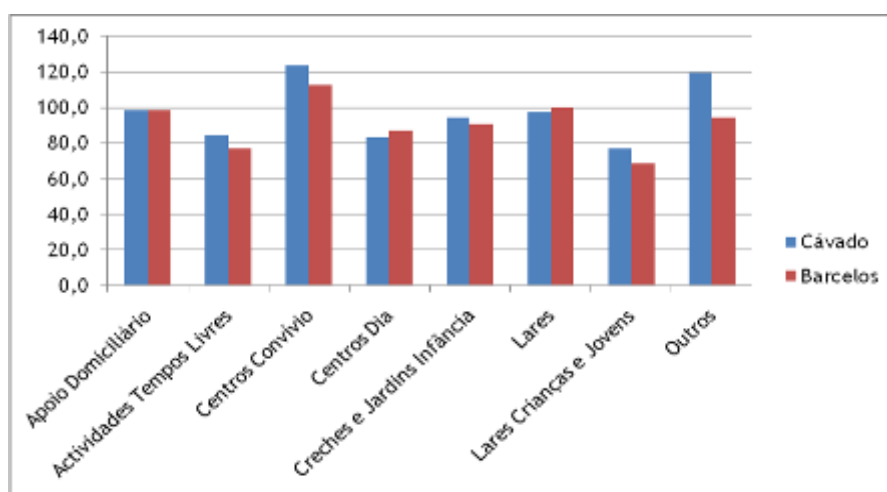


Figura 43: Taxa de ocupação dos equipamentos da Segurança Social, por tipologia, em Barcelos e no Cávado em 2009 (%)

Fonte: Marktest- BD Sales Index; MTSS-DGEEP.

Aliás, o investimento funcional e organizativo em termos de respostas sociais tem caracterizado a acção dos diversos agentes locais em presença. Aqui, assumem importância, a título ilustrativo, algumas iniciativas do tecido institucional local (por exemplo, o Centro Social Paroquial de Gilmonde) de ligação com as escolas, assegurando, por exemplo, o prolongamento de horário do jardim-de-infância público e a efectuação do serviço de refeições na escola primária. Também o Centro Social Abel Varzim tem promovido uma iniciativa importante, a "Feirinha de Verão", promovendo a venda de artigos no quadro de uma economia solidária ou mesmo implantando uma espécie de "lavandaria solidária", facilitando a distribuição de correio (Cristelo, Paradela e Faria), etc. A Associação Cultural, Educacional e de Formação também tem proporcionado vários serviços de apoio à comunidade local, designadamente, o Centro de Apoio ao Estudo, destinado a todas as crianças e jovens estudantes das mais diversas áreas e níveis de ensino, a prestação de serviços técnicos (fiscais e sociais) à população, e ainda, a informação e apoio ao turismo na freguesia onde se situa. O Centro de Bem-Estar Social de Barqueiros tem desenvolvido uma actividade de cozinha, que para além de confeccionar as refeições para todas as valências existentes no Centro, confecciona e serve também refeições para outras instituições e escolas primárias do concelho. Não podemos deixar de relevar o Projecto Centro de Recursos e Envolvimento Social (CRES) de Arcozelo - Contrato Local de

Desenvolvimento Social orientado para quatro áreas de intervenção fundamentais: emprego, formação e qualificação; intervenção familiar e parental; capacitação da comunidade e das instituições; e informação e acessibilidade.

A crescente complexidade da coesão social e o seu necessário olhar plural têm vindo a salientar a importância de alguns projectos transversais e de recorte inovador incluídos no Plano Operacional da Rede Social de Barcelos 2011²⁹, nomeadamente, a criação da Universidade Sénior de Barcelos, a participação do município de Barcelos no Projecto CIDADES, a adesão à Rede Portuguesa das Cidades Saudáveis, a aprovação do Projecto PLPA- Programa Local de Promoção de Acessibilidades – candidatura ao Programa RAMPA, o projecto "Cavado Prospectivo" ou o projecto "Barcelos Plural" – candidatura ao eixo 7.2, do POPH, no domínio da igualdade de oportunidades, a promoção de uma cidadania activa e justa passa pelo respeito dos direitos e deveres, sem recurso ao critério de género.

Uma realidade social e vivencial em mudança e a coexistência de “novos” e “velhos” problemas de coesão social. Em termos de comportamentos desviantes, assiste-se no concelho a uma continuidade e reforço de problemas ligados ao alcoolismo que se estendem para a população juvenil. No concelho, assim como nos concelhos circundantes, existe uma prática reiterada de consumo de álcool enquanto valor de pertença e de enraizamento estrutural à comunidade e como tal os consumos são naturalizados e transmitidos inter-geracionalmente. A questão que se coloca no caso do consumo adicto de álcool prende-se fundamentalmente com a sua legitimação sociocultural, no entanto, tal não poderá descurar as implicações múltiplas em termos de desintegração social de tal consumo, tais como, violência doméstica, insucesso escolar, desestruturação familiar, negligência e abuso infantil, problemas orgânicos associados ao álcool. Toda esta multiplicidade adquire maior visibilidade e contornos mais problemáticos junto das camadas mais baixas da população, pois esta adição multiplica muitas vezes, outras fragilidades de índole económica e social³⁰. Também é de destacar o consumo de drogas ilícitas – prevalência de consumo de heroína (sobre as outras substâncias), pois o número de utentes inscritos no CRI de Braga residentes neste concelho representa 25% do total de heroinómanos³¹. Também se tem assistido à consolidação de algumas trajectórias de toxic dependência entre os jovens (até aos 30 anos). Estas situações são particularmente importantes para as populações que se apresentam sem competências escolares, profissionais e pessoais e existem muitos jovens que se encontram dentro deste grupo de risco.

Os dados apontam para um acréscimo do número de desempregados no concelho. Esta tendência evolutiva é por si só um importante indicador de agravamento das condições de coesão social, designadamente numa sociedade em que se atribui valor supremo ao trabalho em termos de sucesso pessoal e social. No âmbito da vivência escolar, não poderemos deixar de apontar alguns problemas relacionados com as dificuldades na aprendizagem; problemas emocionais e comportamentais; casos de natureza psicossocial; desajustamentos ao nível familiar e perturbações na primeira e segunda infância. Estas problemáticas derivam de todo um conjunto de reestruturações familiares em curso, a saber, a existência de famílias com baixos recursos socioeconómicos, de famílias monoparentais, de famílias objecto de desemprego, de alguns deficits nas funções parentais, de práticas reiteradas de alcoolismo e de violência doméstica. Enfim, processos de reestruturação familiar derivados de novos contextos de vulnerabilidade e sua justaposição com comportamentos tradicionais de exclusão e de pobreza. Assim, será importante evidenciar neste quadro de tendências, aliás partilhado em outros domínios temáticos deste Relatório, a presença de categorias sociais particularmente vulneráveis à pobreza e à exclusão, designadamente grupos com “*handicap*” específico (pessoas com deficiência e imigrantes), os grupos “desqualificados” onde se inserem os desempregados de longa duração, os trabalhadores com qualificações baixas ou qualificações obsoletas, os idosos, as famílias monoparentais e os grupos à margem, onde se inserem as pessoas sem-abrigo, os toxic dependentes e ex-toxic dependentes, os jovens em risco.

As carências habitacionais, não obstante o Programa de Apoio ao Pagamento de Renda, são inúmeras, designadamente em Arcozelo (Bairro do IHRU) e nas zonas mais rurais. Existem no contexto concelhio, algumas zonas que congregam um vasto conjunto de problemas sociais e que tendem a guetizar-se, designadamente em Arcozelo (como já referimos) pelo acumular de

29 Cfr. Rede Social de Barcelos. Plano Operacional Referencial 2011, Março de 2011.

30 IDT (2009) - Territórios Prioritários de Barcelos. Diagnóstico Plano Operacional de Respostas Integradas (PORI) BARCELOS. Relatório Final – FASE 4 PORI. Porto: IDT.

31 Cfr. Idem, Ibidem.

dificuldades habitacionais, de população imigrante, de problemas de violência doméstica e de comportamentos de risco. Também as zonas de Santo Estêvão e de S. João se apresentam como crescentemente pobres e envelhecidas. A acrescentar, merecem também atenção Minhotães e Grimancelos, Fragoso e Palme e Planque (sendo já visíveis nestas duas últimas alguns problemas de delinquência juvenil). Porventura, estamos perante uma maior agudização das diferenciações e polarizações entre um centro urbano e uma auréola periférica e um grande grupo de freguesias marcadas por uma ainda intensa ruralidade.

No quadro societal em que nos situamos temos vindo a assistir a um aumento generalizado da dependência das populações face às prestações sociais e essa é uma característica que não diferencia Barcelos dos demais concelhos. Se avaliarmos o número de pensionistas (do regime geral da Segurança Social) por tipologia (2008), podemos concluir que os valores de todos os concelhos se distribuem de forma semelhante pela tipologia, pela mesma ordem de importância – pensão de velhice, sobrevivência e invalidez. Uma questão importante relativa à vulnerabilidade e dependência da população às prestações sociais e consequentemente denunciadora das suas fragilidades sociais, concretiza-se na variação relativa do número de beneficiários de subsídios de desemprego (2003-2008), na medida em que se esboça uma tendência para uma variação negativa, ainda que reduzida, em todos os concelhos, bem como na região Norte e no Cávado. As exceções são Barcelos, Vila Verde, Guimarães e Póvoa de Varzim, que apresentam valores positivos, sendo o de Barcelos bastante elevado. Em todos os concelhos, bem como na região Norte e no Cávado, os beneficiários são maioritariamente mulheres. No entanto, destacam-se 4 concelhos onde a percentagem de beneficiários do sexo masculino é maior do que nos restantes – Póvoa de Varzim, Guimarães, Vila Nova de Famalicão e Barcelos. Também, de uma forma geral, os escalões etários em que o número de beneficiários do subsídio de desemprego é maior são os 30-39, 40-49 e 55 ou mais anos, sendo as diferenças entre os concelhos pouco expressivas. Ainda assim, é de realçar o facto de Guimarães, Vila Nova de Famalicão e Barcelos apresentarem percentagens mais elevadas (até mesmo maiores do que as da região Norte e do Cávado) no escalão dos 55 ou mais anos.

TABELA 31: PENSIONISTAS (DO REGIME GERAL DA SEGURANÇA SOCIAL) POR TIPOLOGIA, EM 2008 (%)

	Cávado	Barcelos	Braga	Esposende	Guimarães
Invalidez	14,6	15,7	14,4	13,1	12,0
Velhice	61,7	60,0	62,4	61,4	64,2
Sobrevivência	23,7	24,3	23,2	25,4	23,8

Fonte: INE, Anuário Estatístico da Região Norte 2008; Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social, Instituto de Informática

TABELA 32: BENEFICIÁRIOS DO SUBSÍDIO DE DESEMPREGO, SEGUNDO O SEXO E A IDADE, EM 2008 (%)

	Cávado	Barcelos	Braga	Esposende	Guimarães
Homens	46,3	47,6	46,2	42,8	48,7
< 25 anos	47,1	43,9	47,5	44,7	46,6
25-39 anos	19,7	16,7	21,7	13,9	19,0
40-54 anos	21,5	24,1	21,2	24,2	24,4
>= 55 anos	11,6	15,4	9,6	17,2	10,0

Fonte: INE, Anuário Estatístico da Região Norte 2008; Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social, Instituto de Informática

A crescente dependência das prestações sociais por parte da população de Barcelos assume-se como relevante, não só no tocante às prestações de velhice e de doença, mas também ao crescente volume de recurso à Segurança Social e à autarquia para ajudas temporárias e ao crescimento exponencial, o maior em todo o Cávado, do Rendimento Social de Inserção. Tal denota uma população vulnerável económica e socialmente e fragilizada do ponto de vista da autonomia de iniciativa e bastante vulnerável ao assistencialismo. Através da análise dos indicadores disponíveis, e no tocante ao RSI, existe uma tendência geral para o seu aumento, com a excepção apenas de Vila Verde. Barcelos apresenta um valor bastante próximo dos de Vila Nova de Famalicão e do Cávado.

Em todos os concelhos, bem como na região Norte e no Cávado, os beneficiários do RSI são maioritariamente mulheres. Contudo, em alguns concelhos verifica-se uma maior proximidade entre os valores do sexo feminino e os do sexo masculino, como é o caso de Guimarães, Barcelos e Vila Nova de Famalicão. De uma forma geral (incluem-se aqui os valores da região Norte e do Cávado), os escalões etários em que o número de beneficiários do RSI são <25 anos e 40-54 anos, sendo as diferenças entre os concelhos pouco expressivas. Ainda assim, é possível afirmar que o perfil de Barcelos se aproxima sobretudo do da Póvoa de Varzim e de Viana do Castelo.

TABELA 33: VARIAÇÃO RELATIVA DO N.º DE BENEFICIÁRIOS DO RENDIMENTO SOCIAL DE INSERÇÃO (2005/2008) VARIAÇÃO RELATIVA DO TOTAL DE BENEFICIÁRIOS DE PRESTAÇÕES FAMILIARES DA SEGURANÇA SOCIAL (2004/2008)

Indicador	Cávado	Barcelos	Braga	Esposende	Guimarães
Variação relativa do nº de Beneficiários do rendimento social de inserção (2005/2008)	72,0	77,9	100,4	20,5	53,2
Variação relativa do Total de Beneficiários de Prestações Familiares da Segurança Social (2004/2008)	57,0	58,4	59,2	58,9	57,2

Fonte: Marktest- BD Sales Index; IGFSS; INE.

Em termos de acesso e recursos face à saúde, dimensão fundamental de qualidade de vida e de bem-estar, Barcelos posiciona-se num patamar de debilidade relativa no concernente à oferta de serviços “clássicos” de saúde. Assim, e se analisarmos os centros de saúde e suas extensões (2007), considerando aqui o número de centros de saúde e o pessoal ao serviço nos mesmos, verificamos que os valores de Barcelos em muito se assemelham aos apresentados por Vila Nova de Famalicão, constituindo estes dois concelhos, juntamente com Braga e Guimarães, aqueles que apresentam os valores mais elevados e que, por isso, mais contribuem para os valores totais apresentados pelo Cávado. O número de enfermeiros por 1000 habitantes (2008) situa-se abaixo do da Região Norte e do Cávado. Aliás, juntamente com Esposende, Vila Verde e Vila Nova de Famalicão, Barcelos apresenta dos valores mais baixos. Paralelamente, também o quantitativo de médicos por 1000 habitantes (2008) apresenta um montante abaixo dos da Região Norte e do Cávado. Outrossim, juntamente com Esposende, Vila Verde, Vila Nova de Famalicão e Ponte de Lima, Barcelos apresenta dos valores mais baixos, o mesmo acontecendo com o número de consultas por habitante (2007) que está ligeiramente abaixo dos números da Região Norte e do Cávado. Tendo em conta que Barcelos tem o mesmo número de hospitais que Braga, verifica-se uma grande discrepância no que concerne ao pessoal ao serviço nos mesmos, sendo os valores de Barcelos bem menores que os de Braga.

É importante destacar ao nível da oferta e acessibilidade aos cuidados de saúde, a necessidade de um incremento de respostas diferenciadoras ou, como se denominam em termos sociais, de “atípicas”, colmatando lacunas ao nível do alcoolismo, dos cuidados alimentares e das dependências de drogas ilícitas. Não obstante, no âmbito da qualidade de vida e da promoção da saúde, têm sido levadas a cabo algumas iniciativas importantes. Não podemos deixar de salientar o Programa de Luta Contra a SIDA 2010 implementado pela Casa da Juventude no âmbito do seu projecto de educação para a saúde: “Agarra-te à Vida”, pois envolve escolas, jovens e suas famílias, associações, grupos de jovens, juntas de freguesia, Comissões Sociais Inter-Freguesias, IPSS através de sessões educativas, da distribuição de materiais, da constituição de um cordão humano, da montagem de ateliers e da concretização de uma exposição. Esta iniciativa desenvolve-se dentro do Gabinete de Educação para a Saúde que centra as suas intervenções nas áreas do planeamento familiar, da ginecologia, da psicologia e da educação alimentar. Trata-se de uma iniciativa do Município em parceria com o Centro de Saúde de Barcelos, nas áreas de medicina e enfermagem. Fazem-se sentir, no concelho, todo um conjunto de problemas de saúde e de bem-estar relacionados com o advento de novos estilos e modos de vida. Aqui, assumem particular relevo a obesidade, as doenças cardiovasculares, a hipertensão, a diabetes e a dislipidémias, sendo ainda de destacar os crescentes esforços de intervenção nestes domínios.

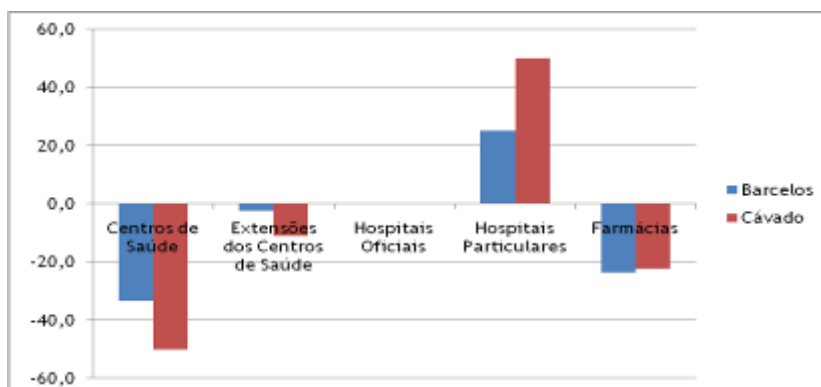


Figura 44: Variação relativa de centros de saúde, extensões dos centros de saúde, hospitais oficiais e farmácias em Barcelos e no Cávado em 2000/2007 (%)

Fonte: INE, Estatísticas da Saúde.

3.1.2 POLÍTICAS, INSTRUMENTOS E PROJECTOS EM CURSO DE INICIATIVA PÚBLICA

Existem, no quadro de acção do município de Barcelos, algumas iniciativas de pendor inovador ou reactivadas em prol da coesão social. No primeiro caso, podemos situar todo um conjunto de iniciativas que se prendem com a inovação social, o empreendedorismo e a economia solidária. A este respeito, será de destacar a parceria elaborada com a Santa Casa de Misericórdia de Barcelos tendo em vista a promoção de um contacto intergeracional (Iniciativa Avós e Netos e Dois Sorrisos Por um Avô). Também a criação no âmbito da Misericórdia de uma empresa de inserção ligada à criação do galo e ao “arroz pica no chão” tem sido uma demonstração da importância das múltiplas vidas de qualificação e inserção social ligadas à inovação social e economia social. Este projecto pretende estender-se à broa de milho, através da recuperação e reabilitação de moinhos abandonados.

A estes projectos pretendem juntar-se outros que envolvam parcerias público privadas e com o terceiro sector. A inovação social é entendida como um processo de transformação nos padrões de resposta a necessidades sociais profundas, através da ruptura com as normas vigentes, com os valores instituídos e com a estrutura da distribuição de poder e recursos. Isto é, a inovação surge como uma iniciativa que escapa à ordem estabelecida, implicando, pois, uma mudança clara, criativa e significativa, na forma como uma sociedade lida com um determinado problema social complexo, anteriormente sem respostas contundentes, como a pobreza, a violência ou a deterioração ambiental. O enfoque está sobretudo no âmbito dos processos - inclusão, capacitação e cooperação, uma vez que a própria proposta de mudança social, objectivo último desta articulação de estratégias, se situa a nível processual. Assim, o concelho de Barcelos assume um enorme potencial ao nível do terceiro sector, pois se pensarmos no artesanato, na agro-indústria³² e no turismo, as potencialidades do concelho e seus recursos são imensas.

A existência de duas instituições de saúde mental no concelho (a Casa de Saúde S. João de Deus e a Casa de Saúde S. José) é de enorme importância, pois têm imenso potencial (e reconhecido nacionalmente) na área da psiquiatria, bem como, a Escola Casa Agrícola Vale do Neiva com capacidade de 80 dormidas, poderão ser espaços fundamentais de intervenção e de reconversão em termos de economia social. É exposta ainda a importância em promover um centro de respostas múltiplas ao alcoolismo, que conjugue os esforços articulados do Hospital e do Centro de Saúde. A perspectiva de intervenção deverá ser integrada, isto é, promover consultas, tratamentos, reinserção, grupos de auto-ajuda e integração na vida activa.

³² A este respeito refira-se que o Centro de Gestão Agrícola de Barcelos e a Agrobio – Associação Portuguesa de Agricultura Biológica, assinaram um protocolo de colaboração que vai permitir informar e dar apoio técnico aos agricultores interessados em aderir ao modo de produção biológica.

Estas teias de relações constituem-se como estruturas dinâmicas de capital relacional que podem organizar-se por critérios geográficos – quer a nível local, caracterizado pela proximidade, tanto a nível interpessoal como interinstitucional (*bonding* capital), pela partilha de noções de identidade e pertença, quer a nível a regional/nacional (*bridging* capital), valorizando a cooperação entre comunidades. Assim, é também intenção da autarquia e no quadro da CIM, constituir um “grande observatório social” que seja uma plataforma de conhecimento e bateria de intervenções no quadro da inovação social. Esta intenção ainda não se concretizou, mas a dinamização das Plataformas Inter-concelhias da Rede Social poderá constituir uma boa oportunidade de concretização. Esta intenção mostra bem a necessidade de ampliar e aprofundar o conhecimento e monitorização do concelho em termos de dinâmicas e vivências sociais e de qualidade de vida. Dentro desta linha de intervenção e de programação, perspectiva-se a concretização do Cávado Prospectivo que se destina à elaboração de uma Carta Social Inter-municipal ao abrigo do ON, à concretização de respostas atípicas, à qualificação das IPSS e à implementação de um projecto educativo transversal.

Embora a acção social ou serviços sociais sejam os domínios mais difundidos e a sociedade civil o agente mais reconhecido, as práticas de inovação social abrangem vários domínios da sociedade desde a economia à política, da tecnologia à saúde. Assim, e no quadro da saúde pública, em colaboração estreita com o Centro de Saúde, mas também com o tecido escolar do concelho, estão em cena algumas iniciativas ligadas à prevenção de doenças cardiovasculares, diabetes e à sensibilização para modos de vida saudáveis no que concerne em particular aos hábitos alimentares.

Neste momento, surgem como oportunidades de intervenção tendo na base processos de inovação social em Barcelos, o aumento da esperança média de vida, que exige reformas nos sistemas de segurança social, no planeamento da habitação adequada aos diferentes tipos de família, nas formas de evitar o isolamento dos cidadãos seniores, designadamente nas zonas mais isoladas e rurais. O crescente contexto de crise económica impõe novas formas de planeamento das redes e sistemas de transporte, de consumo de energia, de habitação e estas poderão ser também importantes oportunidades de intervenção em prol da qualidade de vida. Também a crescente diversidade cultural por via de um crescendo de imigrantes no concelho poderá ser uma aposta fundamental. Aliás, a agudização e alargamento das desigualdades sociais, que exige uma maior atenção aos processos de exclusão social, designadamente pelo combate ao desemprego, poderá potenciar os imensos recursos de uma agricultura biológica e agro-pecuária fortemente presentes no concelho.

Retomando algumas iniciativas reactivadas em prol da coesão social no concelho, e se nos centrarmos no *bonding* capital, isto é, no critério geográfico de proximidade que, a nível local, permite a criação de redes de relações âncora, no seio das quais se partilham noções de identidade e pertença, assume particular relevância a recente reactivação da Rede Social Local, designadamente por uma aposta nas estruturas e mecanismos de comunicação da Rede com as instituições, agentes e população e pela crescente sedimentação de Comissões Sociais Intra-Freguesias (nível mais territorializado e profundo de implantação e resolução de problemas à escala local). Esta questão é tão mais importante se considerarmos que o concelho é composto por 89 freguesias, sendo de facto necessário activar a uma escala de concertação inter-freguesias a acção social. Esta reactivação da Rede Social por uma maior aposta nas estruturas de comunicação e apetrechamento técnico (existência efectiva de uma técnica da Rede no quadro da autarquia) terá de ser acompanhada por um reforço da capacitação de agentes locais (juntas de freguesia, personalidades relevantes, tecido escolar) em prol da intervenção em rede.

Ainda no quadro da reactivação da Rede Social, é importante salientar a constituição de catorze Comissões Sociais Inter-Freguesias, das quais onze já possuem Planos de Acção Específicos. Aliás, no panorama de intervenção em prol da coesão e do desenvolvimento social do concelho, perspectiva-se, no âmbito da Rede Social, a concepção de um Plano de Desenvolvimento Social para o concelho até 2015. O primeiro eixo de aposta deste Plano assenta no reforço do emprego, na sedimentação de uma cultura de formação e de qualificação, qualificando os activos, redefinindo novas oportunidades de negócio, proporcionando o empreendedorismo social. O segundo eixo destina-se à animação da estrutura local da parceria da Rede Social, imprimindo uma valorização positiva das parcerias e accionando estratégias inovadoras e “informais” de empenhamento social. O terceiro situa-se directamente no combate à pobreza e à exclusão, colmatando fenómenos de pobreza emergente e travando processos de pobreza resistente numa lógica integrada, informada e pertinente.

Também o Centro de Recursos e Envolvimento Social de Arcozelo é um projecto de intervenção comunitária, decorrente de um contrato de parceria celebrado no âmbito do Programa “Contratos

Locais de Desenvolvimento Social”, entre o Instituto de Segurança Social, o Município de Barcelos e a Kerigma – Instituto de Inovação e Desenvolvimento Social de Barcelos, na qualidade de entidade coordenadora local da parceria, concebido por uma equipa local constituída pelo Núcleo Executivo do CLAS -Conselho Local de Acção Social e com a participação de diversos parceiros sociais. A principal missão deste centro de recursos situa-se na promoção do desenvolvimento social e comunitário de Arcozelo, de forma multi-sectorial e integrada, estimulando e mobilizando os recursos da comunidade, através de processos interactivos e dinâmicos, para a incorporação de estratégias de capacitação das pessoas, das famílias e das organizações, numa perspectiva equitativa, participativa, inclusiva e sustentável.

O projecto RAMPA está em curso e pretende melhorar as acessibilidades físicas face à população deficiente, mas a própria informação da sociedade em geral face à deficiência. Este projecto assenta na elaboração de medidas de planeamento estratégico e físico na sede de concelho, abrangendo um espaço urbano de grande densidade residencial, os principais equipamentos públicos, a rede de transportes e a multiplicidade de modos de comunicação e emprego. Também a Plataforma do Guia de Recursos, criando uma Agenda anual de actividades, pretende imprimir uma pedagogia activa de informação e intervenção face ao social. O Barcelos Plural (Maio de 2011 a Dezembro de 2012), concretiza o Plano Municipal para a Igualdade, pretende que o género seja um marcador parra a igualdade, mas as suas iniciativas vão muito parra além da sensibilização face à desigualdade de género.

3.1.3 QUADRO ESTRATÉGICO DE REFERÊNCIA (POLÍTICAS NACIONAIS E REGIONAIS, OBJECTIVOS E METAS)

No domínio da coesão social e das dinâmicas de funcionamento e modos de vida, importará que as propostas a apresentar e desenvolver no âmbito do Plano Estratégico de Barcelos considerem:

- As prioridades do PNAI 2010-2012, designadamente o EIXO 1: Fazer face ao impacto das alterações demográficas (Apoiar a natalidade e a infância; Apoiar a conciliação entre a actividade profissional e a vida pessoal e familiar; Promover o envelhecimento activo com qualidade e prevenir e apoiar a dependência) e ainda o EIXO 2: Promoção da inclusão social (Prevenção de situações de pobreza e redução das desigualdades) através da promoção da inclusão social activa, favorecendo a melhoria do rendimento, proporcionando mais e melhor acesso a serviços, apoiando a integração socioprofissional, melhorar as condições de vida em territórios e habitats mais vulneráveis e favorecer a inclusão social de grupos específicos (nomeadamente pessoas com deficiências ou incapacidades, pessoas sem-abrigo, imigrantes e minorias étnicas)³³;
- O eixo 6 do POPH – Programa Operacional do Potencial Humano - Eixo 6: Cidadania, inclusão e desenvolvimento social e em especial as alíneas, 6.1 - Formação para a Inclusão, 6.2 - Qualificação de Pessoas com Deficiência ou Incapacidade, 6.3 - Apoio à Mediação e Integração das Pessoas com Deficiências ou Incapacidade, 6.4 - Qualidade dos Serviços e Organizações, 6.5 - Acções de Investigação, Sensibilização e Promoção de Boas Práticas, 6.6 - Formação em Língua Portuguesa para Estrangeiros, 6.7 - Apoio a Consórcios Locais para a promoção da inclusão social de crianças e jovens, 6.8 - Apoio ao Acolhimento e Integração de Imigrantes, 6.9 - Acções de Formação e Iniciativas de Sensibilização Dirigidas a Públicos Estratégicos no Domínio do Acolhimento e Integração dos Imigrantes, 6.10 - Acções de Investigação e Promoção de Campanhas de Sensibilização da Opinião Pública em Matéria de Imigração, 6.11 - Programas Integrados de Promoção do Sucesso Educativo, 6.12 - Apoio ao Investimento em Respostas Integradas de Apoio Social;
- Os 6.13 – Contratos Locais de Desenvolvimento Social (Medida 6.13 do Eixo 6 do POPH) pois têm um elevado potencial no desenvolvimento de uma intervenção de proximidade junto das populações/territórios que se encontram mais carenciadas;

³³ Actualmente, este Programa inclui-se no Portugal 2020 – Plano Nacional de Reformas (2011).

- Também o Complemento Solidário para Idosos (CSI) que se inscreve no subsistema de solidariedade para pensionistas com 65 e mais anos e visa apoiar idosos de baixos recursos poderá ser importante;
- A Rede de Cuidados Continuados Integrados propõe-se constituir um conjunto de serviços e equipas dirigidos a pessoas em situação de dependência, visando a intervenção integrada e articulada entre o sector da saúde e a segurança social, verifica-se uma forte componente de serviços da área da saúde;
- A Rede Nacional de Cuidados Continuados Integrados e a dinamização de unidades e equipas de cuidados, financeiramente sustentáveis, dirigidos às pessoas em situação de dependência, com base numa tipologia de respostas adequadas, assentes em parcerias públicas, sociais e privadas, visando contribuir para a melhoria do acesso do cidadão com perda de funcionalidade ou em situação de risco de a perder, através da prestação de cuidados técnica e humanamente adequados. Estas unidades e equipas devem assentar numa rede de respostas de cuidados continuados integrados em interligação com as redes nacionais de saúde e de segurança social;
- O Programa de Apoio ao Desenvolvimento da Economia Social enquanto medida de estímulo à criação de emprego e ao empreendedorismo entre as populações com maiores dificuldades de acesso ao mercado de trabalho, facilitando-se não só o acesso ao crédito bem como a prestação de apoio técnico à criação e consolidação dos projectos empresariais, está estruturado nas seguintes medidas: a criação, durante o 1.º semestre de 2010, de uma linha de crédito bonificado, no valor de (euro) 12 500 000, com o objectivo de incentivar as entidades que integram o sector social ao investimento e ao reforço da actividade em áreas existentes ou em novas áreas de intervenção, na modernização dos serviços prestados às comunidades, na modernização de gestão e no reforço de tesouraria; o programa nacional de microcrédito, no montante global de (euro) 15 000 000, gerido pelas entidades que integram o sector social, em parceria com as instituições de crédito e com as sociedades financeiras de microcrédito; a qualificação das entidades e dos seus dirigentes, dos seus quadros e dos restantes trabalhadores; a criação do Conselho Nacional para a Economia Social, órgão consultivo, de avaliação e de acompanhamento ao nível das estratégias e das propostas políticas nas questões ligadas à dinamização e ao desenvolvimento da economia social.

3.2. PRÁTICAS E DINÂMICAS CULTURAIS E DE LAZER

3.2.1 IDENTIFICAÇÃO DE PROBLEMÁTICAS E TENDÊNCIAS E SUA EXPRESSÃO NO TERRITÓRIO

A presente análise de caracterização do sector da cultura e lazer em Barcelos, dos principais agentes e dinâmicas, recorre a dados qualitativos e, sempre que possível, quantitativos disponíveis (nomeadamente, às estatísticas do Instituto Nacional de Estatística). Importa começar por referir que o concelho actualmente dispõe, de forma geral, de um conjunto interessante e relativamente diversificado de equipamentos culturais de natureza pública que, na sua maioria, se encontram concentrados na sede de concelho. Esta concentração de equipamentos culturais na sede de concelho deve ser, contudo, equacionada à luz do sistema de mobilidade intra-concelhio que, no caso de Barcelos, evidencia alguns problemas, nomeadamente, devido à carências na oferta de transportes públicos, sobretudo em período nocturno, que acaba por condicionar o acesso da população mais dependente que reside fora da cidade (sobretudo, as camadas mais jovens e também os idosos).

O concelho de Barcelos possui hoje cinco museus, maioritariamente geridos pela autarquia: o **Museu de Olaria**, membro da Rede Portuguesa de Museus do IMC; o **Museu Arqueológico de Barcelos**, instalado no Paço dos Condes de Barcelos (monumento nacional); o **Museu Etnográfico de Chavão** (gerido pela EMEC – Empresa Municipal de Educação e Cultura de Barcelos); o **Museu Regional e Etnográfico de Alvito S. Pedro**, com um cariz igualmente etnográfico, gerido pela Junta de Freguesia local; e, por fim, o **Museu dos Bombeiros Voluntários de Barcelos**. Destaca-se o Museu da Olaria, um dos equipamentos museológicos mais relevantes da NUTS III Cávado, assumindo-se com uma “âncora” para o reforço da capacidade de diferenciação do concelho e da sua tradição

ligada à cerâmica e, em particular, à olaria no contexto regional e mesmo nacional. Localizado em pleno Centro Histórico, o Museu tem desenvolvido, para além da realização regular de exposições temporárias, um trabalho interessante ao nível dos seus serviços educativos e da disponibilização de serviços on-line. O quadro seguinte descreve a evolução do número de visitantes do Museu da Olaria ao longo dos últimos quatro anos:

TABELA 34: NÚMERO DE VISITANTES DO MUSEU DE OLARIA (2007-2010)

Ano	Nº de Visitantes (total)
2007	18 969
2008	17 752
2009	16 370
2010	3021*

* Diz respeito apenas ao total de utentes do SEA

Fonte: Museu de Olaria / Câmara Municipal de Barcelos



Figuras 45 e 46: Museu arqueológico e instalação de arte pública (galo de Barcelos)

Fonte: QP, 2011

Note-se que foi recentemente submetida e aprovada pelo ON.2 uma candidatura do município para a “Recuperação, Ampliação e Valorização do Museu de Olaria”, já em curso, prevendo-se que o Museu possa reabrir durante o ano de 2012. Por esta razão, o Museu tem estado a funcionar em instalações provisórias, apenas com algumas valências activas. Compreende-se assim esta redução do número de visitantes, uma vez que os dados fornecidos apenas dizem respeito ao Serviço Educativo e de Animação que, embora esteja a funcionar, não dispõe de todas as actividades habitualmente desenvolvidas durante o normal funcionamento do Museu.

Para além deste projecto de recuperação e ampliação do Museu da Olaria, o município possui ainda dois novos projectos de criação de espaços de natureza museológica, que visam complementar a oferta de equipamentos já existente, ao incidirem na área da cultura popular e das artes e ofícios tradicionais:

- **Projecto de musealização da oficina de Rosa Ramalho:** pretende-se musealizar as antigas oficinas desta emblemática barrista do concelho, bem como recuperar a antiga casa anexa à oficina. Neste momento, o município já adquiriu o terreno, encontrando-se o projecto ainda numa fase de arranque. Posteriormente, pretende-se, numa 1ª fase, recuperar a área da oficina, musealizando-a e, numa 2ª fase, criar uma área para acolhimento de artesãos/designers/ investigadores (estadias de curta duração):

- **Núcleo Museológico do Rio:** o projecto contempla a recuperação de uma antiga azenha, localizada junto ao rio, estando neste momento já concluídas as obras de reabilitação do imóvel, mas subsistindo apenas alguns problemas de acessibilidade ao equipamento (estando a ser equacionar uma candidatura ao Programa Rampa). Prevê-se que este novo Núcleo Museológico possa entrar em funcionamento no início do próximo ano, tendo por objectivo, por um lado, abordar todo o processo de moagem tradicional, recreando o modo de produção tradicional. Simultaneamente, pretende-se ainda dinamizar o espaço, encarando-o como um lugar privilegiado para a promoção e divulgação da cultura popular, de matriz rural, e da gastronomia do concelho (designadamente, através de actuações regulares de grupos folclóricos locais e da mostra e venda de produtos gastronómicos locais).

O concelho evidencia uma boa posição no contexto subregional relativamente à rede de arquivos e bibliotecas. Segundo dados do INE, em 2003 Barcelos dispunha de 9 bibliotecas (sendo de relevar, no quadro de uma política cultural municipal de descentralização da oferta cultural, a criação do **Pólo de Leitura de Arcozelo**, gerido pela EMEC) sendo, neste mesmo período, entre os diversos concelhos que compõe a NUTS III do Cávado, aquele com maior número de utilizadores de bibliotecas (as suas 9 bibliotecas terão recebido, em 2003 perto de 196 mil utilizadores). Dados mais recentes, veiculados pela própria Biblioteca Municipal, informam-nos que, em 2010, se encontravam inscrito como Leitores da Biblioteca 6.924 pessoas, registando-se uma frequência diária de 200 Leitores na Biblioteca Municipal. Relativamente à assistência às actividades realizadas pela Biblioteca Municipal e Rede de Biblioteca, em 2010 registava-se nas actividades infanto-juvenis uma média de 60 pessoas por sessão, reduzindo-se para 50 pessoas por sessão, em assistência às actividades para adultos.

Saliente-se ainda que a **Biblioteca Municipal de Barcelos** se encontra inserida na Rede Nacional de Bibliotecas Públicas (tipo BM2), dispondo de um Auditório de 1000 lugares sentados (que é frequentemente utilizado para a realização de actividades culturais diversificadas). A Biblioteca desenvolve ainda um importante trabalho regular de apoio à dinamização da **Rede de Bibliotecas Escolares** do concelho (actualmente composta por 24 bibliotecas escolares). O concelho dispõe também de um **Arquivo Municipal**, onde se encontram armazenados importantes fontes de informação para os estudos da história local, em especial do município de Barcelos. Note-se, por fim, que o trabalho de inventariação e tratamento do fundo local do Arquivo já se encontra praticamente concluído, estando prevista a sua indexação à base de dados nacional num horizonte de curto prazo.

Barcelos dispõe de um riquíssimo património, de natureza arqueológica, arquitectura civil e religiosa, estando actualmente classificados como Monumentos Nacionais 11 sítios e bens patrimónios – caso do Monumento Castrejo de Santa Maria de Galegos, da Igreja Matriz, da Igreja de N. Sr.^a do Terço, do Templo do Sr. Bom Jesus da Cruz e da Igreja de Vilar de Frades-Areias de Vilas, entre outros – e classificados/em via de classificação como Imóveis de Interesse Público 14 sítios e bens.

De acordo com informação recolhida junto dos técnicos da autarquia, neste momento não existem situações no concelho que possam ser consideradas críticas em termos de salvaguarda do património material público. Merece, contudo, destaque o **Castelo de Faria**, a necessitar de intervenção. Para responder a esta situação, o município submeteu um projecto de requalificação deste imóvel patrimonial, no âmbito de uma candidatura mais alargada, de âmbito transfronteiriço, apresentada em conjunto com outros municípios do Cávado e da Galiza, ao Programa Operacional de Cooperação Transfronteiriça Espanha-Portugal (POCTEP 2007-2013). No caso dos bens patrimoniais geridos por privados, existem algumas situações pontuais de necessidade de intervenção que se encontram sinalizadas, sendo importante referir que também se têm verificado algumas intervenções de salvaguarda patrimonial recentes (por exemplo, no caso da Igreja Matriz de Barcelos).

De entre os sítios patrimoniais e arqueológicos do concelho com uma componente interpretativa e de acolhimento ao público, destaca-se o Paço dos Condes de Barcelos, onde se encontra instalado o Museu Arqueológico de Barcelos, a Estação Arqueológica do Castelo de Faria; o Balneário Castrejo de Galegos St. Maria; o Balneário Castrejo do Monte da Saia; os Fornos dos Mouros; a Lage dos Sinais; o Castro de S. Mamede; o Convento do Banho, Vila Cova; a Necrópole de Mondim, Panque; a Necrópole de Paradela; o Castro da Carmona; e, por último, o Castro da Picarreira. Existe, contudo, uma margem de progressão relevante ao nível da intervenção dos sítios e patrimoniais do concelho.



Figuras 47 e 48: Torre medieval e Paço dos Condes de Barcelos

Fonte: QP, 2011

Relativamente ao património concelhio de natureza imaterial, revela-se necessário proceder a intervenções de salvaguarda, valorização e divulgação, no sentido da prevenção de situações de risco (desaparecimento e/ou de adulteração). Neste sentido, o município tem em curso (fase de lançamento) um **projecto de inventariação e divulgação do teatro popular e das lendas do concelho** (neste último caso, promovendo a edição de um conjunto de publicações didácticas, realizadas em conjunto por alunos e professores de escolas do concelho e por um artista local, que assegura a componente de ilustração e design/paginação do livro). O município encontra-se ainda a desenvolver um conjunto de **Roteiro Culturais para o concelho**, estando presentemente em curso a realização dos Roteiros Literários (lançamento previsto para Abril 2011). Tratam-se de percursos pedestres geo-referenciados e interpretados, que têm por base obras /passagens literário relacionadas com os locais, prevendo-se disponibilizar (download gratuito), através do site da autarquia, diversa informação de enquadramento histórico, cultural e paisagístico sobre o trajecto (em formato PDF), bem como as coordenadas geo-referenciadas do percurso (para inserção em PDAs).

Finalmente, importa ainda destacar a beleza e o interesse do Centro Histórico de Barcelos, em termos históricos, arquitectónicos e urbanísticos. Nos últimos anos, o município tem apostado na valorização deste espaço em termos turísticos, designadamente, nomeadamente, através da criação de um **serviço de visitas guiadas ao Centro Histórico de Barcelos**. De acordo com o contactos realizados, parece existir a percepção de uma boa adesão e receptividade às visitas guiadas, embora também se considere existir uma margem de progressão importante ao nível da criação de sinalética e de outro tipo de informação turística (panfletos e mapas, por exemplo), elementos que poderão facilitar a realização destes percursos por todos os visitantes que o pretendam fazer autonomamente (isto é, sem recorrerem ao serviços do Turismo Municipal).

Para além do concelho possuir um património religioso relevante (estando muitos destes espaços já classificados e recuperados), importa salientar que Barcelos se encontra inserido numa das mais antigas e importantes rotas religiosas europeias: o **Caminho de Santiago** (inserindo-se no chamado “Caminho Português” que se inicia no Porto, passando por Vila do Conde, Barcelos, Ponte de Lima, Valença, Tui, Pontevedra, Caldas de Reis, Padrón e, por fim, termina em Santiago de Compostela).

Historicamente, são muito profundas as ligações do concelho a esta importante rota de peregrinação europeia, que remonta, pelo menos ao período medieval (terá sido com a construção da Ponte Medieval, durante o século XIV, que Barcelos se torna num local de passagem privilegiado para os peregrinos que rumavam a Santiago). Nos últimos anos, a autarquia tem procurado organizar a sua oferta turista para este segmento de turismo cultural e religioso: foi criado um Albergue de Peregrinos; os estabelecimentos hoteleiros locais dispõem de *packs* de alojamentos especiais; existe a residência do Senhor do Galo, em Barcelinhos, que presta também apoio aos peregrinos; e algumas unidades de restauração têm o Menu de Peregrino, também orientado para este segmento turístico. Neste momento, encontra-se em fase de arranque um projecto de voluntariado jovem para apoio aos peregrinos do Caminho de Santiago que atravessam Barcelos.

Num segundo momento, e uma vez qualificadas as condições de acolhimento dos peregrinos em Barcelos, o município pretende orientar a sua intervenção no sentido de um aprofundamento desta aposta no aproveitamento turístico do Caminho de Santiago, valorizando e promovendo as múltiplas referências e elementos culturais e identitários presentes ao longo de todo o percurso no concelho. O objectivo será, assim, procurar potenciar o possível regresso de alguns destes peregrinos a Barcelos, para uma segunda estadia no concelho tendo em vista um aprofundamento de alguns elementos da realidade local com os quais contactaram durante a sua breve passagem pelo concelho.

As **artes e ofícios tradicionais de Barcelos** constituem, pela sua riqueza e diversidade, um pilar fundamental no entendimento da história e identidades locais, que se mantém vivo e dinâmico até aos dias de hoje. Além disso, constitui um recurso da maior importância para a afirmação e diferenciação do concelho, designadamente do ponto de vista económico e turístico. Entre as principais modalidades e tipos artesanato de Barcelos, destacam-se a **cerâmica** (figurativa vidrada e pintada; decorativa ornamental; utilitária; vidrados; grés; terra-côta; louça-preta e galos em barro), as **madeiras** (móveis rústicos; tanoaria; jugos; rodeiros e tamancos; rocas e fusos; gamelas e miniaturas), a **cestaria** (cestaria grossa; mobiliário; cestos utilitários e decorativos e abanadores), a **tecelagem e bordados** (trabalhos em trapo; linho; penas e os bordados de crivo) e, finalmente, o ferro e derivados (latoaria; trabalhos em cobre e estanho).

O Município tem assumido um papel muito relevante neste processo de salvaguarda e valorização das artes e ofícios tradicionais de Barcelos, nomeadamente:

- Através do trabalho de investigação, salvaguarda, valorização e divulgação desenvolvido pelo **Museu de Olaria**;
- Através da criação do **Centro de Artesanato**, estrutura localizada no Posto Municipal de Turismo de Barcelos, que se dedica à divulgação e venda do artesanato barcelense;
- Através do desenvolvimento de alguns projectos de cariz turístico associados à valorização e promoção do artesanato local realizados pelos Serviços de Turismo, nomeadamente, um **projecto de sinalética dos ateliers dos artesãos barcelenses** e um serviço de **visitas guiadas às oficinas de artesãos de Barcelos** (inclui a definição de rotas temáticas ou a realização de visita simples a uma unidade produtiva artesanal identificada ou referenciada directamente pelos interessados). Note-se, contudo, que parecem persistir algumas dificuldades na operacionalização deste serviço, devido, por um lado, a algumas das oficinas não possuírem as condições necessárias à realização das visitas, nem estarem os próprios artesãos sensibilizados para realizarem este tipo de trabalho e, por outro, a debilidades no reforço da divulgação desta tipologia específica de oferta turística do concelho. Neste sentido, foram contempladas pelo PROVERE – Programa de Valorização Económica dos Recursos Endógenos *Minho IN* acções de requalificação de algumas oficinas de artesãos de Barcelos (até ao momento ainda não iniciadas), com o objectivo de contribuir para dotar estes espaços de melhores condições de recepção, mostra e venda de produtos artesanais locais;
- Através da organização de alguns eventos temáticos dedicados às artes e ofícios tradicionais de Barcelos e aos seus artesãos, entre os quais se destacam: o evento **Artesanato ao Vivo** (decorre no centro histórico da cidade de Barcelos durante os meses de Verão; inclui apresentações ao vivo de vários artesãos de diferentes áreas e um programa de exposições biográficas e temáticas dos artesãos e artesanato); e a **Mostra de Artesanato e Cerâmica de Barcelos** (certame anual que reúne os mais importantes artesãos de cada sector do artesanato local e nacional; inclui uma forte componente de animação etnográfica, folclórica e cultural; realização de concursos e seminários dedicados à modernização, comercialização e inovação no seio da comunidade de artesãos e comerciantes de artesanato local e regional).

Nos últimos anos têm sido ainda desenvolvidos alguns projectos de certificações de produtos artesanais do concelho de Barcelos. Há cerca de dois anos, a **ADERE Minho** promoveu o estudo e a definição das regras de certificação para trabalhos em **Figurado de Barcelos** e em **Olaria de Barcelos**. Neste momento, a ADERE Minho iniciou já o estudo de uma outra modalidade de artesanato de Barcelos com importa analisar quanto ao potencial de certificação: o Bordado de Crivo.

Quanto aos dois processos de certificação já concluídos, importa salientar que já existem actualmente alguns artesãos do concelho que têm os seus trabalhos originais, produzidos com recurso a estas

duas técnicas artesanais – Olaria e Figurado de Barcelos –, devidamente certificados. De acordo com informação veiculada pela ADERE Minho, estima-se que neste momento tenham já aderido ao processo de certificação aproximadamente 75% dos artesãos que trabalham as questões do figurado; contudo, no caso da olaria a adesão dos artesãos a este processo tem sido mais demorada. A adesão ao processo por parte dos artesãos que trabalham o figurado de Barcelos compreende-se na medida em que este tipo de cerâmica de autor possuiu actualmente mais mercado, beneficiando alguns destes artesãos de uma maior exposição, obrigando-os, simultaneamente, a apostar em estratégias de diferenciação mais exigentes no sentido de se posicionarem face a uma concorrência mais forte e agressiva, exigindo por isso a aposta em estratégias de diferenciação. No entanto, de acordo com alguns contactos realizados pela Equipa, constatou-se que parece existir alguma resistência por parte dos artesãos relativamente à adesão a este processo, o que eventualmente justificará um aprofundamento do trabalho de sensibilização junto destes profissionais, alertando para as vantagens da certificação destes produtos artesanais de Barcelos. Neste sentido, foi recentemente celebrado um protocolo entre a ADERE Minho e a CM de Barcelos para se iniciarem acções de sensibilização para a certificação da olaria e do figurado.

O concelho (concentrados sobretudo a cidade de Barcelos) dispõe actualmente de um conjunto diversificado de espaços que asseguram uma programação relativamente regular de actividades culturais, incluindo a realização de espectáculos ao vivo (essencialmente, de música e teatro). Destaca-se, a este nível, o **Auditório da Biblioteca Municipal de Barcelos** (por exemplo, o ciclo Subescuta que, todas as sextas-feiras, se dedica à projecção de cinema e à realização de concertos ao vivo). Existem ainda outros auditórios onde, de forma mais ou menos esporádica, se realizam actividades diversas de cariz cultural, a saber: o **Salão Nobre da Câmara Municipal de Barcelos**; o **Auditório Municipal**; o **Auditório do Museu de Olaria**; o **Auditório da Casa da Juventude**; o **Auditório S. Bento Menni** (localizado na freguesia de Arcozelo); e ainda o **Auditório do Círculo Católico Operário de Barcelos** (com 255 lugares, foi recentemente remodelado e apetrechado). É importante, contudo, notar que alguns destes espaços evidenciam certas insuficiências para um desempenho óptimo das funções de apresentação de espectáculos ao vivo, designadamente, em termos de condições técnicas (por exemplo, falta de áreas de camarins para os artistas), o que acaba por conferir à oferta de programação do concelho um aspecto eventualmente menos profissional (o que, por seu turno, acarreta outro tipo de implicações, tais como, por exemplo, não ser cobrada bilheteira na generalidade dos espectáculos). Neste sentido, estão previstas intervenções de melhoria em alguns dos espaços que são actualmente utilizados para a apresentação de espectáculos ao vivo, nomeadamente, no Salão Nobre da Câmara Municipal de Barcelos, que tem uma capacidade de 80 lugares, onde está prevista a aquisição de um piano e a criação áreas de apoio aos artistas, no sentido de melhorar as condições para realização de concertos de música clássica que aqui já se realizam habitualmente.

Importa ainda referir a **Galeria Municipal de Arte** e a **Sala de Exposições da Casa da Juventude**, estruturas relevantes para a dinamização cultural do concelho no que diz respeito à mostra de obras de arte (fotografia, pintura, escultura, pintura e outras) de artistas locais e nacionais. Nestes domínios, o município tem procurado desenvolver apoiar a divulgação do trabalho de artistas locais, promovendo a sua divulgação através da disponibilização destes dois espaços expositivos e, sempre que possível, estabelecendo protocolos com outros municípios que possibilitem a circulação das obras destes artistas locais. A recente exposição de retrospectiva das cinco décadas de carreira do pintor Jerónimo, intitulada “Até morrer de azul”, inaugurada em Janeiro 2011, na Galeria Municipal, constitui um bom exemplo desta política de valorização dos talentos locais.

Na área do cinema, importa referir que a cidade dispõe actualmente de **duas salas de cinema privadas** (Cinema Cinemax).

Actualmente, encontram-se já em fase avançada de execução as obras de reabilitação do **Teatro Gil Vicente**, adquirido pela autarquia em 1995 para fins culturais e artísticos, prevendo-se que, durante o ano de 2011, reinicie actividade, após um hiato de cerca de 15 anos. Para além da reabertura da sala de espectáculos, prevê-se ainda que o teatro contemple a criação de uma loja/livraria cultural, que também irá contribuir para um incremento e qualificação da dinamização cultural do concelho.

Para além da programação cultural regular, são ainda de salientar os eventos culturais pontuais de âmbito musical que se têm vindo a realizar em espaços ao ar-livre do concelho, como é o caso, nomeadamente, do recente **Festival Milhões de Festa** (Junho), do **Festival Souto Rock** (Julho), ambos orientados para as sonoridades rock/alternativa, e do **Cellos Rock** (o festival mais antigo, que

decorre em Agosto, na Barragem da Penide em Areias S.Vicente). Em Agosto 2010 realizou-se a primeira edição do **Festival As três pancadas**, dedicado ao hip hop, apresentando um cartaz composto por bandas locais, nacionais e ainda uma banda da Galiza (organização a cargo da EMEC, Pelouro da Juventude e um grupo de jovens). Na área da música folk, destaca-se o **Arredas Folk Fest**, que se realiza na freguesia de Tregosa em Setembro e que, para além de concertos, inclui exposições, animação de rua, venda de artesanato e licores e workshops. De âmbito mais local, destaca-se o evento **Barcelos para a música**, que se realiza durante os meses de Junho e Julho, na Casa da Juventude. Trata-se de um eventos que apoiar os jovens músicos amadores do concelho, contemplando uma dimensão de formação e uma dimensão de eventos ao vivo. No âmbito do Barcelos para a Música realizam-se o Festival de Grupos Musicais de Barcelos, o Festival Escolar da Canção Infantil, o Festival Escolar da Canção Juvenil e ainda o Encontro de Jovens Fadistas.

Na área do cinema, saliente-se o **Festival Internacional de Filmes de Turismo Art&Tur** (Setembro).

Na área do teatro, saliente-se o **Festival de Teatro Popular de Barcelos**, evento criado pela Companhia de Teatro “A Capoeira” em 1980 e que, desde meados dessa década, conta com o apoio da autarquia (ao nível da promoção do evento) e do Grupo de Teatro da Escola Secundária de Barcelos (em termos organizativos). Inicialmente, o Festival orientou-se predominantemente para o movimento de teatro amador do concelho, sendo que, a partir de 2000, se deu uma progressiva abertura a grupos amadores e profissionais de outras regiões do país. Uma das características mais interessantes deste Festival é tratar-se de um evento orientado para a participação dos grupos amadores do concelho, estimulando as práticas artísticas amadoras em Barcelos. Salientem-se ainda, por outro lado, as características descentralizadas e itinerantes do Festival de Teatro Popular de Barcelos, que se realiza em diversas freguesias do concelho. Este projecto cultural consubstancia, a par de outras iniciativas (como seja, nomeadamente, a inclusão de cláusulas nos protocolos estabelecidos com grupos e associações culturais locais que garantam a realização de actuações por todo o território concelhio), uma crescente atenção que o município tem vindo a dedicar à **descentralização da oferta cultural pelo concelho** – visto que, conforme foi já referido, persiste uma forte concentração da oferta de equipamentos e programação cultural na sede de concelho.

As festas, feiras e romarias constituem um outro importante traço das riquíssimas manifestações de cultura popular em Barcelos. De entre os vários eventos populares existentes no concelho, destacam-se apenas dois dos mais relevantes e (re)conhecidos de Barcelos: a **Feira de Barcelos**, que se realiza semanalmente à quinta-feira e constitui hoje um produto turístico local e regional de reconhecida relevância, sendo considerada uma das mais tradicionais e antigas feiras do Norte de Portugal; e a **Festas das Cruzes**, que é promovida pela autarquia e organizada pela EMEC – Empresa Municipal de Educação e Cultura uma das maiores, mais antigas e importantes romarias da região (a sua origem remonta ao início do século XVI), que mantém até hoje uma grande importância a nível económico, turístico, cultural e social.

Por fim, ainda na área da cultura popular e etnográfica, merecem destaque dois eventos internacionais de folclore que se realizam no concelho: o **Festival de Tregosa** (junto ao rio Neiva) e o **Festival do Rio** (na freguesia de Barcelinhos). Saliente-se que estes dois eventos são organizados pelos dois únicos ranchos folclóricos federados do concelho (num total de 16 ranchos folclóricos).

Para além deste amplo conjunto de eventos culturais, com um carácter mais ou menos pontual, o concelho de Barcelos dispõe de um tecido relativamente numeroso e diversificado de associações e agrupamentos de natureza cultural e artística que, não se encontrando profissionalizados, desenvolvem uma importante actividade regular nesta área, designadamente, nos domínios da programação cultural e da produção artística (em diferentes áreas).

Importa começar por referir que Barcelos possui uma profunda tradição de associativismo local ligada às questões da etnografia (nos domínios do folclore, teatro popular e música). Segundo técnicos e responsáveis políticos do município contactados, as **associações etnográficas locais** continuam a revelar bastante dinamismo, embora se verifiquem situações de algum envelhecimento destas estruturas, a par de carências de formação/actualização, em termos técnicos e artísticos.

No concelho existem diversas associações e estruturas culturais no concelho que desenvolvem um trabalho regular nas áreas do teatro, teatro de marionetas, cinema e música. Na área do teatro, destaque o trabalho desenvolvido pel’**A Capoeira – Companhia de Teatro de Barcelos**, uma das estruturas artísticas mais antigas do concelho (fundada em 1976 e que, desde 2001, se constitui como

associação cultural do direito privado sem fins lucrativos). De realçar o facto desta companhia de teatro, embora integralmente amadora, manter uma forte dinâmica de apresentação regular de espectáculos, percorrendo anualmente cerca de 20 concelhos da Região do Norte, embora a sua presença seja mais intensa no Vale do Cávado. Até Junho de 2010, esta Companhia montou 48 peças de teatro (com uma média de 100 espectáculos ano), tendo realizado 1.123 representações em Portugal e na Galiza (com 163.650 espectadores; em média, 145 espectadores por espectáculo). Além do trabalho de teatro convencional, A Capoeira desenvolve igualmente espectáculos de difusão de cultura poética, declamação de poesia, animação de rua através do grupo “Mimalhos”. É ainda responsável pela organização do Festival de Teatro Popular de Barcelos, conforme foi já referido.

Para além da apresentação e organização de espectáculos teatrais, A Capoeira também desenvolve, desde 2002, através da criação da **Fábrica de Sonhos – Oficina de Formação Integrada**, uma actividade formativa regular particularmente centrada no campo da expressão artística e social (teatro, comunicação social, desenvolvimento cultural, etc.), através da organização de cursos, congressos, seminários, etc. Finalmente, A Capoeira também se dedica, através da sua Editora **Palavra d’Honra**, à publicação e divulgação de textos de teatro, de crítica teatral e de literatura em geral e de autores barcelenses em particular.

São igualmente dignas de destaque outras associações e estruturas culturais do concelho que, apesar de recentes, têm vindo a desenvolver em Barcelos um importante trabalho a este nível, nomeadamente: a **Esfera Negra**, uma associação cultural constituída por jovens músicos e actores do concelho, que está essencialmente ligada ao teatro de marionetas; a **Zoom**, associação cultural que organiza ciclos de cinema alternativo (essencialmente europeu), sessões de “cinema musical” e ainda a realização de concertos de música experimental; e a **Roda Mola**, grupo artístico ligado ao teatro e à música, que tem vindo a desenvolver, com grande sucesso, um projecto de teatro de marionetas nas escolas do concelho (realizado no âmbito de um protocolo com a Câmara Municipal de Barcelos).

Actualmente, a **política municipal de apoio às associações culturais do concelho** consiste na concessão de apoios monetários da autarquia à realização das suas actividades, estabelecido mediante protocolo. No caso dos grupos etnográficos, em regra cada grupo apoiado compromete-se a realizar anualmente cerca de três actuações. Presentemente, existem cerca de 25/30 protocolos estabelecidos entre a Câmara Municipal de Barcelos e associações e grupos etnográficos locais. Segundo informação recolhida junto dos técnicos da autarquia, encontra-se em processo de reflexão interna a eventual revisão desta política municipal de apoio às associações culturais do concelho, designadamente ao nível dos grupos teatrais, reorientando parte dos subsídios actualmente concedidos para a realização de espectáculos para componentes formativas, a nível técnico e artístico, no sentido qualificar estas instituições. Em nosso entender, poderá justificar-se equacionar o eventual alargamento destes apoios formativos a outros domínios artísticos, bem como aos grupos e associações de cariz etnográfico do concelho.

Ainda relativamente à actividade cultural e artística do concelho, importa relevar nesta análise de diagnóstico uma interessante **dinâmica emergente ligada às práticas amadoras/semi-profissionais de produção musical de cariz urbano**, em especial na área do rock. A proliferação de bandas rock de qualidade (caso dos Orathory, que se notabilizaram por serem a primeira banda portuguesa a actuar no maior festival de metal da Europa, o Wacken Open Air, que se realiza na Alemanha; os ALTO!; os Black Bombaim; os The Glockenwise; os Green Machine; os La La La Ressonance; entre muitas outras bandas) tem, de resto, permitido a Barcelos beneficiar de um certo protagonismo junto de alguns órgãos de comunicação social de âmbito nacional que, de um modo cada vez mais frequente, se referem à “cena de Barcelos”.

Para além de Barcelos possuir este conjunto de bandas de música e de dispor de um conjunto de eventos de programação cultural ligados à música, como já vimos, importa ainda referir que o concelho dispõe ainda de estúdios de gravação musical (**Estúdios Oops**).

Existem ainda empresas locais ligadas à produção, agenciamento, organização de eventos ou à edição discográfica como é, designadamente, o caso da **Opções Eventos** (produção, agenciamento e organização de eventos), que é responsável, em Barcelos, pela organização do ciclo de programação “**Subescuta**”, que se realiza regularmente no Auditório da Biblioteca Municipal e pelo evento “**Olá Barcelos – animações de Verão**”, e da **Lovers & Lollypops** (produção/agenciamento/edição) que, apesar de ter origem em Barcelos, está actualmente sediada no Porto, edita e agencia bandas de Barcelos e é responsável pela organização e produção do Festival “**Milhões de Festa**”, também em

Barcelos (teve o apoio do Pelouro da Juventude). Importa referir que, após o sucesso da primeira edição do **“Milhões de Festa”**, que contou com cerca de 6 mil espectadores e um grande impacto na hotelaria e restauração local, bem como um importante impacto mediático (incluindo das televisões nacionais), o município tomou a decisão de celebrar um acordo com a Lovers & Lollypops no sentido de assegurar a produção do evento durante os próximos três anos (2011 a 2013).

Finalmente, existe ainda uma dinâmica interessante nos **media locais** que dedicam uma especial atenção à divulgação de bandas de música de Barcelos: é caso, designadamente, do “histórico” programa de rádio **“Sinfonias de Aço”** (que existe desde 1992, actualmente na Rádio de Barcelos) e do website/blog **Rock-Rola Em Barcelos** (<http://rock-rolaembarcelos.blogspot.com/>).

O concelho de Barcelos também dispõe de alguma oferta ligada ao ensino artístico, sendo especialmente relevante na área da música, designadamente, através do trabalho desenvolvido pelo **Conservatório de Música de Barcelos**, um estabelecimento de Ensino Particular, de Ensino Artístico Especializado – Música, a funcionar em regime de Paralelismo Pedagógico (Ensino Básico e Complementar), de acordo com a legislação em vigor e autorização definitiva concedida pelo Ministério da Educação – DREN; pela **Banda Música de Oliveira** que, para além da componente de apresentação artística, também desenvolve um importa trabalho no domínio do ensino; e ainda pela **Academia de Música de Viatodos**, instituição gerida pela ARTESMUSIVI – Associação de Artes de Viatodos. Destaque-se ainda, pelo seu reconhecido prestígio, qualidade e regularidade, o Curso de Música de Verão que se realiza anualmente na **Casa Monte de Fralães**.

Importa, contudo, referir a necessidade identificada por diversos agentes culturais do concelho, de colmatar carências ao nível de espaços de trabalho (ateliers, salas de ensaios e de reuniões). Trata-se de um constrangimento que atinge em especial a área da música, mas que também afecta outro domínios artísticos como a artes performativas (dança e teatro) e as artes plásticas (espaços de atelier). Neste sentido, foi por diversas vezes salientado, em várias reuniões e entrevistas realizadas pela Equipa, a necessidade da criação na cidade de Barcelos deste tipo de áreas de ensaio/ trabalho para artistas e criativos do concelho (sejam a título colectivo, seja individual). No âmbito da RUCI Quadrilátero está prevista a **recuperação e transformação da antiga Escola EB1 de Fariota para a criação de um “Laboratório de Criação Artística”** (especialmente orientado para música e teatro).

O **Instituto Politécnico do Cávado e do Ave (IPCA)**, sedado na sede de concelho, é uma instituição de ensino superior público, criada em 19 de Dezembro de 1994, que se encontra sedada na cidade de Barcelos. A Escola Superior de Tecnologia (EST) do IPCA disponibiliza alguma oferta de ensino superior de âmbito artístico, incidindo essencialmente nas áreas do design e multimédia: Licenciaturas em Design Industrial e em Design Gráfico, Engenharia de Jogos Digitais; Mestrados em Ilustração e Animação e em Design e Desenvolvimento de Produto. A EST dispõe ainda de cursos de formação pós-secundário, de nível não superior, que visam conferir qualificação profissional do nível 4, designados por Cursos de Especialização Tecnológica (CET), na área do Desenvolvimento de Produtos Multimédia. Finalmente, importa referir que o IPCA viu ser recentemente aprovada a sua candidatura para a criação de um **Centro de Investigação e Desenvolvimento na área dos Jogos Digitais** (projecto no valor de 2,4 milhões de euros que inclui, para além de várias áreas laboratoriais, a construção de um auditório com cerca de 200 lugares), reforçando assim o seu posicionamento neste domínio de formação e investigação aplicada. Note-se ainda que a área dos vídeo jogos constitui, no plano internacional, um dos domínios mais importantes do sector das indústrias criativas, não existindo actualmente em Portugal oferta significativa de formação e desenvolvimento nesta área, o que coloca o IPCA numa posição particularmente interessante, diferenciando de outra oferta de ensino superior público existente na região Norte (nomeadamente, da oferta formativa existentes a este nível nas Universidades do Minho, do Porto e do Instituto Politécnico de Viana do Castelo).

Em termos de oferta de formação profissional, orientada para os domínios artísticos, a **Escola de Tecnologia e Gestão de Barcelos (ETG)**, sedada na freguesia de Abade de Neiva, dispõe dos seguintes cursos profissionais: Audiovisuais, Desenho de Mobiliário, Desenho Digital 3D, Design de Moda e Design Gráfico. No decorrer do trabalho de terreno, tomou-se conhecimento que a ETG está a ponderar abrir no próximo ano lectivo um novo curso profissional na área da cerâmica decorativa.

Localizada na cidade de Barcelos, a **Escola Secundária Alcides de Faria** também dispõe de oferta de formação em domínios artísticos, nomeadamente, os Cursos Profissionais de Design e de Multimédia, o Curso EFA (Educação e Formação para Adultos) de Técnico Multimédia e o Curso Tecnológico de Design de Equipamento.

Nos últimos anos, **o município tem apostado no desenvolvimento de projectos educativos ligados às artes**, em estreita colaboração com algumas escolas do concelho que possuem oferta formativa nestas áreas, com o objectivo de favorecer a emergência de talentos locais, apoiando-os e criando melhores condições para a sua permanência no concelho. A título de exemplo, refiram-se alguns projectos recentemente desenvolvidos na E.S. Alcaides Faria: o **projecto FITAS**, a **Mostra de Artes** (artes de palco e música) ou ainda a recente publicação, cuja concepção e desenvolvimento envolveu professores e alunos de duas escolas secundárias do concelho: a E.S. de Alcaides Faria, que assegurou as componentes de trabalho relacionadas com artes visuais, e a E.S. de Barcelinhos, cujos professores e alunos envolvidos foram responsáveis pelas componentes de cariz literário, uma vez que a oferta formativa desta escola se encontra mais orientada para as humanidades.

Relativamente às práticas de desporto, formal e informal, em Barcelos, importa notar que o concelho dispõe actualmente de um conjunto interessante, recente e moderno de infra-estruturas e equipamentos desportivos, de natureza pública e privada.

Destaque-se, em primeiro lugar, o moderno **Estádio Cidade de Barcelos**, inaugurado em 30 de Maio de 2004, situando-se na freguesia de Vila Boa. Este é um estádio que tem a categoria C da UEFA, o que permite a realização de jogos internacionais, incluindo os da selecção A. Existe, para além disso, o **Estádio Adelino Ribeiro Novo**, equipamento criado em 1924 que, contudo, não apresenta actualmente boas condições de conservação (segundo informação disponível nas fichas técnicas de caracterização dos equipamentos desportivos, disponível no site da município).

O concelho dispõe de **dois pavilhões municipais** – um deles em Barcelos (criado em 1972) e o outro na freguesia de Campo (inaugurado em 2005) – e de apenas uma **Piscina Municipal**, criada em 1991, onde são desenvolvidas actividades regulares de ensino de natação (incluindo para bebés), natação em regime livre, hidroginástica e hidroterapia. Finalmente, o município dispõe de **4 courts de ténis**: 2 deles localizados no Complexo das Piscinas Municipais e outros 2 no Parque da Cidade.

De acordo com entrevista realizada com responsável da Empresa Municipal de Desporto de Barcelos, as principais carências do concelho em termos infraestruturais são: a escassez de espaços cobertos de natureza polivalente (embora existam alguns espaços dispersos pelo concelho); a necessidade de mais piscinas uma vez que só existe um complexo de piscinas no concelho, localizado na sede de concelho e que tem já uma forte procura (sobretudo a partir da 17horas); e há ainda a necessidade de requalificar alguns dos equipamentos desportivos existentes. Actualmente, a EMDB está a elaborar a Carta Desportiva, que inclui um levantamento exaustivo dos vários espaços e equipamentos desportivos de Barcelos e que permitirá obter uma imagem mais nítida das necessidades do concelho ao nível dos equipamentos desportivos.

Por outro lado, importa destacar o trabalho que a EMDB tem desenvolvido através do projecto **Barcelos Cidade Saudável** que visa aumentar a quantidade e a qualidade do índice de actividade física informal desenvolvida pelos residentes em Barcelos. O Gabinete de Apoio ao Utente do projecto, localizado no Pavilhão Municipal, assegura a coordenação e dando apoio técnico e pedagógico à realização de todos os eventos, e tem ainda conseguido divulgar e promover o projecto de várias entidades locais, mobilizando-as para serem parceiras no projecto. O trabalho realizado no âmbito deste projecto tem permitido identificar e trabalhar uma série de situações graves em termos de saúde pública em Barcelos. Actualmente realizam-se encontros semanais, aos domingos de manhã, dedicados à prática de marcha e corrida. Num futuro próximo a EMDB pretende desenvolver este projecto para uma 2ª fase que contempla, nomeadamente, um aprofundamento do trabalho a partir das freguesias (em colaboração com associações locais e juntas de freguesia).

Finalmente, ao nível dos principais eventos desportivos que se realizam em Barcelos, importa destacar a realização no concelho de uma das etapas do **Campeonato do Mundo de Tiro** (a prova decorreu no Complexo de Tiro de Fervença), de uma das etapas do Campeonato Open de Ralis, o **Rali de Barcelos** (cuja primeira edição aconteceu em 2009) e ainda de uma das etapas da **Volta a Portugal em Bicicleta**.



Figuras 49: 3ª edição do Rali de Barcelos

Fonte: QP, 2011

3.2.2 POLÍTICAS, INSTRUMENTOS E PROJECTOS EM CURSO DE INICIATIVA PÚBLICA

Sistematizam-se, em seguida, um conjunto de aspectos relacionados com as principais políticas, prioridades e projectos no domínio da cultura e lazer (incluindo as práticas de desporto informal). A partir da análise e entrevistas realizadas com técnicos e responsáveis políticos do município, constatou-se que os **grandes domínios de aposta e intervenção** têm sido orientados, no essencial, para os seguintes aspectos:

- Valorização e preservação do património concelhio, estando em curso uma aposta crescente no domínio do património mais imaterial do concelho;
- Desenvolvimento de produtos de turismo cultural do concelho através, designadamente, da concepção e implementação de roteiros culturais na área do centro histórico, criação de circuitos de visitação às oficinas de artesãos e ainda à inserção de Barcelos na Rota do Caminho de Santiago;
- Apoio à valorização e divulgação das artes e ofícios tradicionais, encarando-as enquanto recurso diferenciador da identidade do concelho (eventos, criação de um espaço de mostra e venda de artesanato, apoio à certificação de produtos locais, etc.);
- Promoção e dinamização do tecido cultural e artístico local, nomeadamente, através da celebração de protocolos com grupos e associações locais que favoreçam uma incremento da sua visibilidade e a consolidação e qualificação das suas actividades;
- Desenvolvimento de uma programação cultural regular e diversificada (música, cinema, teatro e artes plásticas), que reforce a coesão territorial, nomeadamente, através do apoio a algumas iniciativas culturais de natureza itinerante e/ou descentralizada;
- Apoio à realização de eventos pontuais na área da música urbana contemporânea (festivais de rock e estilos musicais derivados);
- Apoio ao desenvolvimento do ensino artístico local, nomeadamente através da promoção de projectos e iniciativas que dinamizem e dêem uma maior visibilidade a estas actividades;
- Apoio às práticas desportivas formais;
- Desenvolvimento do projecto Barcelos Cidade Saudável, com o objectivo de promover junto da população local práticas desportivas informais, sobretudo utilizando espaços públicos do concelho;
- Criação e modernização de infra-estruturas desportivas.

Importa ainda recuperar e sistematizar alguns dos **projectos estruturantes** que foi possível identificar nesta fase de diagnóstico, alguns dos quais anteriormente referidos.

Existem, por um lado, alguns projectos já em curso que visam o **alargamento e qualificação da oferta de equipamentos culturais existentes no concelho**, dos quais se destacam:

- a Requalificação do Teatro Gil Vicente (em curso, deverá inaugurar ainda em 2011);
- a Recuperação, Ampliação e Valorização do Museu de Olaria, uma candidatura submetida ao Eixo Prioritário III – Valorização e Qualificação Ambiental e Territorial do ON.2, recentemente aprovada e que deverá estar concluída até 2012;
- a criação do Núcleo Museológico do Rio, estando já concluídas as obras de requalificação da antiga azenha, faltando neste momento solucionar alguns aspectos relacionados com a acessibilidade ao novo equipamento e a operacionalização do projecto de dinamização do espaço (poderá entrar em funcionamento em 2012);
- a recuperação, musealização e dinamização do espaço da antiga Oficina de Rosa Ramalho (projecto em fase de arranque; o município já adquiriu o terreno).

Ao nível da **salvaguarda, preservação e valorização do património**, destacam-se alguns projectos relevantes, pese embora alguns se encontrem ainda numa fase mais inicial:

- a requalificação do Castelo de Faria (projecto inserido numa candidatura transfronteiriça ao POCTEP);
- o projecto de inventariação e divulgação do património imaterial endógeno (numa primeira fase, centrado nas lendas e no teatro popular), já em fase de arranque;
- o projecto de criação dos Roteiros Culturais do concelho, que se encontra em fase de arranque (prevendo-se que o primeiro produto deste projecto, o Roteiro Literário, esteja disponível em meados de 2011).

Finalmente, no domínio da promoção e dinamização de práticas artísticas no concelho destaca-se, nomeadamente:

- a política municipal de celebração de protocolos com grupos e associações culturais locais, tendo em vista apoiar o seu desenvolvimento e qualificação;
- uma programação cultural diversificada que pretende contribuir para dar visibilidade aos talentos locais, afirmando-os no plano regional;
- a promoção de diversos projectos e iniciativas com escolas do concelho (designadamente, de ensino artístico) que visam dinamizar e dar uma maior visibilidade a estes tipo de actividades;
- o projecto de criação de um espaço dedicado à produção artística, orientada para jovens artistas e criativos do concelho, disponibilizando áreas de ateliers/salas ensaio, a instalar numa antiga escola primária da freguesia de Carreços (projecto inserido na RUCI do Quadrilátero Urbano, candidatado ao ON.2, prevendo-se que esteja concluído durante o ano de 2013).

3.2.3 QUADRO ESTRATÉGICO DE REFERÊNCIA (POLÍTICAS NACIONAIS E REGIONAIS, OBJECTIVOS E METAS)

A actividade municipal nos domínios da cultura encontra-se enquadrada por alguns referenciais de natureza sectorial que estabelecem um conjunto de orientações estratégicas relevantes em matéria de objectivos e metas a atingir em alguns equipamentos e projectos de iniciativa pública. Neste sentido, revela-se pertinente proceder a um breve enquadramento destes referências estratégicos, a nível nacional e regional, por domínios temáticos.

No domínio da leitura, importa destacar a inserção da Biblioteca Municipal de Barcelos na **Rede Nacional de Bibliotecas Públicas (RNBP)**. Trata-se de um Programa promovido pelo Ministério da Cultura, através da Direcção-Geral do Livro e das Bibliotecas, que visa apoiar técnica e financeiramente os Municípios na criação e instalação de bibliotecas municipais, respeitando um conjunto de referenciais mínimos de qualidade (designadamente, ao nível da programação funcional, serviços e recursos humanos afectos) que se consideram ser fundamentais para uma prestação qualificada deste serviço público de acesso à cultura e ao conhecimento. O objectivo da RNBP é a constituição de uma rede nacional de bibliotecas públicas, tendo por base o concelho, que integra uma Biblioteca Municipal – localizada na sede daquele, em zona central ou muito frequentada – e pólos em diferentes localidades do município, de acordo com o número e a distribuição dos seus habitantes. A inserção na RNBP visa ainda o desenvolvimento de um conjunto de serviços para as bibliotecas e para os cidadãos em geral, com recurso às tecnologias da informação e comunicação, permitindo o acesso a diversos recursos e serviços disponíveis para as várias bibliotecas no sentido de fomentar o diálogo e a cooperação entre as várias bibliotecas inseridas na Rede.

Considera-se ser ainda fundamental que a Biblioteca Municipal possa apoiar tecnicamente as Bibliotecas Escolares. A criação e desenvolvimento de uma **Rede de Bibliotecas Escolares (RBE)** foi assumida como uma política articulada entre os Ministérios da Educação e da Cultura, entendendo-se que este espaço contribui de forma significativa para a aprendizagem ao longo da vida, promovendo a consolidação de literacias fundamentais para uma sociedade baseada no conhecimento. Entende-se ainda que o desenvolvimento e consolidação de práticas de trabalho em rede, envolvendo as diferentes bibliotecas escolares e a Biblioteca Municipal contribui para: i) uma gestão partilhada das colecções; ii) uma boa rentabilização de recursos; iii) uma rentabilização de algumas das potencialidades oferecidas pelas tecnologias de informação e comunicação. O Programa RBE visa apoiar a instalação, o apetrechamento e qualificação do fundo documental das bibliotecas escolares, contribuindo para a resolução das assimetrias na prestação do serviço educativo.

No domínio dos equipamentos museológicos, importa notar que Barcelos se encontra inserido, através do Museu de Olaria, na **Rede Portuguesa de Museus (RPM)** do Instituto de Museus e da Conservação. A adesão à RPM implica que a estrutura museológica adopte um conjunto de objectivos relacionado com a qualificação dos serviços prestados pelo museu, nomeadamente, ao nível das condições de conservação e apresentação dos espólios e colecção, bem como da promoção do rigor e do profissionalismo das práticas museológicas e das técnicas museográficas, designadamente, através da promoção regular de acções de formação dos recursos humanos afectos à instituição. A RPM visa ainda promover a cooperação institucional e a articulação entre museus, introduzir práticas de planeamento e a racionalização dos investimentos públicos em museus, descentralizar recursos e produzir e difundir regularmente informação relativa aos museus.

Ao nível das estratégias regionais, vale ainda a pena recuperar sinteticamente algumas das principais prioridades definidas pelo **Programa Operacional Regional do Norte 2007-2013**. Esse documento – produzido a partir da nova visão estratégica sobre e para o desenvolvimento do Norte de Portugal que decorreu da iniciativa pública **NORTE 2015**, promovida pela CCDR-N, entre Janeiro de 2005 e Setembro de 2006 – pretendia contribuir para a preparação e definição da estratégia de desenvolvimento regional no período 2007/2013, com base num conjunto de cenários de evolução da Região, bem como a definição das suas grandes prioridades, designadamente em termos da aplicação dos fundos estruturais do QREN – Quadro de Referência Estratégica Nacional 2007-2013.

Relativamente à cultura e património, é reconhecido pela iniciativa NORTE 2015 o papel muito relevante que estes recursos poderão assumir, a diferentes níveis, no desenvolvimento futuro da Região Norte, designadamente, no que se refere ao reforço de identidades e de sociabilidades; no que diz respeito à produção de novas lógicas de inovação, mudança e competitividade. Reconhece-se ainda que, muito embora nas últimas duas décadas, a Região Norte tenha registado um forte investimento no sector da cultura, sobretudo de cariz infraestrutural, e essencialmente por iniciativa municipal, persistem importantes fragilidades relativamente ao quadro institucional e de recursos. Neste sentido, identificou-se a necessidade urgente de serem ultrapassadas estas diversas fragilidades, tendo em vista garantir uma maior sustentabilidade, eficiência e eficácia na provisão de serviços culturais à comunidade. Entre os principais domínios estratégicos de intervenção a este nível podem destacar-se: a necessidade de aprofundar e incrementar métodos de trabalho em parceria, envolvendo agentes e instituições de diferentes áreas; bem como a criação e desenvolvimento de espaços intermédios de organização em rede, capazes de criar condições de escala e complementaridade; ou ainda a pertinência de uma acréscimo da articulação entre as políticas culturais

e de educação; entre outros. Estas preocupações foram posteriormente enquadradas no âmbito do **Eixo Prioritário III – “Valorização e Qualificação Ambiental e Territorial” do ON.2**, no âmbito dos quais se enquadram as questões relacionadas com a melhoria das condições de salvaguarda, valorização e de animação do património cultural (imóvel, móvel, imaterial e oral), bem como da melhoria da qualidade e eficiência na provisão dos serviços colectivos territoriais de proximidade na área da cultura, designadamente consolidando as redes de equipamentos colectivos, desenvolvendo as infra-estruturas culturais e melhorando os serviços culturais.

No âmbito da iniciativa NORTE 2015 foi ainda identificada como estratégica a aposta na constituição e desenvolvimento de um *cluster* de Indústrias Criativas na Região do Norte, sublinhando-se a necessidade da “definição de medidas de política pública de incentivo à organização e *networking*, à promoção, dinamização e monitorização destes sectores de actividade, na Região do Norte”, que “poderão condicionar positivamente a sua estruturação e consolidação, concretizando potencialidades económicas e empresariais relevantes e o reforço, pela sua via, da exportação da imagem regional”. Estas preocupações vieram a ser, posteriormente, enquadradas no **Eixo Prioritário II – Valorização Económica de Recursos Específicos do ON.2**, em que se destacam, entre as prioridades estratégicas, a “valorização da cultura e da criatividade” e a “valorização de novos territórios de aglomeração de actividades económicas” (designadamente, através da aposta no desenvolvimento e consolidação de um *cluster* de Indústrias Criativas na Região do Norte de Portugal). Esta reflexão viria a ser posteriormente aprofundada através da realização do **“Estudo Macroeconómico para o Desenvolvimento de um Cluster das Indústrias Criativas na Região do Norte”** (CCDRN, Julho de 2008) que, aprofundando os estudos de diagnóstico, propôs uma visão, concretizada num plano de acção para o sector e num modelo de implementação e selecção de projectos a apoiar através de financiamento público, designadamente no âmbito QREN.

De acordo com este documento, o sector das indústrias Criativas é definido como englobando todas “as actividades que têm a sua origem na criatividade individual, habilidade e talento e com potencial de criação de emprego e riqueza, através da geração e exploração da propriedade intelectual”, sendo composto por um leque alargado e diversificado de disciplinas e actividades. Um dos aspectos particularmente salientados no estudo é a especial relevância que as cidades hoje assumem enquanto espaços privilegiados para o desenvolvimento das indústrias criativas, existindo já um vasto manancial de estudos e análises que evidenciam as vantagens de uma estreita articulação entre os processos de regeneração urbana, as estratégias de apoio à fixação de criativos e a aposta na cultura, no turismo cultural e no marketing urbano. Por outro lado, o Plano de Acção da Agenda do Cluster das Indústrias Criativas na Região do Norte, identifica ainda um conjunto de objectivos específicos a atingir, a saber:

- (i) Desenvolver e reforçar a notoriedade da capacidade criativa da Região;
- (ii) Desenvolver o empreendedorismo criativo regional;
- (iii) Criar plataformas de serviços de apoio aos negócios criativos que quebrem as fronteiras entre a ecologia e a economia, ajudem a estabelecer redes de parcerias, apoiem os criativos na orientação para o mercado e facilitem as ligações o exterior;
- (iv) Criar sistemas de investimentos especializados e programas de apoio à adequada estrutura de capitais dos negócios criativos;
- (v) Promover a Atractividade Criativa da Região;
- (vi) Desenvolver competências no planeamento e gestão cultural regional.

3.3. ESTRUTURAS E DINÂMICAS URBANAS

3.3.1 IDENTIFICAÇÃO DE PROBLEMÁTICAS E TENDÊNCIAS E SUA EXPRESSÃO NO TERRITÓRIO

Conforme já salientado no sub-capítulo referente à organização territorial, o padrão de ocupação caracteriza-se pela sua forma irregular, assente numa estrutura linear ao longo dos eixos viários, resultando num modelo de ocupação difuso com forte sobreposição de usos do solo (urbano, agrícola, florestal, industrial). Se esta paisagem “retalhada”, com origem no minifúndio agrícola e que se

“propagou” aos restantes usos, é distintiva desta região, ela assume particular destaque neste concelho. O facto de Barcelos ser o município português com maior número de freguesias (89) poderá ser uma evidência desta forma de ocupação e organização territorial, que por seu turno se reflecte numa rede urbana assente num principal núcleo urbano (a cidade de Barcelos), enquanto que a grande maioria da população se dissemina por pequenos aglomerados urbanos (ou aglomerados de cariz rural que se têm vindo a urbanizar) incapazes de se afirmar num segundo nível da rede urbana concelhia.

As estatísticas corroboram o que agora foi dito, uma vez que mais de 80% da população concelhia residia em 2001 em lugares com menos de 2.000 habitantes, enquanto a média do território da NUTS 3 Cávado ronda os 55%. Contudo, será justo afirmar que este défice de urbanidade se tem vindo a inverter (ou pelo menos a atenuar), uma vez que já na década de 90 a cidade de Barcelos assistiu a um crescimento populacional superior a 20% (INE, 2004, Atlas das Cidades Portuguesas). Apesar deste dinamismo demográfico, Barcelos continua a ser a cidade menos populosa da Rede Urbana Quadrilátero com cerca de 20.500 habitantes (dados referentes a 2001).

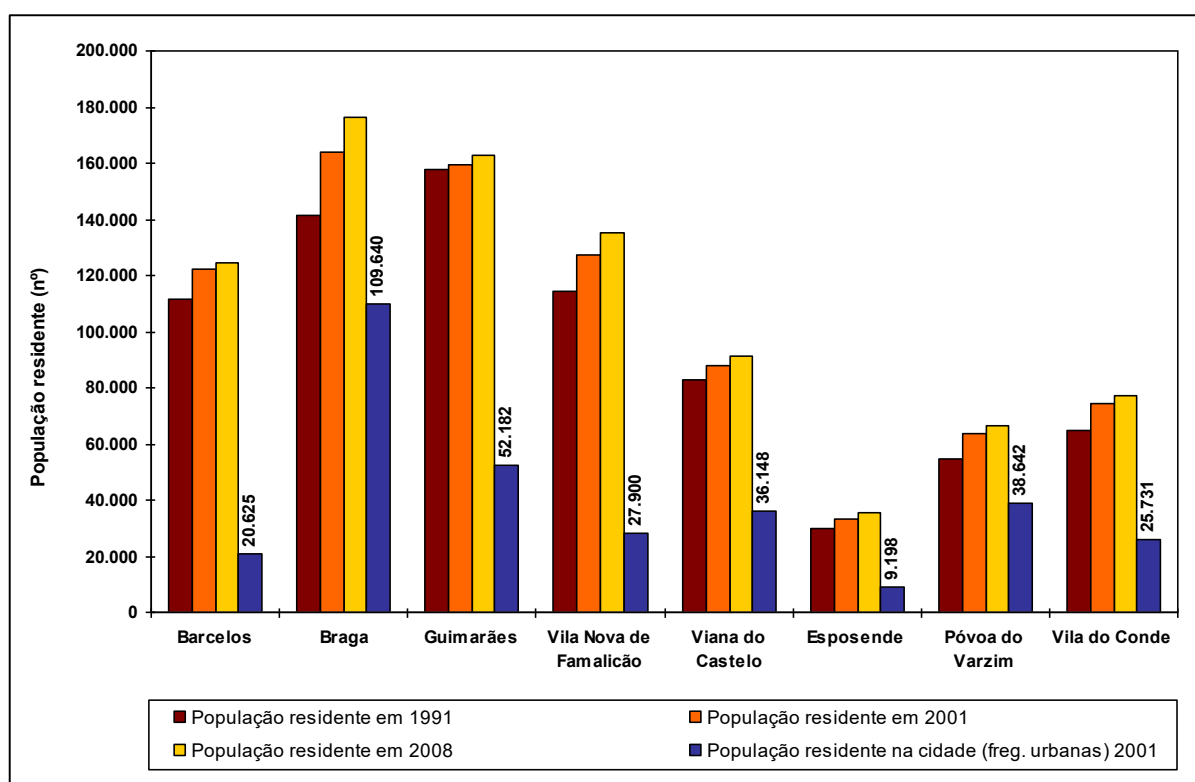


Figura 50: Evolução da população residente concelhia entre 1991 e 2008 e população residente nas cidades mais próximas de Barcelos em 2001

Fonte: INE, RGP 1981, 1991 e 2001; Anuário Estatístico da Região Norte 2008.

Como se confirma pela análise do gráfico anterior, enquanto a cidade de Barcelos concentra apenas 17% da população concelhia, municípios como Braga, Póvoa do Varzim e Viana do Castelo rondam os 40 a 60%, evidenciando níveis de urbanidade muito superiores.

Se a população concelhia tem registado uma tendência crescente nas duas últimas décadas, o decréscimo da população jovem (menos de 25 anos) desde 2001, à semelhança dos territórios de proximidade, poderá evidenciar uma tendência para abrandamento desta dinâmica (ver figura seguinte).

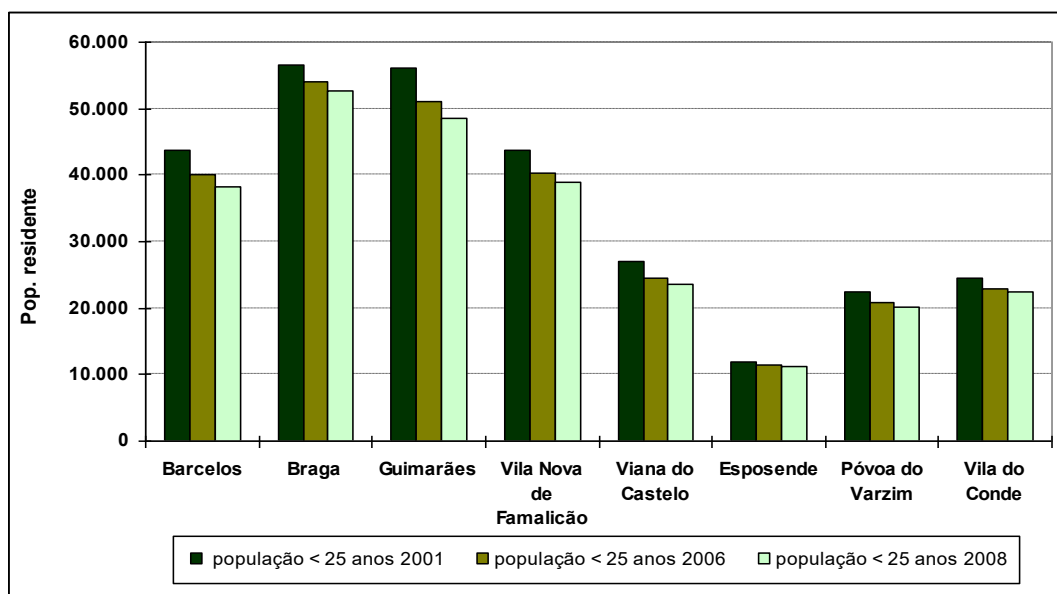
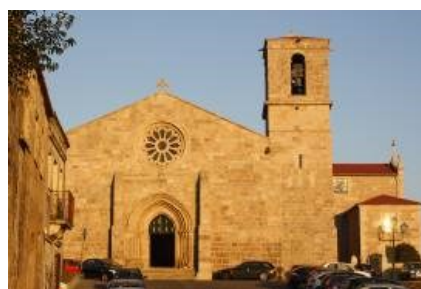


Figura 51: Evolução da população jovem (menos de 25 anos) entre 2001 e 2008

Fonte: INE, Anuário Estatístico da Região Norte

Componentes estruturantes da cidade

Historicamente, a cidade de Barcelos cedo se afirmou como um importante ponto de passagem (e de paragem), fruto do cruzamento de diversas vias, com especial destaque para os eixos longitudinal Braga/ Viana do Castelo e latitudinal Ponte de Lima/ Porto. Esta intersecção, juntamente com a sua proximidade ao rio Cávado (e dessa forma acesso ao mar) terá feito florescer a actividade comercial em Barcelos, sendo antigas as referências à importância da feira de Barcelos (século XIII). A pujança económica deste aglomerado na época medieval foi sendo acompanhada pela consolidação da sua malha urbana e estrutura edificada em ambas as margens do Cávado (abrangendo as freguesias de Barcelos e Barcelinhos). Data desta época a construção da ponte medieval, bem como de muitos outros edifícios medievos que ainda hoje se preservam no casco histórico da cidade: ponte medieval e Capela de Nossa Sr.^a da Ponte, Paço dos Condes de Barcelos, o Solar dos Pinheiros, o pelourinho, o Hospital do Espírito Santo, a Igreja Matriz, entre outros.



Figuras 52, 53, 54 e 55: Ponte Medieval de Barcelos, perspectiva sobre o rio Cávado, Igreja Matriz e campo da Feira

Fonte: QP, 2011

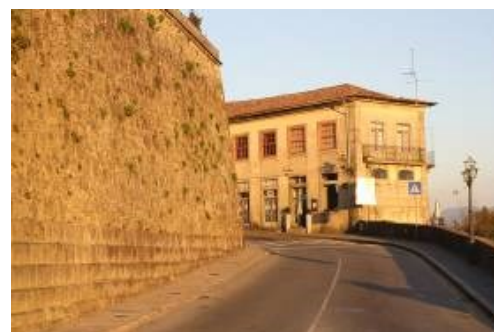
Este centro cívico e comercial consolidou-se, densificou-se e foi-se “movendo” em direcção ao Campo da Feira, abrangendo ambas as margens do Cávado, dando origem ao actual centro histórico da cidade de Barcelos (ver esquema abaixo), onde ainda se concentram grande parte dos equipamentos da administração pública (como a Câmara Municipal, os bombeiros, a polícia), culturais e turísticas (Teatro Gil Vicente, Biblioteca Municipal, Museu de Olaria e Artes, entre outros, posto de turismo/ Centro de Artesanato) e de saúde (Hospital de St^a Maria Maior), bem como as principais estruturas comerciais (sejam o Mercado Municipal, algumas galerias comerciais, o Campo da Feira, a Cooperativa Agrícola de Barcelos) e as artérias comerciais mais polarizadoras (caso da Rua Direita).



Figuras 56, 57, 58 e 59: Mercado Municipal, Rua Direita, galeria comercial e Cooperativa Agrícola

Fonte: QP, 2011

Apesar da proximidade do centro histórico da cidade ao rio Cávado e mesmo da extensão deste perímetro até à margem sul (Barcelinhos), não se denota grande “relação” entre estas duas componentes do sistema urbano, sendo evidente que a cidade terá crescido de costas voltadas para o rio: o atravessamento do rio dentro destes limites (ponte medieval) é paradigmático do que agora foi dito, uma vez que quer o peão, quer o automobilista são induzidos a subir de cota e a afastarem-se do rio, circulando por arruamentos com edifícios cujas fachadas de tardo se encontram voltadas para o rio (menos evidente em Barcelinhos).



Figuras 60 e 61: Fachadas de tardo em Barcelinhos voltadas para o rio e saída ponte medieval em Barcelos

Fonte: QP, 2011

Contudo importa destacar o esforço que tem sido levado a cabo nos últimos anos para inverter esta situação, tendo a autarquia desenvolvido dois projectos de criação de jardins/ parques públicos, um a montante da ponte medieval e outro a jusante, mas que em ambos os casos carecem de uma ligação mais “intuitiva” à malha urbana (apesar da sua proximidade).



Figuras 62 e 63. Parques/ jardins públicos a jusante e a montante da ponte medieval

Fonte: QP, 2011

No que concerne ao estado de conservação do espaço público e do parque edificado no casco histórico, pode dizer-se que a reabilitação do edificado se tem desenvolvido a um ritmo mais lento do que as intervenções de requalificação do espaço público e dos equipamentos públicos (iniciativa pública). De facto, intervenções recentes no espaço público não têm sortido efeitos de alavancagem relevantes no que à recuperação de edifícios privados diz respeito. Apesar de não existir informação estatística recente que comprove esta afirmação, o levantamento impressionante de terreno permitiu observar pontuais obras de reconstrução de edifícios privados no centro histórico, sendo no entanto de destacar o elevado número de edifícios devolutos e em ruína. Este terá sido um dos principais fundamentos para a autarquia ter recentemente criado o Gabinete de Reabilitação Urbana (Novembro de 2010), unidade operativa do município integrado no Departamento de Planeamento e Gestão Urbana que procura: i) desenvolver uma estratégia de intervenção municipal concernente à defesa e recuperação do património histórico e arquitectónico; ii) elaborar, propor e divulgar regras de intervenção urbanística nas zonas urbanas consolidadas e núcleos históricos; iii) assegurar a articulação com as associações de proprietários, associações de moradores e administrações conjuntas; iv) promover a elaboração de planos e estudos necessários à recuperação e legalização dos diversos aglomerados ilegais, na modalidade de reconversão de iniciativa municipal; v) inventariar os prédios devolutos do Centro Histórico, com necessidades de intervenções urgentes e propor programas de incentivo à sua recuperação.



Figuras 64 e 65: Exemplos de intervenções públicas de requalificação do espaço público no centro histórico

Fonte: QP, 2011

No que a esta matéria diz respeito, convém referir que Barcelinhos apresenta um défice de intervenções de requalificação do espaço público, evidenciando uma paisagem urbana mais

degradada e desarticulada, traduzida não só na pouca qualidade do seu espaço público, mas também nos índices de degradação do seu parque edificado.



Figuras 66, 67, 68 e 69: Edifícios devolutos/ em ruína e exemplos de dinâmica de reabilitação urbana no centro histórico da cidade

Fonte: QP, 2011

Outro problema visível nesta unidade territorial da cidade (centro histórico) está relacionado com o estacionamento automóvel e a consequente presença determinante do automóvel nos espaços urbanos de excelência e de mais identitários (como são os casos da envolvente à Igreja Matriz e Câmara Municipal, Campo da Feira, entre muitos outros). A quase total ausência de parques de estacionamento de uso público (de iniciativa pública ou privada) neste espaço da cidade origina um estacionamento desordenado à superfície, como foi possível comprovar no terreno (ver figuras seguintes). Este problema é ainda agravado em dias de feira, uma vez que o espaço onde esta actividade se desenvolve se revela como a principal zona de estacionamento automóvel da cidade (maior capacidade).



Figuras 70 e 71: Estacionamento desordenado à superfície

Fonte: QP, 2011

A chegada da ferrovia à cidade (1877) foi outro factor importante para o processo de deslocação do centro cívico da cidade mais para norte (Campo da Feira), uma vez que a localização da estação de caminho-de-ferro a nascente levou à urbanização do eixo da Avenida da Estação e à consequente atracção de estruturas comerciais e uma série de equipamentos administrativos e de ensino para esta zona da cidade, bem como de unidades industriais que beneficiavam da proximidade à ferrovia para prosperarem (essencialmente ligado à indústria têxtil). O Plano de Urbanização que décadas mais tarde foi desenvolvido pela autarquia (anos 70 do século anterior) veio confirmar esta tendência, visto que, para além de definir o traçado das principais vias estruturadoras do fluxo de tráfego (incluindo a circular urbana), previa o crescimento urbano para a envolvente a este eixo da estação ferroviária.

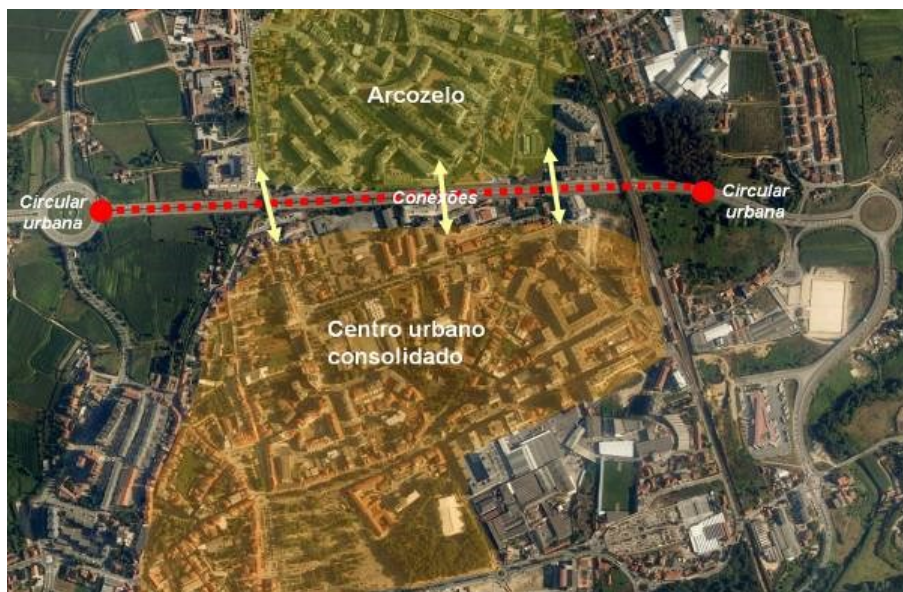


Figuras 72 e 73: Estação de caminho-de-ferro de Barcelos e Avenida da Estação

Fonte: QP, 2011

Assim, a cidade foi crescendo num anel em torno do casco histórico (mas principalmente na margem norte e nascente) de uma forma consolidada e estruturada, deslocando-se para esta zona equipamentos importantes e polarizadores, como são os casos da Escola Secundária Alcaide de Faria, da Escola Secundária de Barcelos e da EB2/3 de Barcelos, do Estádio Municipal Adelino Ribeiro Novo, da piscina municipal e dos campos de ténis. Os interstícios urbanos foram sendo preenchidos com zonas habitacionais de densidade superior às do centro histórico.

Porém, a definição destes importantes eixos ferro e rodoviários de grande capacidade introduziram na malha urbana elementos dissonantes e que geraram um “efeito barreira” significativo na paisagem urbana, dando por seu turno azo ao aparecimento de periferias urbanas descaracterizadas e desordenadas, com níveis de articulação deficitários com o restante sistema em que a cidade se insere. O exemplo paradigmático do que agora foi dito é a zona de expansão urbana de Arcozelo, que para além de ter crescido de forma um pouco caótica e guetizada, com densidades elevadas e soluções tipológicas diversificadas, não conseguiu resolver da melhor forma a sua ligação ao centro histórico e sua envolvente por forma a transpor a barreira física que a circular urbana representa (ver figura seguinte).



Figuras 74: Ligação de Arcozelo ao centro urbano consolidado

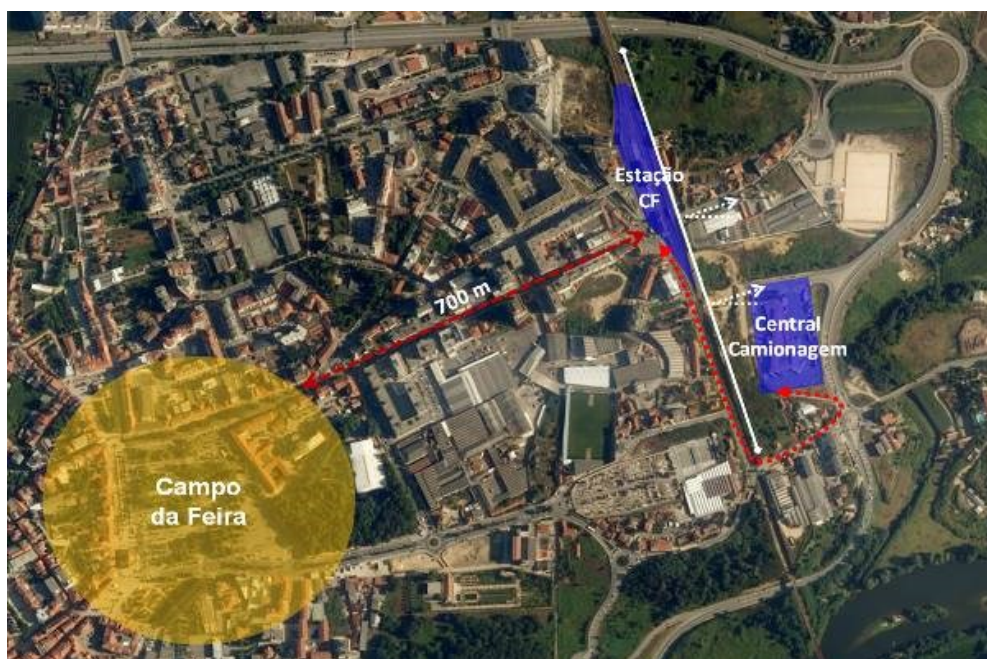
Fonte: Google Maps 2011. Tratamento QP.

Esta “patologia” urbana não se limita apenas ao caso de Arcozelo. A relação Estação CF/ Central de Camionagem é outro ponto evidente de desconexão urbana. Como se pode ver pela figura seguinte, apesar de estas duas infraestruturas se encontrarem muito próximas (e de apresentarem boas acessibilidades rodoviárias, o que pode ajudar ao incremento da intermodalidade), a sua ligação não é de modo algum facilitada. Para além da barreira física que representa a linha-férrea, a existência de terrenos privados na confluência destes pontos dificulta o seu acesso pedonal, obrigando os peões a contornar a via-férrea mais a sul, acedendo aí à central de camionagem. Por outro lado a existência nesta zona de um acesso rodoviário entre o eixo da Avenida da Estação e a circular urbana a nascente contribui ainda mais para a forma desordenada desta área (ver fotografias abaixo). Esta será uma problemática a ter em conta num horizonte temporal imediato, uma vez que estando solucionada poderá favorecer práticas mais sustentáveis de mobilidade, permitindo combinar modos de transporte.



Figuras 75, 76, 77 e 78: Acessos da Central de Camionagem à Estação de Caminho-de-Ferro

Fonte: QP, 2011



Figuras 79: Articulação Estação CF com a Central de Camionagem e destes com o centro histórico da cidade

Fonte: Google Maps 2011. Tratamento QP.

Finalmente, convém ainda destacar que o recente processo de deslocalização do IPCA para o novo Campus (quadrante poente da cidade) acabou por introduzir uma nova dissonância urbana nesta cidade, uma vez que o seu afastamento do centro não foi acompanhado por uma dinâmica de oferta de alojamento (arrendamento) e de comércio e serviços de proximidade na sua cercania. O “vazio urbano” existente entre esta instituição de ensino e o centro urbano consolidado é ainda acentuado pelos seus deficientes acessos rodoviários, como se pode constatar na figura seguinte.



Figuras 80: (Des)Articulação entre o Campus do IPCA e o centro da cidade de Barcelos

Fonte: Google Maps 2011. Tratamento QP.

Tentou-se neste ponto apresentar de forma sucinta a forma como a cidade se organiza e estrutura, faltando no entanto olhar para as áreas do tecido urbano mais expectantes e que poderão, eventualmente, configurar áreas de expansão urbana qualificada, com boas condições de acessibilidade rodoviária e de aparecimento de soluções tipológicas diferenciadas (para públicos-alvo também distintos). Do levantamento impressionante de terreno e da análise da cartografia disponível (mas sem ter em consideração condições prévias relevantes, como a propriedade e cadastro) resulta claro que a tendência de crescimento urbano da cidade se deverá cingir ao território que se encontra circundado pela circular urbana, com especial destaque para o quadrante poente e para a envolvente a Barcelinhos.

Como se pode ver pela figura seguinte, o perímetro urbano da cidade definido em sede de PDM (em revisão) estende-se por uma área um pouco mais alargada do que a malha referida anteriormente, devendo assim ser equacionada a revisão desta delimitação, ou caso se mantenha (ou alargue), sejam dadas orientações concretas, a inscrever em sede de PDM, que possibilitem a concretização desta aposta na “densificação” do centro da cidade. Da mesma forma se considera fundamental que esta aposta seja sempre precedida de uma política municipal forte de reabilitação urbana do centro da cidade, contemplando incentivos e benefícios fiscais que estimulem os processos de reabilitação.



Figuras 81: Perímetro urbano da cidade de Barcelos

Fonte: CM Barcelos.

A figura seguinte procura sistematizar a leitura das diversas componentes estruturantes da cidade de Barcelos, desde o seu casco histórico, até às periferias menos estruturadas ou áreas urbanas mais expectantes.

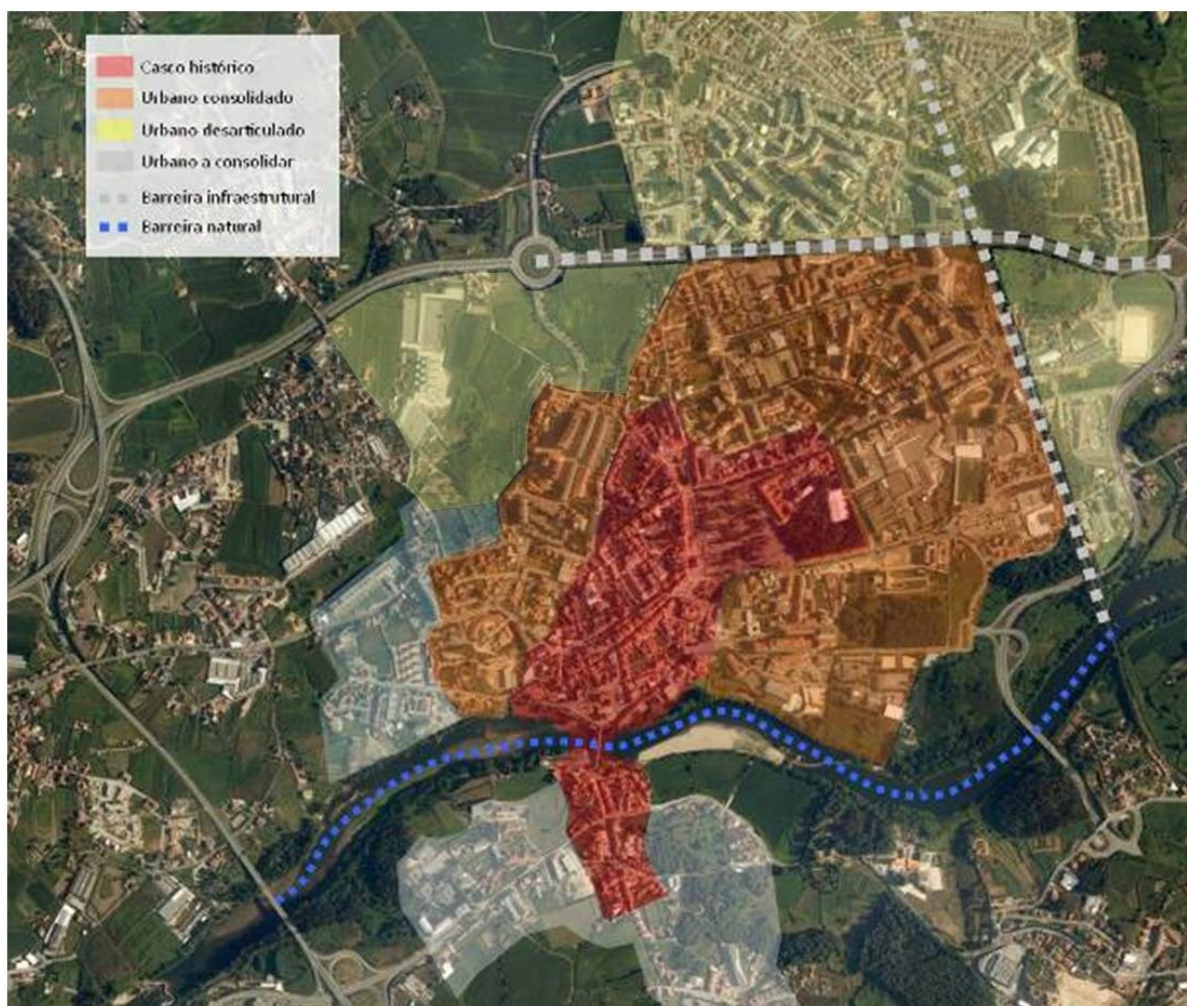


Figura 82. Componentes estruturantes da cidade de Barcelos

Fonte: Google Maps 2011. Tratamento QP.

Habitação e mercado imobiliário

Neste capítulo desenvolve-se um breve diagnóstico da situação de Barcelos no que diz respeito à habitação e mercado imobiliário, procurando identificar e sistematizar algumas das principais tendências que marcam hoje o concelho e, sempre que tal se revele como pertinente, tomando também por referência a situação em alguns concelhos envolventes.

Relativamente à distribuição dos alojamentos pelo concelho, revela-se pertinente notar que cerca de 52% estavam em Áreas Predominantemente Urbanas, cerca de 46% em Áreas Medianamente Urbanas e 2% em Áreas Predominantemente Rurais. Esta situação encontra-se associada a um modelo de ocupação do território bastante difuso, conforme vimos já anteriormente, o que contribui para que o peso polarizador da cidade de Barcelos, enquanto principal centro urbano do concelho, seja menos acentuado do que nos concelhos envolventes.

Analisando a situação em termos de condições de habitabilidade, vale a pena referir que, em 2006, 79% da população era servida por sistemas públicos de abastecimento de água (47% em 2001), 47% por sistemas de drenagem de águas residuais (28% em 2001) e 46% por ETAR (27% em 2001). Em 2004, apenas 10 das 89 freguesias (52% dos residentes no município) tinham toda a sua população servida pela rede de abastecimento de água e somente cerca de 5% da população do município estava coberta pela rede de abastecimento de esgotos (2 freguesias, Barcelos e Arcozelo, com cobertura total e 17 com cobertura parcial). Finalmente, verifica-se ainda a existência de habitações precárias (degradadas, sem infra-estruturas básicas) e ilegais. A figura seguinte descreve a evolução,

entre 1998 e 2007, do volume de investimento do Município de Barcelos com habitação, construção de esgotos e de captação, tratamento e distribuição de água.

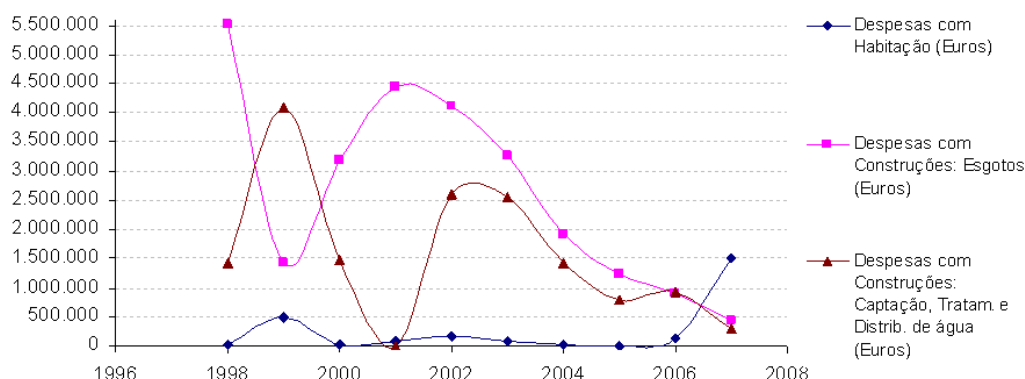


Figura 83: Evolução das despesas de investimento do Município de Barcelos com habitação, construção de esgotos e de captação, tratamento e distribuição de água, entre 1998 e 2007 (euros)

Fonte: DGAA

Como se poderá constatar, a tendência dos últimos anos (sobretudo, desde 2002) tem-se caracterizado por um decréscimo do investimento na criação de sistemas de esgotos e captação, tratamento e distribuição de água. Simultaneamente, desde 2006, verifica-se um maior investimento do município na construção.

Centrando-nos na análise da dinâmica do mercado de construção/reconstrução no concelho, verifica-se que, apesar do número de edifícios e alojamentos ter crescido em Barcelos, entre 2004 e 2005, parece existir uma tendência relativamente clara para um certo abrandamento, tendo por referência os concelhos da envolvente, conforme se constata na figura seguinte:

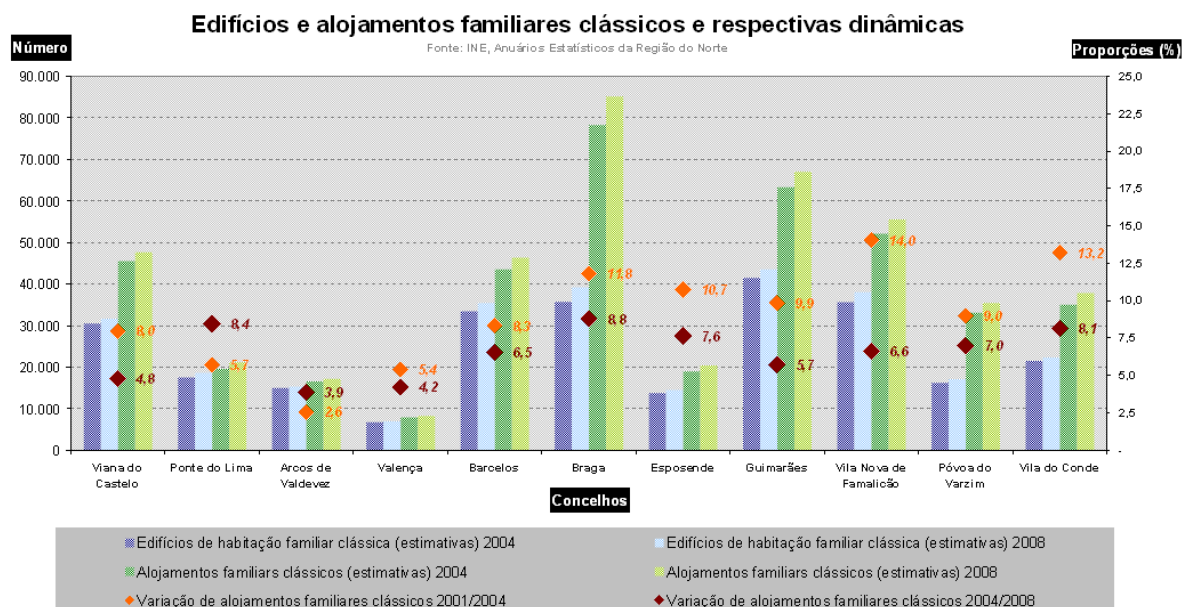


Figura 84: Edifícios e alojamentos familiares clássicos e respectivas dinâmicas

Fonte: INE, Anuários Estatísticos da Região Norte

Em 2001, existiam em média 107 alojamentos familiares por Km² em Barcelos (128 no Cávado), correspondendo a uma média de 1,3 alojamentos familiares por edifício (1,5 no Cávado). Em termos do regime de ocupação dos alojamentos familiares, e conforme se pode perceber a partir da análise

da tabela seguinte, em 2001, 84% dos alojamentos eram de residência habitual, 6% estavam vagos e cerca de 10% eram de uso sazonal ou secundário (72%, 10% e 17%, respectivamente no Cávado).

TABELA 35: INDICADORES DO PARQUE HABITACIONAL DE BARCELOS SEGUNDO A TIPOLOGIA DE ÁREAS: URBANAS, MEDIANAMENTE URBANAS E RURAIS, 2001

	Cávado	Barcelos	APU	AMU	APR
Total da população residente	393.063	122.096	63.880	55.962	2.254
Aloj. fam. Ocupados - Total	143.362	37.890	20.183	17.071	636
Aloj. fam. de Residência habitual (%)	80,6	89,8	90,3	89,1	91,7
Aloj. fam. de uso sazonal ou secundário (%)	19,4	10,2	9,7	10,9	8,3
Aloj. fam. Vagos (%)	11,5	6,6	7,6	5,6	4,2
Aloj. fam. clássicos de residência habitual arrendados seg. a data do contrato de arrendamento - Antes de 1975 (%)	23,1	21,0	24,3	8,4	0,0
Aloj. fam. clássicos de residência habitual arrendados seg. a data do contrato de arrendamento - Após 1990 (%)	53,9	59,9	56,1	74,2	100,0

Fonte: INE – RGP, 2001

Relativamente à evolução do número de alojamentos, em 2001, cerca de 90% dos edifícios possuíam 1 alojamento, dos quais cerca de 30% foram construídos antes de 1971, 45% entre 1971 e 1990, e apenas 25% entre 1991 e 2001 (comportamento semelhante no Cávado). No período que compreende 1991 a 2001, os edifícios com 1 alojamento aumentaram 13%, com 2 a 6 alojamentos aumentaram 58% e com 7 ou mais alojamentos aumentaram 40%. Cerca de 90% dos edifícios eram exclusivamente residenciais. Uma vez mais, estes dados reforçam a ideia anteriormente transmitida de que o concelho (e a cidade em particular) carece de índices de urbanidade mais fortes.

Como se poderá constatar na figura seguinte, entre 1991 e 2008, os alojamentos familiares clássicos aumentaram em média 854 por ano (4.145 no Cávado), estimando o INE que, em 2008, existiam 46 405 alojamentos familiares clássicos em Barcelos, ou seja mais 42% do que em 1991.

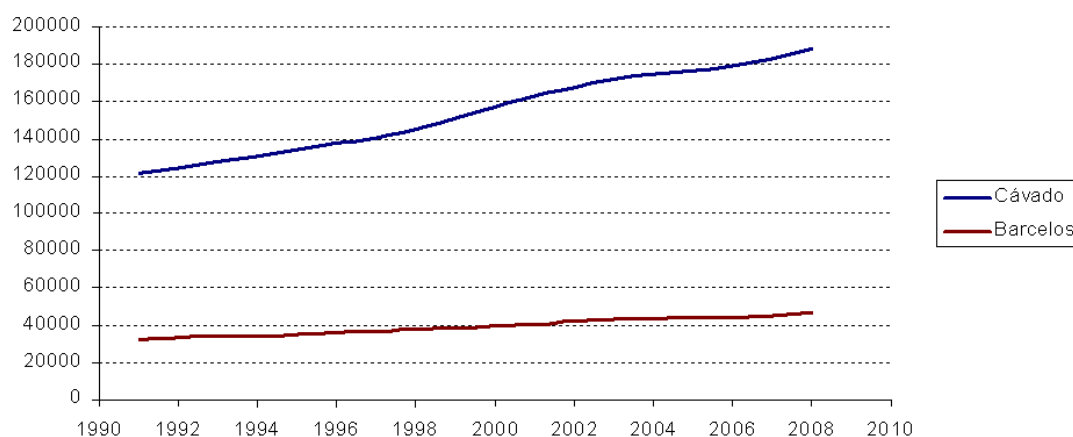


Figura 85: Evolução dos alojamentos familiares clássicos entre 1991 e 2008

Fonte: INE

Por outro lado, no período de 1995 a 2008, construíram-se em Barcelos 7.625 edifícios (89% construções novas, 8% ampliações e 2,8% restaurações e transformações) e 9.767 fogos concluídos para habitação, ou seja, cerca de 698 fogos para habitação por ano.

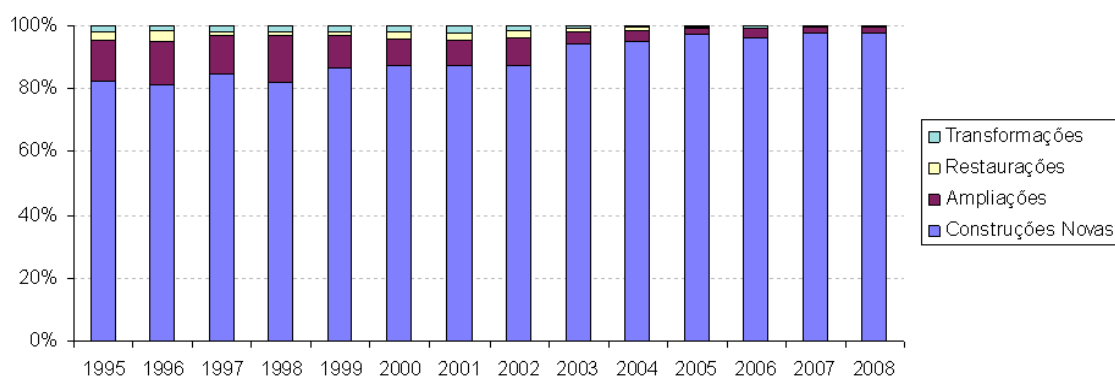


Figura 86: Edifícios construídos no município de Barcelos: construções novas, restaurações, ampliações e transformações entre 1995 e 2008

Fonte: INE

Em comparação com outros concelhos próximos, Barcelos revela uma fraca dinâmica ao nível do mercado de reconstrução/ampliação de edifícios, por oposição com uma dinâmica relativamente intensa em termos de mercado de novas construções, conforme se poderá constatar, a partir da análise da figura seguinte:

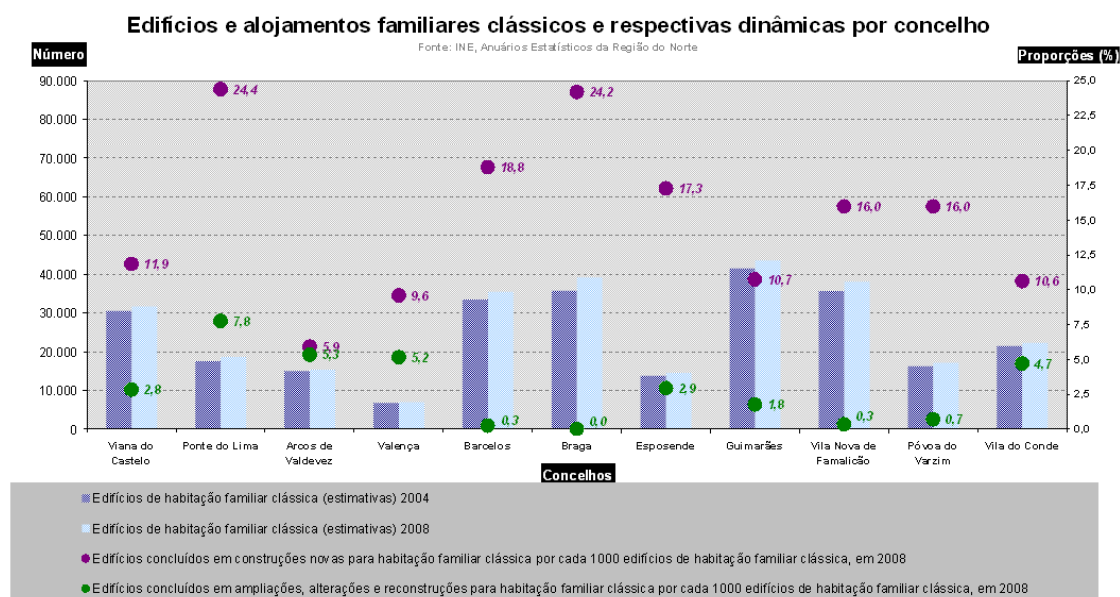


Figura 87: Edifícios e alojamentos familiares e respectivas dinâmicas por concelho

Fonte: INE, Anuários Estatísticos da Região Norte

Nesta análise, importa igualmente tomar em consideração a dinâmica do mercado imobiliário do concelho, tomando em consideração a sua evolução face ao território envolvente.

Assim sendo, entre 2003 e 2008, em Barcelos foram transaccionados, em média, 2.005 prédios por ano, num total de 12.029. Destes cerca de 70% eram prédios urbanos (74% em 2003 e 68% em 2008) e cerca de 30% prédios rústicos (24,1% em 2003 e 29,7% em 2008). Como descreve a tabela seguinte, enquanto o valor médio de transacção dos prédios urbanos foi crescente (cerca de 49 mil euros em 2003 e cerca de 75 mil euros em 2008), o valor médio dos prédios rústicos foi decrescente (cerca de 42 mil euros em 2003 e cerca de 28 mil euros em 2008), neste período.

TABELA 36: TRANSACÇÃO DE PRÉDIOS EM BARCELOS, NO PERÍODO DE 2003 A 2008

	2003	2004	2005	2006	2007	2008
Total de Prédios transaccionados	2.148	2.098	2.010	1.943	1.999	1.831
% Total de Prédios transaccionados face ao Cávado	21,4	22,9	21,2	22,0	24,5	24,3
Valor médio de transacção do total de prédios (Euros)	49.936	53.835	56.639	57.364	67.637	61.929
% de prédios urbanos transaccionados	73,6	72,0	70,7	71,7	70,3	68,1
Valor médio de transacção dos prédios urbanos(Euros)	48.959	58.007	56.518	65.804	72.060	75.189
% de prédios urbanos em propriedade horizontal transaccionados	53,9	47,3	47,2	-	47,0	42,3
Valor médio de transacção dos prédios urbanos em propriedade horizontal(Euros)	46.295	53.080	53.836	-	60.950	64.618
% de prédios rústicos transaccionados	24,1	26,5	27,2	26,4	27,5	29,7
Valor médio de transacção dos prédios rústicos (Euros)	41.594	41.787	49.369	31.316	49.953	28.358

Fonte: INE; Gabinete de Política Legislativa e Planeamento, Min. Justiça

Considerando os valores médios de avaliação bancária de habitação, publicados mensal e trimestralmente pelo INE, concluímos que o valor médio total da habitação em Barcelos é equiparado aos valores da habitação em Braga, Guimarães e Viana do Castelo.

TABELA 37: MÉDIA DOS VALORES UNITÁRIOS MÉDIOS TRIMESTRAIS DE AVALIAÇÃO BANCÁRIA DA HABITAÇÃO (EUROS/M2), DE 2004 A 2009

Municípios	Valores médios totais	Valores médios dos 25% de menor valor
Barcelos	954	681
Braga	952	656
Guimarães	943	689
Viana do Castelo	895	750
Vila Nova de Famalicão	1.118	665
Póvoa de Varzim	1.145	818

Fonte: INE.

No período de 2004 a 2009, o valor médio das avaliações trimestrais de habitação em Barcelos foi de cerca de 954 Euros por m2 (681 €/m2 para as 25% habitações de menor valor) contra os 952 de Braga e 943 de Guimarães. Assim, e como se pode constar na tabela anterior, a atracção de residentes por via do preço médio de habitação mais competitivo de Barcelos apenas se manifesta face aos valores de Póvoa de Varzim e de Vila Nova de Famalicão.

Analisando a figura seguinte, relativa aos valores médios de avaliação bancária dos alojamentos, conclui-se que, em 2009, o valor do m2 em Barcelos (903 €/m2) era mais elevado do que os restantes concelho da RUCI do Quadrilátero Urbano: Braga, com 885 €/m2; Guimarães, com 880 €/m2; e Vila Nova de Famalicão, com 898 €/m2. Pelo contrário, o concelho apresentava um valor por m2 inferior a alguns dos concelhos do Litoral e Área Metropolitana do Porto: Viana do Castelo (1.102 €/m2), Vila do Conde (1.225 €/m2) e Póvoa de Varzim (1.160 €/m2).

Evolução do mercado de habitação por concelho

Fonte: INE, Anuários Estatísticos da Região do Norte e Inquéritos à Avaliação Bancária na Habitação

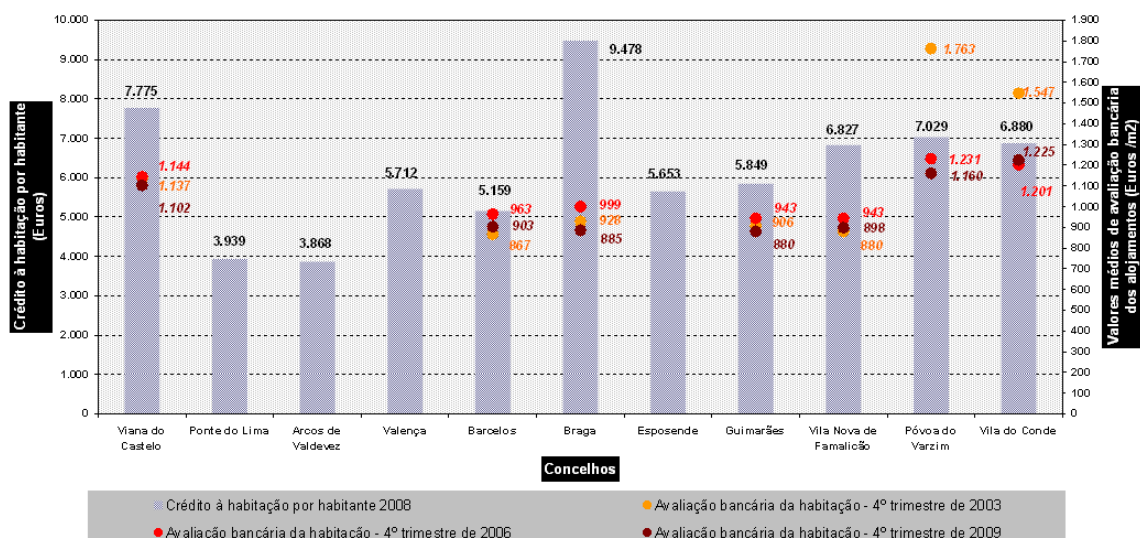


Figura 88: Evolução do mercado de habitação por concelho

Fonte: INE

Finalmente, importa abordar as questões relacionadas com a habitação social no concelho de Barcelos. Em 2009, existiam 9 bairros sociais, 43 edifícios e 152 fogos de habitação social, existindo 140 contratos de arrendamento e todos eles de renda social ou apoiada. Neste ano foram registados 16 pedidos de habitação no concelho. O número de fogos por edifício de habitação social em Barcelos era de 3,5 (2,1 no Cávado) e o número de fogos de habitação social por 1000 habitante era de cerca de 1,2.

Relativamente à dinâmica de construção de habitação social, importa referir a clara tendência para a diminuição do ritmo de construção nos últimos 25 anos: dos 43 edifícios de habitação social, 20 foram construídos entre 1946 e 1980 e 23 foram construídos entre 1981 e 1985.

Quanto à propriedade, 13 edifícios são propriedade total do município e 30 são propriedade parcial do município. Dos 152 fogos de habitação social, 141 estavam indisponíveis (140 arrendados e 1 ocupado ilegalmente) e 11 estavam disponíveis para arrendamento. Houve intervenção para reabilitação de 8 fogos. Segundo a tipologia, 112 fogos eram T2 e T3 e 40 eram T4 ou mais.

3.3.2 POLÍTICAS, INSTRUMENTOS E PROJECTOS EM CURSO DE INICIATIVA PÚBLICA

Neste capítulo pretende-se dar a conhecer um conjunto de aspectos relacionados com as principais políticas, prioridades e projectos no domínio da estrutura e dinâmica urbana, tendo por base algumas reuniões de trabalho já realizadas com técnicos e responsáveis políticos do município. No entanto convém destacar a necessidade de complementar este trabalho com mais algumas reuniões temáticas e parcelares com agentes relevantes para este domínio (caso do Gabinete de Reabilitação Urbana, empresas do sector imobiliário, entre outros), que permitirão uma percepção mais exacta da dinâmica em curso no município de Barcelos.

Neste sentido, podem desde já apresentar-se algumas linhas e instrumentos de política pública (municipal, nacional ou sectorial), bem como alguns projectos estruturantes em curso com impacto no domínio temático em causa:

- Programa municipal de apoio à renda, que tem como principais objectivos a dinamização do arrendamento, o apoio às famílias mais carenciadas (que paguem rendas superiores a ¼ do seu rendimento bruto, ou cujo rendimento per capita seja \leq a € 250) através da atribuição de um subsídio às rendas;

- Programa municipal de apoio à habitação social, que prevê um apoio a famílias alojadas em habitação social na reparação de imóveis, ampliação e construção através da isenção do pagamento das taxas de licença de obras e de habitabilidade, fornecendo ainda assistência técnica ai nível do projecto de arquitectura, de especialidades de engenharia e direcção técnica, até um subsídio máximo de 5.000 €;
- Benefícios fiscais a nível do IRS, nomeadamente para imóveis situados em território português através da dedução à colecta do IRS de 30% de um dos encargos a seguir mencionados e até ao limite de € 574: do proprietário – empréstimos; do arrendatário – dedução de rendas;
- Grandes opções do PDM Barcelos (Revisão): A municipalização de solo urbano é a grande aposta para dar resposta às necessidades habitacionais da população que precisa de maior apoio (a iniciar a sua vida activa, com recursos financeiros baixos, em situações de precariedade ou sobrelotação ou que pretendam regressar à de origem). Serão criadas bolsas de terreno que poderá ser adquirido a preço de custo, alargando as oportunidades de habitação unifamiliar nas aldeias.

3.3.3 QUADRO ESTRATÉGICO DE REFERÊNCIA (POLÍTICAS NACIONAIS E REGIONAIS, OBJECTIVOS E METAS)

Neste capítulo apresenta-se um breve enquadramento de alguns dos mais relevantes instrumentos de política de natureza sectorial que incidem nos domínios da habitação e da intervenção urbana. Atendendo à fase ainda inicial do presente exercício estratégico, serão somente sinalizados algumas das principais orientações estratégicas, em termos nacionais e regionais, identificando metas, objectivos e oportunidades potencialmente existentes em alguns dos Programas em vigor para os sectores em análise.

Começando pelo domínio da habitação, importa começar por referir que se encontram actualmente em vigor diversos programas nacionais, que perseguem objectivos diferenciados. Em seguida apresenta-se uma breve sistematização dos principais programas, respectivos objectivos e medidas.

Destaque-se, em primeiro lugar, o **PROHABITA – Programa de Financiamento para Acesso à Habitação**, que tem como principais objectivos: i) a Resolução global das situações de grave carência habitacional de agregados familiares residentes no território nacional; ii) a Concessão de apoios para construção de nova ou reabilitação de habitação própria e permanente, quando esta for total ou parcialmente destruída por calamidades, intempéries ou outros desastres naturais; e iii) o Pagamento do arrendamento de habitações ou do preço de permanência em estabelecimentos hoteleiros ou similares, por necessidade de alojamento urgente e temporário motivado pela inexistência de local para residir (agregados familiares que não constem do PER e desalojados por via de demolições efectuadas em execução deste programa).

O **Programa de Habitação a custos controlados (HCC)** visa promover a oferta de habitação de baixo custo para habitação própria e permanente dos adquirentes, ou para arrendamento. As HCC são construídas ou adquiridas com o apoio financeiro do Estado, que concede benefícios fiscais e financeiros para a sua promoção. Os promotores de HCC têm acesso a diversas linhas especiais de crédito, que abrangem as várias vertentes do circuito da promoção habitacional: desde a aquisição e infra-estruturação de solos, à construção dos empreendimentos e do equipamento social.

O **Programa Porta 65 – Arrendamento para Jovens** constitui um incentivo (% do valor da renda como subvenção mensal) aos jovens arrendatários. Os objectivos deste Programa são estimular: i) estilos de vida mais autónomos por parte de jovens sozinhos, em família ou em coabitação jovem; ii) a reabilitação de áreas urbanas degradadas; e iii) a dinamização do mercado de arrendamento.

O **SOLARH - Programa de Solidariedade e Apoio à Recuperação de Habitação** permite a concessão de empréstimos sem juros pelo IHRU, para realização de obras de conservação: i) em habitação própria permanente de indivíduos ou agregados familiares (prazo do empréstimo até de 30 anos); ii) em habitações devolutas de que sejam proprietários os municípios, as instituições particulares de solidariedade social, as pessoas colectivas de utilidade pública administrativa que prossigam fins assistenciais, e as cooperativas de habitação e construção (prazo do empréstimo é de

8 anos); e iii) em habitações devolutas de que sejam proprietárias pessoas singulares (prazo do empréstimo é de 8 anos).

O **RECRIA – Regime Especial de Participação na Recuperação de Imóveis Arrendados** pretende financiar a execução das obras de conservação e beneficiação que permitam a recuperação de fogos e imóveis em estado de degradação, mediante a concessão de incentivos pelo Estado e pelos Municípios (participação a fundo perdido). O IHRU pode ainda conceder financiamentos, sob a forma de empréstimo, aos proprietários dos imóveis até ao montante não participado (o prazo máximo de reembolso dos empréstimos é de 8 anos).

O **REHABITA – Regime de Apoio à Recuperação Habitacional em Áreas Urbanas Antigas** constitui uma Extensão do Programa RECRIA e visa apoiar financeiramente as Câmaras Municipais na recuperação de zonas urbanas antigas. O objectivo é apoiar a execução de obras de conservação, de beneficiação ou de reconstrução de edifícios habitacionais e as acções de realojamento provisório ou definitivo daí decorrentes, no âmbito de operações municipais de reabilitação dos núcleos urbanos históricos que sejam declarados como áreas críticas de recuperação e reconversão urbanística, nos termos do art.º 41.º do DL n.º 794/76, de 5 de Novembro, e que possuam planos de pormenor ou regulamentos urbanísticos aprovados e aos centros urbanos reconhecidos nos termos dos n.º 2 e 3 do art. I do Decreto-Lei n.º 426/89, de 6 de Dezembro, relativo às Medidas Cautelares contra o Risco de Incêndio.

Finalmente, o **RECRIPH – Regime Especial de Participação e Financiamento na Recuperação de Prédios Urbanos em Regime de Propriedade Horizontal**, visa apoiar financeiramente a execução de obras de conservação nas partes comuns de edifícios, constituídos em regime de propriedade horizontal. A realização de obras de conservação ordinária e extraordinária nas partes comuns dos prédios beneficia de uma participação de 20% do montante total das obras. O valor da participação é suportado em 60% pelo IHRU e em 40% pelo Município. Poderá ainda ser concedido pelo IHRU, um financiamento aos condóminos, até ao valor das obras não participadas, com prazo de reembolso máx. de 10 anos.

Destaque-se ainda o **Plano Estratégico da Habitação 2008-2013** (promovido pelo Instituto de Habitação e Reabilitação, com aprovação prevista em 2011). Este Plano encontra-se estruturado em 5 grandes eixos:

- Eixo 1: Dinamização do Mercado de Arrendamento

Estabeleceram-se, para este Eixo, três medidas: 1.1. Dinamização da oferta de arrendamento privado (pretende-se aumentar o segmento de mercado de arrendamento privado a custos acessíveis; diminuir o número de fogos devolutos; e criar, dentro do âmbito de actuação do Estado as condições de atracção do investimento privado em arrendamento e devolver aos investidores o clima de confiança necessário); e 1.2. Desenvolvimento de modalidades de apoio ao arrendamento privado (pretende-se apoiar o acesso ao alojamento de famílias de baixos recursos; responder a situações de alojamento urgente e prioritário; reduzir o risco de situações de sem-abrigo “atípicos”; dar resposta às situações dos agregados com empregos flexíveis (profissões liberais/recibos verdes) e simultaneamente mais expostos a situações laborais precárias e a ciclos de rendimentos muito oscilantes); 1.3. Aquisição pública de imóveis (resolver problemas de arrendamento a populações de fracos rendimentos; reforçar a utilização de fogos disponíveis no mercado e, portanto, resolver parte do problema a partir da reutilização dos recursos disponíveis).

- Eixo 2: Dinamização da Habitação a Custos Limitados

Definiram-se, para este Eixo, duas medidas: 2.1. Aumento da oferta de habitação a custos controlados (aumentar a oferta de habitação a custos controlados no mercado; resolver problemas de aquisição de habitação por populações de fracos rendimentos; reforçar o envolvimento do sector privado na resolução dos problemas da habitação; aumentar a responsabilidade das famílias na resolução dos seus problemas da habitação); e 2.2. Desenvolvimento de modalidades de apoio à aquisição e auto-construção (adequação dos apoios públicos aos contextos de inserção e à capacidade de poupança e endividamento das famílias; aproveitamento de recursos existentes; incentivo à fixação de casais jovens e imigrantes em zonas nos meios rurais; revalorização da noção de poupança).

■ Eixo 3: Reabilitação do Parque Habitacional Privado e Público

Estabeleceram, para este Eixo, quatro medidas: 3.1. Intervenção habitacional em áreas críticas no âmbito da Política de Cidades (as intervenções no edificado seguem os seguintes objectivos: Melhorar as condições de habitabilidade e conforto de alojamentos em mau estado de conservação com forte representatividade de população imigrante, idosa e doente; Permitir melhorar a capacidade intervenção autárquica através da construção de infraestruturas, equipamentos e aquisição de solos necessários às operações de reabilitação das áreas degradadas; Aumentar os níveis de eficiência e de eficácia da política pública de habitação, estimulando a promoção de parcerias e da participação pública; Atribuir um maior poder e responsabilidade de planeamento aos municípios e associações de municípios na reabilitação de áreas privilegiadas pela Política de Cidades); 3.2. Intervenção habitacional em imóveis degradados (pretende-se: melhorar as condições de habitabilidade e conforto de alojamentos em mau estado de conservação pertencentes a proprietários ou senhores insolventes, com forte representatividade de população idosa, imigrantes, etc.; adaptar habitações para populações com necessidades especiais; e aumentar a oferta de arrendamento, através do apoio a proprietários que pretendam reabilitar as suas casas e disponibilizá-las por períodos definidos para arrendamentos); 3.3. Reabilitação do parque público (com os seguintes objectivos: Melhoria das condições de habitabilidade e conforto de alojamentos de arrendamento público ou de alojamentos privados localizados em bairros de arrendamento público, uns e outros em mau estado de conservação; Qualificação Arquitectónica, Urbanística, Funcional e Ambiental dos Bairros de Arrendamento Público; e o Reforço da “normalização” dos Bairros Sociais, quer através da sua integração no espaço urbano circundante, quer através de intervenções que diminuam a sua associação a “bairros sociais”); e 3.4. Gestão eficaz e participada do parque público (com os seguintes objectivos: Promover um ajustamento dinâmico entre o perfil dos agregados e os alojamentos; Promover a agilização administrativa dos mecanismos de controlo da legalidade das condições de ocupação do locado e rotinizar os mecanismos de gestão; Aumentar o equilíbrio orçamental na gestão do parque público e aproveitamento criterioso dos recursos habitacionais disponíveis: clarificação dos critérios de alienação do património, actualização de rendas, etc.; Diminuir a existência de fogos devolutos públicos e manter um espaço público cuidado; e Generalizar uma cultura participativa de inquilinato público que equipara direitos e deveres).

■ Eixo 4: Reabilitação do Parque Habitacional Privado e Público

Estabeleceram, para este Eixo, duas medidas: 4.1. Incentivo à experimentação habitacional extensiva (pretende-se criar um novo know-how que informe com os actuais conceitos e parâmetros de habitabilidade as operações de construção e reabilitação de habitação apoiada pelo estado; e recuperar e “actualizar” o parque público de habitação); e 4.2. Adequação dos alojamentos a necessidades especiais e emergentes (melhoria das condições de vida da população residente; melhoria das condições de habitabilidade do parque habitacional público; e preservação ambiental).

■ Eixo 5: Implementação e Monitorização das Políticas de Habitação

Estabeleceram, para este Eixo, duas medidas: 5.1. Observatório da Habitação e Reabilitação Urbana (OHRU) (com o objectivo de activar um sistema de acompanhamento e ajustamento do Plano Estratégico de Habitação: Monitorizar, avaliar e conferir transparência à execução das Políticas Públicas; Conceber um Sistema Geográfico que articule a produção de informação local com a nacional; Acompanhar as dinâmicas do mercado privado e do sector de habitação para efeitos de reajustamento das Políticas Públicas; Pesquisar e divulgar boas-práticas no sector, nacionais ou internacionais; Promover e divulgar conhecimento na área da habitação); e 5.2. Programa Local de Habitação (pretende-se: Hierarquizar necessidades habitacionais e áreas-problema a nível municipal e plurimunicipal; Definir um quadro de objectivos e de acções com escalonamento de prioridades a nível municipal e plurimunicipal; Definir os objectivos estratégicos, os instrumentos e os projectos enquadrados na política pública de habitação e reabilitação urbana, a nível municipal e plurimunicipal).

Articular o programa local de habitação com a política urbanística e as dinâmicas sociais municipais/plurimunicipais; Propor parcerias locais em função das Medidas (cooperativas, empresas, associações, ...); Alimentar um quadro de indicadores locais integrados no Observatório Nacional da Habitação e da Reabilitação Urbana; Divulgar periodicamente boas-práticas, ao nível da construção, reabilitação, inserção social e gestão.

No domínio urbano, vale a pena analisar a **Política de Cidades Polis XXI**. Trata-se de um instrumento de política delineado pela Secretaria de Estado do Ordenamento do Território e das Cidades (Ministério do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional) para o período 2007-2013, tendo como principais objectivos: Qualificar e integrar os distintos espaços de cada cidade; Fortalecer e diferenciar o capital humano, institucional, cultural e económico de cada cidade; Qualificar e intensificar a integração da cidade na região envolvente; e Inovar nas soluções para a qualificação urbana.

A prossecução destes grandes objectivos concretiza-se em três eixos de intervenção:

- i) a Regeneração urbana, intervenções dirigidas a espaços intra-urbanos específicos, envolvendo a articulação de diferentes agentes (públicos e privados) e componentes (habitação, reabilitação e revitalização urbanas, coesão social, ambiente, mobilidade, etc.), no quadro de operações integradas de regeneração urbana.
- ii) a Competitividade / Diferenciação, apostando-se no apoio a estratégias de afirmação internacional, a criação de equipamentos urbanos e infra-estruturas diferenciadores em termos de inserção em redes nacionais e internacionais e a cooperação entre cidades portuguesas para a valorização partilhada de recursos, potencialidades e conhecimento.
- iii) Integração regional, que preconiza uma lógica de intervenção à escala da “cidade-região”, envolvendo o apoio a iniciativas que visam estruturar aglomerações, ganhar dimensão urbana através da cooperação de proximidade, fomentar complementaridades e economias de aglomeração e racionalizar e qualificar os equipamentos e serviços que a cidade disponibiliza à sua região.

No âmbito do QREN 2007-2013, a Política de Cidades POLIS XXI concretiza-se nos seguintes instrumentos:

- **Parcerias para a Regeneração Urbana**

Pretende-se apoiar a realização de Programas de Acção integrados, preparados e implementados por Parcerias Locais lideradas pelos municípios.

As Parcerias Locais e correspondentes Programas de Acção podem ter como objecto: i) a valorização de áreas de excelência urbana, nomeadamente centros históricos e frentes ribeirinhas e marítimas; ii) a qualificação das periferias urbanas e de outros espaços relevantes para a estruturação urbana; iii) a renovação das funções e dos usos de áreas abandonadas ou com usos desqualificados; iv) a requalificação e reintegração urbana de bairros críticos, em particular combatendo os factores de exclusão social e de segregação territorial.

Pretende-se que os Programas de Acção sejam capazes de delinear uma resposta integrada aos desafios de qualificação do espaço público e do ambiente urbano, do desenvolvimento económico, do desenvolvimento social e do desenvolvimento cultural.

Na região Norte, o ON.2 – Programa Operacional Regional do Norte 2007-2013 já promoveu a abertura de concursos para a realização de Programa de Acção neste âmbito, integrando-os nos Objectivos Específicos “Promoção de operações para a excelência urbana e de redes para a competitividade e inovação” e “Promoção de operações integradas em zonas prioritárias de regeneração urbana” do Eixo Prioritário IV – “Qualificação do Sistema Urbano”.

Até ao momento, o concelho de Barcelos ainda não apresentou qualquer candidatura à Parcerias para a Regeneração Urbana, podendo ser esta uma oportunidade a equacionar futuramente.

- **Redes Urbanas para a Competitividade e a Inovação**

Este instrumento de política visa prioritariamente estruturar redes de cidades cooperando numa base territorial ou temática na formulação e concretização de uma estratégia comum de reforço dos factores de criatividade e de promoção do conhecimento, inovação e internacionalização, tendo por objectivo o seu reposicionamento nacional e internacional. O alvo são as principais cidades e as redes

de cidades que possam atingir massa crítica para desenvolvimento de uma estratégia de desenvolvimento que reforce a sua projecção nacional e internacional.

Na região Norte, o ON.2 – Programa Operacional Regional do Norte 2007-2013 já promoveu a abertura de concursos para a candidatura de Programa Estratégicos nos domínios da constituição de redes urbanas para a competitividade e inovação e de valorização de vocações temáticas de cidades ou de redes de cidades, integrados no Objectivo Específico “Promoção de operações para a excelência urbana e de redes para a competitividade e inovação” do Eixo Prioritário IV – “Qualificação do Sistema Urbano”. Neste âmbito, foi submetida com sucesso e encontra-se neste momento em curso a Rede Urbana para a Competitividade e Inovação do Quadrilátero Urbano, que abrange os concelhos de Barcelos, Braga, Guimarães, Vila Nova de Famalicão e que, para além dos municípios, envolve diversas entidades públicas e privadas.

■ Acções Inovadoras para o Desenvolvimento Urbano

O objectivo é apoiar projectos-piloto que visem desenvolver ou transferir, para aplicação noutras cidades portuguesas, soluções que ainda não tenham sido ensaiadas em território nacional ou que, tendo-o sido com resultados positivos, careçam de aplicação demonstrativa a uma escala mais alargada para motivar a sua generalização, nomeadamente, nas seguintes áreas temáticas: a) Prestação de serviços de proximidade; b) Acessibilidade e mobilidade urbana; c) Segurança, prevenção de riscos e combate à criminalidade; d) Gestão do espaço público e do edificado; e) Construção sustentável; f) Ambiente urbano; g) Criatividade e empreendedorismo na valorização dos recursos territoriais; e h) Governação urbana com incremento da participação dos cidadãos e dos actores económicos e sociais.

A gestão deste instrumento de política encontra-se inserida no Eixo Prioritário IX – Desenvolvimento do Sistema Urbano Nacional, do Programa Operacional Temático Valorização do Território. Até ao momento, já foram promovidos dois avisos de abertura de candidatura para este regulamento específico, dirigidos a promotores elegíveis das NUTS II Norte, Centro e Alentejo.

■ Equipamentos Estruturantes do Sistema Urbano Nacional

Este instrumento de política visa a construção ou requalificação de equipamentos especializados de elevada raridade, que contribuam para a estruturação e desenvolvimento do sistema urbano nacional, para a afirmação e diferenciação dos centros urbanos dos níveis superiores da hierarquia urbana e, no contexto global do país, para o reforço do policentrismo, envolvendo: a) equipamentos urbanos da iniciativa da Administração Pública Central necessários ao completamento e qualificação das redes nacionais de equipamentos estruturantes; b) equipamentos urbanos inovadores ou únicos, da iniciativa de entidades de âmbito nacional, que contribuam para o reforço do policentrismo e para a melhoria do potencial do sistema urbano; c) equipamentos urbanos, da iniciativa de entidades de âmbito regional, sub-regional ou local, que contribuam para a diferenciação e reforço dos factores de atracção e de competitividade de uma cidade e para a sua imagem distintiva no contexto nacional.

Este instrumento de política encontra-se inserido no Eixo Prioritário IX – Desenvolvimento do Sistema Urbano Nacional, do Programa Operacional Temático Valorização do Território. Até ao momento, já foram promovidos dois avisos de abertura de candidatura para este regulamento específico, dirigidos a promotores elegíveis de todo o país.

Finalmente, importa ainda destacar o novo enquadramento normativo para as questões inerentes à definição e delimitação de Áreas de Reabilitação Urbana (ARU), seja ao nível programático, procedimental ou de execução gerado pelo **Novo Regime Jurídico da Reabilitação Urbana (Decreto-Lei n.º 307/2009)**, em vigor a partir de Outubro de 2009). De acordo com este novo enquadramento legal, cabe aos municípios a definição das áreas a reabilitar e que justificam uma intervenção integrada, sendo para tal necessário delimitar uma (ou mais) Área de Reabilitação Urbana (ARU), que poderá abranger áreas e centros históricos, património cultural imóvel classificado ou em vias de classificação e respectivas zonas de protecção, áreas urbanas degradadas ou zonas urbanas consolidadas. A todas as ARU deverá corresponder uma Operação de Reabilitação Urbana (ORU), que poderá ser simples ou sistemática, e que, por seu turno, deverá ser enquadrada, respectivamente, por uma Estratégia de Reabilitação Urbana ou por um Programa Estratégico de Reabilitação Urbana. Ainda dentro do novo regime jurídico da Reabilitação Urbana, cabe aos Municípios em face da criação de uma ARU, definir o modelo jurídico da Entidade Gestora que deverá

coordenar e gerir a respectiva Operação de Reabilitação Urbana (ORU). No caso de o Município optar pela criação de uma empresa do sector empresarial local, o novo regime jurídico define que a aprovação da criação desta nova entidade empresarial deverá ser simultânea à aprovação da ARU e que, para além disso, deverá ser apresentado um plano de negócios que comprove a sustentabilidade e equilíbrio financeiros do modelo.

Neste contexto, revela-se então pertinente ponderar a definição de uma ARU para o Centro Histórico de Barcelos, o que implicará o desenvolvimento de um Programa Estratégico de Reabilitação Urbana tendo em vista estimular a definição de uma estratégia global para a reabilitação dos edifícios do centro histórico pelos seus proprietários e atrair capitais privados para a reabilitação desta área, definição de objectivos e prioridades em matéria de acções de reabilitação a realizar pelos titulares de direitos presentes na área de intervenção, bem como a política de incentivos à reabilitação urbana da propor, definição do modelo de gestão da operação de reabilitação urbana, definição dos termos gerais da engenharia de financiamento da operação de reabilitação urbana e ainda a definição dos termos gerais do cronograma de execução da operação de reabilitação urbana.

3.4. ASPECTOS DE NATUREZA GEOESTRATÉGICA

Procuramos neste ponto evidenciar o conjunto de activos e de dinâmicas urbanas, culturais ou sociais que contribuem para configurar factores relevantes no posicionamento e na relação do concelho de Barcelos dentro de espaços territoriais mais alargados, bem como, para fundamentar a inserção de Barcelos em redes de cooperação de vertente territorial, urbana ou sectorial. Privilegiamos nesta abordagem o entendimento da relevância que esses activos e dinâmicas exercem no posicionamento global de Barcelos dentro dos seguintes espaços territoriais:

- Área correspondente aos municípios da CIM Cavado (NUT III Cávado),
- Rede urbana do Quadrilátero, que integra as cidades de Braga, Guimarães, Vila Nova de Famalicão para além de Barcelos,
- Região Norte litoral / Galiza.

No que respeita às dimensões culturais, os principais factores e dinâmicas que têm contribuído, ou o podem fazer, para estruturar posicionamentos e relacionamentos do concelho no quadro destes espaços alargados assumem para além da sua dimensão simbólica, vertentes de natureza material e funcional.

Barcelos mantém a presença de um ícone local, o Galo de Barcelos, que assumiu ao longo da história recente uma representatividade significativa em termos identitários nacionais, sobretudo nos campos da comunicação institucional e turística. Este ícone, apesar de não ter actualmente uma presença significativa no âmbito dos sistemas de criação e de divulgação artística locais e regionais, representa um factor de projecção do concelho e da cultura popular da região minhota no espaço nacional e internacional.

Dentro do espaço regional de proximidade, da NUT III do Cavado e no quadro da rede urbana do Quadrilátero, Barcelos tenderá a consolidar, por um lado, a cooperação em matéria de programação e promoção cultural em rede contribuindo para reforçar a capacidade de atracção de públicos oriundos, designadamente, da Área Metropolitana do Porto. Neste âmbito, tenderão a assumir maior relevância algumas das práticas de criação cultural, no campo juvenil sobretudo ligadas ao rock alternativa, e dentro das artes performativas especialmente do teatro popular de cariz amadora, bem como, a afirmação de eventos no segmento da música rock que tendem a ser reconhecidos como circuitos a nível nacional (e, potencialmente, a nível internacional, sobretudo no caso do “Festival Milhões de Festa”).

Por outro lado, destaca-se o reforço da participação de Barcelos em projectos culturais e sociais de âmbito supra-municipal. Vale a pena salientar neste âmbito as aspirações da autarquia para alargar, dentro do quadro dos municípios da CIM Cávado, algumas das experiências e das acções inseridas no contexto da Rede Social Municipal, nomeadamente, um conjunto de projectos que estão em fase de desenvolvimento – nos campos da elaboração da Carta social e da qualificação do tecido social, incluindo IPSS e ONG. Para além disso, o Município de Barcelos tem procurado demonstrar junto de

outras instâncias – Municípios Parceiros e CIM do Cávado, a necessidade de avançar com a constituição de um Observatório das dinâmicas sociais, fundamentado nas vantagens que uma abordagem territorialmente mais alargada (supra-municipal) representa nos domínios do conhecimento e monitorização dos problemas, da prevenção e da acção integrada a nível social.

No domínio cultural, vale a pena salientar a participação de Barcelos nos projectos inseridos dentro do Quadrilátero Cultural e Criativo, e em especial, nas estratégias que visam fomentar a fixação de artistas e o desenvolvimento de actividades culturais e criativas nos centros urbanos da rede, bem como as acções que procuram estimular a mobilidade cultural inter-cidades desta rede urbana.

Dentro da esfera da cultura popular e das artes e ofícios tradicionais, Barcelos assume actualmente um posicionamento importante e um potencial de conexões diversas dentro de um espaço mais alargado, da região norte litoral e da Galiza. Esta posição decorre de vários factores, entre eles: a presença do Museu da Olaria e o que este representa de competências e recursos ao nível da documentação, investigação e difusão, histórica, científica e artística no campo da cerâmica; as actividades, competências e mercado ligados à Olaria de Barcelos e ao Figurado de Barcelos, que actualmente são produções certificadas, e que mantêm diversos eixos de articulação com outros centros de cerâmica tradicional do litoral norte península (Bisalhães, Vilar de Nantes, Sargadelos, entre outros); a presença na feira semanal de um sector comercial associado a este tipo de produtos tradicionais de produção artesanal e a representação que ainda hoje se mantêm na esfera pública a nível regional (e também nacional) de Barcelos como centro de artesanato.

Paralelamente, no contexto das ligações transfronteiriças, podemos destacar a inserção e a posição de Barcelos num importante “caminhos português” dos Caminhos de Santiago de Compostela, presença que remonta ao facto da construção da ponte medieval que atravessa o rio Cávado (século XIV), mas que está na actualidade muito reforçada por uma aposta local, da autarquia e de outros agentes privados, na oferta de serviços turísticos específicos para os peregrinos/ caminhanes. Esta aposta tende a evoluir no sentido de um esforço da autarquia para uma qualificação da oferta de conteúdos e serviços culturais também relacionados com este roteiro.

Por fim, importa completar esta análise dos aspectos de natureza geoestratégica com uma referência à integração da cidade em redes urbanas, para além da já referida RUCI do Quadrilátero. Barcelos é parceiro dentro da Rede de Cidades Saudáveis e procura sustentar essa participação numa aposta crescente nas questões da qualidade do ambiente urbano e da promoção de práticas de vida urbana mais saudáveis – dentro de actividade desportivas, lúdicas e de mobilidade saudável. Barcelos dispõe de um Centro Histórico de inegável interesse e com uma reconhecida notoriedade que justificam a sua participação na Associação de Municípios com Centro Histórico, beneficiando neste âmbito do intercâmbio de experiências e da promoção conjunta, incluindo no mercado turístico.

4. AVALIAÇÃO ESTRATÉGICA DE SÍNTESE: ANÁLISE SWOT³⁴

Nas páginas seguintes apresentam-se alguns elementos de síntese do diagnóstico realizado, adoptando a metodologia SWOT.

Esta é uma versão ainda relativamente acrítica da mesma, no sentido em que não incorpora a reflexão mais dinâmica e integrada que se pode associar a esta metodologia, incluindo o seu cruzamento com uma leitura das vantagens competitivas do território. Essa versão da SWOT, que designamos por “dinâmica”, será apresentada na abertura do segundo volume desta Estratégia Municipal Barcelos 2020.

Pontos fortes	Pontos fracos
<ul style="list-style-type: none"> ✓ Boa integração em redes e sistemas de transportes (auto-estradas e existência de ligações regulares (diárias) por comboio a Porto e a Vigo e de autocarro para todo o país. ✓ Amplo território rural, com valor paisagístico, algumas áreas de interesse para a conservação da natureza (áreas naturais nas margens do Rio Neiva) e para o lazer/ natureza (margens do Cávado). ✓ Manchas florestais contínuas extensas, com boas potencialidades na produção de bens lenhosos e biomassa mas também de bens e serviços recreativos e ambientais. ✓ Fileira da pecuária -leite com explorações com dimensão económica e dinâmica empresarial; sector cooperativo forte nos processos de recolha e comercialização leite. ✓ Condições edafo -climáticas e de localização favoráveis à vitivinicultura, horto-fruticultura e floricultura. Empresários destas fileiras com níveis de qualificação acima da média. ✓ Tradição local de associativismo no sector agrícola e pecuário (CAB e CGAB). ✓ Recursos para biomassa - floresta, agricultura e pecuária. ✓ Atmosfera industrial consolidada, com mão-de-obra dotada de cultura de trabalho industrial enraizada. ✓ Capacidade empresarial endógena, fortemente “embedded” no território e capacidade de resiliência face às dimensões da globalização (sobretudo no vestuário) e suas consequências em termos de perfis de especialização. ✓ Existência de algumas empresas de média dimensão com visibilidade e presença reconhecida no mercado e capacidade de organização de redes de subcontratação no território municipal e na envolvente próxima ✓ Feira como fenómeno comercial com alguma pujança e capacidade de atracção regular de pessoas ao concelho. ✓ Existência de uma associação empresarial (ACIB) com visibilidade e reconhecimento por parte do tecido empresarial, capaz de assumir uma função de “player” relevante numa estratégia de apoio à qualificação e modernização comercial e industrial. 	<ul style="list-style-type: none"> ✗ Sistema viário e serviços de transporte deficitários: rede viária não “hierarquizada” e não garantindo a melhor integração do território (designadamente das concentrações industriais) no sistema principal de acessibilidade (auto-estradas); baixo nível de serviço/ qualidade do transporte ferroviário; baixo nível de cobertura (temporal e espacial) por transporte colectivo rodoviário interno ao concelho; a existência de um interface de transportes rodo e ferroviário na cidade não se encontra convenientemente aproveitado devido a um défice de articulação urbana. ✗ Carência infraestrutural muito significativa no domínio do ciclo urbano da água. ✗ Paisagem urbana e de alguns sectores territoriais descaracterizada, acrescendo a não existência de qualquer área vocacionada para a conservação da natureza. ✗ Baixa eficiência energética (consumo de energia <i>per capita</i> ou por empresa em crescimento nos últimos anos). ✗ Modelo de pecuária intensiva com elevadas pressões ambientais (elevados encabecamentos e elevados volumes de efluentes orgânicos); conflitualidade gerada pela coexistência de situações de externalidades ambientais negativas com proximidade a concentrações habitacionais. ✗ Escassa expressão, no concelho, de modos de produção mais sustentáveis (Agricultura Biológica, Produção Integrada). Acresce a ausência de produtos certificados por origem geográfica (com excepção VQPRD) e/ou modos de produção. ✗ Débil integração entre as organizações sectoriais, com baixa exploração das suas complementaridades e possíveis sinergias de actuação ao nível técnico e dinamizador. ✗ Baixa capacidade de preservação/valorização dos recursos genéticos regionais/locais (variedades, cultivares, raças), com risco de perdas irreversíveis de recursos genéticos. ✗ Pulverização empresarial na indústria têxtil e vestuário (ITV), ainda não completamente reorganizada e largamente potenciadora de destruição de emprego. ✗ Condições de acolhimento e ordenamento industrial por vezes caóticas, com sérias consequências penalizadoras para a imagem visível e reconhecida das empresas ITV, gerando fortes tensões sobre a mobilidade sustentável intra-concelhia. Esta situação tende a perdurar, dados os atrasos de planeamento e disponibilização efectiva de solo no quadro de uma política de ordenamento industrial e empresarial mais qualificado. ✗ Processo de desindustrialização (destruição de emprego na ITV) insuficientemente acompanhado por reforço e

³⁴ SWOT: do inglês *Strengths* (pontos fortes); *Weaknesses* (debilidades); *Opportunities* (oportunidades); *Threats* (ameaças).

<ul style="list-style-type: none"> ✓ Existência, por via da ACIB, de capacidade de formação profissional de activos com capacidade de resposta a necessidades diferenciadas das empresas. ✓ Existência de recursos/atractivos turísticos com visibilidade e potencial de desenvolvimento: artesanato, Feira, Caminho de Santiago e outros associados ao meio natural, patrimonial e à agricultura. ✓ Evolução positiva da oferta cultural da cidade, reforçada por projecto de requalificação de equipamentos em curso (Teatro Gil Vicente e Museu da Olaria) e por alguns eventos de natureza popular tradicional (Festa das Cruzes) ou contemporânea (Art&Tur Festival, Milhões de Festa) com alguma visibilidade externa e capacidade de mobilização e atracção de públicos numerosos. ✓ Centralidade funcional e um nível de polarização significativo da cidade, embora limitada ao seu território de proximidade (freguesias do concelho), associados a uma rede de equipamentos colectivos que demonstra um nível de diversidade e de qualidade de serviços aceitável. ✓ A presença do rio na cidade e o potencial de dinamização de novas dinâmicas de vivência e de sociabilidade aproveitando as margens ribeirinhas e o seu valor natural e paisagístico. ✓ Rede Social inovadora, com aposta nos mecanismos de comunicação da Rede e crescente sedimentação das Comissões Sociais Inter-Freguesias e iniciativas no terreno com perspectiva pluridisciplinar e pluritemática de intervenção, encarando a inclusão como um patamar plural e complexo. ✓ Concentração de valores, diversidade e nível de notoriedade do concelho em matéria das componentes da cultura popular, em especial no domínio das artes e ofícios tradicionais. ✓ Concelho com uma rede diversificada de valores patrimoniais materiais/imóveis que, numa parte significativa, já se encontram inventariados e foram objecto de intervenções de conservação e salvaguarda e, nalguns casos, integram oferta de serviços e componentes interpretativas. ✓ Emergência de uma dinâmica local ligada a práticas amadoras e semi-profissionais artísticas e culturais que tem vindo a obter um particular destaque na área da música rock, permitido a Barcelos beneficiar de projecção mediática a nível nacional. ✓ Forte tradição associativa ligada à cultura (sobretudo nas áreas da etnografia/folclore, teatro, música e, mais recentemente, do cinema e artes visuais), que se revela relativamente jovem e com um dinamismo interessante (embora com margens de progressão relevantes ao nível da qualificação técnica e artística dos seus recursos humanos). ✓ Oferta de ensino artístico (profissional e superior) interessante, nomeadamente nas áreas da música, design e multimédia, com potencial de desenvolvimento, embora se registe fraca capacidade de fixação e de organização de um tecido cultural e artístico profissionalizado. ✓ Existência de vitalidade nos mecanismos da “sociedade providência” e consequente amortização dos contrastes entre sociedade urbana e rural no que tange às estratégias de inclusão social. 	<p>qualificação das funções e empregos terciários, devido sobretudo ao reforço da indústria da construção civil.</p> <ul style="list-style-type: none"> ✗ Inexistência de dinâmicas emergentes no concelho em matéria de fixação de funções imateriais inseridas na progressão da cadeia de valor do ramo malhas (design, moda, estruturas de comercialização) sobretudo por ausência de dinâmicas urbanas concelhias que possam acolher tais iniciativas por comparação ao Porto, Braga ou Guimarães. ✗ Presença reduzida da indústria, da agro-pecuária local e do artesanato local, nomeadamente certificado (olaria e figurado), na mostra de actividades que a Feira semanal representa. ✗ Exiguidade de organização e fraco dinamismo da oferta turística local existente, com raros e pontuais exemplos de estratégias inovadoras e agressivas de captação de visitantes. Consequente baixa capacidade endógena de transformação de recursos em produtos turísticos, designadamente no âmbito dos seus principais factores de atracção de visitantes (feira e artesanato). ✗ Presença rara e pontual de oferta comercial urbana de nova geração susceptível de funcionar como âncoras de atracção de visitantes. ✗ Inexistência no concelho de qualquer infra-estrutura ou instituição na área da ciência e tecnologia capaz de funcionar como polaridade na oferta de serviços avançados e intensivos em conhecimento às empresas. ✗ Instituição de ensino superior implantada no concelho (IPCA) insuficientemente conectada com a economia local em termos de oferta de serviços avançados. ✗ Fraca animação urbano-cultural da cidade, contribuindo para a inexistência de mecanismos que permitam prolongar a estadia dos turistas, visitantes e residentes no concelho. ✗ Dinâmica de reabilitação de edifícios excessivamente baixa no concelho nas duas últimas décadas face à dinâmica de construção verificada. ✗ Manutenção de uma dinâmica de terciarização débil na cidade, confirmada pelo peso que mantém na estrutura de serviços as actividades de comércio a retalho. ✗ A concentração de serviços colectivos na cidade e o défice de mobilidade penaliza a acessibilidade aos mesmos de sectores da população concelhia mais dependentes de soluções de transporte público. ✗ Escassez de estacionamento na zona central da cidade /centro histórico que se manifesta em especial nos dias de Feira. ✗ Debilidade do posicionamento da autarquia face aos instrumentos disponíveis no quadro da Política de Cidades POLIS XXI (não existem candidaturas apresentadas aos programas ON2 e POVT no âmbito dos concursos abertos para as PRU, AIDU e EESUN). ✗ Existência de um crescendo de vulnerabilidades ligadas às drogas, alcoolismo, deficiência e desemprego. Crescente visibilidade e peso dos índices de dependência da população face a mecanismos de protecção e assistência social. ✗ Concentração de estratégias e apostas em termos da promoção e valorização de recursos endógenos e culturais no centro histórico da cidade, sem um efeito de rede essencial no quadro de uma maior coesão territorial. ✗ Inexistência de espaços informais dedicados às diversas formas artísticas e culturais que propiciem o encontro, ensaio e apresentação de trabalhos individuais e colectivos. ✗ Fraca adesão dos artesãos do concelho ao processo de certificação da olaria de Barcelos, agravado por um contexto generalizado de dificuldades competitivas que afectam o sector.
--	---

Oportunidades	Ameaças
<p>Boa integração com eixos rodoviários de grande capacidade e com centros urbanos e logísticos. Proximidade a grandes concentrações urbanas e metropolitanas, com relevo para a RUCI Quadrilátero, a Área Metropolitana do Porto e a Galiza. A mais longo prazo, a rede ferroviária de alta velocidade pode reforçar e alargar essa integração.</p> <p>Integração em sistemas multimunicipais de águas e resíduos, que facilitará a racionalização dos investimentos locais, a implementação de projectos inovadores e as economias de escala.</p> <p>Política nacional favorece eficiência energética e produção/ uso de energias alternativas e renováveis, permitindo inverter a situação de baixa eficiência energética no consumo e valorizar alguns recursos para a produção.</p> <p>Financiamentos do QREN orientados para a qualificação territorial e ambiental (POR Norte, POVT e algumas linhas do PRODER/ FEADER) ainda com margem para financiamento de projectos até 2013 (2015).</p> <p>Novos IGT em concepção/ aprovação, sobretudo: (i) revisão do PDM (portador de uma política de OT que vise a qualificação territorial e ambiental); (ii) PROT Norte (que favorece o papel da cidade como centro regional).</p> <p>Actividade, iniciativas e projectos de qualificação territorial da CIM Cávado (caracterização e monitorização da rede viária, monitorização da qualidade das águas nos rios) e da AMFE_Quadrilátero (mobilidade) constituem um quadro institucional e territorial privilegiado para responder a algumas necessidades e prioridades de Barcelos.</p> <p>Espaço para que das condições de ordenamento e de vida característico das explorações agrícolas dispersas possa emergir um modelo de ocupação rural mais sustentável e diferenciador do concelho.</p> <p>Forte tendência de crescimento das necessidades alimentares a nível mundial e proximidade de grandes centros de consumo geram oportunidades de valorização da grande capacidade de produção de algumas fileiras (pecuária -leite, horto-fruticultura, vinho).</p> <p>Boas perspectivas ao nível da procura de vinho verde VQPRD face a tendência de crescimento sustentado das exportações (últimos 10 anos).</p> <p>Potencial de valorização dos efluentes orgânicos das explorações (valorização agrícola/biomassa).</p> <p>Existência de vários centros de saber (I&D) com conhecimentos sobre a realidade agrícola e ambiental do concelho (nomeadamente nas instituições que elaboraram o Plano de Ordenamento da Bacia Leiteira Primária do EDM)</p> <p>Tradição de artesanato no concelho que, face ao número de artesãos potencialmente aderente a roteiros especializados e às eventuais complementaridades com expressões concelhias da rota do Vinho Verde, possa constituir um factor sustentado de captação turística.</p> <p>Espaço de valorização de margens fluviais e de terrenos envolventes susceptível de potenciar novas formas de dinâmica de animação urbana e turística, com abertura de oportunidades para a emergência de novas actividades económicas urbanas nos domínios do recreio e lazer.</p> <p>Recuperação em curso de mercados externos no sector nuclear das malhas que pode constituir uma oportunidade única para relançar as exportações concelhias para novas faixas de produtos com procura menos volátil.</p> <p>Progressão (lenta) das qualificações que tem vindo a observar-se no concelho nos últimos anos assegura perspectivas de atracção de novas actividades empresariais moderadamente mais intensivas em qualificações.</p>	<p>Padrão disperso de povoamento e industrialização, um modelo territorial com grandes índices de ineficiência social, ambiental e económica.</p> <p>Existência de focos e riscos de poluição associados às actividades económicas mais significativas: contaminação da água do Cávado e de solos/ aquíferos (agricultura, pecuária); focos de poluição atmosférica e de ruído resultantes do tráfego de pesados (indústria); Conflito CM vs Águas de Barcelos</p> <p>População e instituições com défice de organização e participação em matéria ambiental, bem como comunitária e associativa.</p> <p>Inserção em território regional dinâmico (concentrações urbanas, serviços avançados, etc.) condiciona a margem para a afirmação da cidade de Barcelos, que não ultrapassa um âmbito municipal como prestadora de serviços.</p> <p>Indefinição e longos períodos associados à elaboração/ revisão/ aprovação dos IGT, designadamente PMOT, que se repercute negativamente na imagem urbana do concelho.</p> <p>Indefinições legislativas e dificuldades técnicas e económicas associadas aos processos de licenciamento das explorações pecuárias.</p> <p>Provável acentuação da concorrência internacional na fileira do leite com o fim das quotas leiteiras anunciado para 2015.</p> <p>Acentuação das exigências ambientais e da eco - condicionalidade dos apoios públicos ao sector agrícola no âmbito da PAC pós 2013.</p> <p>Acentuação das exigências ambientais, nomeadamente no área da zona vulnerável nº 1, ao nível da gestão dos efluentes, gestão da rega e da fertilização.</p> <p>Persistência e renovação das tendências de agressividade concorrencial determinadas pelos novos rumos da globalização e consequentes vagas de novos exportadores de produtos manufacturados que, complementarmente com a força dos BRIC, continuarão a pressionar o núcleo "malhas" da industrialização local, a destruir unidades e empregos mais precários, em simultâneo com a resistência das unidades mais competitivas</p> <p>Inserção geo-territorial do concelho penalizadora para a fixação de instituições de base tecnológica dada a proximidade geográfica a concelhos (Braga, Guimarães, Vila Nova de Famalicão) nos quais está localizada uma oferta relativamente estabilizada de instituições com essas características</p> <p>Regras e opções de racionalidade na estruturação do sistema regional de instituições na área da ciência e tecnologia e inovação que tenderão a dificultar senão a impedir a criação de novas instituições e infra-estruturas para lá das já existentes e passíveis de consolidação. Tendência para que a resposta às orientações nacionais e regionais (Norte) de adaptação às orientações Europa 2020 reforce esta ameaça, intensificando as orientações anteriormente definidas.</p> <p>Estruturação da estratégia de promoção do turismo na Região Norte em função de produtos turísticos e de activos diferenciadores no âmbito dos quais o concelho de Barcelos não tem oferta representativa.</p> <p>O envelhecimento e a escassa renovação geracional do sector do artesanato, agravado pela inexistência no concelho de uma oferta de formação específica nesta área e por uma insuficiente valorização social da profissão de artesão, poderá vir a colocar em causa a manutenção de determinadas expressões, práticas e "saber-fazer" tradicionais de Barcelos.</p>

<p>☀ Criação do "Digital Games Lab" Centro de Investigação e Desenvolvimento em Jogos Digitais (sedeado no IPCA) poderá contribuir para o reforço de Barcelos ao nível do sector das indústrias culturais e criativas no plano regional.</p> <p>☀ Do ponto de vista das empresas e da sua procura de serviços tecnológicos, a localização de Barcelos oferece-lhe uma proximidade ímpar a uma rede de infra-estruturas e instituições de base científica e tecnológica constituindo essa proximidade um factor de localização relevante para novas actividades empresariais com necessidade desses serviços.</p> <p>☀ Espaço de formação de agricultores para estratégias empresariais de maior consistência e orientação de mercado a partir da dinamização do papel da Associação de Agricultores existente no concelho</p> <p>☀ Reconhecimento, por parte dos agentes locais do sector, da qualidade do trabalho realizado pelos serviços municipais de turismo, o que poderá funcionar como factor mobilizador para uma maior concertação.</p> <p>☀ Inserção da cidade de Barcelos na RUCI Quadrilátero Urbano, que desencadeará efeitos de escala e sinergias num quadro territorial alargado em termos da programação e promoção cultural em rede, da implementação de estratégias que visem fomentar o desenvolvimento de indústrias culturais e criativas, da disseminação de boas práticas e dinâmicas de reabilitação urbana e da implementação da rede de banda larga.</p> <p>☀ Geminação (antiga) com Pontevedra, abrindo pistas para um aprofundamento da cooperação em torno do caminho de Santiago.</p> <p>☀ Qualificação e maior orientação das políticas e instrumentos públicos em matéria de promoção da economia e do empreendedorismo social alargando o campo de acção para projectos em curso ou previstos nos domínios dos produtos locais e gastronomia, do artesanato e do turismo</p> <p>☀ Novo quadro legal e instrumentos de política pública existentes no domínio da Reabilitação Urbana e da Habitação</p> <p>☀ Manutenção da política nacional de apoio ao arrendamento para jovens (Programa Porta 65 - IHRU).</p> <p>☀ Existência de um novo enquadramento estratégico favorável à promoção e desenvolvimento do empreendedorismo e da economia criativa na região, através da Agenda Regional para o Desenvolvimento de Cluster de Indústrias Criativas na Região Norte (CCDRN/ON.2) e da criação da ADDICT – Agência para o Desenvolvimento das Indústrias Criativas</p> <p>☀ O tecido associativo de base local é dinâmico e diversificado, abrindo oportunidades (ainda não concretizadas) para a mobilização colectiva e o desenvolvimento de projectos em rede com incidência generalizada em todo o território.</p> <p>☀ A importância da reforma dos Cuidados de Saúde Primários o Centro de Saúde de Barcelos/Barcelinhos e sua integração no Agrupamento de Centros de Saúde Barcelos/Esposende (ACES Cávado III) e redimensionamento funcional e organizativo.</p> <p>☀ Crescente importância de uma estratégia integrada de qualidade de vida assente na participação do Município no Projecto CIDADES, na adesão à Rede Portuguesa das Cidades Saudáveis, na aprovação do Projecto PLPA- Programa Local de Promoção de Acessibilidades – candidatura ao Programa RAMPA e no Projecto "Barcelos Plural" – candidatura ao eixo 7.2, do POPH, no domínio da igualdade de oportunidades.</p> <p>☀ Integração no projecto "Cavado Prospectivo" que tem como objectivo dinamizar a governação e a capacitação institucional com a elaboração da Carta Social Municipal e Supramunicipal, favorecendo o ensino de qualificar as IPSS's do concelho e as Comissões Sociais Inter-Freguesias.</p>	<p>✖ Política regional de co-financiamento FEDER para a promoção de áreas de acolhimento empresarial (ON2) com níveis de selectividade e exigência incompatíveis com a promoção rápida de novas condições de acolhimento empresarial.</p> <p>✖ Condições gerais de financiamento da actividade autárquica que tenderão a impor escolhas mais selectivas de investimentos a realizar em contexto de maior necessidade de afectação de recursos municipais às questões sociais.</p> <p>✖ Tendência para que a componente dos apoios ao investimento em desenvolvimento e inovação tecnológicos ganhe progressiva expressão no quadro dos sistemas de incentivos às empresas, domínio para o qual não existe no concelho uma procura substancial.</p> <p>✖ Evolução penalizadora das condições de acesso ao crédito bancário por parte das empresas</p> <p>✖ Debilidades de uma concertação institucional ao nível da Plataforma Interconcelhia da Rede Social.</p> <p>✖ Inexistência de uma calendarização assumida pelas respectivas autoridades de gestão dos PO para a abertura de novos períodos concursais aos instrumentos da Política de Cidades – POLIS XXI.</p>
--	--